



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 004/2026	
Administração Pública Municipal	Município de Flores de Goiás - GO
Unidade Compradora	✓ Fundo Municipal de Desenvolvimento Social
Modalidade	Concorrência - Eletrônica
Amparo Legal	Lei 14.133/2021, Art. 28, II.
Tipo	Edital
Modo de Disputa	Aberto e fechado
Registro de Preço	Não
Data de divulgação no PNCP ¹	14/05/2026
Data de divulgação no DOM ²	14/05/2026
Data de divulgação no DOE ³	14/05/2026
Data de divulgação no Jornal ⁴	14/05/2026
Site do Município ⁵ e Compras.gov	14/05/2026
Data de início de recebimento das propostas	15/05/2026 08:00 (horário de Brasília)
Data fim de recebimento de propostas	29/05/2026 08:00 (horário de Brasília)
Portal	Compras.gov.br https://www.gov.br/compras/pt-br
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DE FLORES DE GOIÁS.
Valor total	R\$ 276.545,61 (duzentos setenta e seis mil, quinhentos quarenta e cinco reais, sessenta e um centavos).
Data da Sessão Pública	29/05/2026 08:01 (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	Menor preço global
Preferência ME/EPP/Equiparadas	Sim
Exclusividade ME/EPP/Equiparadas	Não

¹ PNCP: Portal Nacional de Compras Públicas

² DOM: Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás

³ DOU: Diário Oficial do Estado

⁴ Gazeta: Jornal de Grande Circulação

⁵ Site: <https://portal.floresdegoias.go.gov.br>



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 004/2026
(Processo Administrativo nº 5139/2026)

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** e da AGENTE DE CONTRATAÇÃO e equipe, nomeada pelo Decreto Municipal 471/2025, sediado na Praça Matriz, n. 44, Centro, CEP 73.890-000, Flores de Goiás, GO, realizará licitação, para registro de preços na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Decreto Municipal 1.159/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DE FLORES DE GOIÁS**, conforme edital e documentos anexos, visando atender às necessidades do Município de Flores de Goiás.

- 1.1. A licitação será realizada em único lote.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.3. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução empreitada por preço global, devendo cada licitante, apresentar a planilha orçamentária com o valor de todos os itens que compõe o preço total.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO
ADM 2025/2028**

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.10.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.10.2 e 2.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.10.2 e 2.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**

ADM 2025/2028

de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço global do grupo (total da soma das três tabelas/planilhas orçamentárias, etapas 1, 2 e 3), conforme o critério de julgamento menor preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. *valor global;*

4.1.2. Apresentar a planilha orçamentária com o valor de todos os itens que compõe o preço total.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, se for o caso.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital;

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O **intervalo mínimo** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto e fechado**.

5.11. Para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO
ADM 2025/2028

5.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no município de Flores de Goiás ou Estado de Goiás;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará à licitante mais bem classificada que, no **prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta e a planilha orçamentária adequada ao último lance ofertado** após a negociação realizada.

5.19.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO
ADM 2025/2028**

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

6.7.1. Será exigida garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, a licitante vencedora será convocada a apresentar à Administração, por meio eletrônico, **as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.**

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#) os seguintes documentos:



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 7.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 7.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.5. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 7.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 7.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 7.8. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 7.9. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 7.10. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 7.11. Documento de identificação dos sócios, acionistas ou administrador da empresa.
- 7.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.13. As empresas deverão comprovar a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem:
- 7.13.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;
- 7.13.2. Quanto à **capacitação técnico-operacional**: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, conforme parcela de maior relevância, limitada a exigência a 50% do **quantitativo** total da **Parcela de Maior Relevância – PMR**:



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

PARCELA DE MAIOR VALOR SIGNIFICATIVO									
PROPOSTANTE / TOMADOR				OBRA				VALOR TOTAL OBRA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS				REFORMA CREAS - 1ª ETAPA				R\$ 276.445,81	
ENDEREÇO				MUNICÍPIO/UF		DATA BASE		RER 1	
RUA N. 02 15, LT 02, NINON FLORES				FLORES DE GOIÁS / GO		12/2020		21,19%	
ITEM DO DOCUMENTO	TABULA	CODIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE TOTAL	%QT QUANTIDADE TOTAL	VALOR TOTAL ITEM	% ITEM	
1.18.2.1.2	ENR01	81002	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TITO PORCELANATO DE 30X30X0,8 CM ARGENTADO COM ARABESCO DE ÁGUA ENTRE 5 A 7 E 10 M², AF. 05/02/13, R2	M2	1.061,76	91,80	R\$ 20.202,80	22,04%	
1.18.1.1.1	GOB01A	18003	BOQUINHA DE TUBO PLÁSTICO 125 MM - R. 1/2" X 1/2" - AZUL	M2	135,97	12,768	R\$ 21.891,11	7,50%	
1.18.9.1.1	GOB01A	130408	FURNO DE GESSO ACABADO PARA ÁREAS SECAS ESPESURA DE 12,5MM	M2	137,42	76,71	R\$ 15.113,91	4,70%	

JULIANA MAYLA
DE
CARVALHO04979
098126

Assinado de forma digital
por JULIANA MAYLA DE
CARVALHO04979098126
Data: 2025.04.30
09:23:53 -03'00'

Responsável Técnica: JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREANCA: 30511120900-002

7.13.3. O atestado de capacidade técnica deverá contar com a descrição das características técnicas das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato. Importante, da mesma forma, que seja firmado por representante legal do contratante, indique sua data de emissão, mencione o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT).

7.13.4. Será admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

Comprovação da **capacitação técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços em relação ao(à) engenheiro(a) civil/arquiteto(a), conforme parcela de maior relevância, limitada a exigência a 50% do quantitativo total da **Parcela de Maior Relevância – PMR:**

PARCELA DE MAIOR VALOR SIGNIFICATIVO									
PROPOSTANTE / TOMADOR				OBRA				VALOR TOTAL OBRA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS				REFORMA CREAS - 1ª ETAPA				R\$ 276.445,81	
ENDEREÇO				MUNICÍPIO/UF		DATA BASE		RER 1	
RUA N. 02 15, LT 02, NINON FLORES				FLORES DE GOIÁS / GO		12/2020		21,19%	
ITEM DO DOCUMENTO	TABULA	CODIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE TOTAL	%QT QUANTIDADE TOTAL	VALOR TOTAL ITEM	% ITEM	
1.18.2.1.2	ENR01	81002	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TITO PORCELANATO DE 30X30X0,8 CM ARGENTADO COM ARABESCO DE ÁGUA ENTRE 5 A 7 E 10 M², AF. 05/02/13, R2	M2	1.061,76	91,80	R\$ 20.202,80	22,04%	
1.18.1.1.1	GOB01A	18003	BOQUINHA DE TUBO PLÁSTICO 125 MM - R. 1/2" X 1/2" - AZUL	M2	135,97	12,768	R\$ 21.891,11	7,50%	
1.18.9.1.1	GOB01A	130408	FURNO DE GESSO ACABADO PARA ÁREAS SECAS ESPESURA DE 12,5MM	M2	137,42	76,71	R\$ 15.113,91	4,70%	

JULIANA MAYLA
DE
CARVALHO04979
098126

Assinado de forma digital
por JULIANA MAYLA DE
CARVALHO04979098126
Data: 2025.04.30
09:23:53 -03'00'

Responsável Técnica: JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREANCA: 30511120900-002

7.13.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

7.13.6. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

7.13.7. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

7.13.8. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, conforme Projeto Básico em anexo.

7.13.9. **Atestado de vistoria** assinado pelo servidor responsável.

7.13.9.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por **declaração** emitida pelo **responsável técnico do licitante** em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.14. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

7.15. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.16. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.17. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.18. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.19. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.20. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

7.21. Os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista poder ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

7.22. Certidão Negativa de pedido de Falência ou Recuperação Judicial, expedido pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data da sessão (abertura do certame).

7.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

7.24. No caso de micro e pequena empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação e Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica do último exercício;

OUTRAS COMPROVAÇÕES:

7.25. **Declarações** subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado, atestando que:

- a) Que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- b) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas;
- c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- e) Declaração de que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo, principalmente via e-mail. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás;
- f) Para o caso de empresas em recuperação judicial: declaração de que está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- g) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: declaração de que está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

- h) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: declaração de que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;

7.26. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples ou por autenticação eletrônica.

7.26.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.27. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.27.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.28. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.28.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.29. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.29.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.30. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.31. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.32. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.33. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

7.33.1. **Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante vencedor, e enviados por meio do sistema, em formato digital**, no prazo de 2 (duas) horas após solicitação da documentação pela Agente de Contratação.

7.33.2. O prazo para apresentação dos documentos de habilitação de 2 (duas) horas poderá ser prorrogado pela Agente de Contratação, uma vez por igual prazo e após pedido fundamentado do licitante vencedor.

7.34. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

7.34.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.34.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.35. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.36. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.37. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderá ser solicitado pelo e-mail: licitacaoprefeituraflores2021@gmail.com

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO
ADM 2025/2028

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA GARANTIA DE EXEUÇÃO

10.1. Será exigida seguro-garantia no percentual 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração. (art. 96, §1º, inciso II e art. 98 da Lei 14.133/2021).

10.2. O prazo de vigência da apólice será de 24 (vinte e quatro) meses e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência contratual mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

10.3. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

10.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração (art. 100, da Lei 14.133/2021).

10.5. A garantia, na modalidade seguro-garantia, deverá ser prestada em até 1 (um) mês contados da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

10.6. A contratada deverá também garantir os serviços, o prazo de garantia contratual dos serviços, será de, no mínimo **5 (cinco) anos**, contando a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por e-mail: licitacaoprefeituraflores2021@gmail.com

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO
ADM 2025/2028

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Compras.gov.br <https://www.gov.br/compras/pt-br>

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. Projeto Básico – Desenho, Memorial descritivo, Planilhas Orçamentárias, Cronograma físico-financeiro, e demais documentos da engenharia.

12.11.1.1. Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência.

12.11.2. Minuta de Termo de Contrato

Flores de Goiás, 13 de maio de 2026

ELAINE DOS REIS SILVA
Agente de Contratação
Decreto nº 471/2025



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

CONTRATO DE OBRA E ENGENHARIA Nº XXXX/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS E A
EMPRESA

O **MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, com sede na Praça Matriz, Centro nº 44, CEP: 73.890-000, Flores de Goiás - GO, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **xxxxxxxxxxxxx**, neste ato representado pelo Prefeito, Altran Lopes Avelar Nery, portador da Matrícula Funcional nº 4644, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 5139/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DE FLORES DE GOIÁS**, nas condições estabelecidas no Projeto Básico/Memorial descritivo.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- 1.1.2. O Projeto Básico/Memorial Descritivo/Cronograma/Planilha;
- 1.1.3. O Edital da Licitação;
- 1.1.4. A Proposta da contratada;
- 1.1.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da publicação deste contrato no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O **prazo de vigência será automaticamente prorrogado**, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2.1. A prorrogação contratual automática prevista no item 2.2 acima poderá ser formalizada por apostilamento, conforme artigo 136 da Lei 14.133/2021.

2.3. O **prazo de execução** do serviço e conclusão da obra é de **6 (seis) meses**, conforme cronograma físico-financeiro.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução adotado e a gestão contratual será: empreitada por preço unitário.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

3.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Rotinas de fiscalização contratual

3.3. Início da execução do objeto: a contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo de até 10 (dez) dias úteis do recebimento da ordem de serviço – OS via e-email.

3.4. Os serviços serão prestados no **Município de Flores de Goiás**.

3.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.9. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

3.10. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

3.12. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

3.13. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução da obra.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO
ADM 2025/2028

3.14. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização Técnica

3.15. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.16. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.17. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.18. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.19. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.20. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.21. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Boletim de Medição (BM), para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

3.22. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

3.23. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

3.24. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

3.25. O fiscal técnico poderá realizar a vistoria diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

3.26. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021.

3.27. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: qualidade e forma de uso.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO
ADM 2025/2028

3.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

3.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

3.30. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Fiscalização Administrativa

3.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

3.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

3.34. O fiscal Administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Gestor do Contrato

3.35. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.36. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.37. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.38. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO
ADM 2025/2028

3.39. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração

3.40. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

DOS CRITÉRIOS DA AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

3.41. A avaliação da execução do objeto utilizará o Boletim de Medição (BM), conforme o disposto neste Item.

3.42. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

3.42.1. não produzir os resultados acordados,

3.42.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

3.42.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

3.43. Os serviços serão recebidos provisoriamente, na data de realização da última medição, contado da finalização dos serviços, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

3.43.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessário.

3.43.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada etapa e após a apresentação da medição prévia pelo Contratado, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

3.43.1.2. Em caso de rejeição, o fiscal fixará prazo para que a irregularidade seja sanada, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

3.43.1.3. Nesse caso, cabe à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

3.43.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pelo contratado não o exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO
ADM 2025/2028

3.43.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Projeto básico e anexos e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.43.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.43.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal eletrônica, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

6.2. O pagamento será precedido de validações das certidões apresentados, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos art. 68 da Lei nº 14.133/21.

6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.4. Na hipótese de irregularidade na habilitação, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.

6.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.6. A administração deduzirá do valor da multa os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

6.7. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

- 6.8. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.
- 6.9. Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS, FGTS, Trabalhista e as FAZENDAS MUNICIPAL e ESTADUAL.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação (art. 135, §3º da Lei 14.133/2021).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **INCC-M – ÍNDICE NACIONAL DE CUSTO DA CONSTRUÇÃO**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO
ADM 2025/2028

- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.17. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
 - e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 8.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO
ADM 2025/2028

- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no ETP, em plena validade.

9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.38.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:

9.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.39.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

9.41. Nos termos do [artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA ([art. 92, XII e XIII](#))

10.1. Será exigida seguro-garantia no percentual 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração. (art. 96, §1º, inciso II e art. 98 da Lei 14.133/2021).

10.2. O prazo de vigência da apólice será de 24 (vinte e quatro) meses e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência contratual mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

10.3. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

10.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração (art. 100, da Lei 14.133/2021).

10.5. A garantia, na modalidade seguro-garantia, deverá ser prestada em até 1 (um) mês contados da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

10.6. A contratada deverá também garantir os serviços, o prazo de garantia contratual dos serviços, será de, no mínimo **5 (cinco) anos**, contando a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% a 15% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 10% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 5% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 1% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, conforme dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Flores de Goiás - GO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Flores de Goiás – GO, xx de xxxxxxxxx de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Este campo de assinaturas é parte integrante e indispensável do Contrato nº. xxx/2026, Processo nº 5136/2026, não possuindo valor algum se utilizado separadamente.



Processo nº: 5139/2026

Interessado: Município de Flores de Goiás – Fundo Municipal de Desenvolvimento Social.

Assunto: Concorrência para obras – reforma do CRAS.

PARECER JURÍDICO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. OBRA DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR A REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL. REGULARIDADE FORMAL DO PROCESSO. LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 1.159/2024. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS.

I - RELATÓRIO

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DE FLORES DE GOIÁS, mediante licitação pública, na modalidade concorrência, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do projeto básico e seus anexos.

Os presentes autos encontram-se instruídos, dentre outros, com os seguintes documentos, pertinentes à presente análise:

- documento de formalização da demanda;
- Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- planilhas orçamentárias;
- pesquisa de preços – tabela GOINFRA e SINAPI;
- memorial descritivo;
- planilha de orçamento;
- composição dos benefícios e despesas indiretas – BDI;
- planilha de composição de encargos sociais;
- mapa de preços;
- cronograma físico-financeiro;
- parcela de maior relevância – PMR;
- ato de designação do Agente de Contratação/Comissão e equipe de apoio;
- indicação da disponibilidade orçamentária;
- autorização da autoridade administrativa;



- minuta de edital com anexos;

Por razões de economia processual, documentos não mencionados no item anterior serão devidamente referenciados ao longo do parecer.

É o relatório.

DA FUNDAMENTAÇÃO

DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Dessa maneira, não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva. Além do mais, na eventualidade de o administrador não atender as orientações do Órgão Consultivo, passa a assumir, inteiramente, a responsabilidade por sua conduta.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração.

Feita a ressalva, passamos à análise estritamente jurídica do presente processo.

DA AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS E DAS NORMAS DE GOVERNANÇA

Para atividades de custeio, deve a Administração Pública comprovar que foi obtida autorização para celebração de contrato. Tal providência encontra-se atendida, conforme documento de declaração orçamentária e autorização para contratação.

Por fim, deve manifestar-se sobre a essencialidade e o interesse público da contratação.

DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ESCOLHIDA



A Administração instrui o procedimento como concorrência (art. 28, II, da Lei n.º 14.133, de 2021), modalidade de licitação adequada para a contratação de obras e serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, XXXVIII, da Lei 14.133, de 2021.

Cumpra registrar que tanto a concorrência quanto o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17, da Lei 14.133, de 2021, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme o art. 29, da Lei nº 14.133, de 2021.

Nada obstante, o pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia comuns (alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º, c/c art. 29, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Assim, em sentido contrário à proibição da adoção do pregão para os casos estabelecidos no dispositivo legal acima mencionado, tem-se o cabimento da concorrência nas contratações de:

- **bens e serviços especiais** (conceituados no art. 6º, inciso XIV, da Lei 14.133, de 2021)
- **obra** (definida no art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual** (descritos no art. 6º, inciso XVIII, da Lei nº 14.133, de 2021); e
- **serviços especiais de engenharia** (definidos no art. 6º, inciso XXI, alínea “b”, da Lei nº 14.133, de 2021, isto é, *“aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso”*).

Tais enquadramentos demandam o exame e a manifestação do setor técnico da Administração quanto à natureza e valor do objeto, de modo a aferir a adequação da modalidade licitatória.

No caso, vê-se que a escolha da concorrência, como modalidade de licitação, foi adequada, pois o objeto foi qualificado pela unidade técnica como contratação de obras e serviços comuns de engenharia (art. 6º, XII, XXI, alínea “a”, e art. 29, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021). Destaque-se que, à luz do art. 6º, XXXVIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível licitar o presente objeto sob o tipo a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto;

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Documentos necessários ao planejamento da contratação

De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, a Administração Pública deverá produzir os documentos abaixo durante a fase de planejamento da contratação:

- a) documento para formalização da demanda;



- b) estudo técnico preliminar;
- c) mapa de risco;
- d) projeto básico.

Dito isso, percebemos que foi juntado apenas o documento para formalização de da demanda, ETP, Mapa de Riscos e Projeto Básico (Memorial Descritivo, Planilhas, Cronogramas, Plantas...).

Necessidade da contratação e vedações às especificações restritivas

A necessidade da contratação foi justificada, tendo sido estimados os quantitativos de serviço a partir de método amparado por documentos juntados aos autos.

Como se sabe, a justificativa da necessidade da contratação constitui questão de ordem técnica e administrativa, razão pela qual, não deve esta Procuradoria se pronunciar conclusivamente acerca do mérito (oportunidade e conveniência) da motivação apresentada e das opções feitas pelo administrador, exceto na hipótese de afronta a preceitos legais, o que não nos parece ser o caso.

Observe-se, ainda, que são vedadas especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização (art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021). Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.

Registre-se que o gestor deverá estar atento às diretrizes gerais, quais sejam:

- a) prever especificações que representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade, não sendo admissíveis especificações que deixem de agregar valor ao resultado da contratação ou sejam superiores às necessidades do órgão ou entidade;
- b) não fixar especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitam, injustificadamente, a competitividade ou direcionam ou favoreçam a contratação de prestador específico;
- c) não adotar especificações que estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente ou com preços superiores aos de serviços com melhor desempenho.

Recomenda-se que a Administração se certifique de que as especificações técnicas previstas no Memorial Descritivo atendem às premissas acima citadas.

Ainda sobre esse tema, vale destacar que, caso as especificações somente possam ser atendidas por uma quantidade de fornecedores considerada restrita, deverá ser avaliada a pertinência de retirar ou flexibilizar requisitos, de modo que se possa manter apenas aqueles considerados indispensáveis.

Parcelamento da contratação e regra geral da necessária adjudicação por itens



Outro ponto relevante diz respeito ao parcelamento do objeto a ser contratado em licitações. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No caso de serviços, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados (art. 47, inciso II, § 1º, Lei nº 14.133, de 2021): I - a responsabilidade técnica; II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens; III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Convém registrar que eventual agrupamento de itens não pode se fundar na invocação geral de que há necessidade de integração entre os serviços a serem contratados, devendo a justificativa avançar para aspectos técnicos e fáticos que confirmem tal posição. Sobre esse ponto, vale destacar o entendimento do TCU sobre a justificativa administrativa para o agrupamento de itens, conforme Acórdão TCU nº 1972/2018-Plenário (Rel. Min. Augusto Sherman, 22/08/2018):

30. [...] Além disso, mesmo nas respostas às oitivas, constata-se não haverem sido apresentadas razões de ordem técnica para não se realizar o parcelamento do objeto, apenas sendo explicitados motivos de cunho gerencial, relacionados, principalmente, com eventuais dificuldades que poderiam surgir na apuração de responsabilidades de prestadores distintos.

[...]

32. Com efeito, forçoso reconhecer que sempre que existente algum grau de integração entre serviços, tal como no objeto em questão, a possibilidade de surgimento de tais dificuldades, como regra, estará presente. Contudo, a simples possibilidade de ocorrerem tais problemas, por si só, não pode servir de fundamento para contrariar-se a regra legal de priorizar-se o parcelamento do objeto, em especial considerando que os níveis de integração podem variar de um caso para outro, bem como tendo em conta a viabilidade de, em várias hipóteses, serem implementados parâmetros e controles que viabilizem o adequado funcionamento conjunto das prestações ou, se for o caso, a devida identificação de responsabilidades.

33. De todo modo, considero que qualquer grau de aglutinação do objeto que se pretenda, em função de constituir exceção à regra legal do parcelamento, deverá ser prévia e tecnicamente justificado.

34. As circunstâncias evidenciadas nesta Representação, aliás, sinalizam que a forma de proceder do Crea/MG, com a aglutinação de todos os serviços em questão em um só



objeto, pode estar viabilizando que uma só empresa se eternize como a única prestadora possível. (grifo nosso)

Dito isso, percebe-se que o presente certame previu a adjudicação do objeto a um único vencedor. Por essa razão, não há observação adicional a fazer.

Crítérios e práticas de sustentabilidade nas contratações

Em relação aos critérios e práticas de sustentabilidade (art. 45 da Lei nº 14.133, de 2021, art. 7º, inciso XI da Lei nº 12.305, de 2010), deverão ser tomados os cuidados gerais a seguir:

- a) definir os critérios e práticas objetivamente no instrumento convocatório como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial;
- b) justificar a exigência nos autos;
- c) verificar se os critérios e práticas preservam o caráter competitivo do certame.
- d) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Assim, as especificações dos serviços devem conter critérios de sustentabilidade ambiental, devendo a Administração Pública formular as exigências de forma a não frustrar a competitividade.

Posto isso, para definição dos critérios e práticas de sustentabilidade, recomenda-se consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a: I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas; II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental; III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística; V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 45, da Lei nº 14.133, de 2021).

No caso, não se localizou nos autos o enfrentamento da questão da necessidade ou não de licenciamento ambiental de forma satisfatória, o que demanda a complementação do processo.

Do orçamento da contratação e da obrigatoriedade de elaboração de planilhas

Quanto ao orçamento, é dever da Administração, na contratação de serviços/obras, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea "i", art. 18, inciso IV, e § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 2021).

Deve constar nos autos **orçamento detalhado do custo global da obra/serviço**, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes



de execução previstos nos incisos I (empreitada por preço unitário), do **caput** do art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021 (art. 6º, XXV, alínea "f", da Lei nº 14.133, de 2021).

Compulsando os autos, verifica-se que foi juntada planilha de custos e formação de preços elaborada pela equipe técnica de engenharia.

Tendo em conta a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar os custos unitários da contratação deixará de ser examinada neste parecer, por se tratar de atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma do exame da estrita legalidade.

Considera-se prudente, contudo, ressaltar alguns pontos considerados relevantes sob o prisma jurídico, a fim de melhor orientar, nesse particular, a atuação administrativa. Senão, veja-se.

O gestor deve observar o art. 23, § 2º da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Definição de critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global:

No que se refere à produção da planilha orçamentária, é importante que a Administração não relegando toda a responsabilidade pela definição dos insumos necessários para o serviço de engenharia e o seu quantitativo (material, mão de obra e equipamentos) apenas para os projetistas, mas se certificando de que os elementos constantes dos projetos e planilhas orçamentárias por eles elaboradas estão de acordo com as determinações normativas.



Com relação à composição dos custos dos serviços de engenharia ao preço total estimado para cada despesa, a lei exige que seus elementos estejam muito bem evidenciados na planilha orçamentária prevista no art. 6º, inciso XXIII, alínea "i", art. 18, inciso IV, e § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 2021, incluindo os valores unitários de todos os insumos, imprescindível para orientar o gestor em caso de acréscimos futuros.

Tais disposições são aplicáveis de acordo com as particularidades de cada obra ou serviço de engenharia.

Para as obras e serviços de engenharia, aplica-se a Súmula TCU nº 258/2010:

Súmula TCU nº 258 - As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão 'verba' ou de unidades genéricas.

Assim, o orçamento de referência é o “*detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, quantidades e custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, necessários à execução da obra e compatíveis com o projeto que integra o edital de licitação*”.

No caso, a decomposição dos custos unitários é passo essencial para a previsão dos critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global a serem aplicados no julgamento das propostas – medida obrigatória para as obras e serviços de engenharia:

Cumprir registrar que a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global nos editais para a contratação de obras e serviços de engenharia, com a fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor (Súmula TCU 259), ainda que se trate de empreitada por preço global. Essa obrigação tem por objetivo mitigar a ocorrência dos riscos associados tanto ao “jogo de cronograma” quanto ao “jogo de planilha” (Acórdão 1695/2018 TCU-Plenário).

Destaca-se, no entanto, o disposto no art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 segundo o qual, “*no caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.*”

Desse modo a súmula 259 e orientação normativa nº 5 da AGU devem ser lidas à luz do citado dispositivo legal.

Por fim, destaca-se que nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato (art. 56, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).



Composições de custos unitários menores ou iguais à mediana da tabela de referência:

No âmbito da administração pública municipal, o SINAPI, o SICRO e o GOINFRA são o sistema de referência para a fixação dos custos unitários das obras e serviços de engenharia, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Desta forma, a composição de custo unitário é o *“detalhamento do custo unitário do serviço que expresse a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida”*.

Já o custo unitário de referência é o *“valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado.”*

Na elaboração dos orçamentos de referência, poderão ser adotadas especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.

Somente em condições especiais, devidamente justificadas, poderão os custos unitários de referência exceder os seus correspondentes da tabela de referência, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle.

No caso de inviabilidade da definição dos custos com base na GOINFRA, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização dos demais parâmetros elencados no art. 23, § 2º da Lei nº 14.133, de 2021.

Detalhamento da composição do percentual de BDI:

Conforme a já mencionada Súmula TCU nº 258, é obrigatório o detalhamento dos encargos sociais e do BDI no orçamento de referência da licitação.

E de acordo com o qual devem ser evidenciados, no mínimo, os seguintes componentes do BDI: taxa de rateio da administração central; percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalíssima que oneram o contratado; taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, e taxa de lucro.

É preciso destacar o disposto na súmula 254 do TCU a respeito do IRPJ e CSLL na composição do BDI, conforme o enunciado assim lançado:

O IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica – e a CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado.

Em pronunciamentos posteriores, o TCU esclareceu o seu entendimento, de que a Súmula TCU nº 254/2010 veda a inclusão de tais rubricas apenas no orçamento-base da licitação, não sendo tais entendimentos aplicáveis aos preços ofertados pelos privados, conforme noticiado no informativo n. 279, nos seguintes termos:



A inclusão, na composição do BDI constante das propostas das licitantes, do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não é vedada nem acarreta, por si só, prejuízos ao erário, pois é legítimo que empresas considerem esses tributos quando do cálculo da equação econômico-financeira de suas propostas, desde que os preços praticados estejam de acordo com os paradigmas de mercado. O que é vedado é a inclusão do IRPJ e da CSLL no orçamento estimativo da licitação.

Dessa forma, é vedada a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no orçamento estimativo da licitação.

No entanto, é lícita a inclusão na composição do BDI do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) constante das propostas das licitantes. É legítimo que empresas considerem esses tributos quando do cálculo da equação econômico-financeira de suas propostas, desde que os preços praticados estejam de acordo com os paradigmas de mercado.

Em relação ao BDI para materiais e equipamentos, a Administração deve observar o que dispõe a Súmula n. 253 do TCU, que trata do BDI reduzido:

Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

Como se trata de tópico referente a matéria técnica, cabe exclusivamente à Administração manifestar-se a respeito das exigências acima mencionadas.

Cálculo da Contribuição Previdenciária - Orçamento onerado e desonerado

Por força do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011 foi afastado o caráter obrigatório do recolhimento das contribuições previdenciárias mediante alíquota da receita bruta e permitido que a empresa opte pela regra veiculada, ou pela tradicional, definida no art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991.

Assim, ante a possibilidade de escolha da forma de recolhimento do tributo pelas empresas, surge para a Administração o dever de buscar a proposta mais vantajosa, prestigiando o princípio de economicidade. Nesses termos, as planilhas para licitações de obras e serviços de engenharia devem ser avaliadas quanto ao melhor critério de tributação, seja o previsto no art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011, ou o estabelecido no art. 22, da Lei nº 8.212, de 1991.

Portanto, para que a Administração elabore seu orçamento de referência, deverá avaliar o regime tributário que lhe for mais vantajoso. Para tanto, recomenda-se a simulação das duas condições possíveis de recolhimento da contribuição previdenciária pelas empresas, elaborando duas planilhas, a fim de constatar qual será o mais vantajoso.

O menor valor global obtido a partir dos orçamentos elaborados deverá ser utilizado como referência para a licitação das obras e serviços, cabendo à Administração dar ampla publicidade a respeito do



regime de tributação adotado para a elaboração dos orçamentos no termo de referência ou projeto básico e no edital da licitação.

Da exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, Registro de Responsabilidade Técnica - RRT ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT

A anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

De acordo com a Súmula TCU nº 260, “é dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas”.

Dessa forma, a elaboração das planilhas orçamentárias e demais peças técnicas relativas a serviço de engenharia, arquitetura ou de técnica industrial exige a emissão de ART, RRT ou TRT, conforme Resolução CONFEA nº 361/1991, Resolução CAU nº 91/2014 e Resolução CFT nº 101/2020, respectivamente, independentemente de o profissional pertencer aos quadros da Administração Pública ou ser contratado por esta.

Embora o Decreto e a Súmula TCU nº 260 mencionem apenas a ART, entende-se cabível a interpretação extensiva, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133, de 2021, para abarcar também o RRT e o TRT, conforme os trabalhos forem elaborados por arquiteto ou por técnico industrial.

A matéria a respeito da constitucionalidade das taxas de polícias pela ART restou superada pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário 838.284, que declarou a constitucionalidade da cobrança de ART. Segundo o STF, “*não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.*”.

Conforme a Nota Interna n. 02/2016/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU, o ente público produtor do trabalho técnico especializado é o sujeito passivo das taxas referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica, decorrente do exercício do poder de polícia do CREA, e das taxas referentes ao Registro de Responsabilidade Técnica, em razão do exercício do poder de polícia do CAU.

No caso, foi verificada a juntada da ART de nº 1020260131622.

Designação formal do agente de contratação ou comissão de contratação e da equipe de apoio

A licitação será conduzida por agente de contratação, que poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º, da Lei 14.133, de 2021.

Houve a juntada do Decreto 471/2025 que comprova a designação da agente de contratação e da equipe de apoio (art. 8º, §§1º ao 4º, da Lei nº 14.133, de 2021), estando o feito regularmente instruído quanto ao ponto.



Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

O Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, prevê tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.

O art. 6º do referido decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte. A Orientação Normativa AGU nº 10/2009, por sua vez, pacifica a forma de aferição do valor de R\$ 80.000,00 como sendo a referente ao período de um ano da contratação.

Adicionalmente, vale lembrar que, de acordo com a Orientação Normativa AGU n. 47/2014, é obrigatória a participação exclusiva de ME e EPP na licitação quando os itens ou lotes/grupos tiverem valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00.

Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:

i) de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015;

ii) de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015.

Registre-se que os tratamentos diferenciados previstos no presente tópico também se aplicam às cooperativas com receita bruta equivalente à das empresas de pequeno porte, por força do art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

Diante disso, verifica-se que, no caso, a estimativa do valor da contratação ultrapassa R\$ 80.000,00. Foi acertada, portanto, a não exigência da participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame.

Do Regime de Execução

O regime de execução deve ser sopesado pela Administração, em particular em termos de eficiência na gestão contratual.

Como regra, exige-se que as características qualitativas e quantitativas do objeto sejam previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros.

Quando isso não é possível, ou seja, quando não se sabe ao certo a estimativa precisa dos itens e quantitativos que compõem o objeto a ser contratado, o gestor deve avaliar a melhor forma de execução contratual.

A empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas. Disso decorre que é o regime mais indicado para obras e serviços de engenharia cujos quantitativos tenham relevada imprecisão intrínseca no seu levantamento, ou possuam maior



probabilidade de serem alterados ao longo da execução do contrato, como no caso de reformas de edifícios ou obras com expressiva movimentação de terra, já que mesmo que os quantitativos executados difiram do previsto, a Administração pagará pelos que foram efetivamente executados.

Dito de outra forma, na empreitada por preço unitário são contratados apenas os preços unitários, sendo os quantitativos meramente referenciais que deverão ser futuramente aferidos e pagos de acordo com as medições do fiscal do contrato.

Dessa forma, em relação à empreitada por preço global e aos outros regimes com medição por preço global, a empreitada por preço unitário retira parcela significativa do risco atribuído ao contratado para a execução dos serviços, uma vez que o contratado tem a garantia de que o volume dos serviços medidos em campo corresponderá aos pagamentos, enquanto na medição por preço global não há, necessariamente, o levantamento do quantitativo, mas apenas a verificação da conclusão da etapa necessária à medição.

A opção da Administração por um ou outro regime não decorre de mera conveniência, mas sim da possibilidade, no caso concreto, de predefinir uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser licitado. Se tal possibilidade existir, a regra é a adoção da empreitada por preço global – normalmente atrelada às obras e serviços de menor complexidade. Do contrário, deve ser adotada a empreitada por preço unitário.

No caso concreto, não houve maiores justificativas a respeito da escolha pela empreitada por preço unitário, por isso **recomenda-se** que o setor técnico de engenharia da Administração apresente referida justificativa.

DAS MINUTAS PADRONIZADAS – EDITAL, ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CONTRATO

Recomenda-se a utilização das minutas padronizadas, conforme art. 19, inciso IV, c/c art. 25, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como que as alterações realizadas nos modelos sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo (art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Dito isso, consta dos autos que foram utilizadas as minutas padronizadas de edital e contrato.

Assim, a utilização da minuta-padrão, no presente caso, ao tempo em que revela ser medida de eficiência, acaba por restringir a análise jurídica a ser elaborada, tornando-se desarrazoada a revisão e a análise minuciosa de cada cláusula da minuta trazida, pois tal medida iria, na verdade, de encontro à finalidade pretendida com a padronização.

Os requisitos e elementos a serem contemplados na minuta de edital são aqueles previstos no art. 25, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, com as devidas adaptações às especificidades de cada contratação.

Quanto ao uso propriamente dito dos modelos, não há ressalvas a fazer, pois foram adotadas as minutas indicadas.

Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital (art. 115, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021), aspecto a ser enfrentado pela Administração nos autos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL



No presente caso, em atenção ao art. 6º, inciso XXIII, alínea "j", c/c art. 18, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, consta a declaração do setor competente acerca da previsão dos recursos orçamentários necessários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, com a indicação da respectiva rubrica.

Alerta-se, ainda, para a necessidade de juntar ao feito, antes da celebração do contrato administrativo, a nota de empenho suficiente para o suporte financeiro da respectiva despesa, em atenção ao disposto no art. 60 da Lei nº 4.320/64.

No caso, consta nos autos declaração do setor competente no sentido de que se trata de despesa já prevista no orçamento e destinada à manutenção de ação preexistente, pelo que resta dispensada, a juntada aos autos dos documentos indicados no art. 16, incisos I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL E DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Conforme o art. 54, *caput* e §1º, c/c art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás bem como em jornal de grande circulação.

No **caso de obras e serviços comuns de engenharia, deve ser observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para a apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto (art. 55, inciso II, alínea "a", Lei nº 14.133, de 2021).

Tratando-se de **obras e serviços especiais de engenharia, o referido prazo mínimo passa a ser de 25 (vinte e cinco) dias úteis**, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, nos termos do art. 55, inciso II, alínea "b", Lei nº 14.133, de 2021.

Destaca-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a **disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Ademais, de acordo com o art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, deverão ser disponibilizados os seguintes documentos e informações no sítio oficial do órgão licitante na internet:

- a) cópia integral do edital com seus anexos;
- b) resultado da licitação;
- c) contratos firmados e notas de empenho emitidas.



No caso de obras, a Administração deverá divulgar em sítio eletrônico oficial, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados (art. 94, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

CONCLUSÃO

Em face do exposto, manifesta-se esta Assessoria Jurídica pela **regularidade jurídica** do procedimento submetido ao exame desta unidade consultiva, condicionada ao atendimento das recomendações formuladas neste parecer, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise deste órgão.

É o parecer, assinado digitalmente.

À consideração superior.

Flores de Goiás - GO, 12 de maio de 2026.



Documento assinado digitalmente
MILENA MAURICIO MOURA
Data: 12/05/2026 19:55:31 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Milena Maurício Moura
Assessora Jurídica
OAB-GO 27.004


CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FLORES DE GOIÁS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução Nº 17 de 08 de Agosto de 2025

Dispõe sobre: 1. Análise do Reccebimento do recurso do Governo do Estado no valor de R\$ 200.000,00;

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária no dia 08 de Agosto de 2025, no uso da competência que lhe confere;

Resolve:

Art. 1º - "Aprovar a utilização e o preenchimento do Plano de Ação no sistema Conecta Seds";

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Presidente do CMAS

Destaes Membros do Conselho

Juscilene C. de A. Rodrigues
Simone de Lima Senarols
Lima, Julia Bizarra da Silva
Sandra Costa de Jesus
Neusiquela Costa dos Reis Ferreira
Heriberto A. de Sousa
Adriana Mariana de Cavalho



ESTADO DE GOIAS
FMAS -FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL

PÁG: 0001

COTAÇÃO DE PREÇOS

CÓDIGO: 11465

PROCESSO: 5139/2026

DEPARTAMENTO: 117 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

DATA DA COTAÇÃO: 09/05/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DAS OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Lote 1									
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	MENOR VALOR	VALOR MEDIO	VALOR MEDIANO	MAIOR VALOR	TOTAL MÉDIO	
1	48761 - Contratação de empresa para execução, sob o regime de empreitada global, das obras e serviços de reformas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	unidade	1,00	276.545,61	276.545,61	276.545,61	276.545,61	276.545,61	
FORNECEDOR				MARCA		VALOR UNIT.		TOTAL	ORDEM
AGETOP/ SINAPI						276.545,61		276.545,61	1

VALOR TOTAL POR FORNECEDOR		
DATA DA PROPOSTA	FORNECEDOR	VALOR TOTAL
09/05/2026	AGETOP/ SINAPI - 03.520.933/0001-06	R\$ 276.545,61

TOTAL MENOR VALOR	TOTAL VALOR MÉDIO	TOTAL VALOR MEDIANO	TOTAL MAIOR VALOR
R\$ 276.545,61	R\$ 276.545,61	R\$ 276.545,61	R\$ 276.545,61



Parecer de Plano de Ação

Município: Flores de Goiás

Exercício: 2025

Bloco: Cofinanciamento Estadual
Extraordinário CRAS/CREAS [Programa Equipa Social]

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

Presidente: MONICA GUIRRA FIRMINO

Situação: PLANO APROVADO

Data Reunião: 08/08/2025

Ata: 05/2025

Resolução: 17

Recursos

# Recurso	Valor (R\$)
1 Valor recebido no exercício	R\$ 200.000,00
2 Valores reprogramados de exercícios anteriores	R\$ 0,00
3 Aplicações financeiras no exercício	R\$ 0,00
4 Despesas com tarifas bancárias	R\$ - 105,50
5 Restituição de despesas com tarifas bancárias	R\$ 0,00
Total Recursos	R\$ 199.894,50

Plano de Aplicação

# Aplicação	Valor (R\$)
1 CRAS Extraordinário	R\$ 199.894,50
2 CREAS Extraordinário	R\$ 0,00
Total Aplicações	R\$ 199.894,50


CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FLORES DE GOIÁS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução Nº 17 de 08 de Agosto de 2025

Dispõe sobre: 1. Análise do Reccebimento do recurso do Governo do Estado no valor de R\$ 200.000,00;

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária no dia 08 de Agosto de 2025, no uso da competência que lhe confere;

Resolve:

Art. 1º - "Aprovar a utilização e o preenchimento do Plano de Ação no sistema Conecta Seds";

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Presidente do CMAS

Destaes Membros do Conselho

Juscilene C. de A. Rodrigues
Simone de Lima Senarols
Lima, Julia Bizarra da Silva
Sondra Costa de Jesus
Neusiquela Costa dos Reis Ferreira
Heriberto A. de Sousa
Adriana Mariana de Cavalho



Parecer de Plano de Ação

Município: Flores de Goiás

Exercício: 2025

Bloco: Cofinanciamento Estadual
Extraordinário CRAS/CREAS [Programa Equipa Social]

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

Presidente: MONICA GUIRRA FIRMINO

Situação: PLANO APROVADO

Data Reunião: 08/08/2025

Ata: 05/2025

Resolução: 17

Recursos

# Recurso	Valor (R\$)
1 Valor recebido no exercício	R\$ 200.000,00
2 Valores reprogramados de exercícios anteriores	R\$ 0,00
3 Aplicações financeiras no exercício	R\$ 0,00
4 Despesas com tarifas bancárias	R\$ - 105,50
5 Restituição de despesas com tarifas bancárias	R\$ 0,00
Total Recursos	R\$ 199.894,50

Plano de Aplicação

# Aplicação	Valor (R\$)
1 CRAS Extraordinário	R\$ 199.894,50
2 CREAS Extraordinário	R\$ 0,00
Total Aplicações	R\$ 199.894,50



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

LINK COM OS DOCUMENTOS DA ENGENHARIA:

https://drive.google.com/drive/folders/1862o6sjWdn12qXd_gnZ79lqceOoSDkU0?usp=sharing



Praça da Matriz Nº 44 – Centro, CEP: 73890-000 Flores de Goiás – GO



(62) 9 9923-4154



licitacaoprefeituraflores2021@gmail.com



@prefeituradefloresdegoias

CNPJ: 01.740.497/0001-47



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-GO

ART Obra ou serviço
1020260131622

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás

1. Responsável Técnico(a)

JULIANA MAYLA DE CARVALHO

RNP: **1015112099**

Título profissional: **Engenheira Civil,**

Registro: **1015112099D-GO**

Empresa contratada: **JBC ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA - Registro CREA-GO: 29086**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA DE FLORES DE GOIÁS**

CPF/CNPJ: **01.740.497/0001-47**

Praça **PRAÇA DA MATRIZ, Nº 44**

Bairro: **CENTRO**

CEP: **73890-000**

Quadra: **S/Q Lote: S/L**

Complemento:

Cidade: **Flores de Goiás-GO**

E-Mail:

Fone: **(62)34481314**

Contrato: **352/2025**

Celebrado em: **13/08/2025**

Valor Obra/Serviço R\$: **2.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação institucional: **Órgão Público**

3. Dados da Obra/Serviço

Rua 9, Nº **S/N**

Bairro: **NOVA FLORES**

CEP: **73890-000**

Quadra: **15 Lote: 03**

Complemento: **CRAS**

Cidade: **Flores de Goiás-GO**

Data de Início: **02/02/2026**

Previsão término: **27/11/2026**

Coordenadas Geográficas: **-14.449602,-47.048712**

Finalidade: **Outro**

Proprietário(a): **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FLORES DE GOIÁS**

CPF/CNPJ: **11.479.852/0001-20**

E-Mail:

Fone: **(62) 34481314**

Tipo de proprietário(a): **Pessoa Jurídica de Direito Público**

4. Atividade Técnica

ATUACAO

PROJETO EDIFICIO DE ALVENARIA PARA FINS DIVERSOS
ESPECIFICACAO EDIFICIO DE ALVENARIA PARA FINS DIVERSOS
ORCAMENTO EDIFICIO DE ALVENARIA PARA FINS DIVERSOS
PROJETO ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÕES E SEUS COMPONENTES
ESPECIFICACAO ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÕES E SEUS COMPONENTES
ORCAMENTO ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÕES E SEUS COMPONENTES
PROJETO FUNDACOES PROFUNDAS
ESPECIFICACAO FUNDACOES PROFUNDAS
ORCAMENTO FUNDACOES PROFUNDAS
PROJETO ESTRUTURA CONCRETO ARMADO
ESPECIFICACAO ESTRUTURA CONCRETO ARMADO
ORCAMENTO ESTRUTURA CONCRETO ARMADO
PROJETO REDE HIDRO-SANITARIA EM EDIFICACAO
ESPECIFICACAO REDE HIDRO-SANITARIA EM EDIFICACAO
ORCAMENTO REDE HIDRO-SANITARIA EM EDIFICACAO
PROJETO INSTALACAO ELETRICA EM BAIXA TENSÃO P/FINS RESIDENC./COMERCIAIS
ESPECIFICACAO INSTALACAO ELETRICA EM BAIXA TENSÃO P/FINS RESIDENC./COMERCIAIS
ORCAMENTO INSTALACAO ELETRICA EM BAIXA TENSÃO P/FINS RESIDENC./COMERCIAIS

Quantidade

Unidade

200,62 METROS QUADRADOS
200,62 METROS QUADRADOS
200,62 METROS QUADRADOS
200,62 METROS QUADRADOS
200,62 METROS QUADRADOS
200,62 METROS QUADRADOS
35,67 METROS QUADRADOS
35,67 METROS QUADRADOS
35,67 METROS QUADRADOS
35,67 METROS QUADRADOS
35,67 METROS QUADRADOS
200,62 METROS QUADRADOS
200,62 METROS QUADRADOS
200,62 METROS QUADRADOS
24,39 QUILOVOLTS-AMPERE
24,39 QUILOVOLTS-AMPERE
24,39 QUILOVOLTS-AMPERE

O registro da A.R.T. não obriga ao CREA-GO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividades declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do(a) Profissional. As informações constantes desta ART são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-GO.

Após a conclusão das atividades técnicas o(a) profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Esta ART se refere a Reforma do CRAS no município de Flores de Goiás, compreendendo uma área ampliada de 35,67m², resultando em 200,62m² de área construída total com intervenção, compreendendo projeto arquitetônico de reforma, acessibilidade, projeto de fundação, estrutura de concreto armado, projeto elétrico e projeto hidrossanitário, com seus memoriais e orçamento.

6. Declarações

Acessibilidade: Sim: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979
098126

Assinado de forma digital
por JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126
Data: 2026.05.07
18:00:56 -03'00'

JULIANA MAYLA DE CARVALHO - CPF: 049.790.981-26

9. Informações

- A ART é válida somente após a conferência e o CREA-GO receber a informação do PAGAMENTO PELO BANCO.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creago.org.br.
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do(a) profissional e do(a) contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.
- Não é mais necessário enviar o documento original para o CREA-GO. O CREA-GO não mais afixará carimbo na nova ART.

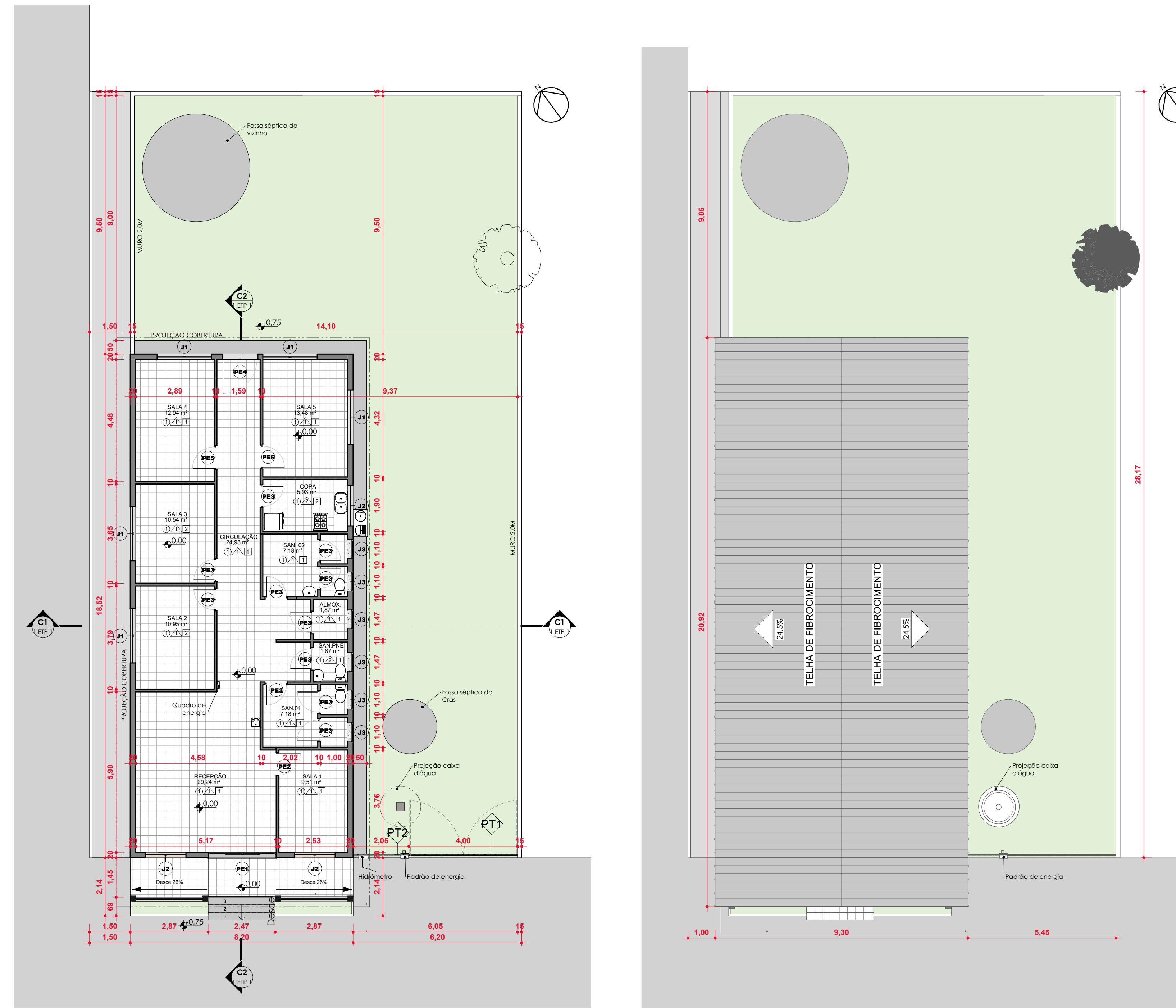


www.creago.org.br atendimento@creago.org.br
Tel: (62) 3221-6200



PREFEITURA DE FLORES DE GOIÁS - CPF/CNPJ: 01.740.497/0001-47

Valor da ART: 108,39	Registrada em 30/04/2026	Valor Pago R\$ 108,39	Nosso Numero 28320690126129643	Situação Registrada/OK		Não possui Livro de Ordem	Não Possui CAT/CAO
---------------------------------------	------------------------------------	---------------------------------	--	----------------------------------	--	--	-------------------------------------

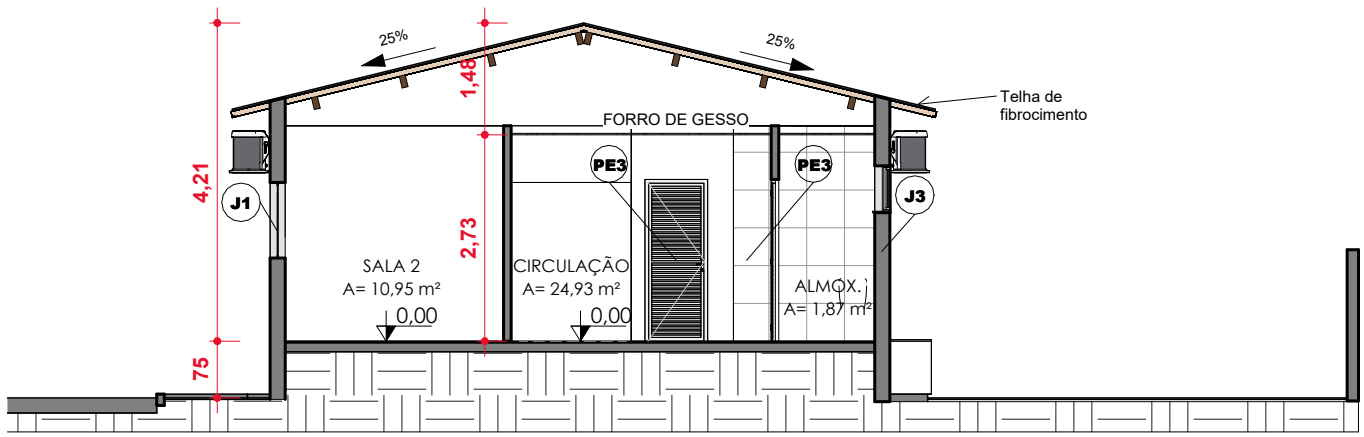


PLANTA EXISTENTE

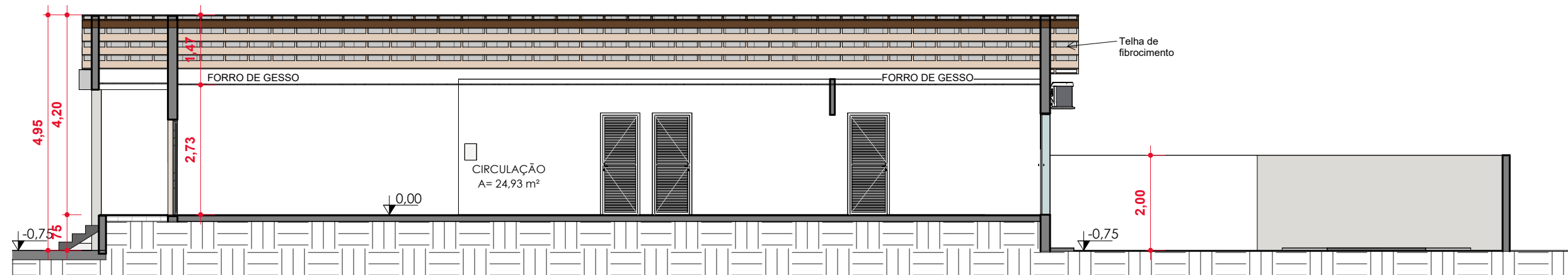
ESCALA 1 : 100

PLANTA COB EXISTENTE

ESCALA 1 : 100



C1
ESCALA 1 : 100



C2
ESCALA 1 : 100

QUADRO DE ABERTURAS - JANELAS EXISTENTE				
Cód.	Quant.	Dimensões		Descrição
		Largura	Altura	
J1	5	200 cm	100 cm	Janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio
J2	3	150 cm	100 cm	Janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio
J3	6	70 cm	60 cm	Janela máxim-ar, 1 folha, vidro/alumínio

QUADRO DE ABERTURAS - PORTAS EXISTENTE				
Cód.	Quant.	Dimensões		Descrição
		Largura	Altura	
PE1	1	244 cm	197 cm	Porta de correr, 4 folhas, vidro/alumínio
PE2	1	80 cm	210 cm	Porta de Madeira com uma folha de abrir
PE3	11	75 cm	210 cm	Porta veneziana, 1 folha de abrir
PE4	1	125 cm	210 cm	Porta de vidro, 1 folha, abrir
PE5	2	80 cm	210 cm	Porta veneziana, 1 folha de abrir
PT1	2	200 cm	230 cm	Portão de grade metálica, duas folhas de abrir
PT2	1	205 cm	230 cm	Grade metálica, fixa

QUADRO DE ACABAMENTOS	
1	PISO
1	PISO CERÂMICO 45X45
2	PISO DE CONCRETO DESEMPENADO COM PINTURA ACRÍLICA
1	PARADE
1	PINTURA ACRÍLICA ACETINADA COR BRANCO GELO
2	REVESTIMENTO CERÂMICO DO PISO AO TETO
1	PINTURA ACRÍLICA EXTERNA
1	TETO
1	FORRO DE GESSO PINTURA BRANCO NEVE
2	SEM FORRO



LOCALIZAÇÃO
LAT: 14°26'58.09"S /
LONG: 47° 2'55.10"O

NOTAS:
CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL;

- 1ª ETAPA:
- TROCAR 7% DAS TELHAS DE FIBROCIMENTO DANIFICADAS NA EDIFICAÇÃO EXISTENTE E MANTER A ESTRUTURA;
 - FAZER MANUTENÇÃO NA CUMEIRA;
 - IMPERMEABILIZAR TELHAS DE FIBROCIMENTO;
 - ELEVAR PLATIBANDAS E EXECUTAR CALHAS NA COBERTURA;
 - INSTALAR CONDENSADORAS NA ÁREA INTERNA DAS PLATIBANDAS;
 - INSTALAR PINGADEIRAS NAS PLATIBANDAS E MUROS;
 - EXECUTAR RAMPA DE ACESSO CONFORME NBR 9050/2020 COM CORRIMÃO INOX NAS ALTURAS DE 0,70M E 0,92M CONFORME NBR 9050/2020;
 - EXECUTAR CALÇADA EXTERNA EM CONCRETO DESEMPENADO COM 0,30M DE RECUO PARA PLANTIO DE VEGETAÇÃO;
 - ACRESCENTAR DUAS SALAS NO CRAS, CONSIDERANDO INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO EM UMA DELAS E PONTO ELÉTRICO E SANITÁRIO NA OUTRA;
 - TROCAR GRADE EXTERNA E PORTÃO METÁLICO POR GRADIL E PORTÃO EM GRADIL, CONFORME PROJETO;
 - TROCAR TODAS AS PORTAS INTERNAS POR PORTAS COM 0,90CM;
 - EXECUTAR SANITÁRIOS ACESSÍVEIS NO INTERIOR;
 - EXECUTAR NOVO FORRO DE GESSO;
 - FORRO DE GESSO DO ACESSO PRINCIPAL PINTADO NA COR PASSOS DE DANÇA;
 - INSTALAR FLOREIRA DE CONCRETO IMPERMEABILIZADA NA ENTRADA;
 - TROCAR TODO O PISO INTERNO PARA PORCELANATO RETIFICADO E ACETINADO, RODAPÉ EMBUTIDO COM 10CM;
 - INSTALAR SOLEIRAS E PINGADEIRAS NAS JANELAS NOVAS DE GRÁNITO CINZA ANDORINHA;
 - REFAZER TODA A PINTURA INTERNA NA COR BEM-ESTAR E EXTERNA CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM PROJETO;
 - LIXAR FORROS DANIFICADOS, EMASAR E LIXAR. PINTAR TORO O FORRO INTERNO NA COR BRANCO NEVE;
 - INSTALAR LUMINÁRIAS ARANDELA EXTERNAMENTE E PAFLON NA ENTRADA DO CRAS;
- 2ª ETAPA:
- INATIVAR FOSSA SÉPTICA DO FUNDO DO TERRENO;
 - ATERRAR O FUNDO PARA A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE REUNIÕES;
 - EXECUTAR DML E ÁREA PARA LAVATÓRIO NO ESPAÇO PARA REUNIÕES E NIVELAR AO MESMO NÍVEL DA EDIFICAÇÃO;
 - EXECUTAR COBERTURA EM TELHA TERMOACÚSTICA FORRO SOBRE ESTRUTURA METÁLICA COM CALHA E RUFOS METÁLICOS;

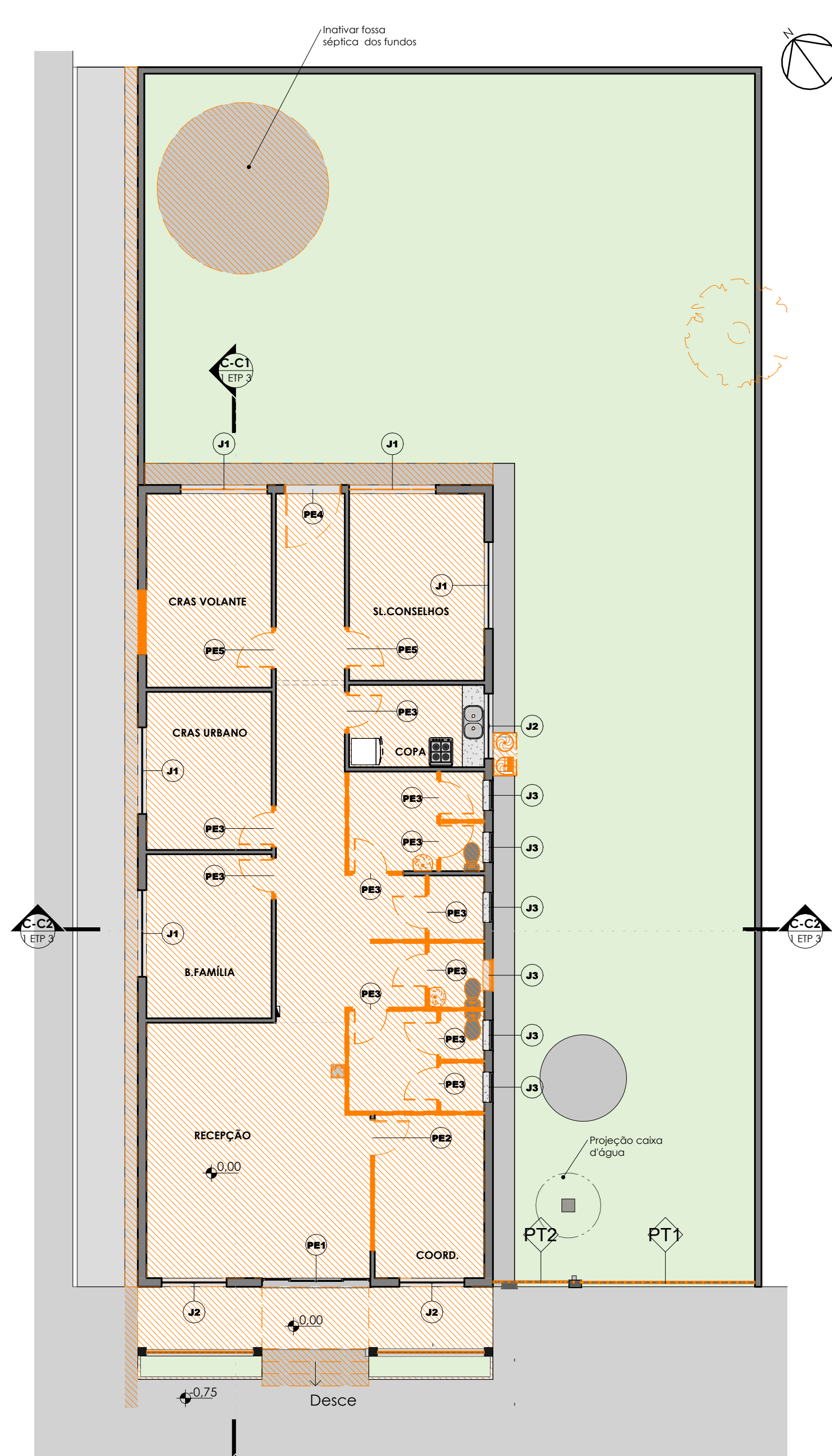
REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÃO
01		
02		
03		
04		



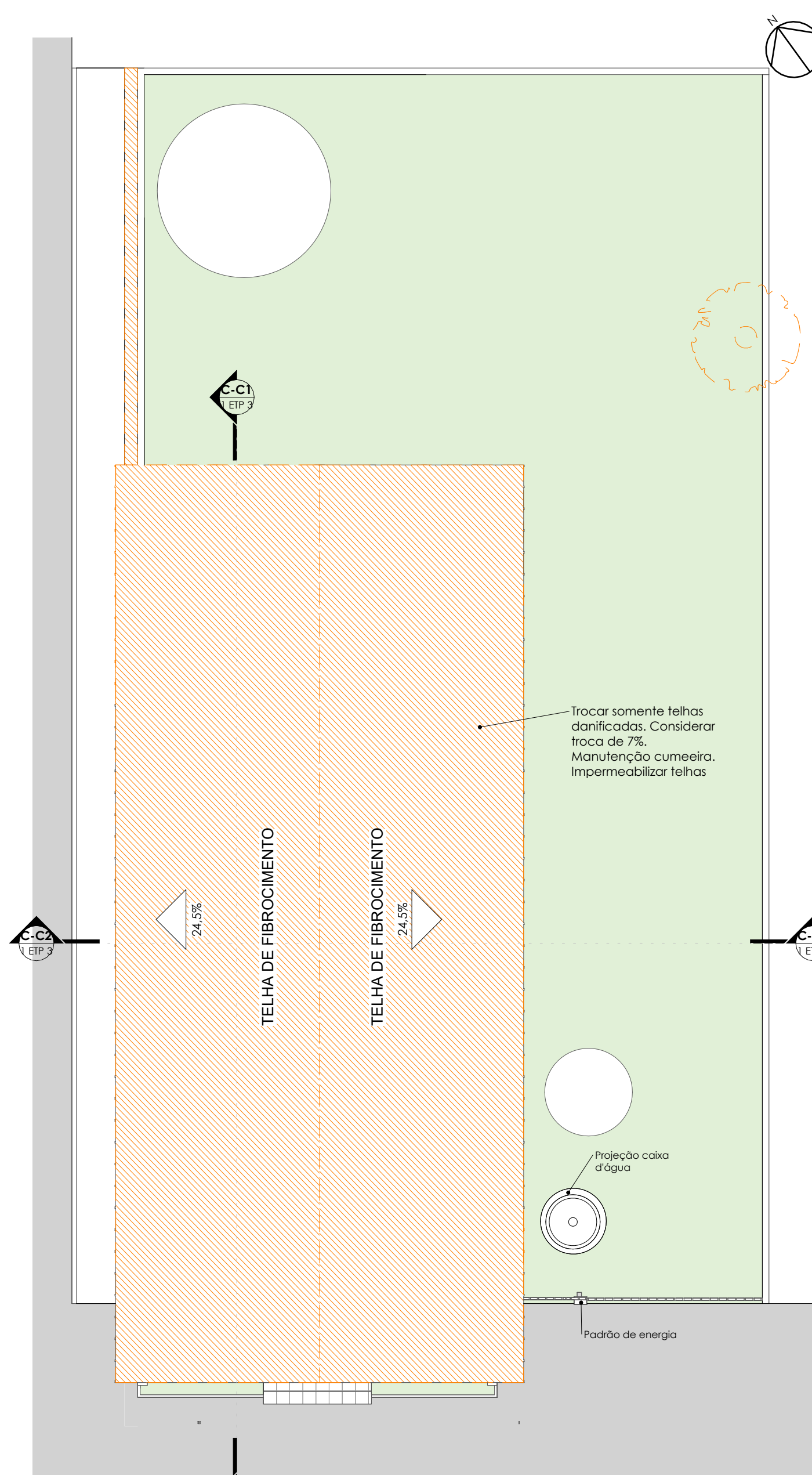
ARQUITETURA

CLIENTE		PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS	
OBRA		REFORMA CRAS - 1ª ETAPA	
ENDEREÇO		RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES, FLORES DE GOIÁS - GO	
REFERENTE		IMPLANTAÇÃO PLANTA BAIXA EXISTENTE PLANTA DE COBERTURA EXISTENTE CORTES EXISTENTE	
ÁREAS		ÁREA CONST. EXISTENTE: 164,98M² ÁREA AMPLIADA: 35,67M² ÁREA OCUPADA: 64,13M²	
A.R.T.		JULIANA MAYLA DE CARVALHO 0497909 8126 ENG. JULIANA MAYLA DE CARVALHO CREA 11.479.852/0001-20	
Desenho		Revisão	00
Tamanho		Indicada	A1
Escala(s)		Indicada	A1
Unidade(s)		Indicada	METROS
Data		FEVEREIRO/2025	
ART N°		1/6	

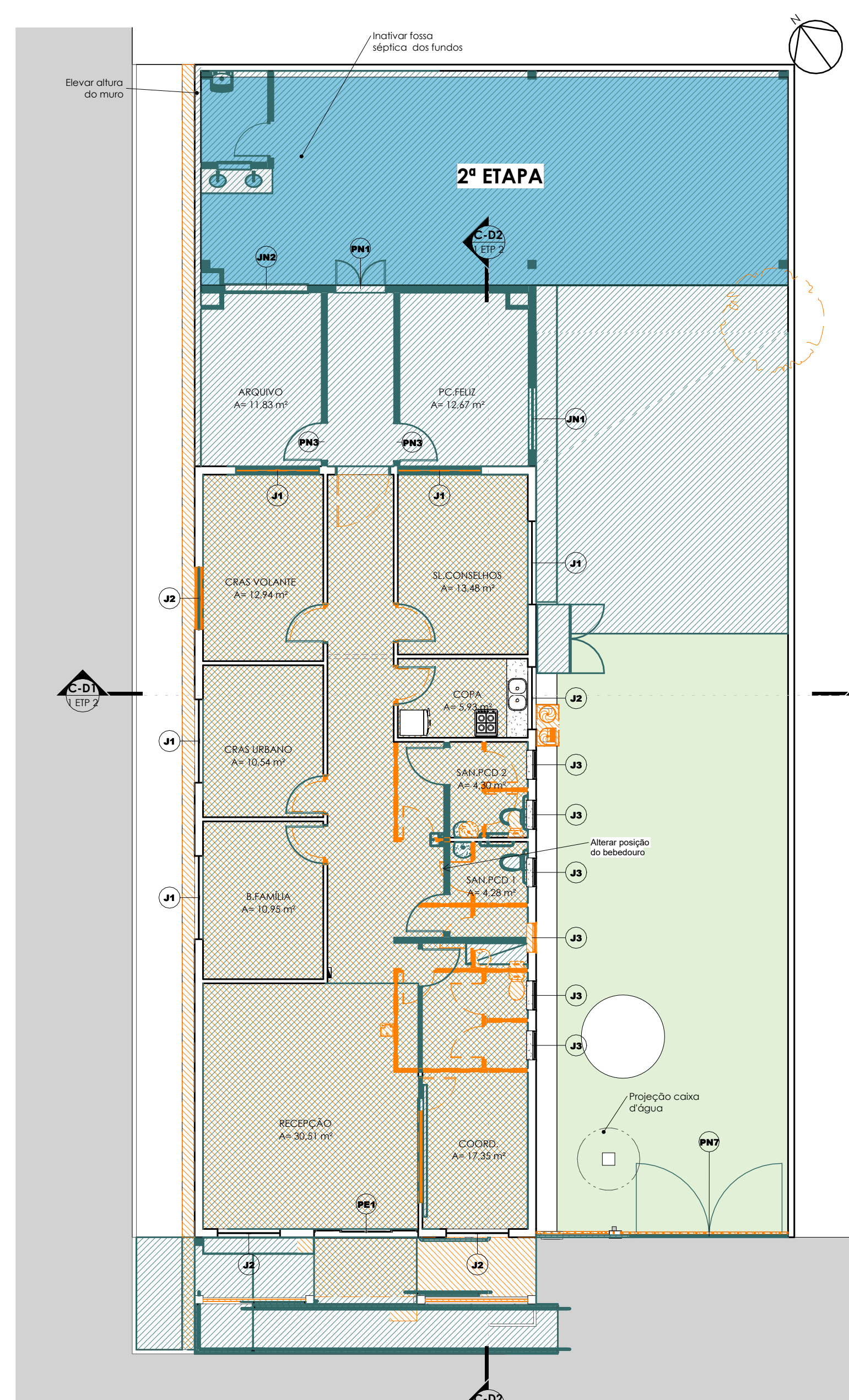
Os direitos autorais deste projeto pertencem aos engenheiros acima citados.
E proibida a sua reprodução, modificação e/ou alteração conforme LEI 5.968 ART.25



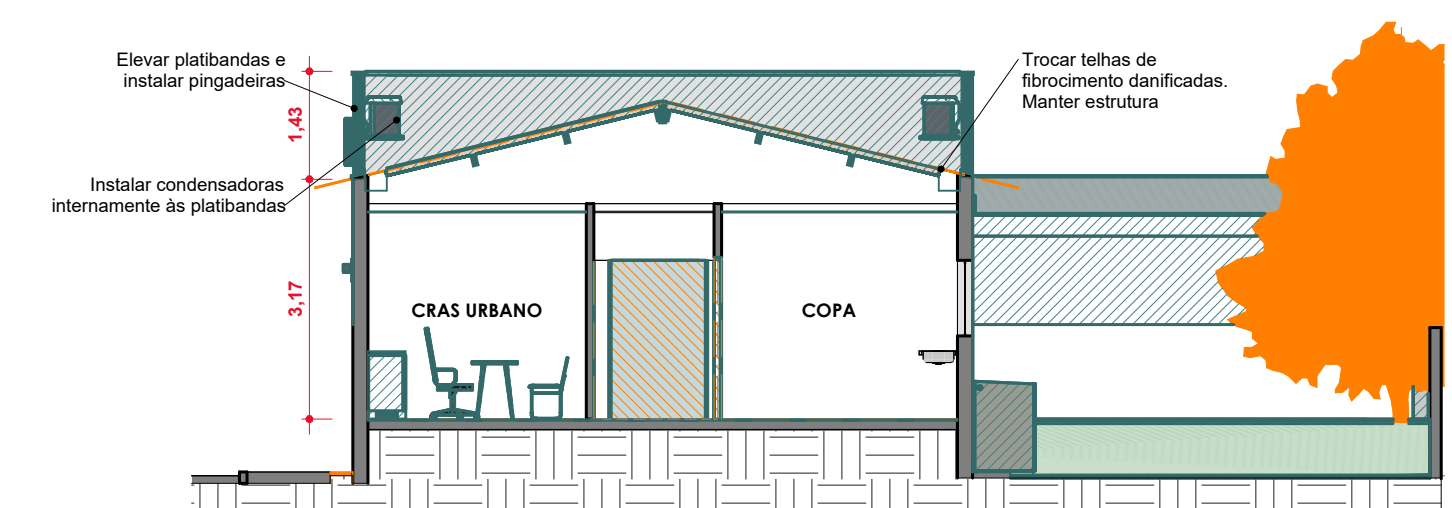
PLANTA DEMOLIR - 1ª ETAPA
ESCALA 1 : 100



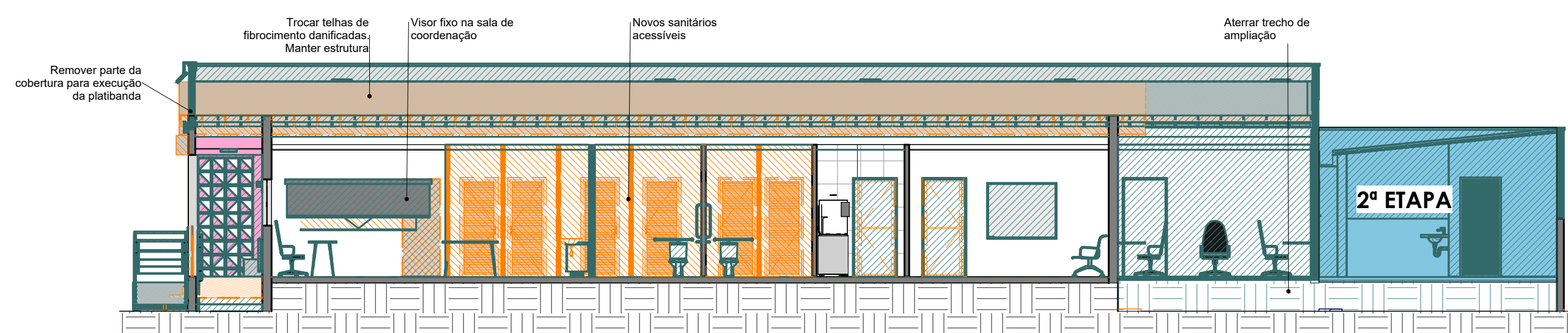
COB DEMOLIR - 1ª ETAPA
ESCALA 1 : 100



PLANTA DEM/CONST
ESCALA 1 : 100



C-D1
ESCALA 1 : 100



C-D2
ESCALA 1 : 100

LEGENDA CONSTRUIR / DEMOLIR	
	Existente
	A ser demolida
	A ser construído

QUADRO DE ABERTURAS - JANELAS REFORMA 1ªETP						
Cód.	Quant.	Dimensões		Altura do peitoril	Descrição	Comentários
		Largura	Altura			
J1	3	200 cm	100 cm	1,10	Janela comer, 4 folhas, vidro/alumínio	Remover 2
J2	4	150 cm	100 cm	1,10	Janela comer, 4 folhas, vidro/alumínio	Remover 1
J3	5	70 cm	60 cm	1,70	Janela mdaim-cr, 1 folha, vidro/alumínio	Remover 1
JN1	1	150 cm	100 cm	1,10	Janela comer, 4 folhas, vidro/alumínio	Nova
JN2	1	200 cm	80 cm	1,30	Janela mdaim-cr, 4 folhas, vidro/alumínio	Nova
JN3	1	250 cm	100 cm	1,00	Janela vidro fixo	Nova
QUADRO DE ABERTURAS - PORTAS REFORMA 1ªETP						
Cód.	Quant.	Dimensões			Descrição	Comentários
		Largura	Altura			
PE1	1	244 cm	197 cm		Porta de comer, 4 folhas, vidro/alumínio	Manter
PN1	1	120 cm	210 cm		Porta de ferro, com 2 folhas de abrir	Nova
PN2	2	90 cm	210 cm		Porta de Madeira 1 folha de abrir, PNE	Nova
PN3	8	90 cm	210 cm		Porta de Madeira 1 folha de abrir	Nova
PN7	1	350 cm	190 cm		Portão de aço e gradil, com pintura Azul Escuro	Nova
VO1	1	125 cm	210 cm		Vão de passagem revestido com granito	Nova

NOTAS:
CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL;

- 1ª ETAPA:
- TROCAR 7% DAS TELHAS DE FIBROIMENTO DANIFICADAS NA EDIFICAÇÃO EXISTENTE E MANTER A ESTRUTURA;
 - FAZER MANUTENÇÃO NA CUMEIRA;
 - IMPERMEABILIZAR TELHAS DE FIBROIMENTO;
 - ELEVAR PLATIBANDAS E EXECUTAR CALHAS NA COBERTURA;
 - INSTALAR CONDENSADORAS NA ÁREA INTERNA DAS PLATIBANDAS;
 - INSTALAR PINGADEIRAS NAS PLATIBANDAS E MUROS;
 - EXECUTAR RAMPA DE ACESSO CONFORME NBR 9050/2020 COM CORRIMÃO INOX NAS ALTURAS DE 0,70M E 0,92M CONFORME NBR 9050/2020;
 - EXECUTAR CALÇADA EXTERNA EM CONCRETO DESEMPENADO COM 0,30M DE RECUO PARA PLANTIO DE VEGETAÇÃO;
 - ACRESCENTAR DUAS SALAS NO CRAS, CONSIDERANDO INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO EM UMA DELAS E PONTO ELÉTRICO E SANITÁRIO NA OUTRA;
 - TROCAR GRADE EXTERNA E PORTÃO METÁLICO POR GRADIL E PORTÃO EM GRADIL, CONFORME PROJETO;
 - TROCAR TODAS AS PORTAS INTERNAS POR PORTAS COM 0,90CM;
 - EXECUTAR SANITÁRIOS ACESSÍVEIS NO INTERIOR;
 - EXECUTAR NOVO FORRO DE GESSO;
 - FORRO DE GESSO DO ACESSO PRINCIPAL PINTADO NA COR PASSOS DE DANÇA;
 - INSTALAR FLOREIRA DE CONCRETO IMPERMEABILIZADA NA ENTRADA;
 - TROCAR TODO O PISO INTERNO PARA PORCELANATO RETIFICADO E ACETINADO, RODAPÉ EMBUTIDO COM 10CM; INSTALAR SOLEIRAS E PINGADEIRAS NAS JANELAS NOVAS DE GRANITO CINZA ANDORINHA;
 - REFAZER TODA A PINTURA INTERNA NA COR BEM-ESTAR E EXTERNA CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM PROJETO;
 - LIXAR FORROS DANIFICADOS, EMASAR E LIXAR. PINTAR TORO O FORRO INTERNO NA COR BRANCO NEVE;
 - INSTALAR LUMINÁRIAS ARANDELA EXTERNAMENTE E PAFILON NA ENTRADA DO CRAS;

- 2ª ETAPA:
- INATIVAR FOSSA SÉPTICA DO FUNDO DO TERRENO;
 - ATERRAR O FUNDO PARA A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE REUNIÕES;
 - EXECUTAR DML E ÁREA PARA LAVATÓRIO NO ESPAÇO PARA REUNIÕES E NIVELAR AO MESMO NÍVEL DA EDIFICAÇÃO;
 - EXECUTAR COBERTURA EM TELHA TERMOACÚSTICA FORRO SOBRE ESTRUTURA METÁLICA COM CALHA E RUFOS METÁLICOS;



ARQUITETURA

CLIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

OBRA
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

ENDEREÇO
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES, FLORES DE GOIÁS - GO

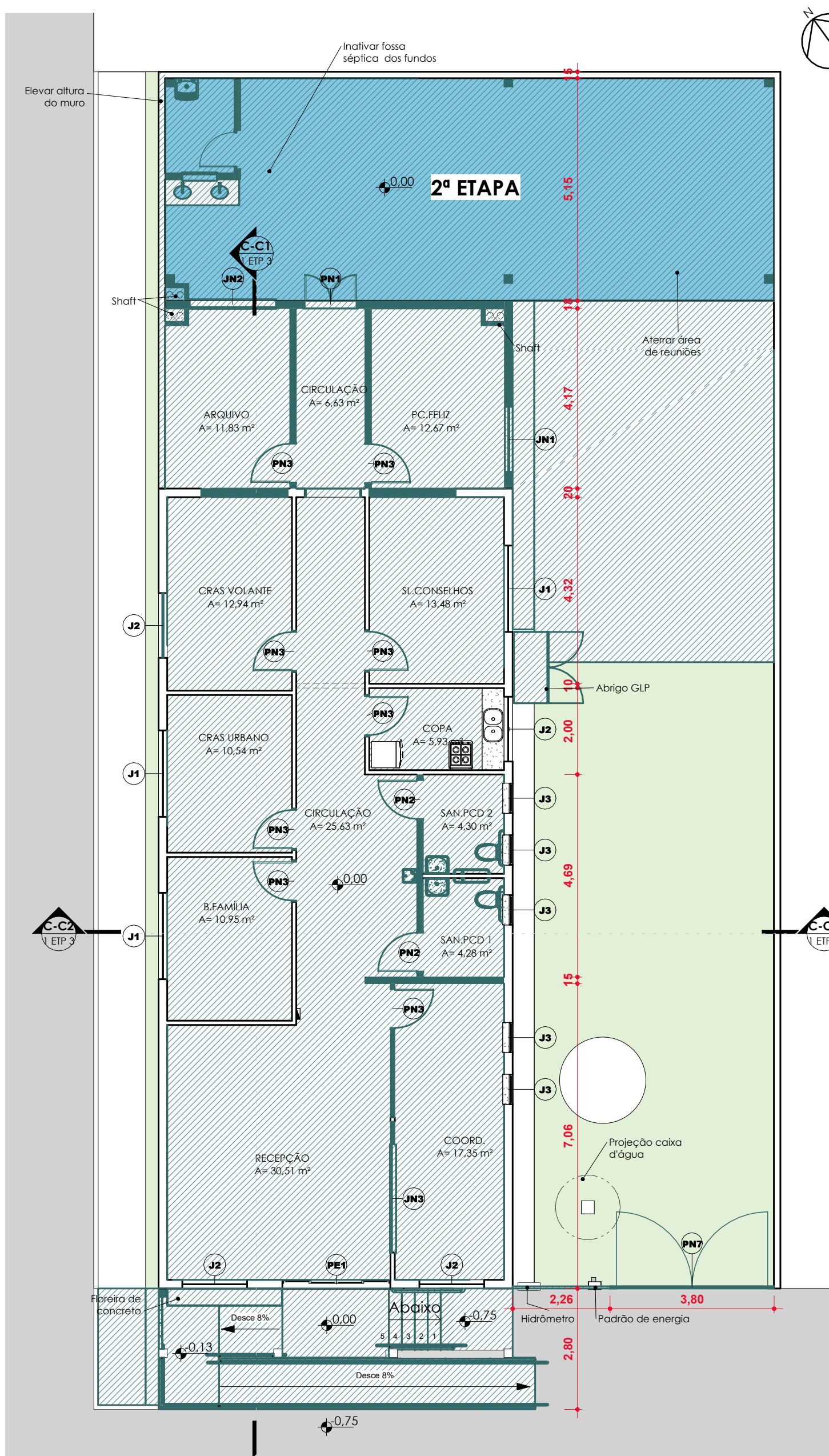
REFERENTE
**PLANTA BAIXA CONSTRUIR/DEMOLIR
PLANTA BAIXA DEMOLIR
PLANTA COBERTURA DEMOLIR**

ÁREAS
**ÁREA CONST. EXISTENTE: 164,98M²
ÁREA AMPLIADA: 35,67M²
ÁREA OCUPADA: 64,13M²**

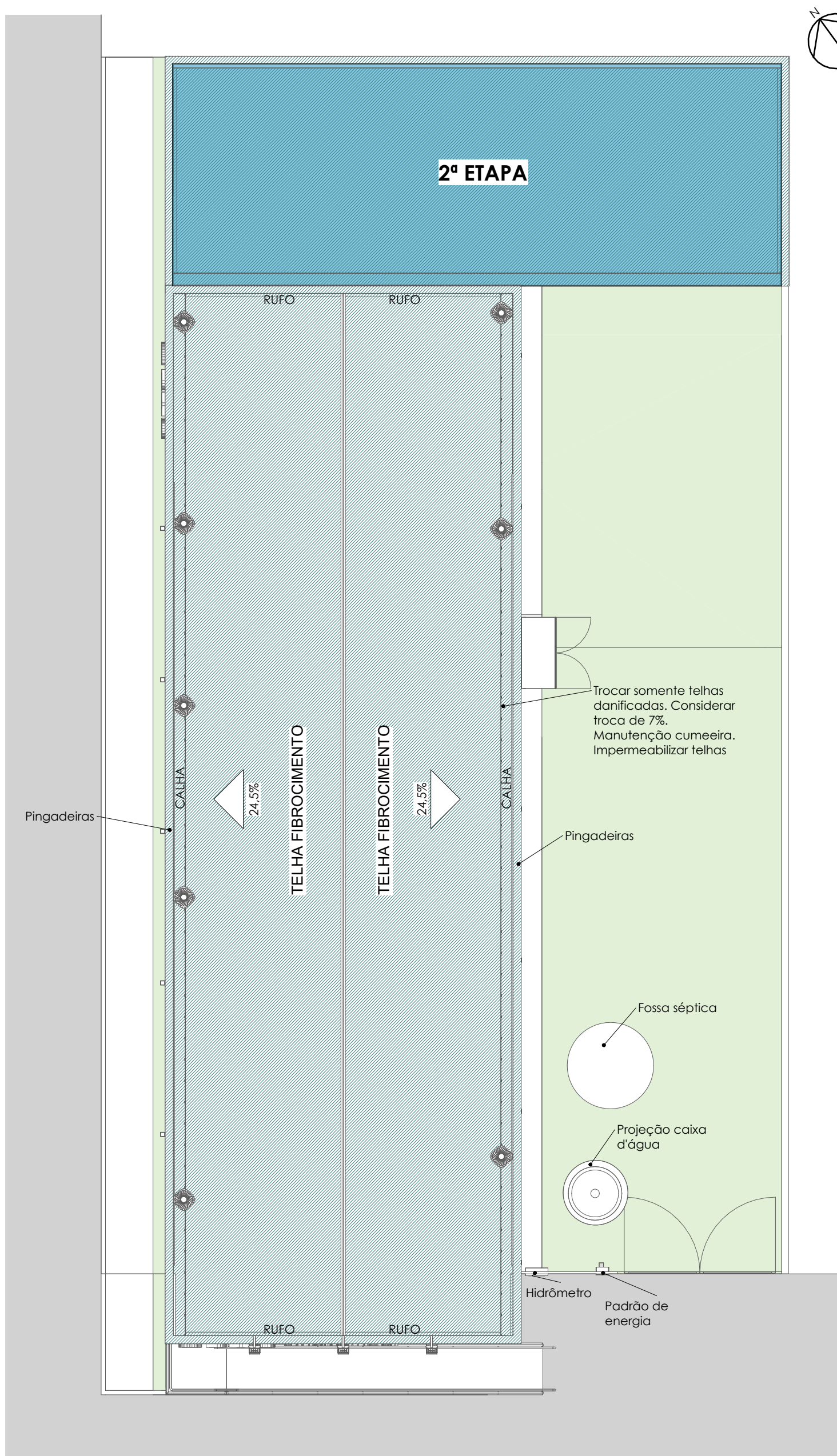
A.R.T.
JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA: 049790-9
10151120580-D-GO
Assinado de forma digital por JULIANA MAYLA DE CARVALHO em 26/09/2025 11:55:25 -03'00'
ENG. JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA: 049790-9
10151120580-D-GO
PREFETURA DE FLORES DE GOIÁS
CPF: 11.479.852/0001-20
Prancha N°
2/6

Desenho	Revisão	Tamanho	Escala(s)	Unidade(s)	Data	ART N°
Ano Martha Franzi	00	INDICADA	INDICADA	METROS	FEVEREIRO/2025	

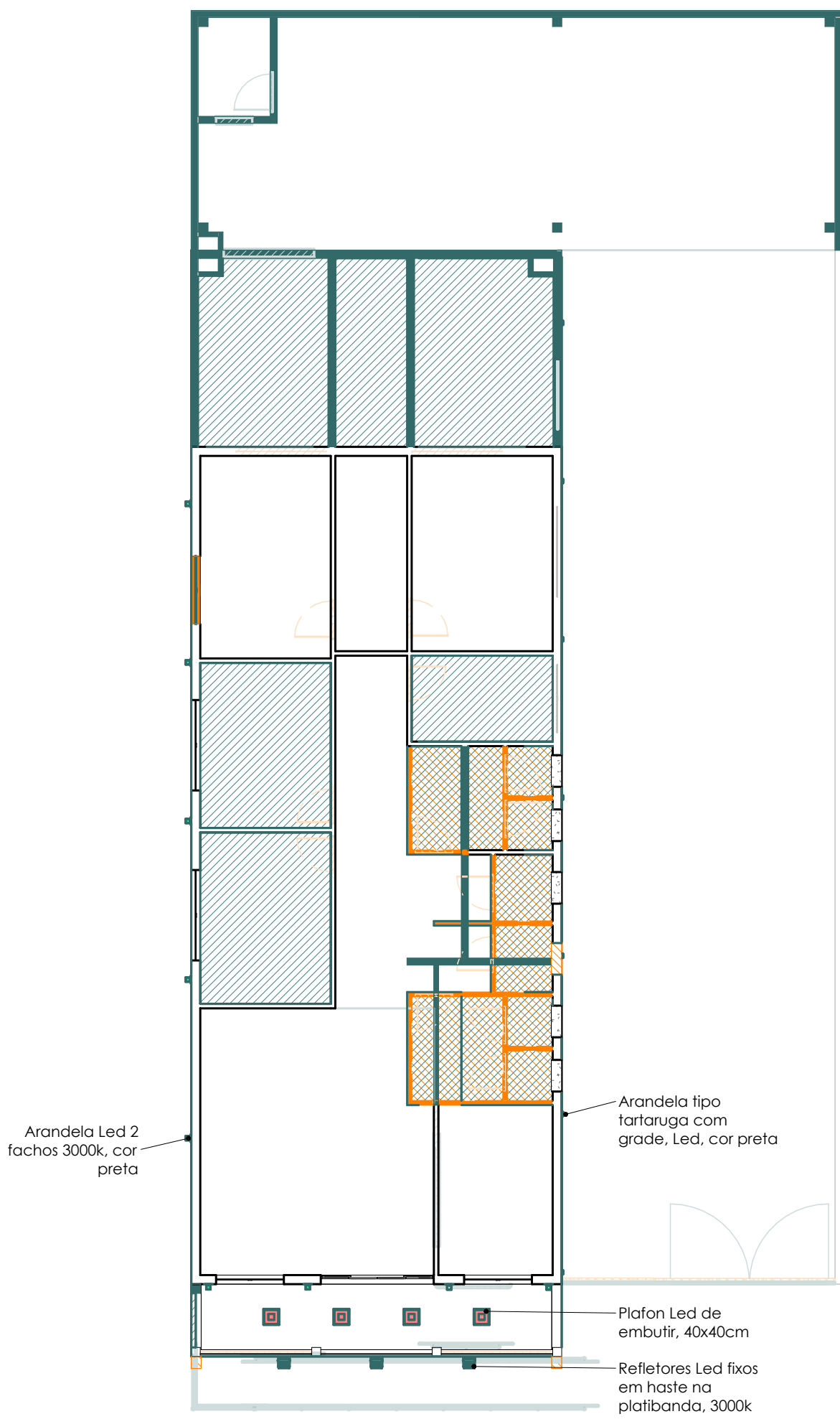
Os direitos autorais deste projeto pertencem aos engenheiros acima citados.
É proibida a sua reprodução, modificação ou alteração conforme LEI 5.968 ART.25



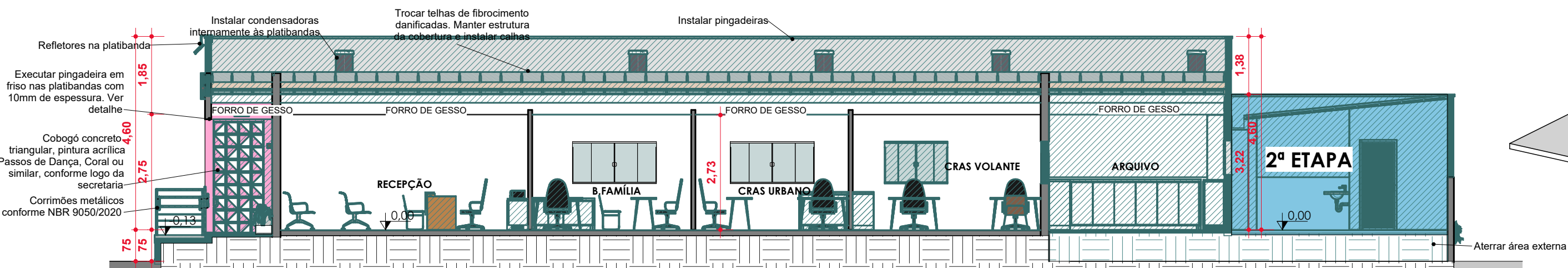
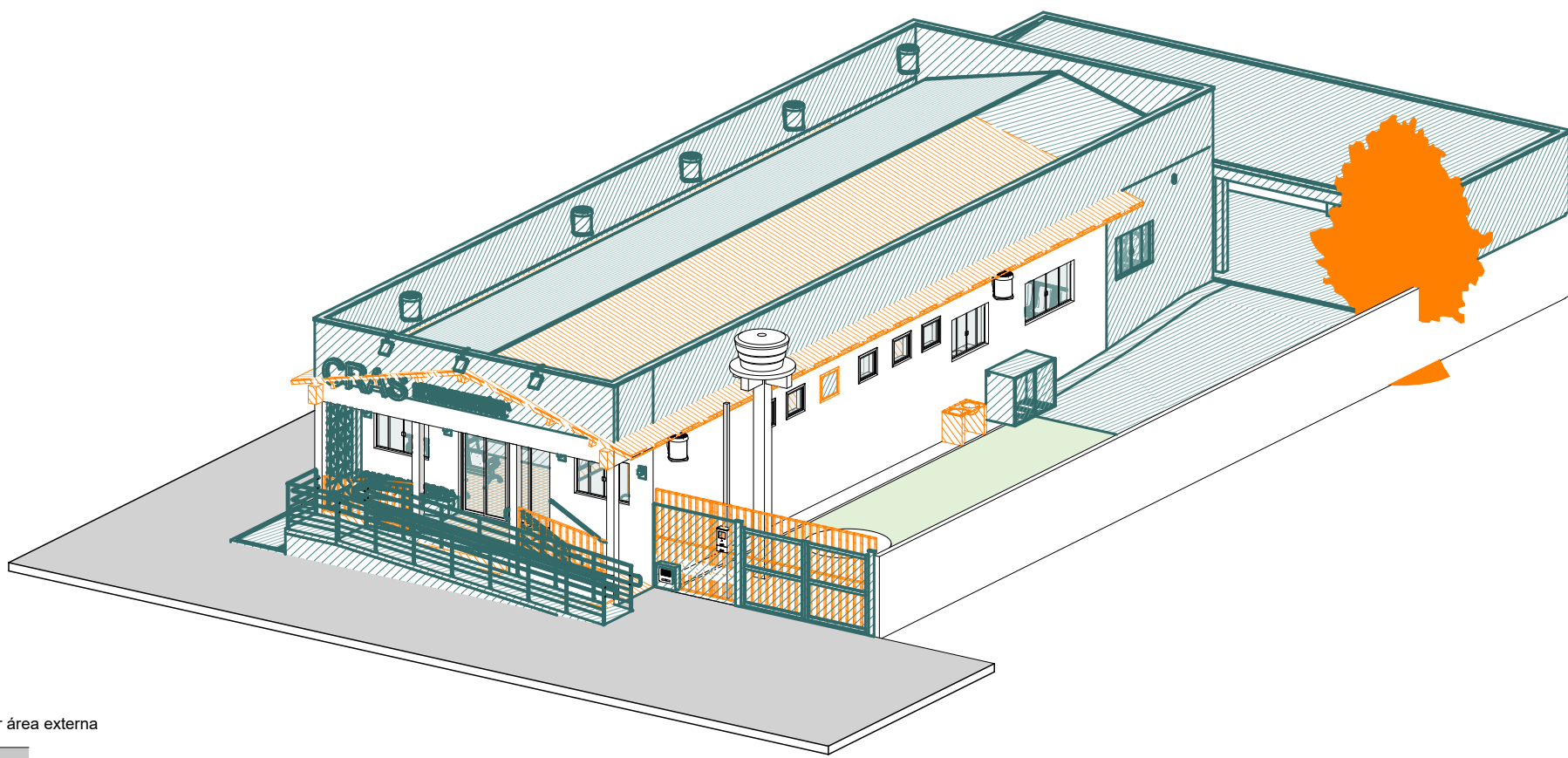
PLANTA CONSTRUIR - 1ª ETAPA
ESCALA 1: 100



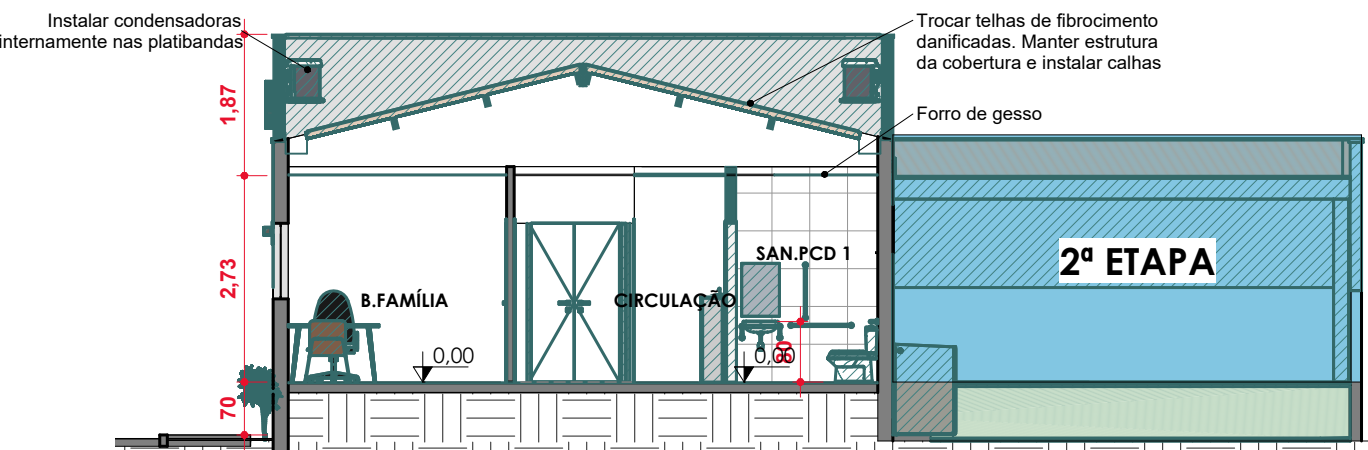
COB CONSTRUIR - 1ª ETP
ESCALA 1: 100



FORRO REFORMA
ESCALA 1: 120



C-C1
ESCALA 1: 100



C-C2
ESCALA 1: 100

LEGENDA CONSTRUIR / DEMOLIR	
	Existente
	A ser demolido
	A ser construído

QUADRO DE ABERTURAS - JANELAS REFORMA 1ªETP						
Cód.	Quant.	Dimensões		Altura do perfil	Descrição	Comentários
		Largura	Altura			
J1	3	200 cm	100 cm	1,10	Janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio	Remover 2
J2	4	150 cm	100 cm	1,10	Janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio	Remover 1
J3	5	70 cm	60 cm	1,70	Janela móvel-ar, 1 folha, vidro/alumínio	Remover 1
JN1	1	150 cm	100 cm	1,10	Janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio	Nova
JN2	1	200 cm	80 cm	1,30	Janela móvel-ar, 4 folhas, vidro/alumínio	Nova
JN3	1	250 cm	100 cm	1,00	Janela vidro fixo	Nova

QUADRO DE ABERTURAS - PORTAS REFORMA 1ETP						
Cód.	Quant.	Dimensões		Descrição	Comentários	
		Largura	Altura			
PE1	1	244 cm	197 cm	Porta de correr, 4 folhas, vidro/alumínio	Manter	
PN1	1	120 cm	210 cm	Porta de ferro, com 2 folhas de abrir	Nova	
PN2	2	90 cm	210 cm	Porta de Madeira 1 folha de abrir, PNE	Nova	
PN3	8	90 cm	210 cm	Porta de Madeira 1 folha de abrir	Nova	
PN7	1	350 cm	190 cm	Portão de aço e gradil, com pintura Azul Escuro	Nova	
V01	1	125 cm	210 cm	Vão de passagem revestido com granito	Nova	

NOTAS:
CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL;

- 1ª ETAPA:
- TROCAR 7% DAS TELHAS DE FIBROCIMENTO DANIFICADAS NA EDIFICAÇÃO EXISTENTE E MANTER A ESTRUTURA;
 - FAZER MANUTENÇÃO NA CUMEEIRA;
 - IMPERMEABILIZAR TELHAS DE FIBROCIMENTO;
 - ELEVAR PLATIBANDAS E EXECUTAR CALHAS NA COBERTURA;
 - INSTALAR CONDENSADORAS NA ÁREA INTERNA DAS PLATIBANDAS;
 - INSTALAR PINGADEIRAS NAS PLATIBANDAS E MUROS;
 - EXECUTAR RAMPA DE ACESSO CONFORME NBR 9050/2020 COM CORRIMÃO INOX NAS ALTURAS DE 0,70M E 0,92M CONFORME NBR 9050/2020;
 - EXECUTAR CALÇADA EXTERNA EM CONCRETO DESEMPENADO COM 0,30M DE RECUO PARA PLANTIO DE VEGETAÇÃO;
 - ACRESCENTAR DUAS SALAS NO CRAS, CONSIDERANDO INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO EM UMA DELAS E PONTO ELÉTRICO E SANITÁRIO NA OUTRA;
 - TROCAR GRADE EXTERNA E PORTÃO METÁLICO POR GRADIL E PORTÃO EM GRADIL, CONFORME PROJETO;
 - TROCAR TODAS AS PORTAS INTERNAS POR PORTAS COM 0,90CM;
 - EXECUTAR SANITÁRIOS ACESSÍVEIS NO INTERIOR;
 - EXECUTAR NOVO FORRO DE GESSO;
 - FORRO DE GESSO DO ACESSO PRINCIPAL PINTADO NA COR PASSOS DE DANÇA;
 - INSTALAR FLOREIRA DE CONCRETO IMPERMEABILIZADA NA ENTRADA;
 - TROCAR TODO O PISO INTERNO PARA PORCELANATO RETIFICADO E ACETINADO, RODAPÉ EMBUTIDO COM 10CM;
 - INSTALAR SOLEIRAS E PINGADEIRAS NAS JANELAS NOVAS DE GRÁFITO CINZA ANDORINHA;
 - REFAZER TODA A PINTURA INTERNA NA COR BEM-ESTAR E EXTERNA CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM PROJETO;
 - LIXAR FORROS DANIFICADOS, EMASAR E LIXAR. PINTAR TORO O FORRO INTERNO NA COR BRANCO NEVE;
 - INSTALAR LUMINÁRIAS ARANDELA EXTERNAMENTE E PAFLON NA ENTRADA DO CRAS;

- 2ª ETAPA:
- INATIVAR FOSSA SÉPTICA DO FUNDO DO TERRENO;
 - ATERRAR O FUNDO PARA A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE REUNIÕES;
 - EXECUTAR DML E ÁREA PARA LAVATÓRIO NO ESPAÇO PARA REUNIÕES E NIVELAR AO MESMO NÍVEL DA EDIFICAÇÃO;
 - EXECUTAR COBERTURA EM TELHA TERMOACÚSTICA FORRO SOBRE ESTRUTURA METÁLICA COM CALHA E RUFOS METÁLICOS;



ARQUITETURA

CLIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

OBRA
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

ENDEREÇO
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES, FLORES DE GOIÁS - GO

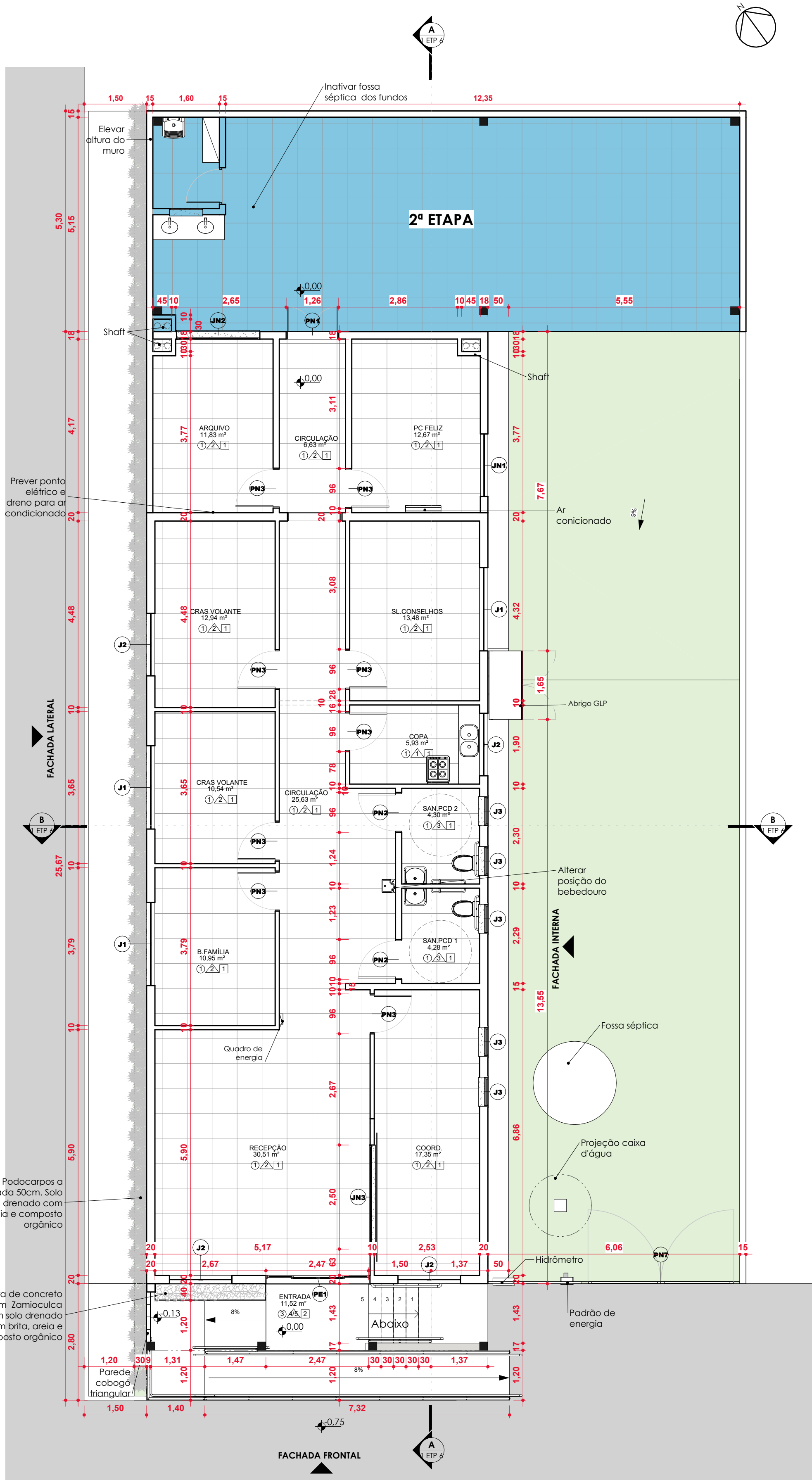
REFERENTE
**PLANTA BAIXA CONSTRUIR
PLANTA COBERTURA CONSTRUIR
CORTES CONSTRUIR**

ÁREAS
**ÁREA CONST. EXISTENTE: 164,98M²
ÁREA AMPLIADA: 35,67M²
ÁREA OCUPADA: 64,13M²**

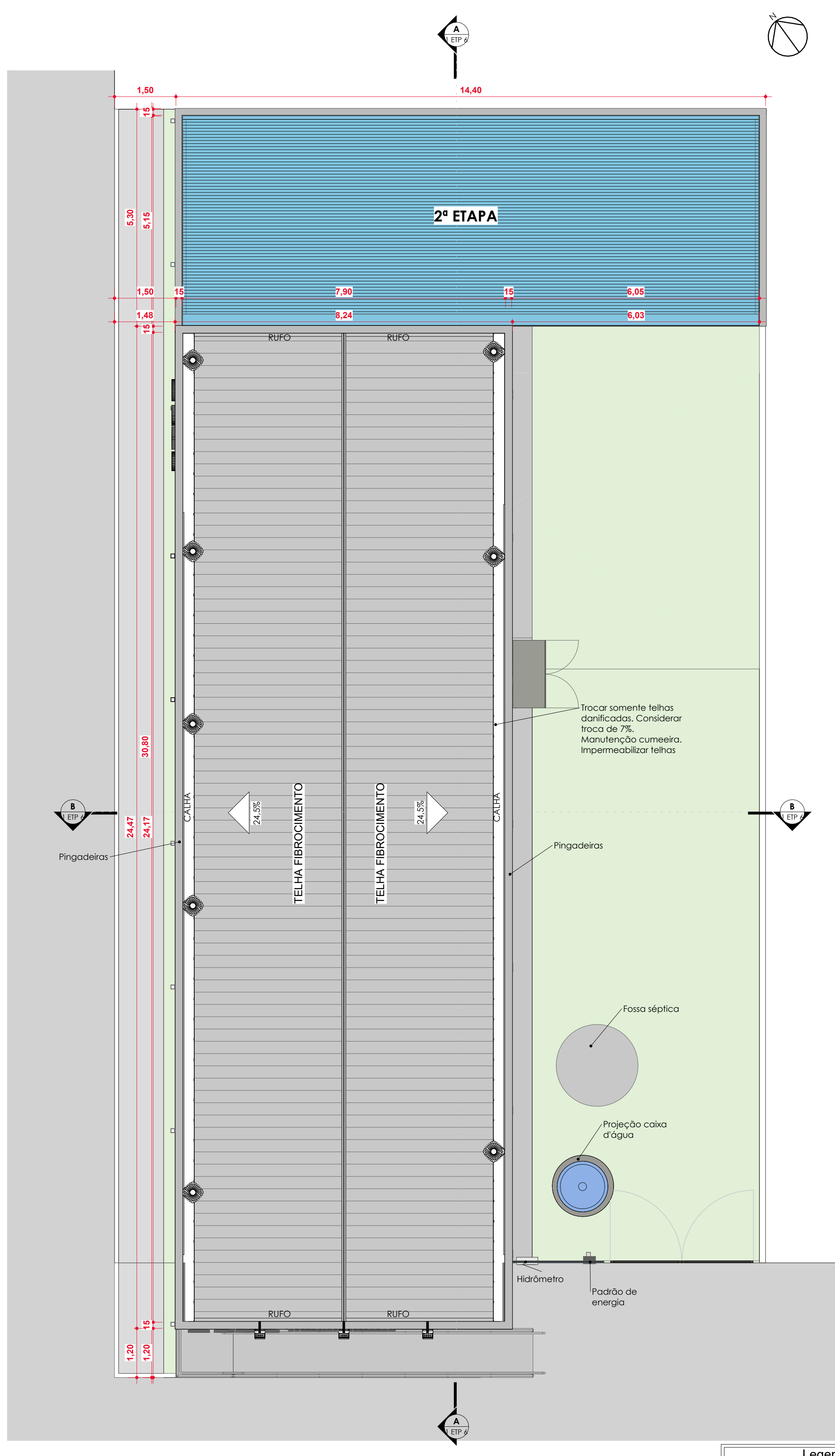
A.R.T.
JULIANA MAYLA DE CARVALHO 0497909
CREA: 1015120580-D-GO
Assinado de forma digital por JULIANA MAYLA DE CARVALHO 0497909126
Data: 2024.04.30 11:55:35 -03'00'
Prancha N°
3/6

Desenho
Anq Martha Francisca
Revisão
00
Tamanho
A1
Escala(s)
INDICADA
Unidade(s)
METROS
Data
FEVEREIRO 2025
ART N°

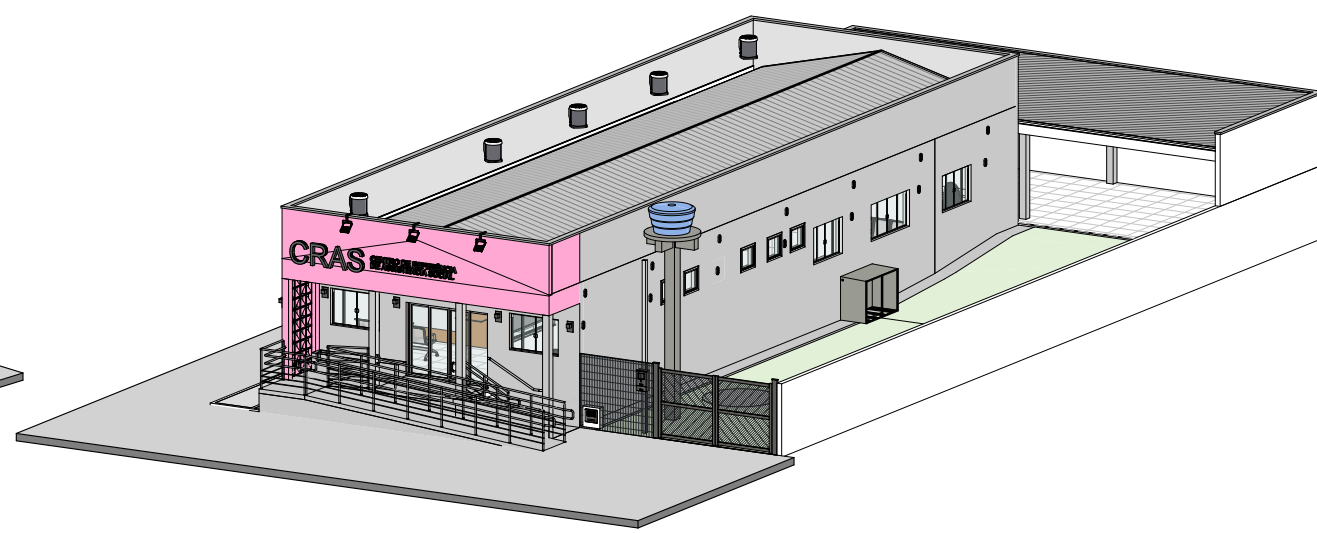
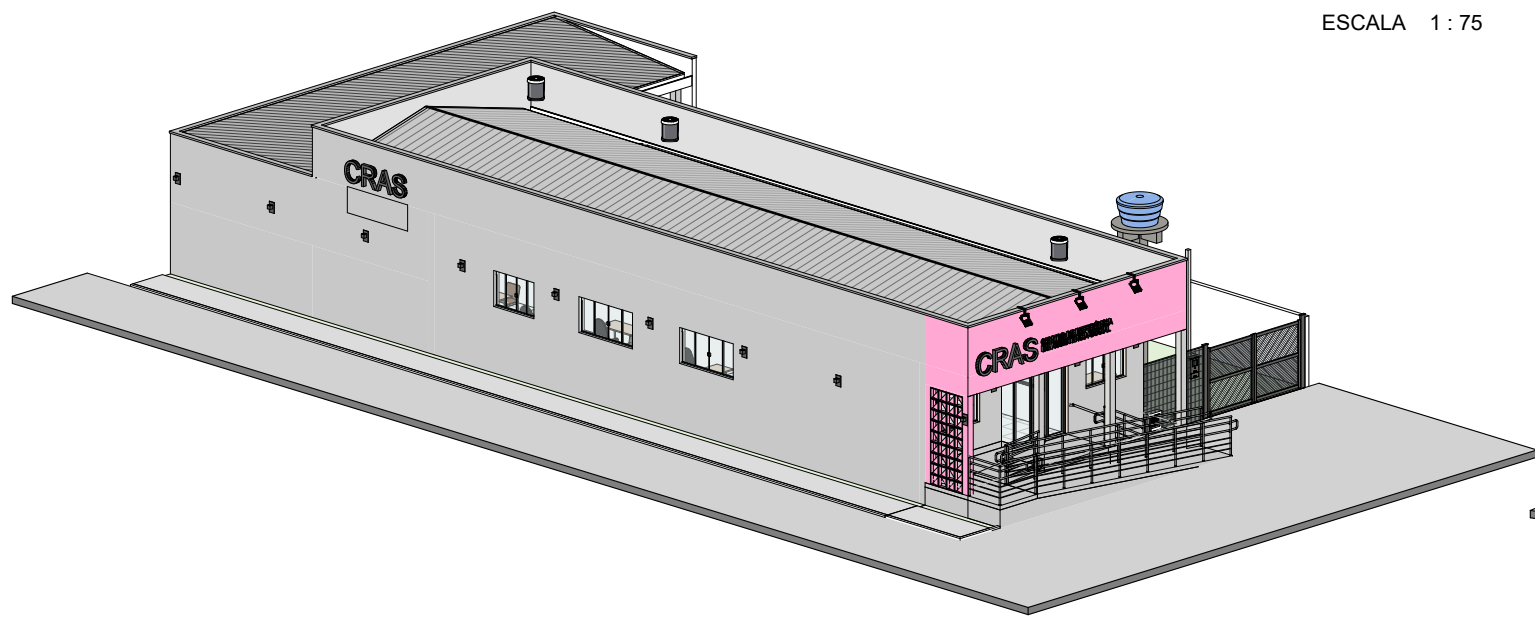
Os direitos autorais deste projeto pertencem aos engenheiros acima citados.
E proibida a sua reprodução, modificação e/ou alteração conforme LEI 5.968 ART.25



PLANTA EXECUTIVA - 1ª ETP
ESCALA 1:75



PLANTA COBERTURA - 1ª ETP
ESCALA 1:75



NOTAS:
CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL;

- 1ª ETAPA:
1. TROCAR 7% DAS TELHAS DE FIBROCIMENTO DANIFICADAS NA EDIFICAÇÃO EXISTENTE E MANTER A ESTRUTURA;
 2. FAZER MANUTENÇÃO NA CUMEIRA;
 3. IMPERMEABILIZAR TELHAS DE FIBROCIMENTO;
 4. ELEVAR PLATIBANDAS E EXECUTAR CALHAS NA COBERTURA;
 5. INSTALAR CONDENSADORAS NA ÁREA INTERNA DAS PLATIBANDAS;
 6. INSTALAR PINGADEIRAS NAS PLATIBANDAS E MUROS;
 7. EXECUTAR RAMPA DE ACESSO CONFORME NBR 9050/2020 COM CORRIMÃO INOX NAS ALTURAS DE 0,70M E 0,92M CONFORME NBR 9050/2020;
 8. EXECUTAR CALÇADA EXTERNA EM CONCRETO DESEMPENADO COM 0,30M DE RECUO PARA PLANTIO DE VEGETAÇÃO;
 9. ACRESCENTAR DUAS SALAS NO CRAS, CONSIDERANDO INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO EM UMA DELAS E PONTO ELÉTRICO E SANITÁRIO NA OUTRA;
 10. TROCAR GRADE EXTERNA E PORTÃO METÁLICO POR GRADIL E PORTÃO EM GRADIL, CONFORME PROJETO;
 11. TROCAR TODAS AS PORTAS INTERNAS POR PORTAS COM 0,90CM;
 12. EXECUTAR SANITÁRIOS ACESSÍVEIS NO INTERIOR;
 13. EXECUTAR NOVO FORRO DE GESSO;
 14. FORRO DE GESSO DO ACESSO PRINCIPAL PINTADO NA COR PASSOS DE DANÇA;
 15. INSTALAR FLOREIRA DE CONCRETO IMPERMEABILIZADA NA ENTRADA;
 16. TROCAR TODO O PISO INTERNO PARA PORCELANATO RETIFICADO E ACETINADO, RODAPÉ EMBUTIDO COM 10CM;
 17. INSTALAR SOLEIRAS E PINGADEIRAS NAS JANELAS NOVAS DE GRÁFITO CINZA ANDORINHA;
 18. REFAZER TODA A PINTURA INTERNA NA COR BEM-ESTAR E EXTERNA CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM PROJETO;
 19. LIXAR FORROS DANIFICADOS, EMASAR E LIXAR. PINTAR TORO O FORRO INTERNO NA COR BRANCO NEVE;
 20. INSTALAR LUMINÁRIAS ARANDELA EXTERNAMENTE E PAFILON NA ENTRADA DO CRAS;

- 2ª ETAPA:
1. INATIVAR FOSSA SÉPTICA DO FUNDO DO TERRENO;
 2. ATERRAR O FUNDO PARA A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE REUNIÕES;
 3. EXECUTAR DML E ÁREA PARA LAVATÓRIO NO ESPAÇO PARA REUNIÕES E NIVELAR AO MESMO NÍVEL DA EDIFICAÇÃO;
 4. EXECUTAR COBERTURA EM TELHA TERMOACÚSTICA FORRO SOBRE ESTRUTURA METÁLICA COM CALHA E RUFOS METÁLICOS;

REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÃO
01		
02		
03		
04		



ARQUITETURA

CLIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

OBRA
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

ENDEREÇO
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES, FLORES DE GOIÁS - GO

REFERENTE
**PLANTA BAIXA FINAL
PLANTA DE COBERTURA FINAL**

ÁREAS
**ÁREA CONST. EXISTENTE: 164,98M²
ÁREA AMPLIADA: 35,67M²
ÁREA OCUPADA: 64,13M²**

A.R.T.
JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA: 11.479.652/0001-20
Assinado de forma digital por JULIANA MAYLA DE CARVALHO/04979098126
Dados: 2026.04.30 11:55:48 -03'00'

PREFEITURA DE FLORES DE GOIÁS
CREA: 11.479.652/0001-20

Desenho
Ano: 2026
Revisão
00
Tamanho
A1
Escala(s)
INDICADA
Unidade(s)
METROS
Data
FEVEREIRO/2026
ART N°

Os direitos autorais deste projeto pertencem aos engenheiros acima citados.
E proibida a sua reprodução, modificação e/ou alteração conforme LEI 5.968 ART.25

Legendas de Acabamentos	
Piso	
1	Piso porcelanato retificado, 60x60, Minimum Nude NA, acetinado, Eliane ou similar
2	Piso de concreto desempenado com pintura acrílica para piso cor cinza claro
3	Piso porcelanato retificado, 60x60, Minimum Nude EXT, resistente ao escorregamento, Eliane ou similar
Parede	
1	Revestimento cerâmico existente
2	Pintura acrílica acetinada, cor Bem-Estar, Coral ou similar
3	Revestimento porcelanato branco liso, 60x60, retificado, acetinado, do chão ao teto
4	Paredes externas: pintura acrílica com fundo selador cor Passos de Dança, Coral ou similar
5	Paredes externas: pintura acrílica com fundo selador cor Estátua Anígia, Coral ou similar
6	Paredes externas: pintura acrílica texturizada cor Celim Oriental, Coral ou similar nos muros
7	Paredes externas: pintura acrílica texturizada cor Branco Gelo nas platibandas internas
Teto	
1	Forro de gesso com pintura acrílica PVA, cor Branco Neve
2	Forro de gesso com pintura acrílica PVA, cor Passos de Dança, Coral ou similar
3	Cobertura telha forro, termoacústica, com chapa de aço galvanizado e núcleo de EPS ou PIR, e chapa galvanizada na face inferior

QUADRO DE ABERTURAS - JANELAS FINAL 1ªETP					
Cód.	Quant.	Dimensões		Altura do peitoril	Descrição
		largura	Altura		
J1	3	200 cm	100 cm	1,10	janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio
J2	4	150 cm	100 cm	1,10	janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio
J3	5	70 cm	60 cm	1,70	janela móxim-ar, 1 folha, vidro/alumínio
JN1	1	150 cm	100 cm	1,10	janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio
JN2	1	200 cm	80 cm	1,30	janela móxim-ar, 4 folhas, vidro/alumínio
JN3	1	250 cm	100 cm	1,00	janela vidro fixo

QUADRO DE ABERTURAS - PORTAS FINAL 1ªETP				
Cód.	Quant.	Dimensões		Descrição
		Largura	Altura	
PE1	1	244 cm	197 cm	Porta de correr, 4 folhas, vidro/alumínio
PN1	1	120 cm	210 cm	Porta de ferro, com 2 folhas de abrir
PN2	2	90 cm	210 cm	Porta de Madeira 1 folha de abrir, PNE
PN3	8	90 cm	210 cm	Porta de Madeira 1 folha de abrir
PN7	1	350 cm	190 cm	Portão de aço e gradil, com pintura Azul Escuro
V01	1	125 cm	210 cm	Vão de passagem revestido com granito



PLANTA LAYOUT - 1ª ETP

ESCALA 1:75

PLANTA DE FORRO

ESCALA 1:100

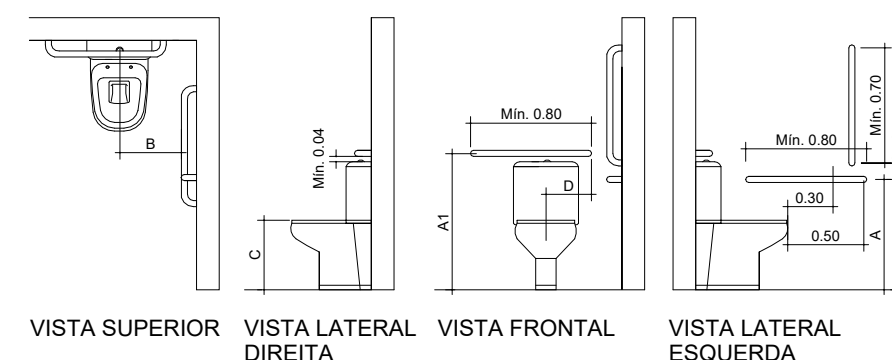
DETALHE INSTALAÇÃO SANITÁRIO PNE

LEGENDA		
Cotas	Adulto (m)	Infantil (m)
A	0.75	0.60
A1 Máx.	0.89	0.72
B	0.40	0.25
C*	0.46	0.36
D	0.30	0.15

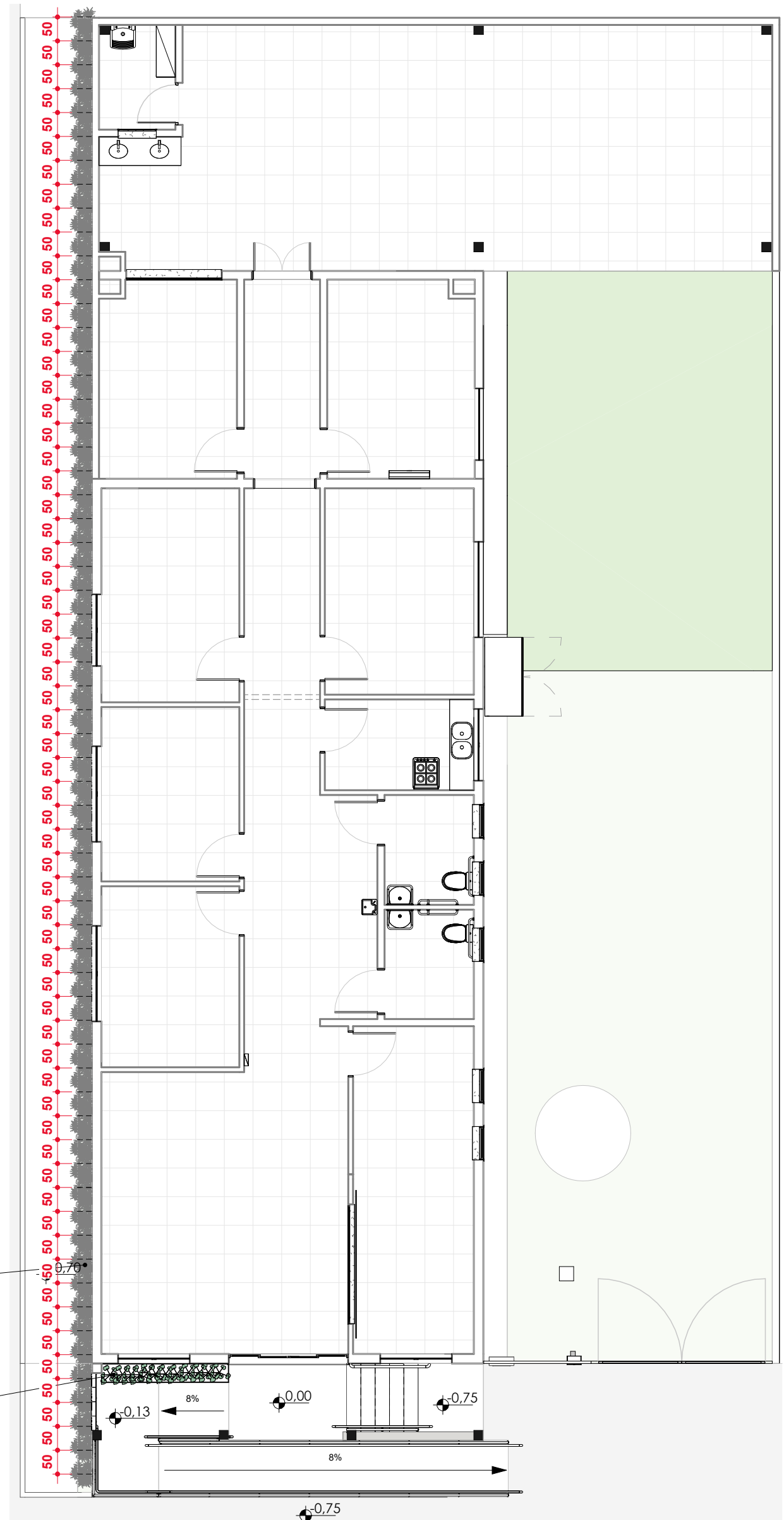
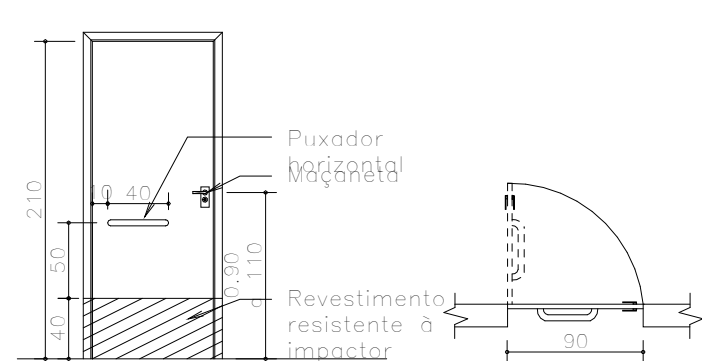
*Com assento (Sem tampa)

Instalação de Bacias e Barras de Apoio com Parede Lateral

Bacia com Caixa Acoplada



DETALHE PORTA PNE



PLANTA PAISAGISMO

ESCALA 1:100

NOTAS:
CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL;

- 1ª ETAPA:
- TROCAR 7% DAS TELHAS DE FIBROCIMENTO DANIFICADAS NA EDIFICAÇÃO EXISTENTE E MANTER A ESTRUTURA;
 - FAZER MANUTENÇÃO NA CUMEIRA;
 - IMPERMEABILIZAR TELHAS DE FIBROCIMENTO;
 - ELEVAR PLATIBANDAS E EXECUTAR CALHAS NA COBERTURA;
 - INSTALAR CONDENSADORAS NA ÁREA INTERNA DAS PLATIBANDAS;
 - INSTALAR PINGADEIRAS NAS PLATIBANDAS E MUROS;
 - EXECUTAR RAMPA DE ACESSO CONFORME NBR 9050/2020 COM CORRIMÃO INOX NAS ALTURAS DE 0,70M E 0,92M CONFORME NBR 9050/2020;
 - EXECUTAR CALÇADA EXTERNA EM CONCRETO DESEMPENADO COM 0,30M DE RECUO PARA PLANTIO DE VEGETAÇÃO;
 - ACRESCENTAR DUAS SALAS NO CRAS, CONSIDERANDO INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO EM UMA DELAS E PONTO ELÉTRICO E SANITÁRIO NA OUTRA;
 - TROCAR GRADE EXTERNA E PORTÃO METÁLICO POR GRADIL E PORTÃO EM GRADIL, CONFORME PROJETO;
 - TROCAR TODAS AS PORTAS INTERNAS POR PORTAS COM 0,90CM;
 - EXECUTAR SANITÁRIOS ACESSÍVEIS NO INTERIOR;
 - EXECUTAR NOVO FORRO DE GESSO;
 - FORRO DE GESSO DO ACESSO PRINCIPAL PINTADO NA COR PASSOS DE DANÇA;
 - INSTALAR FLOREIRA DE CONCRETO IMPERMEABILIZADA NA ENTRADA;
 - TROCAR TODO O PISO INTERNO PARA PORCELANATO RETIFICADO E ACETINADO, RODAPÉ EMBUTIDO COM 10CM;
 - INSTALAR SOLEIRAS E PINGADEIRAS NAS JANELAS NOVAS DE GRANITO CINZA ANDORINHA;
 - REFAZER TODA A PINTURA INTERNA NA COR BEM-ESTAR E EXTERNA CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM PROJETO;
 - LIXAR FORROS DANIFICADOS, EMASAR E LIXAR. PINTAR TORO O FORRO INTERNO NA COR BRANCO NEVE;
 - INSTALAR LUMINÁRIAS ARANDELA EXTERNAMENTE E PAFLOM NA ENTRADA DO CRAS;

- 2ª ETAPA:
- INATIVAR FOSSA SÉPTICA DO FUNDO DO TERRENO;
 - ATERRAR O FUNDO PARA A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE REUNIÕES;
 - EXECUTAR DML E ÁREA PARA LAVATÓRIO NO ESPAÇO PARA REUNIÕES E NIVELAR AO MESMO NÍVEL DA EDIFICAÇÃO;
 - EXECUTAR COBERTURA EM TELHA TERMOACÚSTICA FORRO SOBRE ESTRUTURA METÁLICA COM CALHA E RUFOS METÁLICOS;

REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÃO
01		
02		
03		
04		



ARQUITETURA

CLIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

OBRA
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

ENDEREÇO
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES, FLORES DE GOIÁS - GO

REFERENTE
**PLANTA DE LAYOUT
PLANTA DE FORRO
PLANTA DE PAISAGISMO
QUADRO DE LUMINÁRIAS**

ÁREAS
**ÁREA CONST. EXISTENTE: 164,98M²
ÁREA AMPLIADA: 35,67M²
ÁREA OCUPADA: 64,13M²**

A.R.T.
JULIANA MAYLA DE CARVALHO 049790
89126
Assinado de forma digital por JULIANA MAYLA DE CARVALHO 0497908136
Data: 2024.04.30 11:52:51 -03'00'

PRANCHA Nº
5/6





Desenho	Revisão	Tamanho	Escala(s)	Unidade(s)	Data	ART Nº
Anqª Martha Franzi	00	A1	INDICADA	METROS	FEVEREIRO/2025	

Os direitos autorais deste projeto pertencem aos engenheiros acima citados.
É proibida a sua reprodução, modificação e/ou alteração conforme LEI 5.968 ART.25

QUADRO DE ABERTURAS - JANELAS FINAL 1ºETP					
Cód.	Quant.	Dimensões		Altura do peitoril	Descrição
		Largura	Altura		
J1	3	200 cm	100 cm	1,10	Janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio
J2	4	150 cm	100 cm	1,10	Janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio
J3	5	70 cm	60 cm	1,70	Janela máxim-ar, 1 folha, vidro/alumínio
JN1	1	150 cm	100 cm	1,10	Janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio
JN2	1	200 cm	80 cm	1,30	Janela máxim-ar, 4 folhas, vidro/alumínio
JN3	1	250 cm	100 cm	1,00	Janela vidro fixo

QUADRO DE ABERTURAS - PORTAS FINAL 1ºETP				
Cód.	Quant.	Dimensões		Descrição
		Largura	Altura	
PE1	1	244 cm	197 cm	Porta de correr, 4 folhas, vidro/alumínio
PN1	1	120 cm	210 cm	Porta de ferro, com 2 folhas de abrir
PN2	2	90 cm	210 cm	Porta de Madeira 1 folha de abrir, PNE
PN3	8	90 cm	210 cm	Porta de Madeira 1 folha de abrir
PN7	1	350 cm	190 cm	Portão de aço e gradil, com pintura Azul Escuro
V01	1	125 cm	210 cm	Vão de passagem revestido com granito

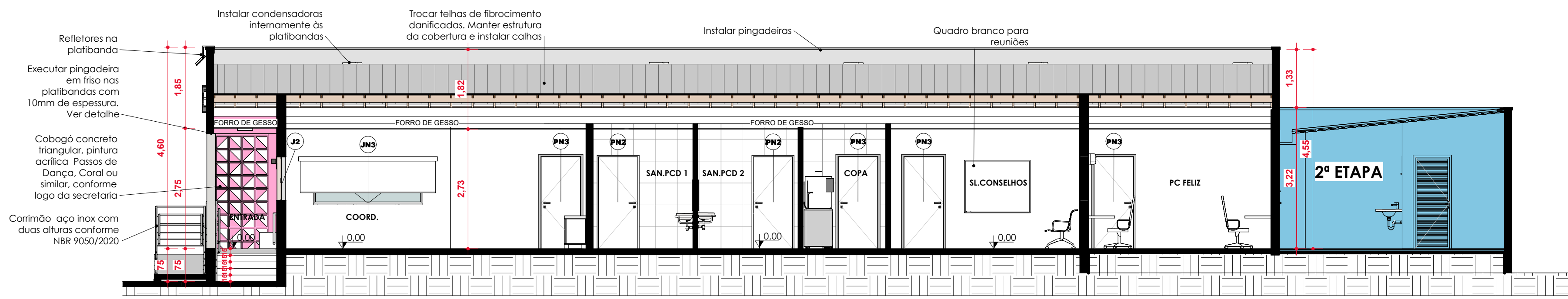
Legendas de Acabamentos	
Piso	
1	Piso porcelanato retificado, 60x60, Minimum Nude NA, acetinado, Eliane ou similar
2	Piso de concreto desempenado com pintura acrílica para piso cor cinza claro
3	Piso porcelanato retificado, 60x60, Minimum Nude EXT, resistente ao escorregamento, Eliane ou similar
Parede	
1	Revestimento cerâmico existente
2	Pintura acrílica acetinado, cor Bem-Estar, Coral ou similar
3	Revestimento porcelanato branco liso, 60x60, retificado, acetinado, do chão ao teto
4	Paredes externas: pintura acrílica com fundo selador cor Passos de Dança, Coral ou similar
5	Paredes externas: pintura acrílica com fundo selador cor Estátua Antiga, Coral ou similar
6	Paredes externas: pintura acrílica texturizada cor Celim Oriental, Coral ou similar nos muros
7	Paredes externas: pintura acrílica texturizada cor Branco Gelo nas platibandas internas
Teto	
1	Ferro de gesso com pintura acrílica PVA, cor Branco Neve
2	Ferro de gesso com pintura acrílica PVA, cor Passos de Dança, Coral ou similar
3	Cobertura telha forro, termoacústica, com chapas de aço galvanizado e núcleo de EPS ou PIR, e chapa galvanizada na face inferior

PAISAGISMO			
		PODOCARPO (<i>Podocarpus macrophyllus</i>)	65 un
Plantio a cada 0,5m. Preparar solo com 5cm de areia grossa, 5cm de composto orgânico			
		ZAMIOCULCA (<i>Zamioculcas zamiifolia</i>)	8 un
Plantio a cada 0,3m. Preparar solo com 5cm de brita e, 14cm de terra, 10,5cm de areia, 10,5cm de composto orgânico misturados			

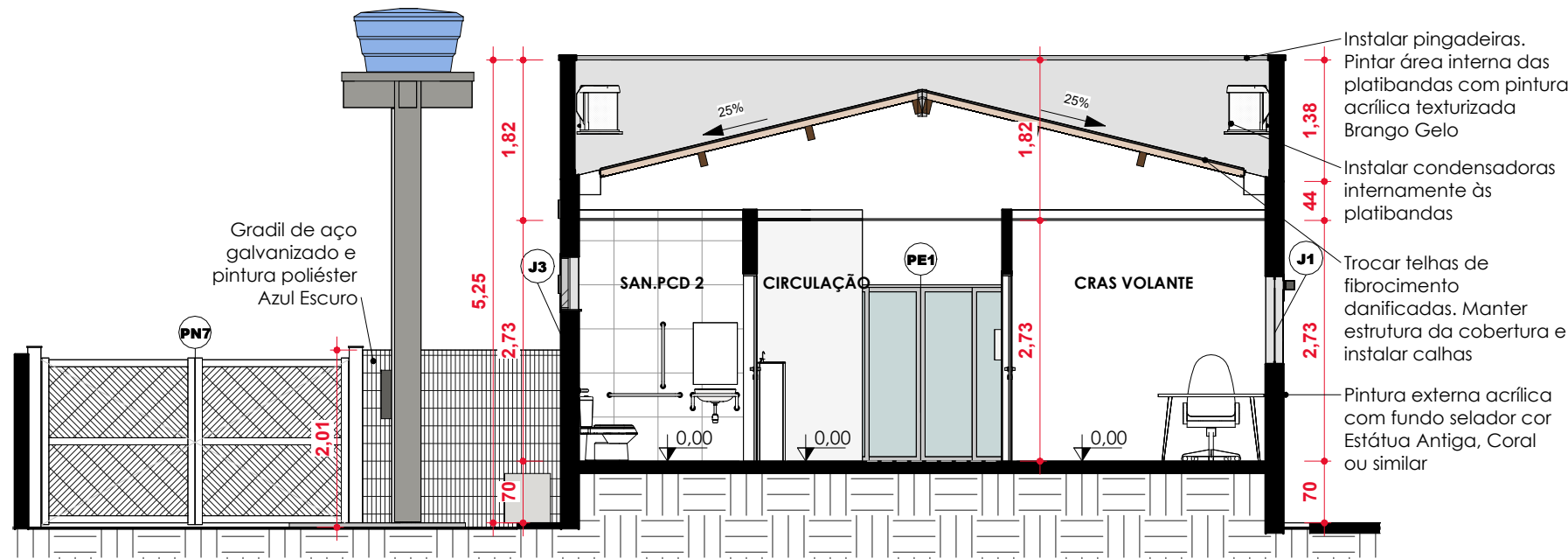
ILUMINAÇÃO		
	ARANDELA TIPO TARTARUGA COM GRADIL, LED, COR PRETA, ALTURA: 2,70M	7 un
	ARANDELA LED 2 FACHOS, 3000K, COR PRETA, ALTURAS: 2,0M E 2,70M	13 un
	REFLETOR LED, FIXADO EM HASTE NA PLATIBANDA, 3000K	3 un
	PLAFON LED DE EMBUTIR, 3000K, 40X40CM	4 un

Podocarpos a cada 50cm. Solo drenado com areia e composto orgânico

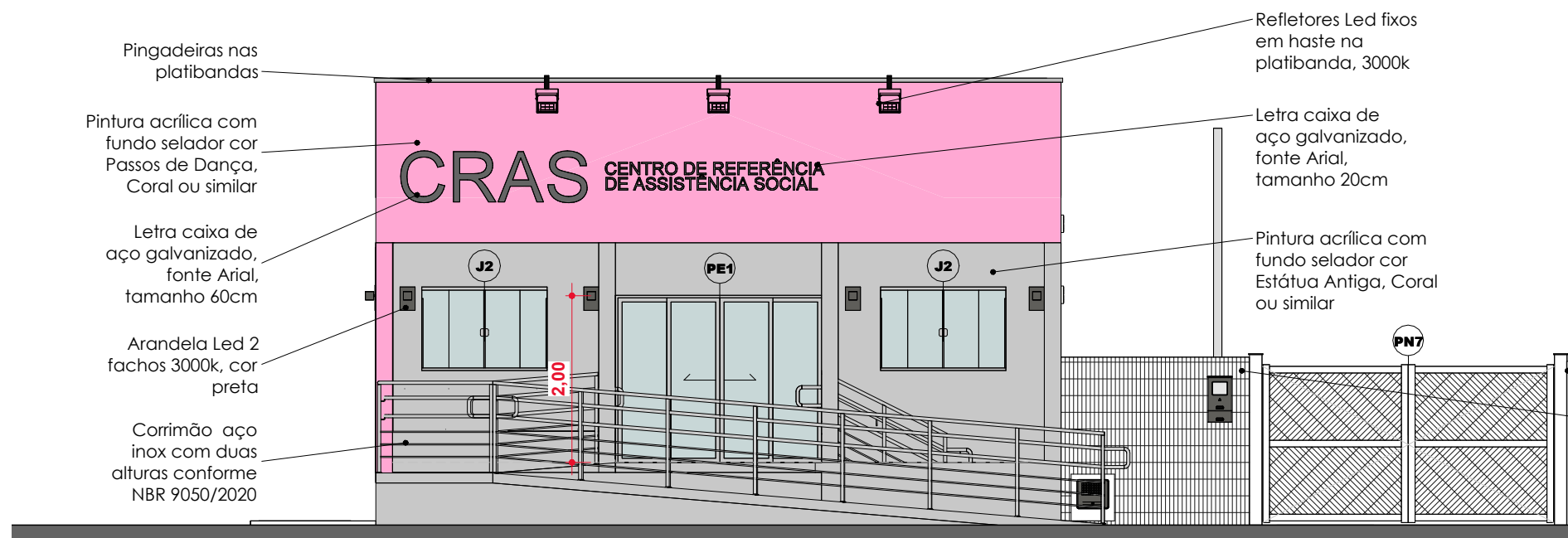
Floreira de concreto com Zamioculca em solo drenado com brita, areia e composto orgânico



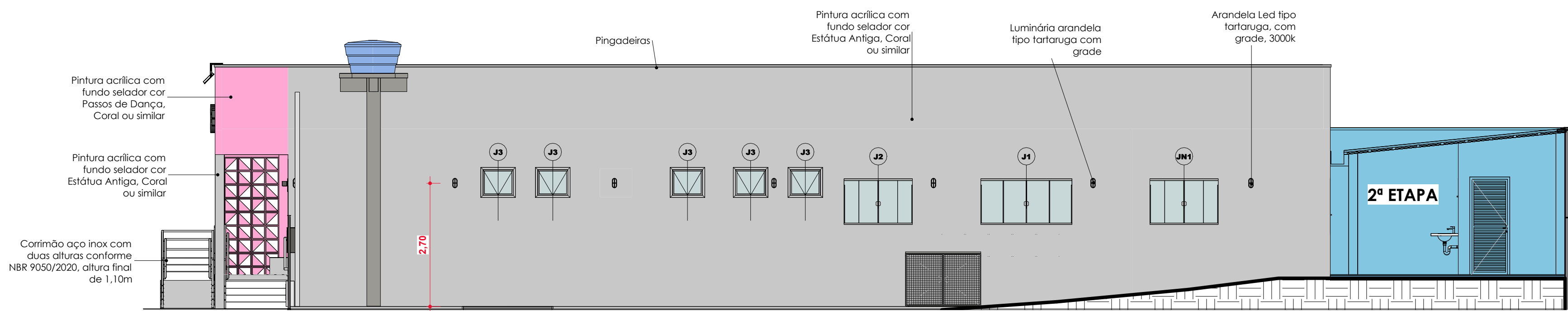
A
ESCALA 1 : 75



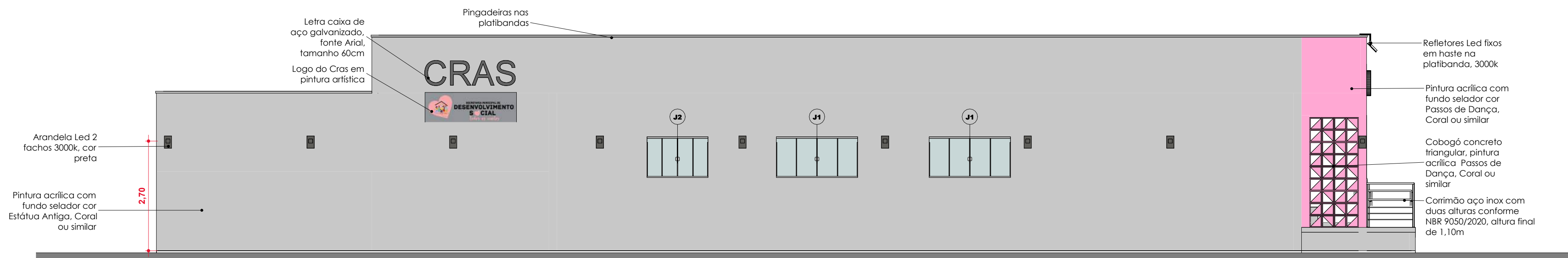
B
ESCALA 1 : 75



FACHADA FRONTAL
ESCALA 1 : 75

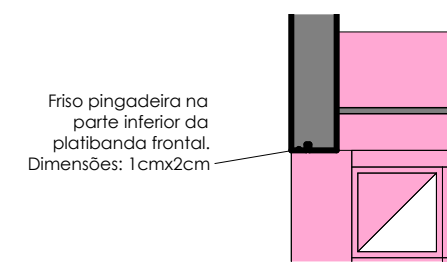
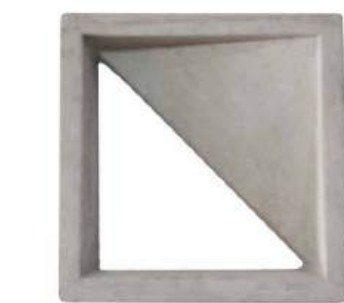
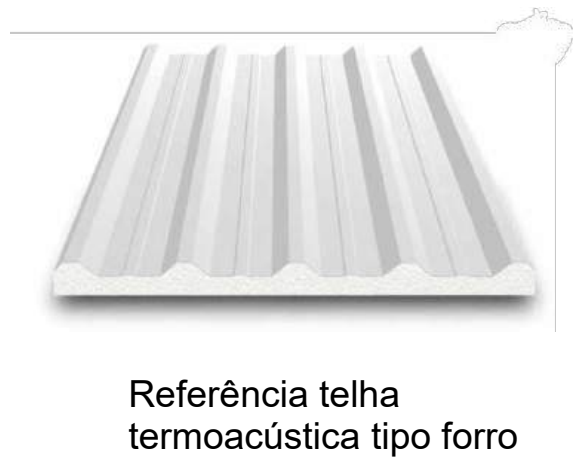
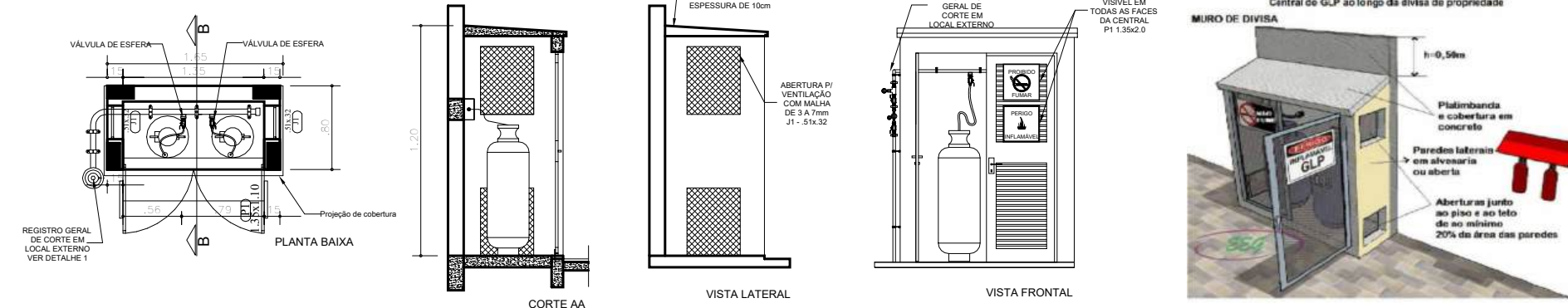


FACHADA INTERNA
ESCALA 1 : 75



FACHADA LATERAL
ESCALA 1 : 75

DETALHE ABRIGO GLP



DETALHE FRISO
ESCALA 1 : 25

NOTAS:
CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL;

1ª ETAPA:

1. TROCAR 7% DAS TELHAS DE FIBROCIMENTO DANIFICADAS NA EDIFICAÇÃO EXISTENTE E MANTER A ESTRUTURA;
2. FAZER MANUTENÇÃO NA CUMEIRA;
3. IMPERMEABILIZAR TELHAS DE FIBROCIMENTO;
4. ELEVAR PLATIBANDAS E EXECUTAR CALHAS NA COBERTURA;
5. INSTALAR CONDENSADORAS NA ÁREA INTERNA DAS PLATIBANDAS;
6. INSTALAR PINGADEIRAS NAS PLATIBANDAS E MUIROS;
7. EXECUTAR RAMPA DE ACESSO CONFORME NBR 9050/2020 COM CORRIMÃO INOX NAS ALTURAS DE 0,70M E 0,92M CONFORME NBR 9050/2020;
8. EXECUTAR CALÇADA EXTERNA EM CONCRETO DESEMPENADO COM 0,30M DE RECUELO PARA PLANTIO DE VEGETAÇÃO;
9. ACRESCENTAR DUAS SALAS NO CRAS, CONSIDERANDO INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO EM UMA DELAS E PONTO ELÉTRICO E SANITÁRIO NA OUTRA;
10. TROCAR GRADE EXTERNA E PORTÃO METÁLICO POR GRADIL E PORTÃO EM GRADIL, CONFORME PROJETO;
11. TROCAR TODAS AS PORTAS INTERNAS POR PORTAS COM 0,90CM;
12. EXECUTAR SANITÁRIOS ACESSÍVEIS NO INTERIOR;
13. EXECUTAR NOVO FORRO DE GESSO;
14. FORRO DE GESSO DO ACESSO PRINCIPAL PINTADO NA COR PASSOS DE DANÇA;
15. INSTALAR FLOREIRA DE CONCRETO IMPERMEABILIZADA NA ENTRADA;
16. TROCAR TODO O PISO INTERNO PARA PORCELANATO RETIFICADO E ACETINADO, RODAPÉ EMBUTIDO COM 10CM;
17. INSTALAR SOLEIRAS E PINGADEIRAS NAS JANELAS NOVAS DE GRANITO CINZA ANDORINHA;
18. REFAZER TODA A PINTURA INTERNA NA COR BEM-ESTAR E EXTERNA CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM PROJETO;
19. LIXAR FORROS DANIFICADOS, EMASSAR E LIXAR; PINTAR TORO O FORRO INTERNO NA COR BRANCO NEVE;
20. INSTALAR LUMINÁRIAS ARANDELA EXTERNAMENTE E PAFLON NA ENTRADA DO CRAS;

2ª ETAPA:

1. INATIVAR FOSSA SÉPTICA DO FUNDO DO TERRENO;
2. ATERRAR O FUNDO PARA A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE REUNIÕES;
3. EXECUTAR DML E ÁREA PARA LAVATÓRIO NO ESPAÇO PARA REUNIÕES E NIVELAR AO MESMO NÍVEL DA EDIFICAÇÃO;
4. EXECUTAR COBERTURA EM TELHA TERMOACÚSTICA FORRO SOBRE ESTRUTURA METÁLICA COM CALHA E RUFOS METÁLICOS;



REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÃO
01		
02		
03		
04		



ARQUITETURA

CLIENTE							PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS						
OBRA							REFORMA CRAS - 1ª ETAPA						
ENDEREÇO							RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES, FLORES DE GOIÁS - GO						
REFERENTE							PLANTA DE LAYOUT PLANTA DE FORRO QUADRO DE LUMINÁRIAS						
ÁREAS							ÁREA CONST. EXISTENTE: 164,98M² ÁREA AMPLIADA: 35,67M² ÁREA OCUPADA: 64,13M²						
A.R.T.							Prancha N°						
JULIANA MAYLA DE CARVALHO:0497909 8126							Assinado de forma digital por JULIANA MAYLA DE CARVALHO:04979098126 Dados: 2026.04.30 11:59:32 -03'00'						
ENG. JULIANA MAYLA DE CARVALHO CREA: 1015112059/D-GO							PREFEITURA DE FLORES DE GOIÁS CNPJ: 11.479.852/0001-20						
							6/6						
Desenho		Revisão		Tamanho		Escala(s)		Unidade(s)		Data		ART. N°	
Arqª Martha Franzini		00		A1		INDICADA		METROS		FEVEREIRO/2026			

Os direitos autorais deste projeto pertencem aos engenheiros acima citados.
É proibida a sua reprodução, modificação e/ou alteração conforme LEI 5.968 ART.25



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: REFORMA DO CRÁS – 1ª ETAPA

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS - GO

Local da obra: RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES, FLORES DE GOIÁS - GO

Área reformada: 200,65m²

Data: Maio/2026

Introdução

REFORMA DO CRÁS – 1ª ETAPA, localizada na Rua 9, Qd 15, Lt03, Nova Flores, no Município de Flores de Goiás – GO.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar a melhor solução para supri-la no mercado, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Tendo em vista que as contratações governamentais possuem significativo impacto na atividade econômica e o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste contexto, um planejamento bem elaborado corrobora com contratações mais assertivas, que resultam em qualidade e gerenciamento eficiente de recursos públicos.

A obra em questão compreende uma área de intervenção com abrangência de 200,65m². A contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução de dos serviços.

Descrição da necessidade

Considerando o cenário atual de acesso da população dos municípios do interior aos serviços públicos essenciais, especialmente aqueles voltados ao atendimento social, observa-se a necessidade de adequação dos espaços físicos existentes para melhor atender às demandas da comunidade.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Flores propõe a reforma do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com o objetivo de oferecer um ambiente mais adequado, acessível e funcional para o atendimento da população. O CRAS é uma unidade fundamental para a promoção da assistência social, atuando na proteção básica e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A reforma visa melhorar as condições de atendimento, proporcionando maior conforto aos usuários e melhores condições de trabalho aos profissionais, contribuindo para a qualidade dos serviços prestados. Com isso, busca-se ampliar o acesso da população, especialmente a parcela mais vulnerável, aos serviços socioassistenciais, promovendo inclusão social e melhoria na qualidade de vida.

Área requisitante

Prefeitura Municipal de Flores de Goiás

Responsável:

Altran Lopes Avelar Nery

CPF 013.754.011-65

Descrição dos Requisitos da Contratação

A REFORMA DO CRÁS no Município de Flores de Goiás - Go, se dará por meio de processo licitatório, concorrência pública, critério julgado tipo menor preço, regime de execução empreitada global, onde admite-se como vencedor a empresa que ofertar a melhor concorrência embasado na planilha orçamentária.

Do mesmo modo, apesar da contratação ser do tipo menor preço, a empresa a ser contratada deve garantir a exequibilidade dos preços propostos para tal obra. A contratada deverá executar a obra de acordo com as especificações do projeto constante em anexos do processo licitatório do Municipal de Flores de Goiás - GO, conforme o objeto da contratação, com alocação de mão de obra necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas em projetos e planilha orçamentária.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

A contratada deverá também garantir os serviços art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo de **garantia** contratual dos serviços, será de, no mínimo 5 (cinco) anos, contando a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

O contrato poderá ser prorrogado conforme as prerrogativas dispostas na Lei nº 14.133 /2021 desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto. Com estes serviços executados, serão oferecidas aos munícipes melhorias em sua qualidade de vida. Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento.

A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta. O objeto a ser contratado possui escopo predefinido, com prazo de execução previsto em cronograma físico financeiro, estabelecido no projeto básico.

Para fins de **habilitação**, deverá o licitante, apresentar:

I – Profissional devidamente registrado no CREA/CAU detentor de atestado de **responsabilidade técnica** por execução de obra ou serviço de características semelhantes, conforme parcela de maior relevância na quantidade de até 50% (cinquenta por cento). (art. 67, I, §2º, da Lei 14.133/2021);

II – Certidões ou atestados que demonstrem **capacidade operacional** na execução de serviços similares de complexidade tecnológicas e operacional equivalente ou superior, conforme parcela de maior relevância na quantidade de até 50% (cinquenta por cento). (art. 67, II, §2º, da Lei 14.133/2021).

III – registro ou inscrição no CREA/CAU; (art. 67, V da Lei 14.133/21).

IV – declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; (art. 67, VI da Lei 14.133/21).

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções: impedimento de licitar e contratar e/ou inidoneidade para licitar ou contratar (art. 156, incisos III e IV da Lei 14.133/21) em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Parcelas de maior relevância técnica a ser comprovada na quantidade de até 50% do quantitativo de cada parcela:



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

ITEM DO ORÇAMENTO	TABELA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN
1.13.2.1.2	SINAPI	87262	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_02/2023 PE	M2
1.9.1.1.1	GOINFRA	100201	ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 1/2 VEZ - 9 x 19 x 19 - ARG. (1CALH:4ARML+100KG DE CI/M3)	m2
1.10.3.1.1	GOINFRA	210498	FORRO DE GESSO ACARTONADO PARA ÁREAS SECAS ESPESSURA DE 12,5MM	m2

Levantamento de mercado

A partir da necessidade de reformar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), foram analisadas diferentes alternativas visando identificar a solução mais vantajosa tanto para a população quanto para a administração pública municipal. Para isso, consideraram-se processos licitatórios referenciais com objeto semelhante em outros municípios, avaliando-se os benefícios da contratação de serviços de reforma em comparação com outras possíveis intervenções.

Como parâmetro, foram utilizados investimentos realizados em edificações públicas de características similares, como a reforma do CRAS no município de Americano do Brasil, com área de 512,84 m², que apresentou custo total de R\$ 548.083,22, resultando em um custo médio aproximado de R\$ 1.068,72/m². Com base nesse referencial, foi estimado o custo para a execução da reforma objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

Dessa forma, o investimento estimado para a reforma é de R\$ 276.545,61, considerando uma área total de intervenção de 200,65 m². A reforma contemplará a adequação dos ambientes destinados ao atendimento ao público, bem como espaços administrativos e de apoio, garantindo melhores condições de funcionamento da unidade.

Conclui-se que o investimento se apresenta como a alternativa mais vantajosa a médio e longo prazo para a administração municipal, proporcionando melhoria na qualidade dos serviços prestados e no atendimento à população usuária do CRAS.

Descrição da solução como um todo

A partir do estudo de localização mais adequado à demanda da população atendida, a intervenção foi planejada no terreno já pertencente à Prefeitura Municipal, onde se encontra implantado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), otimizando o uso do espaço público existente e evitando a necessidade de novas aquisições.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

A solução construtiva adotada para a reforma baseia-se em alvenaria com estrutura em concreto armado, por se tratar de um sistema amplamente utilizado, de fácil execução e com disponibilidade de mão de obra local, garantindo eficiência e viabilidade técnica à obra.

Os acessos foram organizados de forma a proporcionar melhor funcionalidade e fluxos adequados, com entrada principal destinada ao público atendido pelo CRAS e acessos de apoio voltados à equipe técnica e aos serviços internos, permitindo a adequada circulação entre os ambientes.

Para a equipe técnica, estão previstos espaços de apoio que asseguram condições adequadas de trabalho, com ambientes dotados de iluminação adequada, além de dimensionamento compatível com as atividades desenvolvidas. A proposta também contempla a acessibilidade, garantindo que todos os usuários possam utilizar os espaços com segurança e autonomia.

As especificações técnicas necessárias para execução da obra deverão seguir em sua totalidade diante exposto:

1. Memorial Descritivo da obra, o qual contempla a descrição dos materiais a serem empregados na obra e os serviços a serem executados;
2. Pranchas de Projeto Arquitetônico, Estrutural, Elétrico e Hidrossanitário o qual apresenta as intervenções e os detalhamentos necessários dos serviços a serem realizados;
3. Planilha Orçamentária, a qual contempla o quantitativo juntamente com o orçamento dos materiais e serviços a serem executados;
4. Cronograma Físico-Financeiro – contemplando as etapas de execução de obra com percentagens, bem como recursos referentes a estas;
5. Antes do início da execução dos serviços deverão ser verificadas diretamente na obra e sob responsabilidade da empresa, as condições técnicas, medidas, locais;
6. Os serviços deverão ser executados por profissionais habilitados e todos os materiais utilizados na execução do serviço em epígrafe deverão ser obrigatoriamente de primeira qualidade, sem uso anterior, sendo executados de acordo com as especificações técnicas, necessitando seguir os padrões mínimos exigidos em Normas Brasileiras;
7. A empresa deverá planejar, orçar e executar a obra tendo como base as dimensões, cotas e volumes indicados no projeto. Os quantitativos e valores considerados pela empresa impõem a execução total dos serviços previstos para o objeto, independente de divergirem da planilha;
8. Caberá à empresa contratada fazer a correta destinação dos resíduos sólidos e de construção civil.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

Visando a magnitude da complexidade da obra referida, as soluções propostas baseiam-se:

Opção 01 - Empreitada Parcial: Execução por empresa especializada na área de Engenharia Civil para execução de parte da obra, com ou sem fornecimento de material adquirida pelo município.

Opção 02 - Empreitada Global: Execução de obra ou prestação de serviço na área de Engenharia Civil para execução por preço certo e total.

Opção 03 - Serviço e Mão de Obra do Município: Execução de obra e prestação de serviço sem acompanhamento de pessoa especializada na área de engenharia civil e materiais do município.

A solução proposta foi conjuntamente avaliada pelas áreas técnica, jurídica e administrativa, e considerada a mais adequada para atender às necessidades da comunidade de Flores de Goiás - Go, estabelecidas após um estudo detalhado observando o seguinte:

A solução técnica apresentada como objeto deste ETP configura-se como a Opção 02 mais eficiente e eficaz no atual mercado de contratações, uma vez que a execução de mão de obra própria não possui capacidade eficiente de execução visando uma obra dessa magnitude e a dificuldade da compra de materiais para cada item de execução parcial da obra. A opção 02 (dois) é projetada para otimizar recursos financeiros, físicos e humanos.

Ressalta-se o alinhamento da solução ao que estabelece o Art. 12 da Lei 14.133/2021, assegurando que o planejamento seja adequado e eficiente, conforme os parâmetros estabelecidos, além de estabelecer critérios claros e objetivos para julgamento das propostas.

Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Tendo em vista que, na fase de viabilidade, o levantamento de quantitativos não pode ser totalmente assertivo, considerando que o projeto ainda será submetido à aprovação dos órgãos competentes e às respectivas normativas, as quais podem variar conforme a análise técnica realizada, os quantitativos dos serviços correlacionados ao objeto a ser licitado serão detalhados no Projeto Básico.

Dessa forma, os quantitativos dos serviços relacionados ao objeto a ser licitado estarão devidamente detalhados na planilha orçamentária integrante do Projeto Básico, com nível de precisão adequado para caracterização da obra pretendida



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

e para a correta elaboração dos custos, em conformidade com as normas técnicas da ABNT.

Os serviços, especificações e quantidades propostos para a reforma do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) poderão ser verificados nos Projetos Arquitetônico e Complementares, bem como na Planilha Orçamentária que compõe o Projeto Básico.

Estimativa do Valor da Contratação

Valor: R\$ 276.545,61

A estimativa do valor da contratação deste Estudo Técnico Preliminar, tem como objetivo fazer o levantamento dos gastos com a **REFORMA DO CRÁS** no Município de Flores de Goiás - Go. Neste estudo, a melhor solução apresentada, conduziu-se a contratação de uma empresa no ramo da construção civil, por meio de licitação na modalidade concorrência.

O valor estimado da contratação foi feito através de planilha orçamentária de outro projeto licitado no município, com bases nas tabelas referenciais **SINAPI** (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) do mês de dezembro de 2025 Onerada e **GOINFRA** (Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes) do mês de dezembro de 2025 Onerada.

Vale ressaltar que as planilhas orçamentárias de obras e serviços de construção civil tem o acréscimo dos Benefícios de Despesas Indiretas (BDI), em consonância com o Acórdão TCU 2622/2013. O BDI que será utilizado é o de serviços, também conhecido como BDI convencional, é a taxa a ser aplicada nos custos de orçamentos que contemplam mão de obra. No objeto desse estudo a taxa BDI da Farmácia Pública Municipal a ser aplicada será de 22,12%.

Verificou-se que o valor estimado da referida contratação é de R\$ 276.545,61 (duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos). Chegando a uma proporção de R\$ 1.378,24 (mil trezentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos) por metro quadrado.

Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em face das necessidades supracitadas neste documento, a execução da REFORMA DO CRAS, no Município de Flores de Goiás - GO, será parcelado o pagamento conforme o Cronograma Físico Financeiro. O prazo previsto para execução da Reforma do CRAS será de 6 (seis) meses observando a complexidade da obra referida.

Contratações Correlatas e/ou interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Projeto Básico, bem como todos os elementos técnicos necessários à execução do objeto, será elaborado e aprovado pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Flores.

Os serviços objeto desta contratação serão financiados com recursos próprios do município. Registra-se que não há Plano Anual de Contratações vigente que contemple a presente demanda.

Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, para evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

Providências a serem adotadas

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP) para contratação da empresa de construção civil que esteja apta a executar a REFORMA DO CRÁS, localizada na Rua 9, Qd 15, Lt03, Nova Flores, no Município de Flores de Goiás – GO, o Projeto Básico será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna. Vale ressaltar que a área pertence a Administração Pública, dessa maneira não haverá necessidade de providências tais como desapropriações.

Caso aprovado pela Autoridade competente da Prefeitura de Flores de Goiás, será realizado procedimento licitatório, atendendo as necessidades do Município como exposto neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Possíveis Impactos Ambientais

A contratada se responsabilizará por cumprir devidamente a legislação e normas ambientais vigentes no que tange a execução do objeto.

Além disso, cabe à CONTRATADA deverá realizar práticas sustentáveis de manejo dos recursos renováveis, a redução dos resíduos e poluições, e materiais eficientemente, empregando equipamentos mais modernos e adequados às normas e preservação ambiental. Caso seja constatado o descumprimento das



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

orientações acima, a empresa a ser contratada poderá sofrer as sanções previsto em contrato, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.

A contratação supracitada neste Estudo de Viabilidade Técnica, visa gerar impactos positivos, sendo que haverá precisão de responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, desta forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010; da Resolução Conama nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução Conama Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

Justificativa de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e elevada probabilidade de alcance dos resultados pretendidos. A Prefeitura Municipal de Flores de Goiás não dispõe, em seu quadro de servidores, de profissionais habilitados em quantitativo suficiente para a execução da reforma do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), tornando-se necessária a contratação de serviços especializados para atendimento da demanda.

Considerando:

- a) a necessidade de adequação do equipamento público para atendimento à população em situação de vulnerabilidade social, assegurando um espaço apropriado e de fácil acesso aos serviços socioassistenciais;
- b) a garantia de acessibilidade aos usuários, conforme normas técnicas vigentes;
- c) todo o exposto e apresentado neste Estudo Técnico Preliminar (ETP),

Declara-se a necessidade e a viabilidade da contratação dos serviços indicados neste ETP.

RESPONSÁVEIS

JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:049790
98126

Assinado de forma digital
por JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.05.04
12:03:27 -03'00'

ENG. JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA: 1015112099 / D-GO



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORES DE GOIÁS - GO**
ADM 2025/2028

MAPA DE RISCOS

1. Dados do Processo:

Objeto: REFORMA DO CRAS - 1ª ETAPA

Contratação de empresa especializada em execução de obra de Reforma do Cras - 1ª Etapa, no Município de Flores de Goiás - GO.

2. Fase de Análise

Planejamento da contratação

3. Risco referente à fase de análise escolhida:

Risco 01: Planejamento deficiente (ETP)

Solução proposta não atender à realidade do objeto ou não apresentar a forma de intervenção mais inteligente e sustentável para a Administração.

Danos:

Probabilidade:	Baixa	x	Média		Alta	
Impacto:	Baixo		Médio		Alto	x

Causa do Risco:

Levantamento de demanda e necessidades incompleto ou não atendendo a demanda do município.

Ações Preventivas: **Responsável:** Juliana Mayla de Carvalho

Realizar um planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades e demandas da população do local a ser beneficiada.

Ações de Contingência: **Responsável:** Juliana Mayla de Carvalho

Inicialmente fazer uma coleta de dados e estudos eficiente, discutindo a conclusão do ETP com o requisitante e equipe técnica.

Risco 02: Licitação fracassada - inabilitação dos licitantes

Causa do Risco:

Falta de concorrentes ou inadequação.

Probabilidade:	Baixa	x	Média		Alta	
Impacto:	Baixo		Médio	x	Alto	

Danos:

O processo retorna para a realização de um novo certame ou abre o prazo para a adequação da documentação, tornando-se assim um processo moroso.

Ações Preventivas: **Responsável:** Elaine dos Reis Silva

Realizar o processo licitatório de forma a estabelecer critérios que elejam concorrentes com competência técnica, executiva e financeira, além de possibilitar uma concorrência justa.

Ações de Contingência: **Responsável:** Elaine dos Reis Silva

Revisão do termo de referência deixando apenas os itens relevantes para comprovar a capacidade da empresa de executar o contrato e realizar um novo processo licitatório.

Risco 03:	Indisponibilidade financeira					
Causa do Risco:						
Falta de recursos financeiros disponíveis dentro do Planejamento Anual da Administração para a efetiva contratação necessária ao objeto.						
Probabilidade:	Baixa	x	Média		Alta	
Impacto:	Baixo		Médio		Alto	x
Danos:						
Pode gerar uma incapacidade de aplicabilidade da contratação e de solucionar a problemática envolvida com o objeto em questão.						
Ações Preventivas:			Responsável:	Altran Lopes Avelar Nery		
Comunicação e planejamento financeiro alinhados entre equipe técnica e a Administração para direcionar o estudo do ETP e esforços para objetivos que realmente sejam factíveis e executáveis financeiramente.						
Ações de Contingência:			Responsável:	Altran Lopes Avelar Nery		
Estudar junto à equipe do Planejamento Financeiro a distribuição dos investimentos direcionados para obras buscando identificar as prioridades e revisar os custos do objeto caso seja necessário.						
Risco 04:	Contratação de empresa que não tenha capacidade técnica de executar o objeto.					
Causa do Risco:						
Empresa sem experiência técnica.						
Probabilidade:	Baixa	x	Média		Alta	
Impacto:	Baixo		Médio		Alto	x
Danos:						
O objeto corre o risco de não obter funcionalidade, a obra conter erros significativos ou não ser finalizada por abandono da empresa.						
Ações Preventivas:			Responsável:	Elaine dos Reis Silva		
Eleger critérios para a contratação que inviabilizem a inscrição de empresas sem capacidade técnica comprovada e, principalmente, relacionada com a parcela de maior relevância da obra, além de fazer uma avaliação rigorosa no processo licitatório e de contratação.						
Ações de Contingência:			Responsável:	Elaine dos Reis Silva		
Cabe em determinados casos a rescisão contratual ou aplicações de multas para exigir com que a empresa entregue dentro dos padrões exigidos pelas normativas e seguindo o projeto.						
Risco 05:	Aquisição/contratação com preço acima da média do mercado					
Causa do Risco:						
Contratar com preço acima do esperado.						
Probabilidade:	Baixa	x	Média		Alta	
Impacto:	Baixo		Médio		Alto	x
Danos:						
Pode impactar o Planejamento Financeiro da Administração.						
Ações Preventivas:			Responsável:	Juliana Mayla de Carvalho		
Utilizar nas estimativas e planilhas orçamentárias tabelas de referências oficiais e analisar o valor de obras semelhantes para uma assertividade maior.						
Ações de Contingência:			Responsável:	Altran Lopes Avelar Nery		
Rever o Planejamento Financeiro da Administração buscando saber o saldo disponível e a possibilidade de não conclusão de obra.						

Risco 06:	Execução do objeto em desacordo com o contratado (projeto)					
Causa do Risco:						
Não seguir conforme especificado em peças técnicas, planilha orçamentária e normativas pode não dar funcionalidade à obra ou impossibilitar seu uso.						
Probabilidade:	Baixa		Média	x	Alta	
Impacto:	Baixo		Médio		Alto	x
Danos:						
Além da funcionalidade prejudicada, pode alterar o atendimento da demanda solicitada ou ocasionar uma defasada em relação a qualidade, futuramente gerando manutenções ou interdição.						
Ações Preventivas:			Responsável:	Juliana Mayla de Carvalho		
Um corpo técnico na fiscalização competente para acompanhar a execução garantindo o cumprimento do contratado e seus especificidades.						
Ações de Contingência:			Responsável:	Elaine dos Reis Silva Juliana Mayla de Carvalho		
Aplicação de multas e medidas corretivas, podendo até impedir o recebimento d aobra.						
Risco 07:	Atraso na obra					
Causa do Risco:						
Nãos eguir o cronograma da obra.						
Probabilidade:	Baixa	x	Média		Alta	
Impacto:	Baixo		Médio	x	Alto	
Danos:						
Pode impactar o Planejamento Financeiro da Administração.						
Ações Preventivas:			Responsável:	Juliana Mayla de Carvalho		
Selecionar corpo técnico para a gestão do contrato. Elaborar na fase de planejamento um contrato com clareza e eficiência nas penalidades para que possa facilitar a fiscalização.						
Ações de Contingência:			Responsável:	Juliana Mayla de Carvalho		
Notificar e/ou penalizar caso seja necessário.						

JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:0497
9098126

Assinado de forma digital
por JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.05.04 12:09:24
-03'00"

ENG. JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA: 1015112099/D-GO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS – GO

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO ELÉTRICO – REFORMA CRAS

Data: Abril / 2026



Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.....	3
3. DESCRIÇÃO GERAL DO SISTEMA.....	3
4. ALIMENTAÇÃO E MEDIÇÃO	4
5. QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO	4
6. DIVISÃO DE CIRCUITOS.....	5
6.1 Iluminação	5
6.2 Tomadas de Uso Geral (TUG's)	5
6.3 Equipamentos Específicos (Ar-condicionado)	5
7. CONDUTORES ELÉTRICOS.....	5
Identificação por cores:.....	5
8. ELETRODUTOS E INFRAESTRUTURA.....	6
9. DISPOSITIVOS E PONTOS ELÉTRICOS	6
9.1 Iluminação	6
9.2 Interruptores	6
9.3 Tomadas	6
10. SISTEMA DE ATERRAMENTO.....	6
11. PROTEÇÃO E SEGURANÇA.....	7
12. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	7
13. RESPONSABILIDADES	7
13.1 Da Executora.....	7
13.2 Da Fiscalização.....	8
14. TESTES E COMISSONAMENTO	8
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	8



1. INTRODUÇÃO

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade estabelecer os critérios técnicos, especificações, materiais e diretrizes para execução das instalações elétricas da obra de **Reforma do CRAS**, localizada no município de Flores de Goiás – GO.

O projeto elétrico foi desenvolvido com o auxílio do software **QiBuilder da AltoQi**, ferramenta técnica utilizada para dimensionamento, lançamento de circuitos e análise de cargas, garantindo maior precisão, segurança e conformidade com as normas vigentes.

O sistema foi dimensionado considerando as condições reais de utilização da edificação, incluindo cargas de iluminação, tomadas de uso geral (TUG's) e equipamentos específicos, assegurando eficiência energética e segurança operacional.

2. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

O projeto e sua execução deverão atender rigorosamente às seguintes normas:

- ABNT NBR 5410: Instalações Elétricas de Baixa Tensão
- ABNT NBR 5419: Proteção contra descargas atmosféricas
- ABNT NBR 14039 (quando aplicável)
- Normas da concessionária local (Equatorial/CELG)
- NR-10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade

3. DESCRIÇÃO GERAL DO SISTEMA

A instalação elétrica é composta por sistema de distribuição em baixa tensão, com alimentação trifásica (R, S, T + N + PE), conforme indicado no projeto.

A distribuição interna é realizada por meio de:

- Quadro de medição (QM)
- Quadro de distribuição (QD)
- Circuitos independentes para:
 - Iluminação
 - Tomadas de uso geral (TUG's)



- Equipamentos específicos (ar-condicionado)

Conforme verificado no projeto, a carga total instalada é da ordem de aproximadamente **35,6 kW**, distribuída entre as fases, garantindo equilíbrio do sistema .

4. ALIMENTAÇÃO E MEDIÇÃO

A alimentação da edificação será proveniente da rede da concessionária local, através de padrão de entrada com:

- Poste metálico galvanizado
- Caixa de medição padrão
- Medidor polifásico
- Disjuntor geral

O sistema de entrada deverá seguir integralmente os padrões da concessionária de energia.

5. QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO

O quadro de distribuição será do tipo embutido, com barramento trifásico e capacidade compatível com o número de circuitos projetados.

Deverá conter:

- Disjuntor geral
- Disjuntores termomagnéticos individuais por circuito
- Dispositivo DR (30 mA)
- Dispositivo de proteção contra surtos (DPS)

⚠ Conforme indicado no projeto:

- DR de 63 A instalado
- Proteção individual por circuito com disjuntores de 10A, 16A e 20A



6. DIVISÃO DE CIRCUITOS

A instalação foi subdividida em circuitos independentes, conforme boas práticas da NBR 5410:

6.1 Iluminação

- Circuitos exclusivos
- Condutores de seção mínima de 2,5 mm²
- Proteção por disjuntor de 10 A

6.2 Tomadas de Uso Geral (TUG's)

- Distribuídas conforme uso dos ambientes
- Condutores de 2,5 mm²
- Proteção por disjuntores de 16 A

6.3 Equipamentos Específicos (Ar-condicionado)

- Circuitos exclusivos
- Condutores de 4 mm²
- Proteção por disjuntores de 20 A

7. CONDUTORES ELÉTRICOS

Os condutores utilizados serão de cobre, com isolamento em PVC 70°C, tensão 450/750 V.

Identificação por cores:

- Fases: preto, vermelho e branco
- Neutro: azul claro
- Terra: verde ou verde/amarelo
- Retorno: rosa

As seções dos condutores seguem o dimensionamento apresentado no projeto, conforme cargas e quedas de tensão admissíveis.



8. ELETRODUTOS E INFRAESTRUTURA

Serão utilizados eletrodutos de PVC:

- Flexíveis e rígidos
- Diâmetros conforme projeto (3/4", 1", 1 1/4", 1 1/2")

A instalação deverá respeitar:

- Raio mínimo de curvatura
- Taxa máxima de ocupação
- Proteção mecânica

9. DISPOSITIVOS E PONTOS ELÉTRICOS

9.1 Iluminação

- Luminárias LED embutidas e externas
- Potências variando entre 25W, 30W e 50W

9.2 Interruptores

- Instalação a 1,20 m do piso acabado

9.3 Tomadas

- Baixas: 0,30 m
- Médias: 1,20 m
- Altas: 2,20 m

Padrão NBR 14136 (2P+T).

10. SISTEMA DE ATERRAMENTO

O sistema de aterramento será composto por:



- Haste de aterramento (2,40 m)
- Condutor de proteção (PE)
- Interligação com o quadro de distribuição

Deverá garantir resistência adequada conforme NBR 5410.

11. PROTEÇÃO E SEGURANÇA

A instalação contempla:

- Disjuntores termomagnéticos
- DR (proteção contra choques elétricos)
- DPS (proteção contra surtos)

⚠ Deve ser fixada advertência no quadro:

- Não substituir disjuntores por maior amperagem
- Não remover dispositivo DR
- Manutenção apenas por profissional habilitado

(Conforme indicado no próprio projeto)

12. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução deverá atender às seguintes diretrizes:

- Seguir fielmente o projeto elétrico
- Utilizar materiais certificados
- Garantir acabamento adequado
- Realizar testes de continuidade, isolamento e funcionamento

13. RESPONSABILIDADES

13.1 Da Executora

- Execução conforme projeto
- Fornecimento de materiais
- Testes e comissionamento



13.2 Da Fiscalização

- Conferência da execução
- Aprovação dos serviços
- Verificação de conformidade

14. TESTES E COMISSIONAMENTO

Antes da entrega da obra deverão ser realizados:

- Teste de continuidade
- Teste de isolamento
- Teste do DR
- Verificação de funcionamento geral

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto foi elaborado com base nas normas técnicas vigentes, garantindo segurança, funcionalidade e eficiência da instalação elétrica.

Qualquer divergência entre projeto e execução deverá ser comunicada previamente à fiscalização e aos responsáveis técnicos.

JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126

Assinado de forma digital por JULIANA
MAYLA DE CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.04.30 11:55:02 -03'00'

JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA 1015112099 /D-GO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS – GO

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO ESTRUTURAL

Data: Abril / 2026



Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.....	3
3. CONCEPÇÃO GERAL DO SISTEMA ESTRUTURAL.....	4
4. MATERIAIS E RESISTÊNCIAS ADOTADAS.....	4
4.1 Concreto.....	4
4.2 Aço.....	4
4.3 Agregado.....	4
5. FUNDAÇÕES.....	5
5.1 Tipo de fundação.....	5
5.2 Armadura das estacas.....	5
5.3 Procedimentos executivos das estacas.....	5
5.4 Blocos de fundação.....	5
6. VIGAS BALDRAME.....	6
7. PILARES.....	7
8. VIGAS DO PAVIMENTO TÉRREO.....	7
9. FORMAS, ESCORAMENTOS E DESFORMA.....	8
10. COBRIMENTOS, EMENDAS E ANCORAGENS.....	9
11. CONCRETAGEM.....	9
12. CONTROLE TECNOLÓGICO E ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS.....	9
13. COMPATIBILIZAÇÃO COM AS DEMAIS DISCIPLINAS.....	10
14. DETALHES CONSTRUTIVOS E CUIDADOS EXECUTIVOS ESSENCIAIS.....	10
15. RESPONSABILIDADES DA EXECUTORA.....	11
16. RESPONSABILIDADES DA FISCALIZAÇÃO.....	11
17. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ALTERAÇÕES DE PROJETO.....	12
18. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12



1. INTRODUÇÃO

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade estabelecer os critérios técnicos, especificações de materiais, diretrizes executivas e responsabilidades relativas à execução da estrutura da obra de **Reforma do CRAS – 1ª Etapa**, situada à Rua 9, Qd. 15, Lt. 03, Nova Flores, no município de Flores de Goiás – GO. As pranchas identificam área ocupada de 64,13 m², área ampliada de 35,67 m² e área construída existente de 164,98 m².

O projeto estrutural foi elaborado com auxílio do software **Eberick, da AltoQi**, utilizado para modelagem estrutural, análise dos esforços, dimensionamento dos elementos em concreto armado, compatibilização geométrica e verificação global da estabilidade da estrutura.

A solução estrutural adotada é composta por **fundações profundas em estacas escavadas**, blocos de coroamento, vigas baldrame, pilares e vigas em concreto armado moldado in loco. As pranchas indicam concreto com **fck = 25 MPa**, módulo de elasticidade secante de **241.500 kgf/cm²** e dimensão máxima característica do agregado de **19 mm**.

2. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

A execução deverá obedecer, no que couber, às seguintes normas técnicas:

- ABNT NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto
- ABNT NBR 6120 – Ações para o cálculo de estruturas de edificações
- ABNT NBR 6122 – Projeto e execução de fundações
- ABNT NBR 7480 – Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado
- ABNT NBR 14931 – Execução de estruturas de concreto
- ABNT NBR 12655 – Concreto de cimento Portland – preparo, controle, recebimento e aceitação
- ABNT NBR 8681 – Ações e segurança nas estruturas
- ABNT NBR 15575, quando aplicável ao desempenho da edificação
- Demais normas complementares e boas práticas executivas vigentes



3. CONCEPÇÃO GERAL DO SISTEMA ESTRUTURAL

A estrutura projetada para a etapa em questão é composta pelos seguintes elementos:

- **fundações em estacas escavadas sem fluido;**
- **blocos de fundação** dimensionados sobre as estacas;
- **vigas baldrame** no nível 0;
- **pilares em concreto armado;**
- **vigas do pavimento térreo** no nível 285 cm.

As fundações foram locadas por meio de planta específica, com identificação dos blocos B1 a B10 e pilares P1 a P10, evidenciando a malha estrutural e a correspondência entre pilares, blocos e vigas de travamento.

4. MATERIAIS E RESISTÊNCIAS ADOTADAS

4.1 Concreto

Foi adotado concreto estrutural com resistência característica à compressão de **25 MPa (C-25)** para os elementos estruturais, inclusive para as estacas escavadas, conforme indicado nas pranchas e nas observações executivas do projeto.

4.2 Aço

As armaduras são compostas por aços:

- **CA-50** para barras longitudinais principais;
- **CA-60** para estribos e armaduras secundárias.

4.3 Agregado

Foi considerada dimensão máxima característica do agregado de **19 mm**, conforme informado nas pranchas estruturais.



5. FUNDAÇÕES

5.1 Tipo de fundação

O projeto adota **estacas escavadas sem uso de fluido**, com **diâmetro de 30 cm** e comprimento indicado em prancha de **3,00 m**, com detalhamento executivo específico. A prancha estrutural informa o conjunto como “Estacas Ø30 – 3 m”, associado aos blocos de fundação.

5.2 Armadura das estacas

As estacas apresentam armadura com:

- **6 barras longitudinais de 10,0 mm;**
- **estribos em aço de 5,0 mm**, com espaçamento indicado em detalhe.

5.3 Procedimentos executivos das estacas

Conforme observações constantes na própria prancha estrutural, devem ser observados os seguintes cuidados executivos:

- para concretagem em profundidade, recomenda-se uso de **tremonha ou funil**, a fim de evitar segregação do concreto;
- deve-se proceder à **limpeza da ponta da estaca e do fuste** antes da concretagem;
- após atingido o comprimento útil da estaca, deve ser realizado **apiloamento/compactação do fundo da perfuração com mistura de areia grossa e brita em 50 cm**, visando melhorar a resistência de ponta;
- deve ser executado **lastro de concreto de 10 cm** antes da concretagem da estaca;
- as estacas escavadas devem ser concretadas com **fck de 25 MPa**, em consonância com a NBR 6122.

5.4 Blocos de fundação

As pranchas indicam **10 blocos de fundação**, identificados de B1 a B10, associados aos pilares P1 a P10. Em planta e detalhes, os blocos apresentam seção em planta de **60 x 60 cm**, com arranjo vinculado a uma estaca por bloco, e altura útil indicada nas pranchas.



Nos blocos B1 a B10, a armadura principal indicada utiliza:

- barras longitudinais em **CA-50 Ø10,0 mm**;
- estribos e armaduras secundárias em **CA-60 Ø5,0 mm**.

A execução dos blocos deverá observar:

- fundo de cava regularizado e limpo;
- conferência do eixo da estaca e do pilar;
- garantia do correto posicionamento das esperas dos pilares;
- manutenção do cobrimento das armaduras por espaçadores adequados;
- concretagem contínua, sem interrupções indevidas.

6. VIGAS BALDRAME

As vigas baldrame estão identificadas como **VB1 a VB6**, todas com seção de **14 x 30 cm**, implantadas no **nível 0**.

Essas vigas têm a função de:

- travar os blocos de fundação;
- promover redistribuição de esforços;
- garantir rigidez do conjunto;
- servir de apoio aos fechamentos e às cargas transferidas pela superestrutura.

As armaduras das vigas baldrame, conforme detalhamento em prancha, utilizam:

- barras longitudinais principais em **CA-50 Ø8,0 mm**;
- estribos em **CA-60 Ø5,0 mm**.

A executora deverá observar:

- forma estanque e com travamento suficiente para evitar deslocamentos;
- alinhamento e nivelamento rigorosos;
- respeito às posições das passagens embutidas eventualmente previstas em compatibilização;
- concretagem sem segregação e com adensamento mecânico adequado;
- cura úmida do concreto conforme procedimento técnico compatível.



7. PILARES

O projeto estrutural apresenta **10 pilares**, identificados como **P1 a P10**. As seções adotadas são predominantemente **14 x 30 cm**, com exceção do **P7**, com seção **17 x 30 cm**. Os pilares do pavimento térreo estão referenciados no nível **285 cm**.

As armaduras longitudinais indicadas nos detalhes de pilares utilizam:

- barras principais em **CA-50 Ø10,0 mm**;
- estribos em **CA-60 Ø5,0 mm**.

Na execução dos pilares deverão ser observados, no mínimo, os seguintes aspectos:

- conferência prévia da locação e prumo;
- perfeita amarração das armaduras com uso de arame recozido;
- manutenção do cobrimento nominal com espaçadores adequados;
- verificação do correto transpasse/ancragem das barras;
- estanqueidade das formas;
- concretagem em camadas compatíveis com o adensamento;
- vibração cuidadosa para evitar nichos, segregação e deslocamento da armação;
- cura do concreto após a desforma.

Não será admitido corte, dobra ou deslocamento de armaduras em obra sem anuência do responsável técnico do projeto estrutural.

8. VIGAS DO PAVIMENTO TÉRREO

As vigas do pavimento térreo estão identificadas como **VT1 a VT6**, todas com seção de **14 x 30 cm**, implantadas no nível **285 cm**.

As armaduras indicadas nas pranchas utilizam:

- barras principais em **CA-50 Ø8,0 mm**;
- estribos em **CA-60 Ø5,0 mm**.

Essas vigas devem ser executadas com especial atenção a:



- apoio correto sobre pilares;
- manutenção das cotas geométricas;
- preservação dos comprimentos de ancoragem;
- posicionamento correto das armaduras negativas e positivas;
- conferência das aberturas e interferências com instalações elétricas, hidrossanitárias e esquadrias.

Antes da concretagem, todas as armações deverão estar limpas, isentas de óleos, barro, carepas soltas ou qualquer substância que prejudique a aderência aço-concreto.

9. FORMAS, ESCORAMENTOS E DESFORMA

As formas deverão ser executadas com material rígido, limpo e em bom estado, garantindo:

- estanqueidade;
- fidelidade geométrica;
- alinhamento;
- prumo;
- nivelamento;
- acabamento compatível com a função estrutural.

Os escoramentos deverão possuir capacidade suficiente para suportar:

- peso próprio das formas;
- peso do concreto fresco;
- cargas de lançamento;
- vibração;
- ações acidentais de execução.

A retirada das formas e do escoramento somente poderá ocorrer após atingidas condições seguras de resistência do concreto, respeitando-se os prazos mínimos e a avaliação do responsável técnico da execução.



10. COBRIMENTOS, EMENDAS E ANCORAGENS

Deverão ser respeitados os cobrimentos previstos em norma e compatíveis com a classe de agressividade ambiental da obra.

As emendas das barras deverão observar:

- comprimento de transpasse normativo;
- posição adequada fora de regiões críticas, quando aplicável;
- amarração segura;
- manutenção do alinhamento das armaduras.

As dobras, ganchos e ancoragens deverão seguir rigorosamente os detalhes das pranchas e as prescrições normativas, vedadas adaptações sem autorização do projetista estrutural.

11. CONCRETAGEM

A concretagem de todos os elementos estruturais deverá obedecer a procedimento controlado, contemplando:

- conferência prévia das formas, armaduras, eixos, cotas e escoramentos;
- limpeza interna das formas;
- umedecimento prévio das formas, quando aplicável;
- lançamento sem segregação;
- adensamento mecânico com vibrador apropriado;
- controle para evitar deslocamento das armaduras e embutidos;
- acabamento adequado das superfícies;
- cura imediata após início de pega.

Para elementos de fundação, em especial estacas, deverá ser observado o uso de tremonha ou funil em concretagem profunda, conforme a observação do projeto.

12. CONTROLE TECNOLÓGICO E ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS

O concreto empregado na estrutura deverá possuir rastreabilidade e resistência compatível com o projeto.



Os materiais deverão atender às especificações normativas, cabendo à executora:

- conferir procedência e qualidade dos agregados, cimento, aço e aditivos;
- controlar preparo, transporte, lançamento, adensamento e cura;
- realizar os ensaios tecnológicos pertinentes, quando exigidos pela fiscalização e/ou pelo responsável técnico.

Entre os ensaios e verificações recomendáveis, destacam-se:

- abatimento do tronco de cone (slump test), quando aplicável;
- moldagem de corpos de prova para controle de resistência;
- inspeção visual de armaduras, cobrimentos e formas;
- verificação dimensional dos elementos executados.

13. COMPATIBILIZAÇÃO COM AS DEMAIS DISCIPLINAS

Antes da execução, a contratada deverá conferir a compatibilização do projeto estrutural com:

- arquitetura;
- projeto elétrico;
- projeto hidrossanitário/pluvial;
- eventuais elementos de cobertura, esquadrias e revestimentos.

Qualquer conflito de passagem, rasgo, reserva técnica, furo em viga, deslocamento de eixo ou incompatibilidade geométrica deverá ser submetido previamente à fiscalização e ao responsável técnico do projeto estrutural.

É expressamente vedada a abertura de rasgos, furos ou rebaixos em blocos, vigas ou pilares sem autorização formal do projetista estrutural.

14. DETALHES CONSTRUTIVOS E CUIDADOS EXECUTIVOS ESSENCIAIS

Deverão ser observados os seguintes detalhes construtivos:

- locação exata dos eixos estruturais antes do início da fundação;
- conferência da posição de cada bloco, pilar e viga conforme prancha;



- execução do fundo das cavas sem material solto ou saturado;
- centralização da armação da estaca e do arranque do pilar;
- manutenção do prumo das ferragens durante concretagem;
- utilização de espaçadores plásticos ou argamassados para garantir cobrimento;
- vedação das formas para evitar fuga de nata de cimento;
- adensamento uniforme, evitando vibração excessiva que cause segregação;
- proteção do concreto recém-lançado contra insolação excessiva, chuva intensa e impactos;
- proibição de carregamentos prematuros na estrutura recém-concretada;
- reaterro somente após liberação da fiscalização e com material adequado, em camadas compactadas.

15. RESPONSABILIDADES DA EXECUTORA

Compete à executora, entre outras atribuições:

- executar integralmente a estrutura conforme projetos, detalhes e normas técnicas;
- conferir previamente medidas, níveis, locação e compatibilização com os demais projetos;
- fornecer materiais em conformidade com as especificações;
- garantir mão de obra qualificada para armação, carpintaria, concretagem e controle de qualidade;
- manter a obra limpa e organizada;
- realizar o escoramento e travamento adequados;
- promover os ensaios e testes de controle tecnológico pertinentes;
- comunicar formalmente qualquer incompatibilidade, dúvida ou condição de campo que exija revisão do projeto;
- refazer, às suas expensas, todo serviço executado em desacordo com o projeto, normas ou determinações da fiscalização.

16. RESPONSABILIDADES DA FISCALIZAÇÃO

Compete à fiscalização da obra:

- acompanhar a execução dos serviços estruturais;
- verificar conformidade com projetos e especificações;



- exigir correção de falhas executivas;
- solicitar ensaios, documentos e comprovações quando necessário;
- aprovar etapas executadas somente após conferência técnica;
- registrar ocorrências relevantes de execução.

A fiscalização não exime a executora de sua inteira responsabilidade pela qualidade, segurança e estabilidade dos serviços realizados.

17. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ALTERAÇÕES DE PROJETO

Qualquer modificação em relação ao projeto estrutural original, inclusive alteração de seção, armadura, posição de elemento, profundidade de fundação, fck, procedimento executivo ou interferência com instalações, somente poderá ser realizada mediante análise e anuência do responsável técnico competente.

A inexistência de consulta prévia não autoriza adaptações de campo por iniciativa da executora.

18. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto estrutural da reforma foi concebido em concreto armado, com fundações em estacas escavadas Ø30 cm, blocos de 60 x 60 cm, vigas baldrame de 14 x 30 cm, pilares predominantemente de 14 x 30 cm e vigas do térreo de 14 x 30 cm, todos em concreto C-25, conforme pranchas do projeto.

A execução deverá seguir rigorosamente os desenhos, detalhamentos, cotas e especificações do projeto, sendo indispensável a observância das normas técnicas, dos procedimentos executivos corretos e do controle tecnológico dos materiais.

Eventuais divergências entre projeto e condições reais de campo deverão ser imediatamente comunicadas à fiscalização e ao responsável técnico, antes da continuidade dos serviços.

JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126

Assinado de forma digital por
JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.04.30 11:54:51 -03'00'

JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA 1015112099 /D-GO



MEMORIAL DESCRITIVO DE OBRAS

Objeto: REFORMA CRAS – 1ª ETAPA

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

Local da obra: RUA 09, QD 15, LT 03, NOVAS FLORES, FLORES DE GOIÁS

Área: 64,13M²

RRT:

Contrato nº:

Data: FEVEREIRO/2026

1.0 INTRODUÇÃO

Este memorial refere-se a REFORMA CRAS – 1ª ETAPA, localizada no município de FLORES DE GOIÁS – GO.

Em caso de persistirem dúvidas a Fiscalização e/ou autores dos projetos deverão ser consultados antes da execução dos serviços.

2.0 GENERALIDADES

O presente memorial tem por objetivo discriminar os serviços e materiais a empregar e orientar a execução dos serviços na obra.

A execução da obra deverá obedecer rigorosamente aos projetos, seus respectivos detalhes e as especificações constantes neste memorial.

Em caso de divergências deve ser seguida a hierarquia conforme segue, devendo, entretanto, ser ouvidos os respectivos autores e a fiscalização:

1º. Projeto Arquitetônico;

2º. Memorial Descritivo;

3º. Demais projetos complementares.

Será de inteira responsabilidade da contratada a concordância entre os projetos, o local de construção (topografia local) e as concessionárias (redes públicas).

A empreiteira deverá seguir rigorosamente o Cronograma de Barras da obra. Este deverá ser mantido na obra para a orientação do empreiteiro e da fiscalização.

Não poderá a firma empreiteira, em hipótese alguma, alegar desconhecimento das cláusulas e condições estabelecidas nestas especificações, bem como de detalhes e exigências constantes dos projetos, que fazem parte integrante do contrato.



A empreiteira será responsável pelas soluções técnicas necessárias para execução dos projetos. A mesma deverá fazer uma revisão geral da obra, verificação do funcionamento, da segurança e do acabamento de todos os itens, tanto os executados por ela como os executados por terceiros.

Todos os pagamentos, taxas, impostos, multas, encargos sociais, indenizações, seguros e demais encargos que incidam, ou venham a incidir sobre a obra e o pessoal da mesma, serão de total e exclusiva responsabilidade da empreiteira.

A obra só poderá ser iniciada com as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica sobre Projetos, pela Execução da obra e com Alvará de Construção e demais Licenciamentos que se fizerem necessários.

A empresa contratada providenciará espaços para abrigos e sanitários de funcionários, depósitos de ferramentas que se fizerem necessários.

O entulho resultante das obras será removido e transportado, por conta da empresa contratada, para local apropriado, indicado ou qualificado, pela Prefeitura Municipal de FLORES DE GOIÁS.

3.0 CADERNO DE ENCARGOS

A empreiteira fica obrigada a manter no canteiro, durante todo decorrer da obra, um Caderno de Encargos da Prefeitura Municipal de FLORES DE GOIÁS para acompanhamento dos serviços.

4.0 SERVIÇOS PRELIMINARES

Para a perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, a Empreiteira se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda a assistência técnica e administrativa necessária para imprimir andamento conveniente aos trabalhos, inclusive apresentar laudos de ensaios quando solicitado pela fiscalização.

4.1 Placa de obra:

Deverá ser confeccionada de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações contidas no manual de uso da marca do governo federal – obras e do guia de sinalização e o Manual Visual de placas e adesivos de obra, da CAIXA de Outubro de 2013. Deverá ser confeccionada em chapa plana com pintura a óleo ou esmalte.

A placa deverá ser fixada em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltada a via que forneça a melhor visualização das placas. Ela deverá ser mantida em bom estado de conservação, inclusive quanto a integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução da obra. Deve ser substituída ou recuperada quando solicitada pela fiscalização. As suas dimensões mínimas são 2,00 x 1,25 (C x H), com uma área total mínima de 2,50 m². A placa de obra deve ser a maior placa existente no empreendimento.

4.2 Locação da Obra:

O terreno deverá ser limpo manualmente com uma raspagem superficial. A locação da obra será de forma convencional, através de gabarito com tábuas corridas pontaleadas a cada 1,50m. Caberá ao Engenheiro Responsável proceder à aferição das dimensões, dos alinhamentos, dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes no projeto, com as reais condições encontradas no local.

4.3 Canteiro de Obras:

Será construído um galpão de 8 m² em estrutura de madeira e telha ondulada 6mm, incluindo piso cimentado para funcionamento do barracão de obras, onde o Engenheiro Responsável pela Execução deve abrigar o escritório da administração da obra e depósito de materiais e ferramentas.

O local que a empresa destinará ao uso do escritório deverá manter o Caderno de Encargos, o alvará de construção, uma via de cada ART (de execução e de cada projeto) da obra e um jogo completo de cada projeto aprovado.

4.4 Demolições:

As partes a serem demolidas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo demolição. Os materiais provenientes da demolição, reaproveitáveis ou não, serão convenientemente removidos para os locais indicados pela FISCALIZAÇÃO.

A demolição manual será executada progressivamente, utilizando ferramentas portáteis motorizadas ou manuais. A demolição mecânica será executada com os equipamentos indicados para cada caso, segundo sempre as recomendações dos fabricantes.

As demolições realizadas em alvenarias solidárias a elementos estruturais deverão ser realizadas com extremo apuro técnico para se evitar danos que comprometam a sua estabilidade.

5.0 MATERIAIS BÁSICOS

Todos os materiais e serviços aplicados na obra serão comprovadamente de primeira qualidade, satisfazendo as condições estipuladas neste memorial, os códigos, normas e especificações brasileiras, quando cabíveis. Os materiais e serviços somente poderão ser alterados mediante consulta prévia aos autores do projeto e fiscalização, por escrito, havendo falta dos mesmos no mercado ou retirada de linha pelo fabricante. Todo material a ser utilizado na obra poderá ser recusado, caso não atenda as especificações do projeto, devendo a contratada substituí-lo quando solicitado pela fiscalização.

Caberá à Fiscalização a responsabilidade de analisar a qualidade dos materiais, decidindo sobre a necessidade de se efetuar ensaios laboratoriais especializados, que correrão por conta da empreiteira.

6.0 EMPREITEIRA



É competência da empreiteira fornecer todas as ferramentas, maquinário e aparelhamento adequado a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como os equipamentos de proteção individual (EPI), proteção coletiva (EPC), PPRA, PCMAT e PCMSO.

A fiscalização fornecerá o padrão de instalações provisórias baseado na característica de cada obra.

7.0 MOVIMENTO DE TERRAS

A EMPREITEIRA será responsável pelo movimento de terra necessário para atender as cotas do projeto.

Para o aterro geral ou corte, se necessário, deverá ser feito um controle tecnológico a ser definido pelo Engenheiro Fiscal e um ensaio de Proctor Normal 95% com intervalo de aceitação de 2%.

Os aterros deverão ser feitos em camadas adequadamente compactadas manualmente de no máximo 20cm. No caso de aterros com altura acima de 1m deverá ser observado o tipo de terreno e a fiscalização exigirá o controle tecnológico da compactação dos mesmos.

Deverão ser utilizados para os aterros solo ou cascalho livres de impurezas como matéria orgânica. Não será permitida a utilização do entulho da obra para a execução de qualquer aterramento.

Serão de responsabilidade da contratada a verificação dos níveis naturais e alinhamentos do terreno, para que a obra seja locada de acordo com o projeto, antes do início da obra.

8.0 FUNDAÇÃO

8.1 Escavações:

As escavações necessárias à construção de fundações e as que se destinam a obra permanente serão executadas de modo a não ocasionar danos à vida, a propriedades ou a ambas. Desde que obedecidas às condições retro-citadas, as escavações provisórias de até 1,50m não necessitam de cuidados especiais.

A execução dos trabalhos de escavações obedecerá, além destas recomendações, a todas as prescrições da NB-51/85(NBR 6122) concernentes ao assunto.

Todas as escavações serão protegidas, quando for o caso, contra a ação de água superficial ou profunda, mediante drenagem, esgotamento ou rebaixamento de lençol freático.

8.2 Fundações:

A execução das fundações implicará na responsabilidade integral da CONTRATADA pela resistência das mesmas e pela estabilidade da obra. A execução das fundações deverá satisfazer às normas da ABNT atinentes ao assunto, especificamente NBR-6122 - Projeto e Execução de Fundações - Procedimento.

As fundações serão executadas no local, conforme projeto estrutural de fundação, respeitadas as composições na resistência indicada no projeto, devendo o concreto receber adensamento compatível.

Após a concretagem das fundações e sua desforma, as cavas deverão ser reaterradas com material de boa qualidade e apiloado.

8.3 Baldrame:

As vigas de baldrame serão executadas no local, conforme projeto estrutural, devendo o concreto ser lançado em trechos de pouca altura e adensado. Após a concretagem das fundações e seu desforme, as cavas deverão ser reaterradas com material de boa qualidade e adensadas.

Para todos os concretos estruturais, deverão ser feitos corpos de prova 3 para cada 15m³ de concreto, que deverão ser rompidos em prensa específica na presença da FISCALIZAÇÃO e apresentando laudos com os resultados para arquivamento nos documentos da obra.

9.0 IMPERMEABILIZAÇÃO

9.1 Vigas baldrame:

Deverão ser tomadas todas as precauções necessárias para que a umidade não suba aos alicerces. As vigas de baldrame, que deverão receber paredes do pavimento térreo (ou não), devem, após desformadas, serem impermeabilizadas nas faces laterais e na face superior, com duas demãos de impermeabilizante asfáltico.

Nos serviços de impermeabilização precisam ser tomados todos os cuidados para garantir a estanqueidade da alvenaria.

10.0 ALVENARIA

Deverão ser rigorosamente respeitadas as posições e dimensões das paredes novas constantes no projeto arquitetônico, lembrando que, as cotas das espessuras das paredes, no projeto arquitetônico deverão ser consideradas com revestimento.

As fiadas deverão estar perfeitamente travadas, alinhadas, niveladas e aprumadas. Quando sobre baldrames, serão começadas depois de decorridas 24 horas da aplicação dos impermeabilizantes asfálticos.

Os vãos de porta e janela têm de atender às medidas e localização prevista no projeto. Sobre o vão das esquadrias, deve-se colocar vergas. Sob o vão das janelas deve-se colocar contra-vergas.

Na união de alvenarias com vigas, lajes e pilares deverão ser executados chapisco, a fim de proporcionar maior aderência.

As tubulações elétricas e hidráulicas, quando embutidas na alvenaria, deverão permitir um recobrimento mínimo de 15 mm, sem contar o reboco.

Toda a alvenaria será inspecionada antes de ser revestida.

10.1 Tijolos Furado:

Os tijolos serão de barro especial, bem cozidos, leves, duros e sonoros, com 06 (seis) furos, com dimensões de 14x19x19cm, e não vitrificados, assentados nas paredes de vedação.

Obs.: À Fiscalização caberá a decisão de aceitar os tijolos ou se julgar necessário exigir testes que comprovem a sua qualidade.

10.2 Alvenaria de vedação em bloco vazado de concreto:

Para o fechamento da estrutura serão utilizados blocos de concreto, com dimensão de 30 x 30 x 9cm, no tamanho exato não sendo permitido o corte das peças para atingir as espessuras requeridas, assentados com espessura de 10 ou 20mm. Deverão ter prumo e alinhamento perfeito, fiados e nivelados. Serão executados, vibrados, faces planas, arestas vivas, dimensões uniformes, textura homogênea, duros e sonoros, isentos de trincas e outros defeitos visíveis, absorção máxima de água, resistência a compressão e demais características, resistência mínima de 40 kgf/cm². Deverá ser respeitado rigorosamente o alinhamento e a prumada das paredes. Receberá pintura acrílica com fundo selador na cor especificada em projeto.

11.0 COBERTURA

11.1 Estrutura de madeira:

A cobertura da edificação existente terá troca de telhas danificadas, mas a estrutura será mantida, com a instalação de calhas e rufos.

As estruturas em madeira deverão obedecer à norma NBR 07190/97- Cálculo e Execução de Estruturas de Madeira da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

A estrutura da cobertura deverá ser de boa qualidade e resistente à ação de insetos xilófagos, como sugestão cita-se madeira de lei.

Na execução de estruturas de madeira, deve-se observar que na madeira empregada não existam fungos, carunchos e cupins nem estilhaçamento longitudinal, ou falta de seção por corte errado de serraria.

11.2 Telhas de fibrocimento:

A cobertura em telha de fibrocimento ondulada com espessura de 6 mm será mantida trocando somente as telhas danificadas, devendo ter inclinação conforme projeto. No caso da ampliação deverá ser feito o alinhamento de cumeeiras e beirais. Dar acabamento com argamassa forte 1:3 (cimento e areia média lavada) nos beirais, cumeeiras e cordões. Após instalação, as telhas devem receber impermeabilização.



Obs.: Será exigido o teste de absorção e resistência à flexão das telhas. As mesmas também serão avaliadas quanto ao empenamento, aspecto visual e sonorização.

11.3 Calhas e Rufos:

Serão utilizadas calhas de aço galvanizado n.24, e rufo de aço galvanizado n.24 conforme projeto.

O tubo de queda deverá ser revestido com shaft deixando toda a tubulação embutida.

11.4 Pingadeiras:

Todas as platibandas receberão pingadeira em moldura tipo “U” invertido em argamassa com 2 cm de espessura, sendo que a parte vertical deve descer no mínimo 2,5 cm junto à platibanda.

12.0 FORROS

12.1 Forro de gesso:

Todos os ambientes internos que não possuem forro receberão forro de gesso em placas de 60x60 cm com espessura de 1,2 cm. No encontro do forro com as paredes deverá ser prevista a junta de dilatação perimétrica. A fixação deve ser feita por arames de cobre ou aço, presos na estrutura do telhado, não sendo permitida a perfuração da telha para a instalação do forro em hipótese alguma. No caso de inviabilidade em fixar os arames na estrutura do telhado a Fiscalização deve ser consultada para a tomada de decisão adequada. Nos locais de reforma dos sanitários onde haverá mudança de layout interno, o forro deverá ser refeito.

13.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

CONFORME MEMORIAL ESPECÍFICO

14.0 INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

CONFORME MEMORIAL ESPECÍFICO

15.0 LOUÇAS E METAIS

Destaca-se a obrigatoriedade de atender as especificações mínimas conforme a norma ABNT 15.097/11.

15.1 Louças:

Bacias sanitárias e lavatórios, serão de louça na cor branca.

Os lavatórios dos banheiros adaptados para PNE serão com coluna suspensa, conforme detalhe em projeto.

As bacias sanitárias dos sanitários serão com caixa acoplada.

A louça deve ter uma fixação mais resistente, para evitar acidentes. Todas as louças deverão ser de materiais de primeira qualidade. As locações das peças acima descritas constam no projeto arquitetônico.

15.2 Metais:

As torneiras dos lavatórios serão metálicas fixadas no lavatório.

Serão utilizadas barras para deficiente físico nos banheiros, seguindo o detalhamento em projeto e estando de acordo com a norma de acessibilidade NBR-9050/2015.

16.0 ESQUADRIAS

As esquadrias deverão ser novas e ter ferragens embutidas. Deverão ser executadas somente com materiais de boa qualidade, primeiro uso e isentos de ferrugem.

16.1 Alumínio:

Todos os perfis laminados a serem utilizadas nos serviços de serralheria terão de apresentar dimensões compatíveis com o vão e com a função da esquadria, de modo a constituírem peças suficientemente rígidas, não sendo permitida a execução de emendas intermediárias para a obtenção de perfis com maior comprimento. As esquadrias devem atender aos parâmetros de estanqueidade, resistência e funcionamento estabelecidos na NBR 10.821. As esquadrias serão em alumínio cor natural.

16.2 Madeira:

Serão recusadas todas as peças que apresentarem sinais de empenamento, descolamento, rachaduras, lascas, desigualdade de madeira e outros defeitos.

As portas serão de madeira de lei, isentas de nós, com tratamento anticupim, incluindo as guarnições de qualidade extra, lixados, desempenados e fixados por meio de prego em buchas de madeira, as emendas

Serão perfeitas de maneira que permaneçam alinhadas e sem rebarbas. A sua colocação deverá ser realizada com especial cuidado garantindo a precisão do reboco e seu requadro junto aos vãos das portas de maneira a propiciar a fixação com perfeição.

QUADRO DE ABERTURAS - JANELAS FINAL 1ºETP					
Cód.	Quant.	Dimensões		Altura do peitoril	Descrição
		largura	Altura		
J1	3	200 cm	100 cm	1,10	Janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio
J2	4	150 cm	100 cm	1,10	Janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio
J3	5	70 cm	60 cm	1,70	Janela máxim-ar, 1 folha, vidro/alumínio
JN1	1	150 cm	100 cm	1,10	Janela correr, 4 folhas, vidro/alumínio
JN2	1	200 cm	80 cm	1,30	Janela máxim-ar, 4 folhas, vidro/alumínio
JN3	1	250 cm	100 cm	1,00	Janela vidro fixo
QUADRO DE ABERTURAS - PORTAS FINAL 1ºETP					
Cód.	Quant.	Dimensões			Descrição
		largura	Altura		
PE1	1	244 cm	197 cm		Porta de correr, 4 folhas, vidro/alumínio
PN1	1	120 cm	210 cm		Porta de ferro, com 2 folhas de abrir
PN2	2	90 cm	210 cm		Porta de Madeira 1 folha de abrir, PNE
PN3	8	90 cm	210 cm		Porta de Madeira 1 folha de abrir
PN7	1	350 cm	190 cm		Portão de aço e gradil, com pintura Azul Escuro
V01	1	125 cm	210 cm		Vão de passagem revestido com granito

17.0 FERRAGENS

As portas de madeira receberão fechadura de embutir completa com padrão de acabamento popular. Todas as portas de madeira receberão um conjunto de 3 dobradiças de 3 ½ x 3 em aço inoxidável, de primeira qualidade.

As portas metálicas devem ser dotadas de conjunto de dobradiças e fechaduras de fábrica, sendo fechaduras do tipo alavanca, cromadas e de boa qualidade.

As esquadrias em vidro temperado deverão ser dotadas de todos os acessórios necessários, cromados e de boa qualidade, sendo que as portas externas deverão ter fechaduras que permitam ser trancadas com chave.

As portas de correr receberão fechadura bico de papagaio.

A altura da maçaneta da fechadura das portas, em relação ao nível do piso acabado, deverá seguir as recomendações da NBR. 9050/2004, que é entre 0,90 e 1,10m.

18.0 VIDROS

Nas janelas serão utilizados vidro comum de 6 mm de espessura.

19.0 REVESTIMENTOS

O revestimento das paredes será executado com argamassa, num procedimento que ocorrerá em duas etapas básicas: chapisco e reboco comum ou emboço de massa única. A alvenaria das paredes deve estar bem seca, as juntas curadas. Deve estar limpa e devem ser cortadas eventuais saliências de argamassa das juntas.

19.1 Chapisco Comum:



As superfícies destinadas a receber o chapisco comum, serão limpas a vassoura e abundantemente molhadas, com o emprego de esguicho de mangueira, antes de receber a aplicação desse tipo de revestimento.

Toda parte da estrutura de concreto que for revestida, lajes e paredes de tijolos furados receberão uma camada de argamassa fluida de chapisco comum traço 1:3 cimento e areia grossa lavada, espessura de 5mm com preparo mecânico.

19.2 Reboco Comum:

Todas as paredes novas não especificadas de modo diverso receberão o reboco comum aprumado, com argamassa traço 1:2:8 (cimento, cal e areia), espessura de 20mm com preparo mecânico.

19.3 Emboço:

Será executado em todas as paredes onde receberão revestimento de cerâmica ou pastilha com traço 1:2:8 (cimento, cal e areia), na espessura de 20 mm em preparo manual.

O acabamento será alisado à desempenadeira de modo a proporcionar superfície inteiramente lisa e uniforme.

19.4 Revestimento Porcelanato:

Cerca de 10 dias após a execução do emboço, realizar a colocação do revestimento de primeira qualidade, com juntas a prumo, assentados com argamassa especial para porcelanato. A parede deverá estar livre de infiltrações ou qualquer outro tipo de umidade. O revestimento porcelanato utilizado será branco liso, 50x50cm, retificado e acetinado, PEI acima de 4 de primeira qualidade. Deverá ser assentado com argamassa AC III e rejuntado com rejunte cimentício FORTALEZA, ELIANE ou QUARTZOLIT, aplicado manualmente e o excesso limpo por meio de espuma. Deverá ser moldado por superfície arredondada como fio, mangueira, etc. E executado por pessoal técnico com capacidade comprovada, sendo que a Fiscalização deverá rejeitar todo e qualquer piso ou partes dele que não apresentarem uniformidade de cor, polimento, compactação, etc.

20.0 PAVIMENTAÇÃO/PISO

Todo o material a ser utilizado na pavimentação deverá, antes de sua execução ou assentamento, passar por um rigoroso controle de qualidade, assim como a regularização e compactação de todo o terreno a ser pavimentado.

20.1 Lastro de concreto:

Contra piso, ou lastro de concreto não estrutural, no traço 1:3:6 com 5 cm de espessura.

20.2 Porcelanato:

Serão pavimentados com porcelanato 60x60 cm acetinado, retificado, PEI acima de 4 de primeira qualidade. O piso deverá ser assentado com argamassa AC III e rejuntado com rejunte cimentício, executado por pessoal técnico com capacidade comprovada, sendo que a Fiscalização deverá rejeitar todo e qualquer piso ou partes dele que não apresentarem uniformidade de cor, polimento, compactação, etc.

20.3 Rodapé Porcelanato:

Onde houver piso de porcelanato e não houver revestimento de parede deverá ser instalado rodapé com o mesmo material do piso, retos e com 10 cm de altura.

20.4 Concreto Desempenado:

O piso externo será executado em concreto desempenado, conforme informado projeto de arquitetura.

O concreto desempenado (15 MPA) deverá ser executado no traço 1:3:5, com 5,0 cm de espessura, executados em placas alternadas, sendo que a dilatação será em junta de madeira de 1x7 cm a cada 1,5m de extensão.

20.5 Soleira em granito

Trata-se de um material de alta resistência, com pequena porosidade, resistente à água, de fácil manuseio e adequação às medidas do local. Suas dimensões serão L (comprimento variável) x 15cm (largura) x 20mm (altura) no granito cinza andorinha.

As soleiras de granito devem estar niveladas com o piso mais elevado. A espessura usual do granito acabado é 2cm, portanto, uma das faces da soleira deve ser polida, pois ficará aparente quando encontrar com o piso que estiver assentado no nível inferior.

Serão aplicadas abaixo das portas, entre os ambientes onde há desnível de piso e entre ambientes onde há mudança da paginação de piso, caso especificado em projeto.

20.6 Peitoril em granito

Trata-se de um material de alta resistência, com pequena porosidade, resistente à água, de fácil manuseio e adequação às medidas do local. Suas dimensões serão L (comprimento variável) x 17cm (largura) x 20mm (altura) no granito cinza andorinha.

Os peitoris em granito deverão ser instalados abaixo dos caixilhos das esquadrias de alumínio, placas de 2 cm de espessura, polidas em todas as faces aparentes e acabamento bizotado. Sempre que possível, os caixilhos serão colocados, faceando o parâmetro interno das paredes, de modo a eliminar o peitoril interno, subsistindo apenas o peitoril externo, caso não seja possível deverá ser executado peitoril interno e externo. Deverão ser deixadas as pingadeiras necessárias aos peitoris.

Serão aplicadas abaixo das janelas, nos locais indicados no projeto.

21.0 PINTURA

Naquilo que for aplicável ao caso e rigorosamente de acordo com as especificações técnicas de preparação, limpeza e aplicação indicadas pelo fabricante, seguindo os seguintes critérios:

- Todo o material a ser utilizado, tintas, massas, seladoras, etc. serão de primeira linha, da marca CORAL, RENNER, SUVINIL, SHERWIN WILLIAMS ou SUMARÉ.
- Não será permitida a coloração da tinta pelo uso de pigmento em bisnaga.
- Será exigido o perfeito cobrimento da pintura, sendo que o número de demãos aplicadas de massa ou tinta definidas no orçamento se referem a 1ª linha de uma das marcas especificadas.
- As tintas só poderão ser diluídas conforme indicação do fabricante expressa na embalagem do produto.

21.1 Paredes Internas:

Todas as paredes existentes e rebocadas internamente, não especificadas de modo diverso, pintadas com 02 demãos de pintura lavável de tinta acrílica acetinada para parede.

21.2 Paredes Externas:

As paredes externas da entrada receberão 2 demãos de pintura acrílica com fundo selador cor rosa Passos de Dança, conforme especificação de projeto. As demais paredes da fachada receberão 2 demãos de pintura acrílica com fundo selador cor cinza Estátua Antiga, conforme especificação de projeto.

21.3 Paredes Externas:

As paredes internas dos muros receberão pintura texturizada acrílica na cor Cetim Oriental, sem emassamento, obtendo-se uma pintura uniforme. E internamente nas platibandas, a cor Branco Gelo.

21.4 Tetos:

As lajes receberão gesso corrido e acabamento em pintura látex PVA.

Os forros de gesso serão emassados com massa acrílica e acabados com pintura látex PVA cor Branco Neve. Os forros existentes e com manchas de infiltração deverão ser lixados e as manchas removidas antes de receberem nova pintura.

21.5 Esquadrias de madeira:

As portas de madeira receberão pintura com esmalte sintético para madeira na cor branca fosca, em 2 demãos.

22.0 PAISAGISMO

22.1 Cuidados com o material vegetal:

O primeiro procedimento antes de receber as mudas é o combate á formiga cortadeira, praga que pode causar danos surpreendentes em uma só noite de atividade. Portanto o controle prévio e a disponibilidade de formicida granulado em pó e bomba para a aplicação são imprescindíveis. Dificilmente uma pessoa ao comprar uma muda poderá ter certeza avaliando visualmente, de estar comprando corretamente a espécie, variedade ou coloração especificada no projeto. A idoneidade do viveiro assume um dos aspectos primordiais na definição do futuro jardim, sendo a identificação da muda fundamental, devendo constar na etiqueta o nome, a variedade e a coloração, quando necessário. A embalagem deverá estar em boas condições devendo a muda estar fortemente enraizada. Deve-se evitar comprar mudas em pequena quantidade de terra, pois geralmente as raízes estão enoveladas, o que prejudica seu desenvolvimento futuro, bem como mudas com ramo bifurcado, fino e flexível, sem o ramo principal ou quebrado.

É durante o transporte, carga e descarga que a muda sofre os maiores danos. Todos estes cuidados não garantem a chegada de um material de qualidade, pois a etapa que pode causar maior prejuízo às mudas é o transporte, se feito de maneira incorreta. O manuseio ao carregar e descarregar, a imobilização executada sem injuriar as plantas, a proteção ao vento e ao sol durante o deslocamento são pontos que devem requerer a maior atenção. Já, a muda ao chegar, deverá ir para um local sombreado do canteiro de obras protegido da circulação parcialmente de pessoas, materiais e animais, previamente estabelecido e onde a irrigação seja facilitada. Para evitar o manuseio desnecessário, devem-se agrupar mudas da mesma espécie e verificar se ainda tem a identificação. O local de armazenamento no canteiro de obra – viveiro deverá ser cuidadosamente planejado: irrigação, proteção, controle, acessibilidade e organização.

22.2 Limpeza do terreno:

O terreno, que receberá o plantio, deverá ser limpo, livres de caliça, inço, tocos, pedras, vegetação daninha ou qualquer material nocivo as plantas e que dificultem a manutenção e preservação das mesmas. Os locais específicos, onde houverem plantio, sofrerão aragem profunda, escarificação do solo para receber a terra de plantio.

22.3 Terra para plantio e adubação:

Serão utilizados adubos químicos e orgânicos naturais como farinha de ossos ou superfosfato, calcário dolomítico e esterco curtido de animais. Material orgânico encontrado na gleba poderá ser utilizado para a adubação dos canteiros e covas de árvores. A terra será de boa qualidade, livre de inços, destorrada e abrigada em locais designados pela Fiscalização, na própria obra. Terá que ser prevista área específica para a mistura de adubos químicos e orgânicos a terra para plantio. A terra para plantio de árvores e arbustos será enriquecida com adubos orgânicos. Utilizar a terra da própria cova para a seguinte composição:

- 75% de terra vegetal (de superfície);



- 20% de terra neutra (de sub-solo);

- 5% estercado curtido de animais ou composto orgânico – ou 200g de farinha de osso por m³;

Para evitar a inibição da ação dos adubos, nas áreas específicas de plantio de arbustos e árvores, será aplicado 20 dias antes da adubação, 300g de calcário dolomítico. Após a aplicação, regar.

22.4 Plantio da Vegetação:

O material adquirido ou obtido será proveniente de viveiros devidamente registrados.

Deverá ser verificado o estado das mudas, respectivos torrões e embalagens, para maior garantia do plantio. Todas as mudas com má formação, atacadas por pragas e doenças, bem como aquelas com o raizame abalado, serão rejeitadas.

A abertura das covas deverá ser feita alguns dias antes do plantio para permitir sua inoculação por micro-organismos.

Se o período de espera para plantio das mudas for maior que 2 dias, deverá ser providenciada área coberta, impedindo chuva e sol direto, para abrigá-las. As regas, neste período, devem ser de acordo com a necessidade de cada espécie. O plantio será feito, de preferência, em dias encobertos e nas horas com temperatura mais amena.

22.5 Arbóreas, arbustivas e trepadeiras:

Com as covas prontas e o material para o plantio todo disponível no local, acrescentado-se farta disponibilidade de água e meios para proceder à irrigação posterior ao plantio, a presença do fiscal deve estar prevista visando o acompanhamento desta decisiva etapa.

A remoção da embalagem, a compactação suave do solo, o ato de molhar após o plantio, e a altura do colo da planta em relação ao nível do solo são aspectos a serem observados. Na área de coroamento da cova o uso de cobertura morta, sem que esta, toque o tronco ou o caule, é a medida preconizada controla inços e mantém a umidade do solo. O colo da planta deve estar nivelado ao terreno. A cobertura final da cova terá que formar uma coroa, espécie de bacia para retenção de água de rega e chuva. Na véspera do plantio as mudas receberão rega abundante. As covas serão dimensionadas da seguinte forma:

Espécies arbóreas – 80x80x80cm;

Espécies Arbustivas - 60x60x60cm;


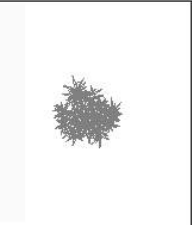

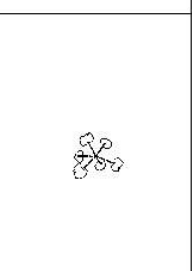
Trepadeiras - 30x30x30cm.

As raízes deverão ser bem distribuídas nas covas. Quando as mudas tiverem embaladas, estes deverão ser retirados, de modo a não desmanchar o torrão.

Após o plantio, o solo deverá ser levemente compactado, mantendo os níveis existentes.

O paisagismo será composto conforme projeto e tabela a seguir:

PAISAGISMO

		PODOCARPO (<i>Podocarpus macrophyllus</i>) Plantio a cada 0,5m. Preparar solo com 5cm de areia grossa, 5cm de composto orgânico	65 un
		ZAMIOCULCA (<i>Zamiodulcas zamiifolia</i>) Plantio a cada 0,3m. Preparar solo com 5cm de brita e, 14cm de terra, 10,5cm de areia, 10,5cm de composto orgânico misturados	8 un

22.6 Avaliação do plantio:

Trinta dias após o plantio deverá ser realizada vistoria de avaliação do plantio. A contratação do serviço de plantio inclui um acompanhamento diário por um período mínimo de 40 dias. Problemas encontrados, mesmo após a entrega, devem ser documentados e relatados visando a pronta reposição do material. Depois de morta a planta, é difícil encontrar a causa. A água utilizada para rega deverá ser limpa, isenta de substâncias nocivas e prejudiciais à terra e às plantas.

22.7 Disposições finais:

O início do plantio deve ser iniciado somente após o fim da obra civil.

Manter a obra civil limpa, retirando todo o entulho, evitando que o mesmo seja enterrado na própria obra nas futuras áreas de plantio.

A locação das mudas será fiscalizada, sendo que o que estiver em desacordo com o projeto paisagístico, terá que ser refeito.

Ao final da execução do projeto paisagístico a obra deverá ser limpa, livre de folhas secas, detritos de jardim, sacos plásticos, papéis e etc.

As mudas compradas deverão ter porte e implantação, conforme especificado em projeto, bem como estar bem constituídas, livre pragas e folhas seca e ter folhagem firme.

23.0 DIVERSOS

23.1 Rampas e escadas:

As rampas e escadas de acesso deverão ser construídas em concreto desempenado e revestidas com porcelanato resistente ao escorregamento, conforme especificação em projeto.

A inclinação das rampas NÃO deverá exceder 8,33% em hipótese alguma, conforme estabelecido pela Norma de Acessibilidade, NBR 9050.

Os degraus da escada deverão ter dimensões regulares, com largura do piso, ou base (b), entre 25 e 30 cm, e altura do espelho (h) entre 16 e 18 cm, devendo ainda respeitar a fórmula de blondel, onde: **$63\text{ cm} \leq (2h + b) \leq 64\text{ cm}$** .

Em caso de dúvidas, o autor do projeto ou a fiscalização deverão ser consultados antes da execução da obra.

23.2 Guarda-corpos e corrimãos:

Os guarda-corpos serão em aço inox tendo altura de 1,10 m.

Os corrimãos serão em alumínio devendo ser instalados em ambos os lados da rampa com prolongamento do final de 30 cm e estarem recuados a 4 cm da parede, no sentido do percurso. Devem ser respeitadas as alturas de 0,92m e 0,70 m, conforme detalhe em projeto e em conformidade com a Norma de acessibilidade, NBR 9050/2015.

Em caso de dúvidas, o autor do projeto ou a fiscalização deverão ser consultados antes da execução da obra.

20.1 Porta PCD com puxador:

As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento, e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m. Recomenda-se que as portas tenham, na sua parte inferior, no lado oposto ao lado da abertura da porta, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso. O mecanismo de acionamento das portas deve requerer força humana direta igual ou inferior a 36 N.

As portas de sanitários e vestiários devem ter, no lado oposto ao lado da abertura da porta, um puxador horizontal, instalados à altura da maçaneta. O vão entre batentes das portas deve ser maior ou igual a 0,80 m. Recomenda-se ter um revestimento resistente a impactos e que estas portas ou batentes tenham cor contrastante com a da parede e do piso de forma a facilitar sua localização.

24.0 FISCALIZAÇÃO DA OBRA

A fiscalização dos serviços será feita pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal, através de seu responsável técnico, em qualquer ocasião, devendo a empreiteira submeter-se ao que lhe for determinado.

24.1 Documentação para início da obra

São de responsabilidade da contratada quaisquer despesas referentes à regularização para o início da obra tais como:

- Cadastro junto à Prefeitura Municipal local (ISS);
- Alvará de construção de Obra;
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução dos serviços contratados, com a respectiva taxa recolhida.

24.2 Obrigações da Contratada

Quanto aos materiais

Realizar a devida programação de compra de materiais, de forma a concluir a obra no prazo fixado;

Observar rigorosamente os prazos de validade dos materiais, pois será recusado pela Fiscalização qualquer tipo de material que se encontre com o prazo de validade vencido;

Todo e qualquer material de construção que entrar no canteiro de obras deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização. Aquele que for impugnado deverá ser retirado do canteiro, no prazo definido pela Fiscalização.

Submeter à Fiscalização, sem ônus, amostras dos materiais e acabamentos a serem utilizados na obra

Quanto à mão-de-obra

Contratar mão-de-obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados, que assegure progresso satisfatório às obras.

É de responsabilidade da contratada o fornecimento de equipamentos de segurança individual (EPI) aos seus empregados tais como: cintos, capacetes, etc., devendo ser obedecidas todas as normas de prevenção de acidentes.

Quanto aos equipamentos e ferramentas de trabalho

É de responsabilidade da contratada os gastos com aquisição de ferramentas, máquinas, equipamentos necessários na execução da reforma.

Quanto à administração da obra



Manter um engenheiro civil ou arquiteto residente na obra, com carga horária mínima equivalente a um turno fixo, por semana. Manter em dia pagamentos de faturas de água e energia elétrica.

Quanto ao prazo de garantia das construções

De acordo com o art. 618 do Código Civil, o construtor responde pela solidez e segurança da obra pelo prazo de cinco anos:

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo. Deve-se ressaltar que esse prazo de cinco anos se refere ao prazo de garantia da construção e não a prazo de decadência ou de prescrição.

Segurança e saúde do trabalho

A Contratada assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços subempreitados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/78 e suas alterações posteriores. Serão de uso obrigatório os equipamentos de proteção individual estabelecidos na NR-18 e demais Normas de Segurança do Trabalho. Os equipamentos mínimos obrigatórios serão:

- Equipamentos para proteção da cabeça
- Equipamentos para Proteção Auditiva
- Equipamentos para Proteção dos membros superiores e inferiores.

A inobservância das Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Saúde do Trabalho terá como penalidade advertência por escrito e multa.

Diário de Obra

Deverá ser mantido na obra ou no canteiro um Diário de Obra, desde a data de início dos serviços, para que sejam registrados pela CONTRATADA e, a cada vistoria, pela Fiscalização, fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento da mesma.

Limpeza da obra

O local da obra, assim como seus entornos e passeio, deverá ser mantido limpo e desobstruído de entulhos, durante e após a realização dos trabalhos.

Locação de Instalações e Equipamentos

A CONTRATADA procederá à aferição das dimensões, dos alinhamentos, dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes do projeto com as reais condições encontradas no local. Havendo discrepâncias, que não possam ser sanadas na obra, ou modificações significativas ocorridas após a conclusão e o recebimento do projeto, a ocorrência será comunicada à Fiscalização, que decidirá a respeito.



Especificações de materiais e serviços

O fornecimento de materiais, bem como a execução dos serviços obedecerá rigorosamente ao constante nos documentos:

- Normas da ABNT;
- Prescrições e recomendações dos fabricantes;
- Normas internacionais consagradas, na falta das citadas;
- Estas especificações e desenhos do projeto.

Os materiais ou equipamentos especificados admitem equivalentes em função e qualidade. O uso destes produtos será previamente aprovado pela CONTRATANTE. A existência de FISCALIZAÇÃO, de modo algum, diminui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeição da execução de qualquer serviço.

Ficará a critério da FISCALIZAÇÃO recusar qualquer serviço executado que não satisfaça às condições contratuais, às especificações e ao bom padrão de acabamento.

A CONTRATADA ficará obrigada a refazer os trabalhos recusados pela FISCALIZAÇÃO.

Caberá à CONTRATADA manter o DIÁRIO DE OBRAS, no qual se farão todos os registros relativos a pessoal, materiais retirados e adquiridos, andamento dos serviços e demais ocorrências.

Caberá à CONTRATADA a responsabilidade por qualquer acidente de trabalho, bem como danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE e a terceiros.

Todas as medidas serão conferidas no local. A quantificação é da responsabilidade das empresas LICITANTES que serão obrigadas a contemplar todos os itens constantes do projeto. Todos os materiais serão novos, comprovadamente de primeira qualidade.

Quanto ao andamento dos trabalhos

Para fiel observância do contrato e perfeita execução e acabamento das obras a CONTRATADA deverá manter na obra pessoal técnico habilitado e obriga-se a prestar toda assistência técnica e administrativa, com a finalidade de imprimir aos trabalhos o ritmo necessário ao cumprimento dos prazos contratuais.

À CONTRATADA caberá a execução das instalações provisórias de água, luz, força, esgoto, etc., bem como o transporte dentro e fora do canteiro de obras; Além do previsto em itens anteriores, caberá à CONTRATADA proceder à instalação do canteiro de obras dentro das normas gerais de construção com previsão de baias para depósito de agregados, almoxarifado, escritório e, em relação às condições de Medicina e Segurança do Trabalho, dotá-lo de alojamento e instalações sanitárias para operários e fiscalização.

Além da placa da CONTRATADA exigida pelo CREA, deverá ser colocada em local visível, quando da instalação do canteiro de obras, placa conforme modelo fornecido pelo Setor de Engenharia da CONCEDENTE.

Do prazo de execução

O prazo para execução dos serviços será estipulado em planilha no seu Cronograma Físico Financeiro e em contrato, a contar da data de recebimento da ordem de serviço.

Considerações Preliminares

Os serviços não aprovados ou que se apresentarem defeituosos durante sua execução serão demolidos e reconstruídos por conta exclusiva da CONTRATADA.

Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgados inadequados serão removidos do canteiro de obras dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação do Engenheiro Fiscal.

As obras serão contratadas pela CONTRATANTE, através da Comissão Permanente de Licitação, sendo o Setor de Engenharia responsável pela sua fiscalização. Cabe à FISCALIZAÇÃO a verificação do andamento da obra de acordo com o cronograma físico-financeiro, elaborando as medições e faturas referentes aos serviços executados no período em questão para seu respectivo pagamento.

O responsável pela fiscalização respeitará rigorosamente o projeto e suas especificações, sendo o Setor de Engenharia previamente consultado para toda e qualquer modificação.

24.3 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os critérios de medições serão adotados conforme orientação, normas e especificações técnicas disponibilizadas no site da GOINFRA, segue link abaixo: <https://www.goinfra.go.gov.br/Obras-Rodoviaras/81>

Os serviços deverão ser executados em conformidade com o cronograma físico-financeiro. Após a conclusão da execução de cada etapa da obra a contratada deverá solicitar a medição da obra para a fiscalização por meio de ofício ou e-mail.

Para a solicitação de pagamento a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

- Boletim de Medição;
- Memória de Cálculo;
- Planta Iluminada (quando necessário);
- Relatório Fotográfico;
- Diário de Obras;
- Laudos, testes, ensaios, certificados e outros (quando necessário);
- ART de execução da Obra.

Posteriormente a vistoria do fiscal da obra e a devida aprovação dos serviços executados será solicitado nota fiscal e protocolado na Prefeitura Municipal para o pagamento.

24.4 RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Caberá ao contratado encaminhar comunicação escrita solicitando a entrega provisória do objeto. Poderá também a fiscalização deflagrar o processo de recebimento provisório da obra ou segmento, dando ciência à contratada em um período de até 15 (quinze) dias entre a comunicação dada pela Administração e o recebimento provisório “de ofício”.

Após as formalizações descritas, a fiscalização terá o prazo de até 15 dias corridos para realizar as seguintes ações:

- Agendar vistoria integral do trecho ou segmento a ser recebido, comunicando a data, horário e local ao responsável técnico da supervisora de obras e ao responsável técnico da empresa executora;
- Realizar a vistoria do trecho ou segmento conjuntamente com o responsável técnico da supervisora de obras e o responsável técnico da empresa executora;
- Aceitar ou rejeitar o recebimento provisório da obra ou segmento.
- Se inexistirem não-conformidades, lavrar o Termo de Recebimento Provisório da Obra;
- Se existirem não-conformidades que possam causar insegurança aos usuários ou dano estrutural às obras, ou inexecução de serviços, rejeitar o recebimento provisório, concedendo um prazo mínimo de 30 (trinta) dias e no máximo 90 (noventa) dias para correções das não-conformidades apontadas;
- Caso o contratado não corrija satisfatoriamente as não-conformidades apontadas pela fiscalização, no prazo acordado, deverá esta, solicitar à autoridade competente que tome as medidas cabíveis que o caso requer.

Após a contratada corrigir as não-conformidades encontradas, a mesma deve encaminhar comunicação escrita, solicitando nova vistoria. Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, automaticamente, iniciar-se-á o prazo de observação da obra ou segmento, que será de 90 (noventa) dias corridos.

24.5 RECEBIMENTO DEFINITIVO

Após os 90 dias passados, a fiscalização deverá realizar nova vistoria no local da obra, observar se existe alguma inconformidade, em caso negativo lavrar o Termo de Recebimento Definitivo da Obra. Caso ainda exista não-conformidades, será concedido um prazo mínimo de 15 (quinze) dias e no máximo 30 (trinta) dias corridos para correções das não-conformidades apontadas, e agendar nova vistoria.

Caso o contratado não corrija satisfatoriamente as não-conformidades apontadas pela fiscalização no prazo estipulado, deverá esta solicitar à autoridade competente que tome as medidas cabíveis que o caso requer, e a depender do caso, abertura de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra o contratado.

25.0 SERVIÇOS COMPLEMENTARES



25.1 Limpeza Final:

À empreiteira caberá a responsabilidade de entregar a obra limpa.

Ao término da obra deverão ser desmontadas e retiradas todas as instalações provisórias, bem como todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos.

26.0 ENTREGA / RECEBIMENTO DA OBRA

Terminados os serviços de limpeza, deverá ser feita uma rigorosa verificação das perfeitas condições de funcionamento e segurança de todas as instalações de água, esgoto, águas pluviais, instalações elétricas, aparelhos sanitários e equipamentos diversos, ferragens, caixilhos e portas.

JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126

Assinado de forma digital por
JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.04.30 11:54:41 -03'00'

JULIANA MAYLA DE CARVALHO
ENGENHEIRA CIVIL
1015112099/D-GO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS – GO

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO HIDROSSANITÁRIO E PLUVIAL

Data: Abril / 2026



Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. SISTEMA DE ÁGUA FRIA	3
2.1 Alimentação e Reservação.....	3
2.2 Diâmetros das Tubulações – Água Fria.....	3
3. SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	4
3.1 Configuração do Sistema	4
3.2 Diâmetros das Tubulações – Esgoto.....	4
3.3 Declividades adotadas.....	5
3.4 Dispositivos Sanitários.....	5
4. SISTEMA DE VENTILAÇÃO SANITÁRIA.....	5
4.1 Diâmetros adotados	5
4.2 Terminais	5
5. SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL	5
5.1 Captação	5
5.2 Diâmetros das Tubulações – Pluvial.....	6
5.3 Dispositivos.....	6
6. MATERIAIS	6
Água fria:	6
Esgoto e pluvial:	6
7. TESTES E ESTANQUEIDADE	7
7.1 Água fria	7
7.2 Esgoto sanitário.....	7
7.3 Pluvial	7
8. EXECUÇÃO	7
9. RESPONSABILIDADES.....	7
Executora:.....	7
Fiscalização:.....	7
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	8



1. INTRODUÇÃO

O presente Memorial Descritivo estabelece os critérios técnicos e especificações das instalações de água fria, esgoto sanitário e drenagem pluvial.

O projeto foi desenvolvido utilizando o software **QiBuilder da AltoQi**, sendo aplicado para dimensionamento hidráulico, definição de diâmetros, verificação de pressões, vazões e declividades, garantindo conformidade com as normas técnicas vigentes.

2. SISTEMA DE ÁGUA FRIA

2.1 Alimentação e Reservação

O sistema é alimentado pela rede pública, com reservação superior em:

- Reservatório de polietileno de **1.000 litros**

Distribuição por gravidade.

2.2 Diâmetros das Tubulações – Água Fria

O sistema foi dimensionado conforme NBR 5626, sendo adotados os seguintes diâmetros:

Alimentação principal:

- Tubulação de saída do reservatório: **Ø50 mm**

Barrilete e distribuição principal:

- Tubulação principal: **Ø32 mm**

Ramais de distribuição:

- Ramais para ambientes: **Ø25 mm**

Ramais de ligação aos aparelhos:

- Lavatórios: **Ø25 mm → conexão 1/2"**
- Duchas higiênicas: **Ø25 mm → conexão 1/2"**



- Vasos sanitários (caixa acoplada): **Ø25 mm** → **conexão 1/2"**
- Bebedouro: **Ø25 mm** → **conexão 1/2"**

Conforme listado no projeto hidráulico, a rede interna é predominantemente executada em **PVC Ø25 mm**, com conexões soldáveis e peças com bucha metálica

3. SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

3.1 Configuração do Sistema

O sistema foi projetado conforme NBR 8160, com coleta dos efluentes e condução até sistema existente (fossa).

3.2 Diâmetros das Tubulações – Esgoto

Ramais de descarga (aparelhos):

- Lavatórios: **Ø40 mm**
- Duchas higiênicas: **Ø40 mm**
- Pias: **Ø40 mm**
- Caixa sifonada: **Ø50 mm**

Ramais secundários:

- Conexão de caixas sifonadas: **Ø50 mm**

Ramais principais:

- Ramais de esgoto: **Ø100 mm**

Coletor predial:

- Tubulação principal: **Ø100 mm**

Conforme projeto:

- Tubulações principais em **PVC Ø100 mm com declividade de 1%**



- Ramais menores com declividade de **2%** para Ø40 e Ø50 mm

3.3 Declividades adotadas

- Ø100 mm → **1%**
- Ø50 mm → **2%**
- Ø40 mm → **2%**

Garantindo autolimpeza da rede.

3.4 Dispositivos Sanitários

- Caixas sifonadas 150x150x50 mm
- Caixa de inspeção 60x60 cm
- Sifões individuais
- Junções com anel de vedação

4. SISTEMA DE VENTILAÇÃO SANITÁRIA

4.1 Diâmetros adotados

- Colunas de ventilação: **Ø50 mm**
- Interligações com ramais: **Ø50 mm**

Sistema projetado para evitar sifonagem e retorno de gases

4.2 Terminais

- Saída acima da cobertura
- Terminal de ventilação adequado

5. SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL

5.1 Captação

- Calhas metálicas: **300 x 300 mm**
- Inclinação mínima: **1%**



5.2 Diâmetros das Tubulações – Pluvial

Condutores verticais:

- Tubos de queda: **Ø100 mm**

Linhas horizontais:

- Ramais pluviais: **Ø100 mm**
- Linhas principais: **Ø150 mm**

Interligações:

- Conexões e derivações: **Ø100 mm**

Conforme projeto:

- Rede principal com uso de **PVC Ø150 mm**
- Ramais e descidas em **Ø100 mm**

5.3 Dispositivos

- Caixa de areia pluvial:
 - 60x60 cm
 - 80x80 cm
- Sistema de dissipação por rede enterrada

6. MATERIAIS

Água fria:

- PVC soldável (linha azul)
- Conexões com inserto metálico

Esgoto e pluvial:

- PVC série normal
- Junta elástica (anel de borracha)



7. TESTES E ESTANQUEIDADE

7.1 Água fria

- Pressurização da rede
- Tempo mínimo de teste
- Verificação de perdas de carga

7.2 Esgoto sanitário

- Vedação dos trechos
- Enchimento total
- Inspeção visual de vazamentos

7.3 Pluvial

- Teste de escoamento
- Verificação de pontos de acúmulo

8. EXECUÇÃO

- Respeitar rigorosamente diâmetros e declividades
- Não reduzir bitolas sem aprovação
- Garantir alinhamento e nivelamento
- Evitar contra-fluxos

9. RESPONSABILIDADES

Executora:

- Execução completa
- Testes
- Correções

Fiscalização:

- Conferência técnica
- Aprovação final



10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema foi dimensionado para garantir:

- Funcionamento eficiente
- Durabilidade
- Facilidade de manutenção

Alterações somente com autorização técnica.

JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126

Assinado de forma digital por
JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.04.30 11:59:48 -03'00'

JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA 1015112099 /D-GO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PROponente / Tomador
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

Obra
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

Endereço
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

Município / UF
FLORES DE GOIÁS / GO

TIPO ORÇAMENTO
NÃO DESONERADO

DATA BASE
12-2025

BDI
22,39%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
CRAS									276.545,61
1	REFORMA CRAS - 1ª ETAPA								276.545,61
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES								2.438,21
1.1.1.1.1	GOINFRA	21301	PLACA DE OBRA PLOTADA EM CHAPA METÁLICA 26 , AFIXADA EM CAVALETES DE MADEIRA DE LEI (VIGOTAS 6X12CM) - PADRÃO GOINFRA	m2	4,50	393,94	22,39%	482,16	2.169,72
1.1.1.1.2	GOINFRA	20701	LOCAÇÃO DA OBRA, EXECUÇÃO DE GABARITO SEM REAPROVEITAMENTO, INCLUSO PINTURA (FACE INTERNA DO RIPÃO 15CM) E PIQUETE COM TESTEMUNHA	m2	35,67	6,15	22,39%	7,53	268,50
1.2	CANTEIRO DE OBRA								9.382,54
1.2.1.1.1	GOINFRA	20212	BARRACÃO DE OBRAS PADRÃO GOINFRA (BLOCOS,COBERTURAS,PASSARELAS E MÓVEIS), SEM ALOJAMENTO E LAVANDERIA , COM PINTURA, EM CONSONÂNCIA COM AS NR's, EM ESPECIAL A NR-18, INCLUSO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIAS - (COM REAPROVEITAMENTO 1 VEZ).	m2	8,00	329,90	22,39%	403,78	3.230,23
1.2.1.1.2	GOINFRA	20302	DEPÓSITO PARA CIMENTO TIPO I COM PINTURA PADRÃO GOINFRA (2,20 X 2,262M) A=4,98 M2 (C/ REAPROV. 1 VEZ) - INCLUSO PALETES	Un	1,00	2.538,61	22,39%	3.107,11	3.107,11
1.2.1.1.3	GOINFRA	20600	TAPUME EM CHAPA COMPENSADA RESINADA 6MM COM PORTÕES E FERRAGENS - PADRÃO GOINFRA	m2	31,80	78,24	22,39%	95,76	3.045,21
1.3	ADMINISTRAÇÃO LOCAL								12.355,57
1.3.1.1.1	GOINFRA	250101	ENGENHEIRO - (OBRAS CIVIS)	MÊS	0,22	24.998,87	22,39%	30.597,15	6.731,37
1.3.1.1.2	GOINFRA	250103	ENCARREGADO - (OBRAS CIVIS)	MÊS	0,65	7.069,47	22,39%	8.652,62	5.624,20
1.4	DEMOLIÇÕES								10.322,68
1.4.1	DEMOLIÇÕES DIVERSAS								6.866,50
1.4.1.1.1	GOINFRA	20102	DEMOLICAO MANUAL COBERTURA TELHA FIBROCIMENTO/FIBRA DE VIDRO/SIMILARES C/ T	m2	14,02	4,65	22,39%	5,69	79,80
1.4.1.1.2	GOINFRA	20103	DEMOLIÇÃO MANUAL ESTRUTURA EM MADEIRA TELHADO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m2	29,29	24,21	22,39%	29,63	867,85
1.4.1.1.3	GOINFRA	20134	DEMOLIÇÃO MANUAL DE FORRO GESSO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m2	108,20	3,48	22,39%	4,26	460,86
1.4.1.1.4	GOINFRA	20118	DEMOLIÇÃO MANUAL ALVENARIA TIJOLO SEM REAPROVEITAMENTO COM TRANSPORTE ATE CAÇAMBA E CARGA	m3	8,97	58,20	22,39%	71,23	639,07
1.4.1.1.5	GOINFRA	20106	REMOÇÃO MANUAL DE JANELA OU PORTAL COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m2	61,46	9,30	22,39%	11,38	699,54
1.4.1.1.6	GOINFRA	20109	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO CIMENTICIO SOBRE LASTRO DE CONCRETO COM TRANSPORTE ATE CAÇAMBA E CARGA	m2	8,45	21,17	22,39%	25,91	218,95
1.4.1.1.7	GOINFRA	20111	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO CERÂMICO SOBRE LASTRO DE CONCRETO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m2	147,74	13,03	22,39%	15,95	2.356,15
1.4.1.1.8	GOINFRA	20121	DEMOLIÇÃO MANUAL EM CONCRETO SIMPLES COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m3	1,59	242,12	22,39%	296,34	472,12

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PROponente / Tomador
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

Obra
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

Endereço
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

Município / UF
FLORES DE GOIÁS / GO

TIPO ORÇAMENTO
NÃO DESONERADO

DATA BASE
12-2025

BDI
22,39%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
1.4.1.1.9	GOINFRA	20137	REMOÇÃO MANUAL DE BACIA SANITÁRIA COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	Un	3,00	5,83	22,39%	7,14	21,41
1.4.1.1.10	GOINFRA	20138	REMOÇÃO MANUAL DE LAVATÓRIO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	Un	2,00	7,77	22,39%	9,51	19,02
1.4.1.1.11	GOINFRA	20140	REMOÇÃO MANUAL DE METAL SANITÁRIO (VÁLVULAS/SIFÃO/REGISTROS/TORNEIRAS/OUTROS) COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	Un	10,00	6,86	22,39%	8,40	83,96
1.4.1.1.12	GOINFRA	20139	DEMOLIÇÃO MANUAL DE BANCADA COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m2	0,72	5,81	22,39%	7,11	5,12
1.4.1.1.13	GOINFRA	20107	CORTE, DESTOCAMENTO, RETIRADA E REATERRO (MANUAIS) DE ÁRVORE GRANDE PORTE (H = 8 A 10 M / DIÂMETRO TRONCO 60 A 70CM E COPA DE 10 A 13M) C/ TRANSPORTE ATE CAÇAMBA E CARGA	Un	1,00	770,18	22,39%	942,66	942,66
1.4.2			DEMOLIÇÃO TRANSPORTE						3.456,18
1.4.2.1.1	GOINFRA	30106	TRANSPORTE DE ENTULHO EM CAMINHÃO SEM CARGA	m3	67,59	41,78	22,39%	51,14	3.456,18
1.5			MOVIMENTO DE TERRA PARA FUNDAÇÃO						160,97
1.5.1.1.1	GOINFRA	40101	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS < 1 MTS. (OBRAS CIVIS)	m3	2,52	52,26	22,39%	63,96	160,97
1.6			FUNDAÇÃO						13.264,89
1.6.1.1.1	GOINFRA	50304	ESTACA A TRADO MANUAL (BROCA) Ø 30 CM EM CONCRETO FCK 20MPA, SEM ARMADURA	m	33,00	93,79	22,39%	114,79	3.788,18
1.6.1.1.2	GOINFRA	220050	LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO SEM IMPERMEAB. 1:3:6 ESP= 5CM (BASE)	m2	6,62	34,47	22,39%	42,19	279,40
1.6.1.1.3	GOINFRA	52004	ACO CA-50 - 8,0 MM (5/16") - (OBRAS CIVIS)	Kg	47,55	12,13	22,39%	14,85	705,88
1.6.1.1.4	GOINFRA	52005	ACO CA-50 - 10,0 MM (3/8") - (OBRAS CIVIS)	Kg	181,41	11,86	22,39%	14,52	2.633,32
1.6.1.1.5	GOINFRA	52014	ACO CA-60 - 5,0 MM - (OBRAS CIVIS)	Kg	114,25	12,11	22,39%	14,82	1.693,47
1.6.1.1.6	GOINFRA	51009	FORMA TABUA PINHO PARA FUNDACOES U=3V - (OBRAS CIVIS)	m2	6,18	94,87	22,39%	116,12	717,71
1.6.1.1.7	GOINFRA	51030	PREPARO COM BETONEIRA E TRANSPORTE MANUAL DE CONCRETO FCK=25 MPA	m3	4,42	567,35	22,39%	694,40	3.069,26
1.6.1.1.8	GOINFRA	51055	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO MANUAL DE CONCRETO - (O.C.)	m3	4,42	69,81	22,39%	85,44	377,66
1.7			ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO						6.274,87
1.7.1.1.1	GOINFRA	60192	FORMA DE TABUA CINTA/PILAR SOBRE/ENTRE ALVENARIA U=8 VEZES	m2	44,21	31,78	22,39%	38,90	1.719,63
1.7.1.1.2	GOINFRA	60517	PREPARO COM BETONEIRA E TRANSPORTE MANUAL DE CONCRETO FCK=25 MPA	m3	2,30	567,35	22,39%	694,40	1.597,13
1.7.1.1.3	GOINFRA	60802	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURA - (O.C.)	m3	2,30	69,59	22,39%	85,17	195,90
1.7.1.1.4	GOINFRA	60304	ACO CA-50 - 8,0 MM (5/16") - (OBRAS CIVIS)	Kg	50,00	12,13	22,39%	14,85	742,32
1.7.1.1.5	GOINFRA	60305	ACO CA-50 - 10,0 MM (3/8") - (OBRAS CIVIS)	Kg	83,45	11,86	22,39%	14,52	1.211,42
1.7.1.1.6	GOINFRA	60314	ACO CA-60 - 5,0 MM - (OBRAS CIVIS)	Kg	54,55	12,11	22,39%	14,82	808,47
1.8			IMPERMEABILIZAÇÕES						11.656,65
1.8.1			IMPERMEABILIZAÇÃO DE FUNDAÇÃO						684,65
1.8.1.1.1	GOINFRA	120902	IMPERMEABILIZACAO VIGAS BALDRAMES COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE PARA ARGAMASSAS E CONCRETO SIMPLES E=2,0 CM	m2	12,80	43,69	22,39%	53,47	684,65

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PROponente / Tomador
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

Obra
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

Endereço
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

Município / UF
FLORES DE GOIÁS / GO

TIPO ORÇAMENTO
NÃO DESONERADO

DATA BASE
12-2025

BDI
22,39%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
1.8.2			IMPERMEABILIZAÇÃO DE ALVENARIA						95,67
1.8.2.1.1	GOINFRA	121101	IMPERMEABILIZAÇÃO MURO DE ARRIMO COM 4 DEMÃOS DE EMULSÃO ASFÁLTICA	m2	3,07	25,46	22,39%	31,16	95,67
1.8.3			IMPERMEABILIZAÇÃO DE COBERTURA						10.876,33
1.8.3.1.1	SINAPI	98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	181,65	48,92	22,39%	59,88	10.876,33
1.9			ALVENARIAS E DIVISÓRIAS						23.978,58
1.9.1			ALVENARIA BLOCO CERÂMICO						21.891,13
1.9.1.1.1	GOINFRA	100201	ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 1/2 VEZ - 9 x 19 x 19 - ARG. (1CALH:4ARML+100KG DE CI/M3)	m2	255,37	70,04	22,39%	85,72	21.891,13
1.9.2			ALVENARIA BLOCO VAZADO (COBOGÓ)						830,91
1.9.2.1.1	GOINFRA	100500	ELEMENTO VAZADO DE CONCRETO (MODELO TACO CHINÊS)	m2	3,24	209,53	22,39%	256,45	830,91
1.9.3			VERGA E CONTRAVERGA						1.256,55
1.9.3.1.1	GOINFRA	60010	VERGA/CONTRAVERGA EM CONCRETO ARMADO FCK = 20 MPA	m3	0,35	2.933,26	22,39%	3.590,14	1.256,55
1.10			COBERTURAS E FORROS						20.963,80
1.10.1			COBERTURA (TELHAMENTO) E CUMEEIRA						2.304,63
1.10.1.1.1	GOINFRA	160501	COBERTURA COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO	m2	14,02	47,50	22,39%	58,14	815,14
1.10.1.1.2	GOINFRA	160502	CUMEEIRA PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO	m	24,17	50,35	22,39%	61,63	1.489,49
1.10.2			CALHAS, RUFOS E ACESSÓRIOS						4.161,69
1.10.2.1.1	GOINFRA	160600	CALHA DE CHAPA GALVANIZADA Nº 26	m2	14,48	123,40	22,39%	151,03	2.186,68
1.10.2.1.2	GOINFRA	160603	RUFO DE CHAPA GALVANIZADA Nº 26	m2	4,50	115,80	22,39%	141,73	637,80
1.10.2.1.3	GOINFRA	201410	MOLDURA TIPO "U" INVERTIDO EM ARGAMASSA COM 2CM DE ESPESSURA TIPO PINGADEIRA EM MURO/PLATIBANDA (A PARTE VERTICAL DESCE 2,5CM)	m2	12,95	84,38	22,39%	103,28	1.337,22
1.10.3			FORROS						14.497,48
1.10.3.1.1	GOINFRA	210498	FORRO DE GESSO ACARTONADO PARA ÁREAS SECAS ESPESSURA DE 12,5MM	m2	157,42	68,06	22,39%	83,30	13.113,31
1.10.3.1.2	GOINFRA	210499	FORRO DE GESSO ACARTONADO PARA ÁREAS MOLHADAS, ESPESSURA DE 12,5 MM	m2	14,51	77,94	22,39%	95,39	1.384,17
1.11			ESQUADRIAS						21.349,79
1.11.1			ESQUADRIAS DE MADEIRA						9.911,97
1.11.1.1.1	GOINFRA	170110	PORTA LISA 90X210 COM PORTAL E ALISAR SEM FERRAGENS	un	10,00	809,84	22,39%	991,20	9.911,97
1.11.2			FERRAGENS PARA ESQUADRIAS DE MADEIRA						2.904,54
1.11.2.1.1	GOINFRA	230101	FECHADURA TIPO ALAVANCA REF.: LAFONTE 6236 E/8766- E17 IMAB OU EQUIV.	Un	10,00	159,04	22,39%	194,66	1.946,56
1.11.2.1.2	GOINFRA	230202	DOBRADICA 3" X 3 1/2" CROMADA	Un	30,00	26,09	22,39%	31,93	957,98
1.11.3			ESQUADRIAS DE FERRO						4.790,53
1.11.3.1.1	GOINFRA	180505	PORTA DE ABRIR DE 02 FOLHAS EM VENEZIANA PF-5 C/FERRAGENS	m2	2,52	500,45	22,39%	612,52	1.543,55
1.11.3.1.2	GOINFRA	180280	PORTÃO DE ABRIR 02 FOLHAS DE TELA/TUBO FoGo 1.1/2" PT1/PT2 C/FERRAGENS	m2	6,65	398,93	22,39%	488,27	3.246,97

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PROponente / Tomador
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

Obra
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

Endereço
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

Município / UF
FLORES DE GOIÁS / GO

TIPO ORÇAMENTO
NÃO DESONERADO

DATA BASE
12-2025

BDI
22,39%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
1.11.4			ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO						3.072,17
1.11.4.1.1	GOINFRA	180115	JANELA EM ALUMÍNIO ANODIZADO MAXIM AR C/FERRAGENS (M.O.FAB.INC.MAT.)	m2	1,60	928,56	22,39%	1.136,50	1.818,40
1.11.4.1.2	GOINFRA	180111	JANELA DE CORRER EM ALUMINIO ANODIZADO, 02 FOLHAS DE VIDRO, COM FERRAGENS (M.O.FAB.INC.MAT.)	m2	1,50	682,91	22,39%	835,84	1.253,76
1.11.5			VIDROS E ESPELHOS						670,59
1.11.5.1.1	GOINFRA	190102	VIDRO LISO 4 MM - COLOCADO	m2	3,10	176,74	22,39%	216,32	670,59
1.12			REVESTIMENTOS, BANCADAS E PEITORIS						16.570,60
1.12.1			REVESTIMENTOS BASE						9.988,18
1.12.1.1.1	GOINFRA	200101	CHAPISCO COMUM	m2	196,86	7,15	22,39%	8,75	1.722,76
1.12.1.1.2	GOINFRA	200500	REBOCO PAULISTA A-7 (1 CALH,4 ARMLC)	m2	176,41	35,42	22,39%	43,35	7.647,73
1.12.1.1.3	GOINFRA	200201	EMBOÇO (1CI:4 ARML)	m2	17,64	28,61	22,39%	35,02	617,70
1.12.2			REVESTIMENTOS ACABAMENTO						4.803,00
1.12.2.1.1	COMPOSIÇÃO	104597_60x60	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDE COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60x60 CM	M2	35,51	110,51	22,39%	135,26	4.803,00
1.12.3			BANCADAS E PEITORIS						1.779,41
1.12.3.1.1	SINAPI	101965	PEITORIL LINEAR EM GRANITO OU MÁRMORE, L = 15CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA 1:6 COM ADITIVO. AF_11/2020	M	8,95	162,44	22,39%	198,82	1.779,41
1.13			PAVIMENTAÇÕES						42.410,06
1.13.1			ATERRO E COMPACTAÇÃO						918,21
1.13.1.1.1	GOINFRA	41003	ATERRO INTERNO SEM APILOAMENTO COM TRANSPORTE EM CARRINHO MÃO	m3	4,86	40,74	22,39%	49,86	242,49
1.13.1.1.2	GOINFRA	41002	APILOAMENTO	m2	46,20	8,14	22,39%	9,96	460,29
1.13.1.1.3	GOINFRA	41140	REGULARIZAÇÃO DO TERRENO SEM APILOAMENTO COM TRANSPORTE MANUAL DA TERRA ESCAVADA	m2	46,20	3,81	22,39%	4,66	215,44
1.13.2			PAVIMENTAÇÃO INTERNA						33.546,40
1.13.2.1.1	GOINFRA	220050	LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO SEM IMPERMEAB. 1:3:6 ESP= 5CM (BASE)	m2	48,35	34,47	22,39%	42,19	2.039,64
1.13.2.1.2	SINAPI	87262	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_02/2023_PE	M2	195,78	121,83	22,39%	149,11	29.192,55
1.13.2.1.3	SINAPI	88650	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60CM. AF_02/2023	M	163,28	11,58	22,39%	14,17	2.314,21
1.13.3			GUARDA CORPO E CORRIMÃO						7.945,45
1.13.3.1.1	GOINFRA	180341	GUARDA CORPO EM TUBO INDUSTRIAL DE 2" COM MONTANTES SECUNDÁRIOS DE 1" (SEM CORRIMÃO)	m2	22,15	285,78	22,39%	349,78	7.748,98
1.13.3.1.2	GOINFRA	180343	CORRIMÃO DUPLO EM TUBO INDUSTRIAL DE 1.1/2" FIXADO EM PAREDE	m	1,68	95,55	22,39%	116,95	196,47
1.14			PINTURAS						23.469,73
1.14.1			PINTURA DE TETO						4.423,77
1.14.1.1.1	GOINFRA	261301	EMASSAMENTO COM MASSA PVA UMA DEMA0	m2	157,42	11,17	22,39%	13,67	2.152,16

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PROPONENTE / TOMADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

OBRA
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

ENDEREÇO
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

MUNICÍPIO / UF
FLORES DE GOIÁS / GO

TIPO ORÇAMENTO
NÃO DESONERADO

DATA BASE
12-2025

BDI
22,39%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
1.14.1.1.2	GOINFRA	261307	PINTURA PVA LATEX 2 DEMAOS SEM SELADOR	m2	157,42	11,79	22,39%	14,43	2.271,61
1.14.2			PINTURA DE PAREDES						17.011,18
1.14.2.1.1	GOINFRA	261300	EMASSAMENTO COM MASSA PVA DUAS DEMAOS	m2	142,56	16,29	22,39%	19,94	2.842,36
1.14.2.1.2	GOINFRA	261304	EMASSAMENTO ACRILICO 2 DEMAOS	m2	33,85	22,83	22,39%	27,94	945,86
1.14.2.1.3	GOINFRA	261000	PINTURA LATEX ACRILICA 2 DEMAOS C/SELADOR	m2	523,22	16,18	22,39%	19,80	10.361,52
1.14.2.1.4	GOINFRA	261620	LETREIRO MÉDIO A GRANDE PORTE EM PAREDE FEITO A PINCEL	m2	1,80	176,55	22,39%	216,09	388,96
1.14.2.1.5	GOINFRA	260601	PINTURA TEXTURIZADA ACRÍLICA COM ROLO COM SELADOR ACRILICO	m2	117,79	17,15	22,39%	20,99	2.472,48
1.14.3			PINTURA DE ESQUADRIAS DE MADEIRA						1.309,30
1.14.3.1.1	GOINFRA	260901	PINTURA VERNIZ EM MADEIRA 2 DEMAOS	m2	37,80	28,30	22,39%	34,64	1.309,30
1.14.4			PINTURA DE ESQUADRIAS METÁLICAS						725,49
1.14.4.1.1	GOINFRA	261602	PINTURA TINTA ESMALTE PARA ESQUADRIAS DE FERRO C FUNDO ANTICORROSIVO	m2	18,34	32,32	22,39%	39,56	725,49
1.15			SERVIÇOS COMPLEMENTARES						14.455,34
1.15.1.1.1	GOINFRA	271850	LETRA CAIXA CHAPA GALVANIZADA PINTADA COLOCADA	m	12,20	627,14	22,39%	767,58	9.364,51
1.15.1.1.2	COMPOSIÇÃO	91007_ADP2	CENTRAL DE GÁS MED. 1,30 X 0,70 X 1,00 M, INCLUSO INSTALAÇÕES - PROJETO PADRÃO CONFORME MODELO PRÓPRIO	UN	1,00	2.040,62	22,39%	2.497,60	2.497,60
1.15.1.1.3	SINAPI	98509	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024	UN	46,00	46,06	22,39%	56,37	2.593,24
1.16			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						23.357,71
1.16.1.1.1	GOINFRA	70691	CAIXA METALICA RETANGULAR 4" X 2" X 2"	Un	32,00	10,42	22,39%	12,75	408,11
1.16.1.1.2	GOINFRA	71742	LUVA PVC ROSQUEAVEL DIAMETRO 1"	Un	4,00	4,67	22,39%	5,72	22,86
1.16.1.1.3	GOINFRA	81205	NIPLE COM ROSCA DIAMETRO 1.1/2"	Un	1,00	27,05	22,39%	33,11	33,11
1.16.1.1.4	GOINFRA	81202	NIPLE COM ROSCA DIAMETRO 3/4"	Un	1,00	12,36	22,39%	15,13	15,13
1.16.1.1.5	GOINFRA	70571	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 16 MM2	M	83,35	17,68	22,39%	21,64	1.803,63
1.16.1.1.6	GOINFRA	70563	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 2,5 MM2	m	599,61	5,19	22,39%	6,35	3.808,88
1.16.1.1.7	GOINFRA	70564	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 4 MM2	m	142,85	7,14	22,39%	8,74	1.248,36
1.16.1.1.8	GOINFRA	71431	INTERRUPTOR PARALELO SIMPLES (1 SECAO)	Un	2,00	26,35	22,39%	32,25	64,50
1.16.1.1.9	GOINFRA	71440	INTERRUPTOR SIMPLES (1 SECAO)	Un	3,00	19,68	22,39%	24,09	72,26
1.16.1.1.10	GOINFRA	71443	INTERRUPTOR SIMPLES 1 SEÇÃO E 1 TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A CONJUGADOS	Un	3,00	33,21	22,39%	40,65	121,94
1.16.1.1.11	GOINFRA	72578	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A - 250V	Un	18,00	25,29	22,39%	30,95	557,16
1.16.1.1.12	GOINFRA	72320	RELE FOTO ELETRICO COM BASE	Un	3,00	89,38	22,39%	109,40	328,19
1.16.1.1.13	GOINFRA	71175	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 60 A 100-A	Un	3,00	286,26	22,39%	350,37	1.051,10
1.16.1.1.14	GOINFRA	71171	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 A 32-A	Un	7,00	26,82	22,39%	32,83	229,78
1.16.1.1.15	GOINFRA	71457	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (D.R.) TETRAPOLAR DE 63A-30mA	Un	1,00	228,61	22,39%	279,81	279,81
1.16.1.1.16	GOINFRA	71141	CURVA DE 90 GRAUS DE PVC RIGIDO DIAM. 3/4"	Un	1,00	7,76	22,39%	9,50	9,50
1.16.1.1.17	GOINFRA	71195	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA LEVE - DIAM. 32MM	M	17,73	13,06	22,39%	15,98	283,41
1.16.1.1.18	GOINFRA	71194	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA LEVE - DIAM. 25MM	M	179,73	10,93	22,39%	13,38	2.404,37
1.16.1.1.19	GOINFRA	200103	RASGO E ENCHIMENTO DE ALVENARIA	M	179,73	21,55	22,39%	26,38	4.740,55

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PROponente / Tomador
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

OBRA
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

Endereço
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

Município / UF
FLORES DE GOIÁS / GO

TIPO ORÇAMENTO
NÃO DESONERADO

DATA BASE
12-2025

BDI
22,39%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
1.16.1.1.20	GOINFRA	71196	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA REFORÇADA - DIAM. 40MM	M	14,63	13,13	22,39%	16,07	235,11
1.16.1.1.21	GOINFRA	71197	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA REFORÇADA - DIAM. 50MM	M	0,20	22,36	22,39%	27,37	5,47
1.16.1.1.22	SINAPI	91865	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,00	16,72	22,39%	20,46	20,46
1.16.1.1.23	GOINFRA	71614	LUMINÁRIA TIPO ARANDELA DE USO INTERNO - BASE E-27	un	17,00	99,15	22,39%	121,35	2.063,01
1.16.1.1.24	GOINFRA	71647	LUMINÁRIA PLAFON LED QUADRADA DE EMBUTIR, 18W, 20X20 CM (MEDIDAS APROXIMADAS) - INCLUSO CORTE NO FORRO	un	16,00	47,18	22,39%	57,75	923,93
1.16.1.1.25	GOINFRA	71649	LUMINÁRIA PLAFON LED QUADRADA DE EMBUTIR, 30W, 40X40 CM (MEDIDAS APROXIMADAS) - INCLUSO CORTE NO FORRO	un	4,00	125,96	22,39%	154,17	616,67
1.16.1.1.26	GOINFRA	71615	LUMINÁRIA TIPO ARANDELA DE USO EXTERNO - BASE E-27	un	3,00	111,45	22,39%	136,41	409,22
1.16.1.1.27	GOINFRA	72190	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR METÁLICO CB-24E - 150A	Un	1,00	1.308,22	22,39%	1.601,18	1.601,18
1.17			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS						22.704,18
1.17.1			INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS - LOUÇAS E METAIS						6.574,35
1.17.1.1.1	GOINFRA	80505	VASO SANITÁRIO PARA PcD COM CAIXA ACOPLADA COM DUPLO ACIONAMENTO (1ª LINHA) - COMPLETO EXCLUSO O ASSENTO	un	2,00	1.463,52	22,39%	1.791,26	3.582,53
1.17.1.1.2	GOINFRA	80542	LAVATÓRIO MÉDIO SEM COLUNA - MEDIDAS APROXIMADAS 360X460X180 MM (C x L x A)	Un	2,00	193,90	22,39%	237,32	474,64
1.17.1.1.3	GOINFRA	80570	TORNEIRA DE MESA PARA LAVATÓRIO DIÂMETRO DE 1/2"	Un	2,00	83,84	22,39%	102,62	205,23
1.17.1.1.4	GOINFRA	230176	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 80 CM	un	6,00	153,86	22,39%	188,32	1.129,89
1.17.1.1.5	GOINFRA	230174	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 40 CM	un	4,00	90,52	22,39%	110,79	443,16
1.17.1.1.6	SINAPI	100874	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	301,85	22,39%	369,45	738,89
1.17.2			INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS - ÁGUA FRIA						2.810,41
1.17.2.1.1	SINAPI	95252	VÁLVULA DE ESFERA BRUTA, BRONZE, ROSCÁVEL, 1 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	141,92	22,39%	173,70	173,70
1.17.2.1.2	GOINFRA	81043	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL LONGO COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'ÁGUA 50X1.1/2	Un	1,00	36,23	22,39%	44,34	44,34
1.17.2.1.3	GOINFRA	81069	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO 50MMX1.1/2"	Un	2,00	12,42	22,39%	15,20	30,40
1.17.2.1.4	GOINFRA	81180	BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL LONGA 50 X 32 mm	Un	1,00	13,03	22,39%	15,95	15,95
1.17.2.1.5	GOINFRA	81538	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	Un	4,00	18,15	22,39%	22,21	88,86
1.17.2.1.6	GOINFRA	81540	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	Un	3,00	31,95	22,39%	39,10	117,31
1.17.2.1.7	GOINFRA	81004	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 32 MM	m	4,52	15,26	22,39%	18,68	84,42
1.17.2.1.8	GOINFRA	81006	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 50 MM	m	10,68	27,46	22,39%	33,61	358,95
1.17.2.1.9	GOINFRA	81425	TE REDUCAO 90 GRAUS SOLDAVEL 50 X 32 mm	Un	2,00	31,07	22,39%	38,03	76,06

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PROPONENTE / TOMADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

OBRA
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

ENDEREÇO
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

MUNICÍPIO / UF
FLORES DE GOIÁS / GO

TIPO ORÇAMENTO
NÃO DESONERADO

DATA BASE
12-2025

BDI
22,39%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
1.17.2.1.10	GOINFRA	81861	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 1000 LTS. COM TAMPA	Un	1,00	548,67	22,39%	671,54	671,54
1.17.2.1.11	GOINFRA	80926	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAMETRO 3/4"	Un	3,00	137,12	22,39%	167,83	503,48
1.17.2.1.12	GOINFRA	80555	LIGAÇÃO FLEXÍVEL METÁLICA DIAM.1/2"(ENGATE)	Un	2,00	52,97	22,39%	64,83	129,66
1.17.2.1.13	GOINFRA	80556	LIGAÇÃO FLEXÍVEL PVC DIAM.1/2" (ENGATE)	Un	3,00	17,10	22,39%	20,93	62,79
1.17.2.1.14	GOINFRA	81066	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO 25X3/4"	Un	6,00	5,82	22,39%	7,12	42,74
1.17.2.1.15	GOINFRA	81537	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	Un	4,00	13,82	22,39%	16,91	67,66
1.17.2.1.16	GOINFRA	81321	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	un	2,00	10,21	22,39%	12,50	24,99
1.17.2.1.17	GOINFRA	81102	LUVA SOLDAVEL DIAMETRO 25 mm	Un	3,00	5,67	22,39%	6,94	20,82
1.17.2.1.18	GOINFRA	81003	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	M	12,91	10,24	22,39%	12,53	161,80
1.17.2.1.19	GOINFRA	81402	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	Un	2,00	11,34	22,39%	13,88	27,76
1.17.2.1.20	GOINFRA	81360	JOELHO DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDÁVEL COM BUCHA LATAO 25X1/2"	Un	5,00	12,10	22,39%	14,81	74,05
1.17.2.1.21	GOINFRA	81420	TE DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDAVEL 25 X 20 mm	Un	2,00	13,53	22,39%	16,56	33,12
1.17.3			INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - ESGOTO						4.562,70
1.17.3.1.1	GOINFRA	81733	CURVA 90 GRAUS CURTA DIAM. 100 MM (ESGOTO)	Un	1,00	53,87	22,39%	65,93	65,93
1.17.3.1.2	GOINFRA	81938	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 100 MM (ESGOTO)	Un	5,00	31,05	22,39%	38,00	190,02
1.17.3.1.3	GOINFRA	82304	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	36,06	42,77	22,39%	52,35	1.887,67
1.17.3.1.4	GOINFRA	81885	TERMINAL DE VENTILACAO DIAMETRO 50 MM (ESGOTO)	Un	2,00	13,95	22,39%	17,07	34,15
1.17.3.1.5	GOINFRA	82302	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 50 MM	m	8,16	24,92	22,39%	30,50	248,89
1.17.3.1.6	GOINFRA	81833	CAIXA DE INSPEÇÃO - ESCAVAÇÃO MANUAL / REATERRO/ APILOAMENTO DO FUNDO	m3	0,22	69,03	22,39%	84,49	18,25
1.17.3.1.7	GOINFRA	81831	CAIXA DE INSPEÇÃO - ALVENARIA DE 1/2 VEZ COM REVESTIMENTO INTERNO EM REBOCO PAULISTA A-14 (COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE)	m2	1,44	182,53	22,39%	223,41	321,70
1.17.3.1.8	GOINFRA	81830	CAIXA DE INSPEÇÃO - LASTRO DE CONCRETO (COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE) 20 MPA E=5CM PARA O FUNDO	m3	0,02	1.028,93	22,39%	1.259,35	22,67
1.17.3.1.9	GOINFRA	81829	CAIXA DE INSPEÇÃO - TAMPA EM CONCRETO ARMADO 25 MPA E=5CM	m2	0,36	93,46	22,39%	114,39	41,18
1.17.3.1.10	GOINFRA	81663	CORPO CAIXA SIFONADA DIAM. 150 X 150 X 50	Un	2,00	46,28	22,39%	56,64	113,29
1.17.3.1.11	GOINFRA	80672	SIFAO PARA PIA 1.1/2"X2" PVC CROMADO	Un	2,00	53,79	22,39%	65,84	131,67
1.17.3.1.12	GOINFRA	80580	VALVULA PARA LAVATORIO OU BEBEDOURO METALICO DIAMETRO 1"	Un	2,00	73,34	22,39%	89,76	179,53
1.17.3.1.13	GOINFRA	81550	CURVA 45 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	Un	2,00	28,85	22,39%	35,31	70,62
1.17.3.1.14	GOINFRA	81701	CURVA 45 GRAUS DIAMETRO 40 MM (ESGOTO)	Un	5,00	18,82	22,39%	23,03	115,17
1.17.3.1.15	GOINFRA	81733	CURVA 90 GRAUS CURTA DIAM. 100 MM (ESGOTO)	Un	2,00	53,87	22,39%	65,93	131,87
1.17.3.1.16	GOINFRA	81730	CURVA 90 GRAUS CURTA DIAM. 40 MM (ESGOTO)	Un	3,00	20,10	22,39%	24,60	73,80
1.17.3.1.17	GOINFRA	81927	JOELHO 90 GRAUS C/ANEL 40 MM	Un	3,00	19,49	22,39%	23,85	71,56
1.17.3.1.18	GOINFRA	81973	JUNCAO SIMPLES DIAM. 100 X 50 MM (ESGOTO)	Un	1,00	38,01	22,39%	46,52	46,52
1.17.3.1.19	GOINFRA	81975	JUNCAO SIMPLES DIAM. 100 X 100 MM (ESGOTO)	Un	1,00	48,05	22,39%	58,81	58,81
1.17.3.1.20	GOINFRA	82004	LUVA SIMPLES DIAMETRO 100 mm - (ESGOTO)	Un	3,00	16,87	22,39%	20,65	61,94
1.17.3.1.21	GOINFRA	82103	REDUCAO EXCENTRICA 100 X 50 MM (ESGOTO)	Un	1,00	28,03	22,39%	34,31	34,31
1.17.3.1.22	GOINFRA	82304	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	3,82	42,77	22,39%	52,35	199,97

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PROponente / Tomador
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

OBRA
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

Endereço
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

Município / UF
FLORES DE GOIÁS / GO

TIPO ORÇAMENTO
NÃO DESONERADO

DATA BASE
12-2025

BDI
22,39%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
1.17.3.1.23	GOINFRA	82301	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 40 MM	m	3,77	19,24	22,39%	23,55	88,78
1.17.3.1.24	GOINFRA	82304	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	1,57	42,77	22,39%	52,35	82,19
1.17.3.1.25	GOINFRA	82301	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 40 MM	m	6,10	19,24	22,39%	23,55	143,65
1.17.3.1.26	GOINFRA	82302	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 50 MM	m	2,68	24,92	22,39%	30,50	81,74
1.17.3.1.27	GOINFRA	80510	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO	Un	2,00	19,13	22,39%	23,41	46,83
1.17.4			INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - PLUVIAL						8.587,19
1.17.4.1.1	GOINFRA	81828	CAIXA DE AREIA 60X60X80CM (MEDIDAS INTERNAS) FUNDO DE BRITA COM GRELHA METÁLICA FERRO CHATO PADRÃO GOINFRA	Un	2,00	768,07	22,39%	940,07	1.880,15
1.17.4.1.2	GOINFRA	81702	CURVA 45 GRAUS DIAMETRO 100 MM (ESGOTO)	Un	3,00	52,18	22,39%	63,87	191,60
1.17.4.1.3	GOINFRA	81938	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 100 MM (ESGOTO)	Un	4,00	31,05	22,39%	38,00	152,01
1.17.4.1.4	GOINFRA	82304	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	22,62	42,77	22,39%	52,35	1.184,11
1.17.4.1.5	GOINFRA	82331	TUBO LEVE PVC RIGIDO DIAMETRO 150 MM	M	40,73	70,60	22,39%	86,41	3.519,49
1.17.4.1.6	GOINFRA	82304	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	23,36	42,77	22,39%	52,35	1.222,85
1.17.4.1.7	SINAPI	89411	CURVA 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	11,12	22,39%	13,61	13,61
1.17.4.1.8	GOINFRA	81537	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	Un	3,00	13,82	22,39%	16,91	50,74
1.17.4.1.9	GOINFRA	81321	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	Un	8,00	10,21	22,39%	12,50	99,97
1.17.4.1.10	GOINFRA	81102	LUVA SOLDAVEL DIAMETRO 25 mm	Un	2,00	5,67	22,39%	6,94	13,88
1.17.4.1.11	GOINFRA	81003	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	M	19,54	10,24	22,39%	12,53	244,90
1.17.4.1.12	GOINFRA	81402	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	Un	1,00	11,34	22,39%	13,88	13,88
1.17.5			INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - VENTILAÇÃO						169,53
1.17.5.1.1	GOINFRA	81731	CURVA 90 GRAUS CURTA DIAM. 50 MM (ESGOTO)	Un	2,00	27,03	22,39%	33,08	66,17
1.17.5.1.2	GOINFRA	81936	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 50 MM (ESGOTO)	Un	2,00	17,68	22,39%	21,64	43,28
1.17.5.1.3	GOINFRA	82302	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 50 MM	m	0,36	24,92	22,39%	30,50	10,98
1.17.5.1.4	GOINFRA	82230	TE SANITARIO DIAMETRO 50 X 50 MM (ESGOTO)	Un	2,00	20,06	22,39%	24,55	49,10
1.18			LIMPEZA FINAL						1.429,43
1.18.1.1.1	GOINFRA	270501	LIMPEZA FINAL DE OBRA - (OBRAS CIVIS)	m2	241,30	4,84	22,39%	5,92	1.429,43

JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126

Assinado de forma digital por JULIANA
MAYLA DE CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.04.30 09:25:41 -03'00'

Responsável Técnico: JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA/CAU: 1015112099/D-GO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS				OBRA REFORMA CRAS - 1ª ETAPA			
ENDEREÇO RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES				MUNICÍPIO / UF FLORES DE GOIÁS/GO			

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL						
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA										
SERVIÇOS PRELIMINARES										
GOINFRA	21301	PLACA DE OBRA PLOTADA EM CHAPA METÁLICA 26 , AFIXADA EM CAVALETES DE MADEIRA DE LEI (VIGOTAS 6X12CM) - PADRÃO GOINFRA	m2	4,50						
DISCRIMINAÇÃO								LARGURA (M)	ALTURA (M)	ÁREA (M2)
PLACA DE OBRA								3,00	1,50	4,50
GOINFRA	20701	LOCAÇÃO DA OBRA, EXECUÇÃO DE GABARITO SEM REAPROVEITAMENTO, INCLUSO PINTURA (FACE INTERNA DO RIPÃO 15CM) E PIQUETE COM TESTEMUNHA	m2	35,67						
DISCRIMINACAO										ÁREA (M2)
LOCAÇÃO DE OBRA										35,67
CANTEIRO DE OBRA										
GOINFRA	20212	BARRACÃO DE OBRAS PADRÃO GOINFRA (BLOCOS,COBERTURAS,PASSARELAS E MÓVEIS), SEM ALOJAMENTO E LAVANDERIA , COM PINTURA, EM CONSONÂNCIA COM AS NR's, EM ESPECIAL A NR-18, INCLUSO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIAS - (COM REAPROVEITAMENTO 1 VEZ).	m2	8,00						
DISCRIMINAÇÃO								LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M2)
BARRACÃO DE OBRAS								4,00	2,00	8,00
GOINFRA	20302	DEPÓSITO PARA CIMENTO TIPO I COM PINTURA PADRÃO GOINFRA (2,20 X 2,262M) A=4,98 M2 (C/ REAPROV. 1 VEZ) - INCLUSO PALETES	Un	1,00						
DISCRIMINAÇÃO										QTD (UN)
DEPÓSITO PARA CIMENTO										1,00
GOINFRA	20600	TAPUME EM CHAPA COMPENSADA RESINADA 6MM COM PORTÕES E FERRAGENS - PADRÃO GOINFRA	m2	31,80						
DISCRIMINAÇÃO								LARGURA (M)	ALTURA (M)	ÁREA (M2)
TAPUME EM CHAPA								15,90	2,00	31,80
ADMINISTRAÇÃO LOCAL										
GOINFRA	250101	ENGENHEIRO - (OBRAS CIVIS)	MÊS	0,22						
DISCRIMINAÇÃO					HORAS/DIA	DIAS/SEMANA	SEMANAS/MÊS	MESES	HORAS TOTAIS (H)	COEFICIENTE
ENGENHEIRO - (OBRAS CIVIS)					1,00	2,00	4,00	6,00	48,00	0,22
GOINFRA	250103	ENCARREGADO - (OBRAS CIVIS)	MÊS	0,65						
DISCRIMINAÇÃO					HORAS/DIA	DIAS/SEMANA	SEMANAS/MÊS	MESES	HORAS TOTAIS (H)	COEFICIENTE
ENCARREGADO - (OBRAS CIVIS)					1,50	4,00	4,00	6,00	144,00	0,65
DEMOLIÇÕES										
DEMOLIÇÕES DIVERSAS										
GOINFRA	20102	DEMOLICAO MANUAL COBERTURA TELHA FIBROCIMENTO/FIBRA DE VIDRO/SIMILARES C/ TRANSP. ATÉ CB. E CARGA	m2	14,02						
DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)	REPARO (%)	ÁREA (M2)
COBERTURA DE FIBROCIMENTO								200,30	7,00%	14,02
GOINFRA	20103	DEMOLIÇÃO MANUAL ESTRUTURA EM MADEIRA TELHADO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m2	29,29						
DISCRIMINAÇÃO								COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
BEIRAL								20,92	0,70	14,64
BEIRAL								20,92	0,70	14,64
GOINFRA	20134	DEMOLIÇÃO MANUAL DE FORRO GESSO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m2	108,20						
DISCRIMINAÇÃO										ÁREA (M2)
ALMOX.										1,87
CIRCULAÇÃO										24,93

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE / TOMADOR				OBRA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS				REFORMA CRAS - 1ª ETAPA			
ENDEREÇO				MUNICÍPIO / UF			
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES				FLORES DE GOIÁS/GO			

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL						
		RECEPÇÃO								29,24
		SALA 1								9,51
		SALA 4								12,94
		SALA 5								13,48
		SAN.01								7,18
		SAN. 02								7,18
		SAN.PNE								1,87
GOINFRA	20118	DEMOLIÇÃO MANUAL ALVENARIA TIJOLO SEM REAPROVEITAMENTO COM TRANSPORTE ATE CAÇAMBA E CARGA	m3	8,97						
		DISCRIIMINAÇÃO						ÁREA (M2)	ESPESSURA (M)	VOLUME (M3)
		PAREDE DEMOLIDA 1						7,49	0,15	1,12
		PAREDE DEMOLIDA 2						6,84	0,15	1,03
		PAREDE DEMOLIDA 3						5,54	0,15	0,83
		PAREDE DEMOLIDA 4						7,49	0,15	1,12
		PAREDE DEMOLIDA 5						6,84	0,15	1,03
		PAREDE DEMOLIDA 6						4,83	0,15	0,72
		PAREDE DEMOLIDA 7						3,00	0,15	0,45
		PAREDE DEMOLIDA 8						2,85	0,15	0,43
		PAREDE DEMOLIDA 9						0,39	0,15	0,06
		PAREDE DEMOLIDA 10						0,39	0,15	0,06
		PAREDE DEMOLIDA 11						2,02	0,15	0,30
		PAREDE DEMOLIDA 12						2,85	0,15	0,43
		PAREDE DEMOLIDA 13						3,00	0,15	0,45
		PAREDE DEMOLIDA 14						0,08	0,15	0,01
		PAREDE DEMOLIDA 15						0,42	0,15	0,06
		PAREDE DEMOLIDA 16						0,08	0,15	0,01
		PAREDE DEMOLIDA 17						0,42	0,15	0,06
		PAREDE DEMOLIDA 18						1,69	0,15	0,25
		PAREDE DEMOLIDA 19						1,79	0,15	0,27
		PAREDE DEMOLIDA 20						1,58	0,15	0,24
		PAREDE DEMOLIDA 21						0,11	0,15	0,02
		PAREDE DEMOLIDA 22						0,11	0,15	0,02
GOINFRA	20106	REMOÇÃO MANUAL DE JANELA OU PORTAL COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m2	61,46						
		DISCRIMINAÇÃO					LARGURA (M)	ALTURA (M)	QUANTIDADE (UN)	ÁREA (M2)
		PE2					0,80	2,10	1,00	1,68
		PE3					0,75	2,10	11,00	17,33
		PE4					1,25	2,10	1,00	2,63
		PE5					0,80	2,10	2,00	3,36
		J1					2,00	1,00	2,00	10,00
		J3					0,70	1,70	1,00	7,14
		PT1					2,00	2,30	1,00	9,20
		PT2					2,05	2,30	1,00	4,72
		GRADIL					2,46	1,10	2,00	5,41
GOINFRA	20109	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO CIMENTICIO SOBRE LASTRO DE CONCRETO COM TRANSPORTE ATE CAÇAMBA E CARGA	m2	8,45						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		CALÇADA DE PROTEÇÃO								8,45
GOINFRA	20111	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO CERÂMICO SOBRE LASTRO DE CONCRETO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m2	147,74						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		ALMOX.								1,87
		CIRCULAÇÃO								24,93

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROponente / Tomador	OBRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS	REFORMA CRAS - 1ª ETAPA
Endereço	Município / UF
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES	FLORES DE GOIÁS/GO

Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Total						
		COPA								5,93
		RECEPÇÃO								29,24
		SALA 1								9,51
		SALA 2								10,95
		SALA 3								10,54
		SALA 4								12,94
		SALA 5								13,48
		SAN.01								7,18
		SAN. 02								7,18
		SAN.PNE								1,87
		ENTRADA PATAMAR								3,52
		RAMPA 1								4,30
		RAMPA 2								4,30
GOINFRA	20121	DEMOLIÇÃO MANUAL EM CONCRETO SIMPLES COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m3	1,59						
		DISCRIMINAÇÃO						ÁREA (M2)	ESPESSURA (M)	VOLUME (M3)
		ESCALADA						2,12	0,75	1,59
GOINFRA	20137	REMOÇÃO MANUAL DE BACIA SANITÁRIA COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	Un	3,00						
		DISCRIMINAÇÃO								QUANTIDADE (UN)
		VASO SANITÁRIO								3,00
GOINFRA	20138	REMOÇÃO MANUAL DE LAVATÓRIO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	Un	2,00						
		DISCRIMINAÇÃO								QUANTIDADE (UN)
		LAVATÓRIO								2,00
GOINFRA	20140	REMOÇÃO MANUAL DE METAL SANITÁRIO (VÁLVULAS/SIFÃO/REGISTROS/TORNEIRAS/OUTROS) COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	Un	10,00						
		DISCRIMINAÇÃO								QUANTIDADE (UN)
		VÁLVULAS/SIFÃO/REGISTROS/TORNEIRAS/OUTROS								10,00
GOINFRA	20139	DEMOLIÇÃO MANUAL DE BANCADA COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA	m2	0,72						
		DISCRIMINAÇÃO						QUANTIDADE (UN)	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)
		TANQUE						1,00	1,20	0,60
										0,72
GOINFRA	20107	CORTE, DESTOCAMENTO, RETIRADA E REATERRO (MANUAIS) DE ÁRVORE GRANDE PORTE (H = 8 A 10 M / DIÂMETRO TRONCO 60 A 70CM E COPA DE 10 A 13M) C/ TRANSPORTE ATE CAÇAMBA E CARGA	Un	1,00						
		DISCRIMINAÇÃO								QUANTIDADE (UN)
		RETIRAR ÁRVORE								1,00
		DEMOLIÇÃO TRANSPORTE								
GOINFRA	30106	TRANSPORTE DE ENTULHO EM CAMINHÃO SEM CARGA	m3	67,59						
		DISCRIMINAÇÃO						QTD SERVIÇO	ESPESSURA (M)	VOLUME (M3)
		DEMOLICAO MANUAL COBERTURA TELHA FIBROCIMENTO/FIBRA DE VIDRO/SIMILARES C/ TRANSP. ATÉ CB. E CARGA						14,02	0,05	0,70
		DEMOLIÇÃO MANUAL ESTRUTURA EM MADEIRA TELHADO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA						29,29	0,05	1,46
		DEMOLIÇÃO MANUAL DE FORRO GESSO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA						108,20	0,05	5,41
		DEMOLIÇÃO MANUAL ALVENARIA TIJOLO SEM REAPROVEITAMENTO COM TRANSPORTE ATE CAÇAMBA E CARGA						8,97	1,00	8,97
		REMOÇÃO MANUAL DE JANELA OU PORTAL COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA						61,46	0,05	3,07
		DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO CIMENTICIO SOBRE LASTRO DE CONCRETO COM TRANSPORTE ATE CAÇAMBA E CARGA						8,45	0,05	0,42
		DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO CERÂMICO SOBRE LASTRO DE CONCRETO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA						147,74	0,05	7,39
		DEMOLIÇÃO MANUAL EM CONCRETO SIMPLES COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA						1,59	1,00	1,59

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROponente / Tomador	Obra
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS	REFORMA CRAS - 1ª ETAPA
Endereço	Município / UF
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES	FLORES DE GOIÁS/GO

Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Total						
		REMOÇÃO MANUAL DE BACIA SANITÁRIA COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA						3,00	1,00	3,00
		REMOÇÃO MANUAL DE LAVATÓRIO COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA						2,00	1,00	2,00
		REMOÇÃO MANUAL DE METAL SANITÁRIO (VÁLVULAS/SIFÃO/REGISTROS/TORNEIRAS/OUTROS) COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA						10,00	1,00	10,00
		DEMOLIÇÃO MANUAL DE BANCADA COM TRANSPORTE ATÉ CAÇAMBA E CARGA						0,72	0,05	0,04
		CORTE, DESTOCAMENTO, RETIRADA E REATERRO (MANUAIS) DE ÁRVORE GRANDE PORTE (H = 8 A 10 M / DIÂMETRO TRONCO 60 A 70CM E COPA DE 10 A 13M) C/ TRANSPORTE ATE CAÇAMBA E CARGA						1,00	1,00	1,00
		EMPOLAMENTO 50% (CINQUENTA POR CENTO)								22,53
		OBS: CONFORME O CADERNO DE NORMAS E CRITÉRIOS DE ORÇAMENTOS ELEBORADO PELA GOINFRA, FOI CONSIDERADO EMPOLAMENTO DO MATERIAL DEMOLIDO EM TORNO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO)								
		OBS: TODOS OS SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO JÁ CONSIDERAM A CARGA DO MATERIAL DEMOLIDO ATÉ O CAMINHÃO								
		MOVIMENTO DE TERRA PARA FUNDAÇÃO								
GOINFRA	40101	ESCAVACAO MANUAL DE VALAS < 1 MTS. (OBRAS CIVIS)	m3	2,52						
		DISCRIMINAÇÃO			Comprimento (M)	Largura (M)	Profundidade (M)	Acréscimo Largura (M)	Acréscimo Profundidade (M)	VOLUME (M3)
		CRAS - VIGA BALDRAME			22,08	0,30	0,14	0,30	0,05	2,52
		OBS: FOI ACRESCENTADO 15 CM DE CADA LADO PARA A COLOCAÇÃO DE FORMA								
		OBS: FOI ACRESCENTADO 5 CM DA PROFUNDIDADE PARA O LASTRO DE CONCRETO								
		FUNDAÇÃO								
GOINFRA	50304	ESTACA A TRADO MANUAL (BROCA) Ø 30 CM EM CONCRETO FCK 20MPA, SEM ARMADURA	m	33,00						
		DISCRIMINAÇÃO								TOTAL (M)
		ESTACAS DIÂM. 30								33,00
		OBS: A COMPOSIÇÃO DA ESTACA CONSIDERA SOMENTE A ESCAVAÇÃO E O CONCRETO								
GOINFRA	220050	LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO SEM IMPERMEAB. 1:3:6 ESP= 5CM (BASE)	m2	6,62						
		DISCRIMINAÇÃO					Quantidade (UN)	Comprimento (M)	Largura (M)	ÁREA (M2)
		CRAS - VIGA BALDRAME					22,08	0,30		6,62
GOINFRA	52004	ACO CA-50 - 8,0 MM (5/16") - (OBRAS CIVIS)	Kg	47,55						
		DISCRIMINAÇÃO								MASSA SEM 10% (KG)
		FUNDAÇÃO AÇO CA50 8.0								47,55
GOINFRA	52005	ACO CA-50 - 10,0 MM (3/8") - (OBRAS CIVIS)	Kg	181,41						
		DISCRIMINAÇÃO								MASSA SEM 10% (KG)
		FUNDAÇÃO AÇO CA50 10.0								181,41
GOINFRA	52014	ACO CA-60 - 5,0 MM - (OBRAS CIVIS)	Kg	114,25						
		DISCRIMINAÇÃO								MASSA SEM 10% (KG)
		FUNDAÇÃO AÇO CA60 5.0								114,25
GOINFRA	51009	FORMA TABUA PINHO PARA FUNDACOES U=3V - (OBRAS CIVIS)	m2	6,18						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		CRAS - VIGA BALDRAME								6,18
		OBS: A FORMA PARA VIGA BALDRAME FOI CALCULADA CONSIDERANDO AS FACES								
GOINFRA	51030	PREPARO COM BETONEIRA E TRANSPORTE MANUAL DE CONCRETO FCK=25 MPA	m3	4,42						
		DISCRIMINAÇÃO								VOLUME (M3)
		CRAS - BLOCO								3,49
		CRAS - VIGA BALDRAME								0,93
GOINFRA	51055	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO MANUAL DE CONCRETO - (O.C.)	m3	4,42						
		DISCRIMINAÇÃO								VOLUME (M3)
		CRAS - BLOCO								3,49
		CRAS - VIGA BALDRAME								0,93
		ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO								
GOINFRA	60192	FORMA DE TABUA CINTA/PILAR SOBRE/ENTRE ALVENARIA U=8 VEZES	m2	44,21						

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE / TOMADOR				OBRA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS				REFORMA CRAS - 1ª ETAPA			
ENDEREÇO				MUNICÍPIO / UF			
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES				FLORES DE GOIÁS/GO			

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		CRAS - PILAR								25,25
		CRAS - VIGA VT								18,96
GOINFRA	60517	PREPARO COM BETONEIRA E TRANSPORTE MANUAL DE CONCRETO FCK=25 MPA	m3	2,30						
		DISCRIMINAÇÃO								VOLUME (M3)
		CRAS - PILAR								1,22
		CRAS - VIGA VT								1,08
GOINFRA	60802	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURA - (O.C.)	m3	2,30						
		DISCRIMINAÇÃO								VOLUME (M3)
		CRAS - PILAR								1,22
		CRAS - VIGA VT								1,08
GOINFRA	60304	ACO CA-50 - 8,0 MM (5/16") - (OBRAS CIVIS)	Kg	50,00						
		DISCRIMINAÇÃO								MASSA SEM 10% (KG)
		ESTRUTURA AÇO CA50 8.0								50,00
GOINFRA	60305	ACO CA-50 - 10,0 MM (3/8") - (OBRAS CIVIS)	Kg	83,45						
		DISCRIMINAÇÃO								MASSA SEM 10% (KG)
		ESTRUTURA AÇO CA50 10.0								83,45
GOINFRA	60314	ACO CA-60 - 5,0 MM - (OBRAS CIVIS)	Kg	54,55						
		DISCRIMINAÇÃO								MASSA SEM 10% (KG)
		ESTRUTURA AÇO CA60 5.0								54,55
		IMPERMEABILIZAÇÕES								
		IMPERMEABILIZAÇÃO DE FUNDAÇÃO								
GOINFRA	120902	IMPERMEABILIZACAO VIGAS BALDRAMES COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE PARA ARGAMASSAS E CONCRETO SIMPLES E=2,0 CM	m2	12,80						
		DISCRIMINAÇÃO			COMPRIMENTO (M)	FACE LATERAL 1 (M)	FACE LATERAL 2 (M)	LARGURA (M)		ÁREA (M2)
		CRAS - VIGA BALDRAME			22,08	22,08	22,08	0,30		12,80
		IMPERMEABILIZAÇÃO DE ALVENARIA								
GOINFRA	121101	IMPERMEABILIZAÇÃO MURO DE ARRIMO COM 4 DEMÃOS DE EMULSÃO ASFÁLTICA	m2	3,07						
		DISCRIMINAÇÃO					PERÍMETRO (M)	ALTURA (M)		ÁREA (M2)
		FLOREIRA					6,14	0,50		3,07
		IMPERMEABILIZAÇÃO DE COBERTURA								
SINAPI	98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	181,65						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		COBERTURA FIBROCIMENTO								181,65
		ALVENARIAS E DIVISÓRIAS								
		ALVENARIA BLOCO CERÂMICO								
GOINFRA	100201	ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 1/2 VEZ - 9 x 19 x 19 - ARG. (1CALH:4ARML+100KG DE CI/M3)	m2	255,37						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		PAREDE CONSTRUÍDA 1								15,45
		PAREDE CONSTRUÍDA 2								21,72
		PAREDE CONSTRUÍDA 3								9,84
		PAREDE CONSTRUÍDA 4								9,84
		PAREDE CONSTRUÍDA 5								18,55
		PAREDE CONSTRUÍDA 6								9,28
		PAREDE CONSTRUÍDA 7								2,75
		PAREDE CONSTRUÍDA 8								1,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS				OBRA REFORMA CRAS - 1ª ETAPA			
ENDEREÇO RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES				MUNICÍPIO / UF FLORES DE GOIÁS/GO			

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL							
		PAREDE CONSTRUIDA 9								2,78	
		PAREDE CONSTRUIDA 10								1,52	
		PAREDE CONSTRUIDA 11								11,33	
		PAREDE CONSTRUIDA 12								33,51	
		PAREDE CONSTRUIDA 13								11,12	
		PAREDE CONSTRUIDA 14								32,71	
		PAREDE CONSTRUIDA 15								0,55	
		PAREDE CONSTRUIDA 16								0,07	
		PAREDE CONSTRUIDA 17								0,42	
		PAREDE CONSTRUIDA 18								0,21	
		PAREDE CONSTRUIDA 19								5,14	
		PAREDE CONSTRUIDA 20								4,30	
		PAREDE CONSTRUIDA 21								9,18	
		PAREDE CONSTRUIDA 22								6,79	
		PAREDE CONSTRUIDA 23								1,09	
		PAREDE CONSTRUIDA 24								1,23	
		PAREDE CONSTRUIDA 25								1,09	
		PAREDE CONSTRUIDA 26								1,23	
		PAREDE CONSTRUIDA 27								0,95	
		PAREDE CONSTRUIDA 28								1,07	
		PAREDE CONSTRUIDA 29								27,39	
		PAREDE CONSTRUIDA 30								10,09	
		DEGRAUS ESCADA (5X)								1,43	
		FLOREIRA								1,74	
		OBS: OS VÃOS FORAM DESCONTADOS									
		ALVENARIA BLOCO VAZADO (COBOGÓ)									
GOINFRA	100500	ELEMENTO VAZADO DE CONCRETO (MODELO TACO CHINÊS)	m2	3,24							
		DISCRIMINAÇÃO				PERÍMETRO (M)	ALTURA (M)	DESCONTOS (M2)	ÁREA (M2)		
		ENTRADA				1,20	2,70	0,00	3,24		
		OBS: OS VÃOS FORAM DESCONTADOS									
		VERGA E CONTRAVERGA									
GOINFRA	60010	VERGA/CONTRAVERGA EM CONCRETO ARMADO FCK = 20 MPA	m3	0,35							
		DISCRIMINAÇÃO			TIPO	ÁREA SEÇÃO (M2)	ACRÉSCIMO (M)	VERGA/CONTRAVERGA	LARGURA (M)	QUANTIDADE (UN)	VOLUME (M3)
		PN1			PORTA	0,01	0,60	1,00	1,20	1,00	0,02
		PN2			PORTA	0,01	0,60	1,00	0,90	2,00	0,03
		PN3			PORTA	0,01	0,60	1,00	0,90	8,00	0,12
		V01			PORTA	0,01	0,60	1,00	1,25	1,00	0,02
		JN1			JANELA	0,01	0,60	2,00	1,50	1,00	0,04
		JN2			JANELA	0,01	0,60	2,00	2,00	1,00	0,06
		JN3			JANELA	0,01	0,60	2,00	2,50	1,00	0,06
		OBS: FOI CONSIDERADO UM ACRÉSCIMO DE 30 CM DE CADA LADO DOS VÃOS									
		OBS: PARA AS PORTAS CONSIDERA-SE VERGAS E PARA AS JANELAS, VERGAS E CONTRAVERGAS									
		COBERTURAS E FORROS									
		COBERTURA (TELHAMENTO) E CUMEIEIRA									
GOINFRA	160501	COBERTURA COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO	m2	14,02							
		DISCRIMINAÇÃO									ÁREA (M2)
		COBERTURA DE FIBROCIMENTO									14,02
GOINFRA	160502	CUMEIEIRA PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO	m	24,17							
		DISCRIMINAÇÃO									COMPRIMENTO (M)
		COBERTURA DE FIBROCIMENTO									24,17
		CALHAS, RUFOS E ACESSÓRIOS									

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROponente / Tomador	Obra
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS	REFORMA CRAS - 1ª ETAPA
Endereço	Município / UF
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES	FLORES DE GOIÁS/GO

Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Total						
GOINFRA	160600	CALHA DE CHAPA GALVANIZADA Nº 26	m2	14,48						
		DISCRIMINAÇÃO						Comprimento (m)	Largura (m)	Área (M2)
		CALHA RETANGULAR						48,26	0,30	14,48
GOINFRA	160603	RUFO DE CHAPA GALVANIZADA Nº 26	m2	4,50						
		DISCRIMINAÇÃO						Comprimento (m)	Largura (m)	Área (M2)
		RUFO						15,00	0,30	4,50
GOINFRA	201410	MOLDURA TIPO "U" INVERTIDO EM ARGAMASSA COM 2CM DE ESPESSURA TIPO PINGADEIRA EM MURO/PLATIBANDA (A PARTE VERTICAL DESCE 2,5CM)	m2	12,95						
		DISCRIMINAÇÃO						Comprimento (m)	Largura (m)	Área (M2)
		PLATIBANDA						64,74	0,20	12,95
		FORROS								
GOINFRA	210498	FORRO DE GESSO ACARTONADO PARA ÁREAS SECAS ESPESSURA DE 12,5MM	m2	157,42						
		DISCRIMINACAO								Área (M2)
		RECEPÇÃO								30,51
		COORD.								17,35
		B.FAMÍLIA								10,95
		CIRCULAÇÃO								25,63
		CRAS VOLANTE 1								10,54
		CRAS VOLANTE 2								12,94
		SL.CONSELHOS								13,48
		PC FELIZ								12,67
		ARQUIVO								11,83
		ENTRADA								11,52
GOINFRA	210499	FORRO DE GESSO ACARTONADO PARA ÁREAS MOLHADAS, ESPESSURA DE 12,5 MM	m2	14,51						
		DISCRIMINACAO								Área (M2)
		SAN.PCD 1								4,28
		SAN.PCD 2								4,30
		COPA								5,93
		ESQUADRIAS								
		ESQUADRIAS DE MADEIRA								
GOINFRA	170110	PORTA LISA 90X210 COM PORTAL E ALISAR SEM FERRAGENS	un	10,00						
		DISCRIMINAÇÃO						Largura (m)	Altura (m)	Quantidade (un)
		PN2						0,90	2,10	2,00
		PN3						0,90	2,10	8,00
		FERRAGENS PARA ESQUADRIAS DE MADEIRA								
GOINFRA	230101	FECHADURA TIPO ALAVANCA REF.: LAFONTE 6236 E/8766- E17 IMAB OU EQUIV.	Un	10,00						
		DISCRIMINAÇÃO								Quantidade (un)
		PN2								2,00
		PN3								8,00
GOINFRA	230202	DOBRADICA 3" X 3 1/2" CROMADA	Un	30,00						
		DISCRIMINAÇÃO						Quantidade Portas (un)	Quantidade Dobradiça (un)	Quantidade (un)
		PN2						2,00	3,00	6,00
		PN3						8,00	3,00	24,00
		OBS: FOI CONSIDERADO 3 DOBRADIÇAS POR PORTA								
		ESQUADRIAS DE FERRO								
GOINFRA	180505	PORTA DE ABRIR DE 02 FOLHAS EM VENEZIANA PF-5 C/FERRAGENS	m2	2,52						
		DISCRIMINAÇÃO						Largura (m)	Altura (m)	Quantidade (un)
		PN1						1,20	2,10	1,00
										Área (M2)
										2,52

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROponente / Tomador
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

Obra
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

Endereço
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

Município / UF
FLORES DE GOIÁS/GO

Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Total						
GOINFRA	180280	PORTÃO DE ABRIR 02 FOLHAS DE TELA/TUBO FoGo 1.1/2" PT1/PT2 C/FERRAGENS	m2	6,65						
		DISCRIMINAÇÃO								
		PN7						LARGURA (M)	ALTURA (M)	QUANTIDADE (UN) ÁREA (M2)
								3,50	1,90	1,00 6,65
GOINFRA	180115	ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO	m2	1,60						
		JANELA EM ALUMÍNIO ANODIZADO MAXIM AR C/FERRAGENS (M.O.FAB.INC.MAT.)								
		DISCRIINACAO						LARGURA (M)	ALTURA (M)	QUANTIDADE (UN) ÁREA (M2)
		JN2						2,00	0,80	1,00 1,60
GOINFRA	180111	JANELA DE CORRER EM ALUMINIO ANODIZADO, 02 FOLHAS DE VIDRO, COM FERRAGENS (M.O.FAB.INC.MAT.)	m2	1,50						
		DISCRIMINACAO						LARGURA (M)	ALTURA (M)	QUANTIDADE (UN) ÁREA (M2)
		JN1						1,50	1,00	1,00 1,50
GOINFRA	190102	VIDROS E ESPELHOS	m2	3,10						
		VIDRO LISO 4 MM - COLOCADO								
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		JN2								1,60
		JN1								1,50
GOINFRA	200101	REVESTIMENTOS, BANCADAS E PEITORIS	m2	196,86						
		REVESTIMENTOS BASE								
		CHAPISCO COMUM								
		DISCRIINACAO								ÁREA (M2)
		CHAPISCO + REBOCO								194,05
OBS: A ÁREA DE CHAPISCO SERÁ IGUAL A SOMA DA ÁREA DE REBOCO E EMBOÇO										
GOINFRA	200500	REBOCO PAULISTA A-7 (1 CALH,4 ARMLC)	m2	176,41						
		DISCRIMINAÇÃO						PERÍMETRO (M)	ALTURA (M)	DESCONTOS (M2) ÁREA (M2)
		PAREDE RECEPÇÃO/COORD.						6,23	2,73	0,00 17,01
		PAREDE RECEPÇÃO/COORD.						6,23	2,73	0,00 17,01
		PAREDE CIRCULAÇÃO/COORD.						3,22	2,73	0,00 8,79
		PAREDE CIRCULAÇÃO						1,20	2,73	0,00 3,28
		PAREDE SAN. PCD 1						4,16	2,73	0,00 11,36
		PAREDE CIRCULAÇÃO						4,69	2,73	0,00 12,80
		PAREDE CRAS VOLANTE						2,00	2,73	0,00 5,46
		PAREDE SL CONSELHOS						2,00	2,73	0,00 5,46
		PAREDE ARQUIVO						9,06	2,73	0,00 24,73
		PAREDE PC FELIZ						13,43	2,73	0,00 36,66
		PAREDE EXTERNA						12,40	2,73	0,00 33,85
GOINFRA	200201	EMBOÇO (1Ci:4 ARML)	m2	17,64						
		DISCRIMINAÇÃO						PERÍMETRO (M)	ALTURA (M)	DESCONTOS (M2) ÁREA (M2)
		PAREDE SAN. PCD 1						4,16	2,73	0,00 11,36
		PAREDE SAN. PCD 2						2,30	2,73	0,00 6,28
COMPOSIÇÃO	104597_60x60	REVESTIMENTOS ACABAMENTO	M2	35,51						
		REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDE COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60x60 CM								
		DISCRIMINAÇÃO						PERÍMETRO (M)	ALTURA (M)	DESCONTOS (M2) ÁREA (M2)
		SAN.PCD 1						8,32	2,73	3,08 19,63
		SAN.PCD 2						8,34	2,73	6,89 15,88
SINAPI	101965	BANCADAS E PEITORIS	M	8,95						
		PEITORIL LINEAR EM GRANITO OU MÁRMORE, L = 15CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA 1:6 COM ADITIVO. AF_11/2020								
		DISCRIMINAÇÃO						LARGURA (M)	QUANTIDADE (UN)	TOTAL (M)
		JN1						1,50	1,00	1,50

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE / TOMADOR				OBRA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS				REFORMA CRAS - 1ª ETAPA			
ENDEREÇO				MUNICÍPIO / UF			
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES				FLORES DE GOIÁS/GO			

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL						
		JN2							2,00	
		V01							1,00	2,00
		PAVIMENTAÇÕES							5,45	1,00
		ATERRO E COMPACTAÇÃO								5,45
GOINFRA	41003	ATERRO INTERNO SEM APOLOAMENTO COM TRANSPORTE EM CARRINHO MÃO	m3	4,86						
		DISCRIMINAÇÃO							ÁREA (M2)	ESPESSURA (M)
		PC FELIZ							12,67	0,10
		ARQUIVO							11,83	0,10
		CIRCULAÇÃO							6,63	0,10
		RAMPA 1								1,05
		PATAMAR RAMPA								0,50
		RAMPA 2								0,20
GOINFRA	41002	APOLOAMENTO	m2	46,20						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		PC FELIZ								12,67
		ARQUIVO								11,83
		CIRCULAÇÃO								6,63
		RAMPA 1								8,81
		PATAMAR RAMPA								4,50
		RAMPA 2								1,76
GOINFRA	41140	REGULARIZAÇÃO DO TERRENO SEM APOLOAMENTO COM TRANSPORTE MANUAL DA TERRA ESCAVADA	m2	46,20						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		PC FELIZ								12,67
		ARQUIVO								11,83
		CIRCULAÇÃO								6,63
		RAMPA 1								8,81
		PATAMAR RAMPA								4,50
		RAMPA 2								1,76
		PAVIMENTAÇÃO INTERNA								
GOINFRA	220050	LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO SEM IMPERMEAB. 1:3:6 ESP= 5CM (BASE)	m2	48,35						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		PC FELIZ								12,67
		ARQUIVO								11,83
		CIRCULAÇÃO								6,63
		RAMPA 1								8,81
		PATAMAR RAMPA								4,50
		RAMPA 2								1,76
		ESCALA								2,15
SINAPI	87262	REVESTIMENTO CERAMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M².	M2	195,78						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		RECEPÇÃO								30,51
		COORD.								17,35
		B.FAMÍLIA								10,95
		SAN.PCD 1								4,28
		CIRCULAÇÃO								25,63
		SAN.PCD 2								4,30
		COPA								5,93
		CRAS VOLANTE								10,54
		CRAS VOLANTE								12,94

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE / TOMADOR	OBRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS	REFORMA CRAS - 1ª ETAPA
ENDEREÇO	MUNICÍPIO / UF
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES	FLORES DE GOIÁS/GO

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL						
		SL.CONSELHOS								13,48
		PC FELIZ								12,67
		ARQUIVO								11,83
		CIRCULAÇÃO								6,63
		ENTRADA								11,52
		RAMPA 1								8,81
		PATAMAR RAMPA								4,50
		RAMPA 2								1,76
		ESCADA								2,15
SINAPI	88650	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60CM. AF_02/2023	M	163,28						
		DISCRIMINAÇÃO						PERÍMETRO (M)	DESCONTOS (M)	TOTAL (M)
		RECEPÇÃO						22,14	2,44	19,70
		COORD.						18,78	0,90	17,88
		B.FAMÍLIA						13,36	0,90	12,46
		CIRCULAÇÃO						31,19	8,45	22,74
		CRAS VOLANTE						13,08	0,90	12,18
		CRAS VOLANTE						14,74	0,90	13,84
		SL.CONSELHOS						14,88	0,90	13,98
		PC FELIZ						14,52	0,90	13,62
		ARQUIVO						14,12	0,90	13,22
		CIRCULAÇÃO						11,52	4,25	7,27
		ENTRADA						18,83	2,44	16,39
		OBS: FOI DESCONTADO O VÃO DAS PORTAS								
		GUARDA CORPO E CORRIMÃO								
GOINFRA	180341	GUARDA CORPO EM TUBO INDUSTRIAL DE 2" COM MONTANTES SECUNDÁRIOS DE 1" (SEM CORRIMÃO)	m2	22,15						
		DISCRIMINAÇÃO						COMPRIMENTO (M)	ALTURA (M)	ÁREA (M2)
		RAMPA						18,46	1,10	20,31
		ESCADA						1,68	1,10	1,85
GOINFRA	180343	CORRIMÃO DUPLO EM TUBO INDUSTRIAL DE 1.1/2" FIXADO EM PAREDE	m	1,68						
		DISCRIMINAÇÃO								COMPRIMENTO (M)
		ESCADA								1,68
		PINTURAS								
		PINTURA DE TETO								
GOINFRA	261301	EMASSAMENTO COM MASSA PVA UMA DEMA0	m2	157,42						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		RECEPÇÃO								30,51
		COORD.								17,35
		B.FAMÍLIA								10,95
		CIRCULAÇÃO								25,63
		CRAS VOLANTE 1								10,54
		CRAS VOLANTE 2								12,94
		SL.CONSELHOS								13,48
		PC FELIZ								12,67
		ARQUIVO								11,83
		ENTRADA								11,52
GOINFRA	261307	PINTURA PVA LATEX 2 DEMA0S SEM SELADOR	m2	157,42						
		DISCRIMINAÇÃO								ÁREA (M2)
		RECEPÇÃO								30,51
		COORD.								17,35
		B.FAMÍLIA								10,95

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE / TOMADOR				OBRA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS				REFORMA CRAS - 1ª ETAPA			
ENDEREÇO				MUNICÍPIO / UF			
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES				FLORES DE GOIÁS/GO			

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL					
		CIRCULAÇÃO							25,63
		CRAS VOLANTE 1							10,54
		CRAS VOLANTE 2							12,94
		SL.CONSELHOS							13,48
		PC FELIZ							12,67
		ARQUIVO							11,83
		ENTRADA							11,52
PINTURA DE PAREDES									
GOINFRA	261300	EMASSAMENTO COM MASSA PVA DUAS DEMAOS	m2	142,56					
		DISCRIMINAÇÃO			PERÍMETRO (M)	ALTURA (M)	DESCONTOS (M2)	ÁREA (M2)	
DE		PAREDE RECEPÇÃO/COORD.			6,23	2,73	0,00	17,01	
DE		PAREDE RECEPÇÃO/COORD.			6,23	2,73	0,00	17,01	
DE		PAREDE CIRCULAÇÃO/COORD.			3,22	2,73	0,00	8,79	
DE		PAREDE CIRCULAÇÃO			1,20	2,73	0,00	3,28	
DE		PAREDE SAN. PCD 1			4,16	2,73	0,00	11,36	
DE		PAREDE CIRCULAÇÃO			4,69	2,73	0,00	12,80	
DE		PAREDE CRAS VOLANTE			2,00	2,73	0,00	5,46	
DE		PAREDE SL CONSELHOS			2,00	2,73	0,00	5,46	
DE		PAREDE ARQUIVO			9,06	2,73	0,00	24,73	
DE		PAREDE PC FELIZ			13,43	2,73	0,00	36,66	
GOINFRA	261304	EMASSAMENTO ACRILICO 2 DEMAOS	m2	33,85					
		DISCRIMINAÇÃO			PERÍMETRO (M)	ALTURA (M)	DESCONTOS (M2)	ÁREA (M2)	
DE		PAREDE EXTERNA			12,40	2,73	0,00	33,85	
GOINFRA	261000	PINTURA LATEX ACRILICA 2 DEMAOS C/SELADOR	m2	523,22					
		DISCRIMINACAO			PERÍMETRO (M)	ALTURA (M)	DESCONTOS (M2)	ÁREA (M2)	
DE		RECEPÇÃO			22,14	2,73	8,81	51,64	
DE		COORD.			18,78	2,73	8,27	43,00	
DE		B.FAMÍLIA			13,36	2,73	3,89	32,58	
DE		SAN.PCD 1			8,32	2,73	3,08	19,63	
DE		CIRCULAÇÃO			31,19	2,73	17,75	67,40	
DE		SAN.PCD 2			8,34	2,73	6,89	15,88	
DE		COPA			10,04	2,73	3,39	24,02	
DE		CRAS VOLANTE			13,08	2,73	3,89	31,82	
DE		CRAS VOLANTE			14,74	2,73	3,39	36,85	
DE		SL.CONSELHOS			14,88	2,73	3,89	36,73	
DE		PC FELIZ			14,52	2,73	3,39	36,25	
DE		ARQUIVO			14,12	2,73	3,49	35,06	
DE		CIRCULAÇÃO			11,52	2,73	8,93	22,52	
DE		PREDES EXTERNAS			65,44	5,25	273,72	69,84	
GOINFRA	261620	LETREIRO MÉDIO A GRANDE PORTE EM PAREDE FEITO A PINCEL	m2	1,80					
		DISCRIMINAÇÃO			PERÍMETRO (M)	ALTURA (M)	DESCONTOS (M2)	ÁREA (M2)	
DE		LOGO CRAS			2,25	0,80	0,00	1,80	
GOINFRA	260601	PINTURA TEXTURIZADA ACRÍLICA COM ROLO COM SELADOR ACRILICO	m2	117,79					
		DISCRIMINACAO			PERÍMETRO (M)	ALTURA (M)	DESCONTOS (M2)	ÁREA (M2)	
		PLATIBANDA INTERNA			65,44	1,80	0,00	117,79	
PINTURA DE ESQUADRIAS DE MADEIRA									
GOINFRA	260901	PINTURA VERNIZ EM MADEIRA 2 DEMAOS	m2	37,80					
		DISCRIMINAÇÃO			LADO (UN)	LARGURA (M)	ALTURA (M)	QUANTIDADE (UN)	ÁREA (M2)
		PN2			2,00	0,90	2,10	2,00	7,56
		PN3			2,00	0,90	2,10	8,00	30,24
PINTURA DE ESQUADRIAS METÁLICAS									

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROponente / Tomador				Obra			
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS				REFORMA CRAS - 1ª ETAPA			
Endereço				Município / UF			
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES				FLORES DE GOIÁS/GO			

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL						
GOINFRA	261602	PINTURA TINTA ESMALTE PARA ESQUADRIAS DE FERRO C FUNDO	m2	18,34						
		ANTICORROSIVO								
		DISCRIMINAÇÃO				LADO (UN)	LARGURA (M)	ALTURA (M)	QUANTIDADE (UN)	ÁREA (M2)
		PN1			2,00	1,20	2,10	1,00	5,04	
		PN7			2,00	3,50	1,90	1,00	13,30	
SERVIÇOS COMPLEMENTARES										
GOINFRA	271850	LETRA CAIXA CHAPA GALVANIZADA PINTADA COLOCADA	m	12,20						
		DISCRIMINAÇÃO						QUANTIDADE LETRAS (UN)	ALTURA (M)	COMPRIMENTO (M)
		CRAS						4,00	0,60	2,40
		CRAS						4,00	0,60	2,40
		CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL					37,00	0,20	7,40	
COMPOSIÇÃO	91007_ADP2	CENTRAL DE GÁS MED. 1,30 X 0,70 X 1,00 M, INCLUSO INSTALAÇÕES - PROJETO	UN	1,00						
		PADRÃO CONFORME MODELO PRÓPRIO								
		DISCRIMINAÇÃO								QUANTIDADE (UN)
		CENTRAL DE GÁS								1,00
SINAPI	98509	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024	UN	46,00						
		DISCRIMINAÇÃO								QUANTIDADE (UN)
		VEGETAÇÃO LATERAL								46,00
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS										
GOINFRA	70691	CAIXA METALICA RETANGULAR 4" X 2" X 2"	Un	32,00						
GOINFRA	71742	LUVA PVC ROSQUEAVEL DIAMETRO 1"	Un	4,00						
GOINFRA	81205	NIPLE COM ROSCA DIAMETRO 1.1/2"	Un	1,00						
GOINFRA	81202	NIPLE COM ROSCA DIAMETRO 3/4"	Un	1,00						
GOINFRA	70571	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 16 MM2	M	83,35						
GOINFRA	70563	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 2,5 MM2	m	599,61						
GOINFRA	70564	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 4 MM2	m	142,85						
GOINFRA	71431	INTERRUPTOR PARALELO SIMPLES (1 SECAO)	Un	2,00						
GOINFRA	71440	INTERRUPTOR SIMPLES (1 SECAO)	Un	3,00						
GOINFRA	71443	INTERRUPTOR SIMPLES 1 SEÇÃO E 1 TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A	Un	3,00						
GOINFRA	72578	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A - 250V	Un	18,00						
GOINFRA	72320	RELE FOTO ELETRICO COM BASE	Un	3,00						
GOINFRA	71175	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 60 A 100-A	Un	3,00						
GOINFRA	71171	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 A 32-A	Un	7,00						
GOINFRA	71457	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (D.R.) TETRAPOLAR DE 63A-30mA	Un	1,00						
GOINFRA	71141	CURVA DE 90 GRAUS DE PVC RIGIDO DIAM. 3/4"	Un	1,00						
GOINFRA	71195	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA LEVE - DIAM. 32MM	M	17,73						
GOINFRA	71194	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA LEVE - DIAM. 25MM	M	179,73						
GOINFRA	200103	RASGO E ENCHIMENTO DE ALVENARIA	M	179,73						
GOINFRA	71196	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA REFORÇADA - DIAM. 40MM	M	14,63						
GOINFRA	71197	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA REFORÇADA - DIAM. 50MM	M	0,20						
SINAPI	91865	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS	M	1,00						
		TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023								
GOINFRA	71614	LUMINÁRIA TIPO ARANDELA DE USO INTERNO - BASE E-27	un	17,00						

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROponente / Tomador
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

Obra
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

Endereço
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

Município / UF
FLORES DE GOIÁS/GO

Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Total						
GOINFRA	71647	LUMINÁRIA PLAFON LED QUADRADA DE EMBUTIR, 18W, 20X20 CM (MEDIDAS APROXIMADAS) - INCLUSO CORTE NO FORRO	un	16,00						
GOINFRA	71649	LUMINÁRIA PLAFON LED QUADRADA DE EMBUTIR, 30W, 40X40 CM (MEDIDAS APROXIMADAS) - INCLUSO CORTE NO FORRO	un	4,00						
GOINFRA	71615	LUMINÁRIA TIPO ARANDELA DE USO EXTERNO - BASE E-27	un	3,00						
GOINFRA	72190	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR METÁLICO CB-24E - 150A	Un	1,00						
Instalações Hidrossanitárias										
Instalações Hidráulicas - Louças e Metais										
GOINFRA	80505	VASO SANITÁRIO PARA PcD COM CAIXA ACOPLADA COM DUPLO ACIONAMENTO (1ª LINHA) - COMPLETO EXCLUSO O ASSENTO	un	2,00						
GOINFRA	80542	LAVATÓRIO MÉDIO SEM COLUNA - MEDIDAS APROXIMADAS 360X460X180 MM (C x L x A)	Un	2,00						
GOINFRA	80570	TORNEIRA DE MESA PARA LAVATÓRIO DIÂMETRO DE 1/2"	Un	2,00						
GOINFRA	230176	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 80 CM	un	6,00						
GOINFRA	230174	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 40 CM	un	4,00						
SINAPI	100874	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00						
Instalações Hidráulicas - Água Fria										
SINAPI	95252	VÁLVULA DE ESFERA BRUTA, BRONZE, ROSCÁVEL, 1 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00						
GOINFRA	81043	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL LONGO COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'ÁGUA 50X1.1/2	Un	1,00						
GOINFRA	81069	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO 50MMX1.1/2"	Un	2,00						
GOINFRA	81180	BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL LONGA 50 X 32 mm	Un	1,00						
GOINFRA	81538	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	Un	4,00						
GOINFRA	81540	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	Un	3,00						
GOINFRA	81004	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 32 MM	m	4,52						
GOINFRA	81006	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 50 MM	m	10,68						
GOINFRA	81425	TE REDUCAO 90 GRAUS SOLDAVEL 50 X 32 mm	Un	2,00						
GOINFRA	81861	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 1000 LTS. COM TAMPA	Un	1,00						
GOINFRA	80926	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAMETRO 3/4"	Un	3,00						
GOINFRA	80555	LIGAÇÃO FLEXÍVEL METÁLICA DIAM.1/2"(ENGATE)	Un	2,00						
GOINFRA	80556	LIGAÇÃO FLEXÍVEL PVC DIAM.1/2" (ENGATE)	Un	3,00						
GOINFRA	81066	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO 25X3/4"	Un	6,00						
GOINFRA	81537	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	Un	4,00						
GOINFRA	81321	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	Un	2,00						
GOINFRA	81102	LUVA SOLDAVEL DIAMETRO 25 mm	Un	3,00						
GOINFRA	81003	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	M	12,91						
GOINFRA	81402	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	Un	2,00						
GOINFRA	81360	JOELHO DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDÁVEL COM BUCHA LATAO 25X1/2"	Un	5,00						
GOINFRA	81420	TE DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDAVEL 25 X 20 mm	Un	2,00						
Instalações Sanitárias - ESGOTO										
GOINFRA	81733	CURVA 90 GRAUS CURTA DIAM. 100 MM (ESGOTO)	Un	1,00						
GOINFRA	81938	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 100 MM (ESGOTO)	Un	5,00						
GOINFRA	82304	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	36,06						
GOINFRA	81885	TERMINAL DE VENTILACAO DIAMETRO 50 MM (ESGOTO)	Un	2,00						
GOINFRA	82302	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 50 MM	m	8,16						
GOINFRA	81833	CAIXA DE INSPEÇÃO - ESCAVAÇÃO MANUAL / REATERRO/ APILOAMENTO DO FUNDO	m3	0,22						

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROponente / Tomador
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

Obra
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

Endereço
RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

Município / UF
FLORES DE GOIÁS/GO

Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Total						
GOINFRA	81831	CAIXA DE INSPEÇÃO - ALVENARIA DE 1/2 VEZ COM REVESTIMENTO INTERNO EM REBOCO PAULISTA A-14 (COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE)	m2	1,44						
GOINFRA	81830	CAIXA DE INSPEÇÃO - LASTRO DE CONCRETO (COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE) 20 MPA E=5CM PARA O FUNDO	m3	0,02						
GOINFRA	81829	CAIXA DE INSPEÇÃO - TAMPA EM CONCRETO ARMADO 25 MPA E=5CM	m2	0,36						
GOINFRA	81663	CORPO CAIXA SIFONADA DIAM. 150 X 150 X 50	Un	2,00						
GOINFRA	80672	SIFAO PARA PIA 1.1/2"X2" PVC CROMADO	Un	2,00						
GOINFRA	80580	VALVULA PARA LAVATORIO OU BEBEDOURO METALICO DIAMETRO 1"	Un	2,00						
GOINFRA	81550	CURVA 45 GRAUS SOLDABEL DIAMETRO 50 MM	Un	2,00						
GOINFRA	81701	CURVA 45 GRAUS DIAMETRO 40 MM (ESGOTO)	Un	5,00						
GOINFRA	81733	CURVA 90 GRAUS CURTA DIAM. 100 MM (ESGOTO)	Un	2,00						
GOINFRA	81730	CURVA 90 GRAUS CURTA DIAM. 40 MM (ESGOTO)	Un	3,00						
GOINFRA	81927	JOELHO 90 GRAUS C/ANEL 40 MM	Un	3,00						
GOINFRA	81973	JUNCAO SIMPLES DIAM. 100 X 50 MM (ESGOTO)	Un	1,00						
GOINFRA	81975	JUNCAO SIMPLES DIAM. 100 X 100 MM (ESGOTO)	Un	1,00						
GOINFRA	82004	LUVA SIMPLES DIAMETRO 100 mm - (ESGOTO)	Un	3,00						
GOINFRA	82103	REDUCAO EXCENTRICA 100 X 50 MM (ESGOTO)	Un	1,00						
GOINFRA	82304	TUBO SOLDABEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	3,82						
GOINFRA	82301	TUBO SOLDABEL PARA ESGOTO DIAMETRO 40 MM	m	3,77						
GOINFRA	82304	TUBO SOLDABEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	1,57						
GOINFRA	82301	TUBO SOLDABEL PARA ESGOTO DIAMETRO 40 MM	m	6,10						
GOINFRA	82302	TUBO SOLDABEL PARA ESGOTO DIAMETRO 50 MM	m	2,68						
GOINFRA	80510	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO	Un	2,00						
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - PLUVIAL										
GOINFRA	81828	CAIXA DE AREIA 60X60X80CM (MEDIDAS INTERNAS) FUNDO DE BRITA COM GRELHA METÁLICA FERRO CHATO PADRÃO GOINFRA	Un	2,00						
GOINFRA	81702	CURVA 45 GRAUS DIAMETRO 100 MM (ESGOTO)	Un	3,00						
GOINFRA	81938	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 100 MM (ESGOTO)	Un	4,00						
GOINFRA	82304	TUBO SOLDABEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	22,62						
GOINFRA	82331	TUBO LEVE PVC RIGIDO DIAMETRO 150 MM	M	40,73						
GOINFRA	82304	TUBO SOLDABEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	23,36						
SINAPI	89411	CURVA 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00						
GOINFRA	81537	CURVA 90 GRAUS SOLDABEL DIAMETRO 25 MM	Un	3,00						
GOINFRA	81321	JOELHO 90 GRAUS SOLDABEL DIAMETRO 25 MM	Un	8,00						
GOINFRA	81102	LUVA SOLDABEL DIAMETRO 25 mm	Un	2,00						
GOINFRA	81003	TUBO SOLDABEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	M	19,54						
GOINFRA	81402	TE 90 GRAUS SOLDABEL DIAMETRO 25 MM	Un	1,00						
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - VENTILAÇÃO										
GOINFRA	81731	CURVA 90 GRAUS CURTA DIAM. 50 MM (ESGOTO)	Un	2,00						
GOINFRA	81936	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 50 MM (ESGOTO)	Un	2,00						
GOINFRA	82302	TUBO SOLDABEL PARA ESGOTO DIAMETRO 50 MM	m	0,36						
GOINFRA	82230	TE SANITARIO DIAMETRO 50 X 50 MM (ESGOTO)	Un	2,00						
LIMPEZA FINAL										
GOINFRA	270501	LIMPEZA FINAL DE OBRA - (OBRAS CIVIS)	m2	241,30						
DISCRIMINAÇÃO										ÁREA (M2)
AREA CONSTRUIDA										241,30

Responsável Técnico JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA/CAU 1015112099/D-GO

JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:0497909812

Assinado de forma digital por
JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.04.30 09:25:58 -03'00'

QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

NÃO DESONERADO	
----------------	--

PROPONENTE/TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS	OBRA REFORMA CRAS - 1ª ETAPA
--	--

ENDEREÇO RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES	MUNICÍPIO/UF FLORES DE GOIÁS/GO
---	---

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	3%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	100%

Itens	Siglas	
Administração Central	AC	4,00%
Seguro e Garantia	SG	0,12%
Risco	R	0,97%
Despesas financeiras	DF	1,23%
Lucro	L	7,40%
Tributos (impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% - Não Desonerado ou 3,60% - Desonerado)	CPRB	0,00%
BDI NÃO Desonerado	BDI N DES	22,39%

A fórmula para estipulação da taxa de BDI estimado adotado é a mesma que foi aplicada para a obtenção das tabelas contidas no Acórdão n. 2.622/2013 – TCUPlenário:

$$BDI = \left(\frac{(1 + AC + SG + R) \cdot (1 + DF) \cdot (1 + L)}{1 - (CP + ISS + CPRB)} \right) - 1$$

O BDI apresentado foi calculado com base na composição de parcelas usuais de despesas indiretas e tributos incidentes, adotando critérios de orçamento de obras públicas e práticas de controle, com destaque para a incidência do ISS conforme base e alíquota informadas. Para orçamento não desonerado, a CPRB é considerada nula. Para orçamento desonerado, a CPRB é considerada conforme percentual informado. O BDI final é aplicado de forma uniforme aos custos diretos conforme metodologia estabelecida no orçamento.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi NÃO DESONERADO, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

CPRB: Alíquota definida pelas leis 12.546/11, 12844/13, 13.161/15 e 14.973/24. Esta última estabelece o regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546 (CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta). Dessa forma, para o período de 01º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, as empresas sob o regime da desoneração da folha de pagamento serão tributadas com as seguintes proporções:

- a) 60% (sessenta por cento) das alíquotas estabelecidas nos arts. 7º-A e 8º-A da Lei 12.546/11;
- b) 10% (dez por cento) das alíquotas previstas para o INSS nos encargos sociais;

JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126

Assinado de forma digital
por JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.04.30
09:26:15 -03'00'

Responsável Técnico: JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA/CAU: 1015112099/D-GO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PROPONENTE / TOMADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

OBRA
REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

Base da planilha		NÃO DESONERADA							
Prazo planejado (meses)		6							
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)	1	2	3	4	5	6	
1	REFORMA CRAS - 1ª ETAPA	R\$ 276.545,61	R\$ 24.648,43	R\$ 28.680,92	R\$ 53.057,29	R\$ 49.919,86	R\$ 66.806,08	R\$ 53.433,03	
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 2.438,21	R\$ 2.438,21	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
1.2	CANTEIRO DE OBRA	R\$ 9.382,54	R\$ 1.563,76	R\$ 1.563,76	R\$ 1.563,76	R\$ 1.563,76	R\$ 1.563,76	R\$ 1.563,76	
1.3	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 12.355,57	R\$ 2.059,26	R\$ 2.059,26	R\$ 2.059,26	R\$ 2.059,26	R\$ 2.059,26	R\$ 2.059,26	
1.4	DEMOLIÇÕES	R\$ 10.322,68	R\$ 5.161,34	R\$ 5.161,34	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
1.5	MOVIMENTO DE TERRA PARA FUNDAÇÃO	R\$ 160,97	R\$ 160,97	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
1.6	FUNDAÇÃO	R\$ 13.264,89	R\$ 13.264,89	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
1.7	ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO	R\$ 6.274,87	R\$ -	R\$ 3.137,43	R\$ 3.137,43	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
1.8	IMPERMEABILIZAÇÕES	R\$ 11.656,65	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.885,55	R\$ 3.885,55	R\$ 3.885,55	R\$ -	
1.9	ALVENARIAS E DIVISÓRIAS	R\$ 23.978,58	R\$ -	R\$ 5.994,65	R\$ 5.994,65	R\$ 5.994,65	R\$ 5.994,65	R\$ -	
1.10	COBERTURAS E FORROS	R\$ 20.963,80	R\$ -	R\$ 5.240,95	R\$ 5.240,95	R\$ 5.240,95	R\$ 5.240,95	R\$ -	
1.11	ESQUADRIAS	R\$ 21.349,79	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.674,89	R\$ 10.674,89	
1.12	REVESTIMENTOS, BANCADAS E PEITORIS	R\$ 16.570,60	R\$ -	R\$ 5.523,53	R\$ 5.523,53	R\$ 5.523,53	R\$ -	R\$ -	
1.13	PAVIMENTAÇÕES	R\$ 42.410,06	R\$ -	R\$ -	R\$ 14.136,69	R\$ 14.136,69	R\$ 14.136,69	R\$ -	
1.14	PINTURAS	R\$ 23.469,73	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.734,87	R\$ 11.734,87	
1.15	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 14.455,34	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 14.455,34	
1.16	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 23.357,71	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.839,43	R\$ 5.839,43	R\$ 5.839,43	R\$ 5.839,43	
1.17	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	R\$ 22.704,18	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.676,05	R\$ 5.676,05	R\$ 5.676,05	R\$ 5.676,05	
1.18	LIMPEZA FINAL	R\$ 1.429,43	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.429,43	
		R\$ 276.545,61	R\$ 24.648,43	R\$ 28.680,92	R\$ 53.057,29	R\$ 49.919,86	R\$ 66.806,08	R\$ 53.433,03	
	% MENSAL		8,91%	10,37%	19,19%	18,05%	24,16%	19,32%	
	% ACUMULADO		8,91%	19,28%	38,47%	56,52%	80,68%	100,00%	

JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:0497909
8126
Assinado de forma digital por
JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.04.30 09:26:27 -03'00'
Responsável Técnico JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA/CAU 1015112099/D-GO

COMPOSIÇÕES

PROPONENTE / TOMADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

OBRA

REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

ENDEREÇO

RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

MUNICÍPIO / UF

FLORES DE GOIÁS/GO

Fonte	Código	Descrição	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário Desonerado	Custo Unitário Não Desonerado
COMPOSIÇÃO	104597_60x60	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDE COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60x60 CM	M2		R\$ 108,02	R\$ 110,51
GOINFRA-I	5	SERVENTE	h	0,2139	R\$ 18,83	R\$ 20,37
GOINFRA-I	28	AZULEJISTA	h	0,8581	R\$ 26,62	R\$ 29,13
SINAPI-I	45190	PISO EM PORCELANATO, RETIFICADO, LISO, MONOCOLOR, ACETINADO OU POLIDO, FORMATO MAIOR QUE 2500 ATE 6400 CM2	M2	1,1000	R\$ 62,45	R\$ 62,45
GOINFRA-I	2390	ARGAMASSA DE CIMENTO COLANTE - ACII	Kg	9,1300	R\$ 1,27	R\$ 1,27
GOINFRA-I	2690	ARGAMASSA DE REJUNTAMENTO	Kg	0,1060	R\$ 7,98	R\$ 7,98
COMPOSIÇÃO	91007_ADP2	CENTRAL DE GÁS MED. 1,30 X 0,70 X 1,00 M, INCLUSO INSTALAÇÕES - PROJETO PADRÃO CONFORME MODELO PRÓPRIO	UN		R\$ 1.986,96	R\$ 2.040,62
GOINFRA	40101	ESCAVACAO MANUAL DE VALAS < 1 MTS. (OBRAS CIVIS)	m3	0,1103	R\$ 48,31	R\$ 52,26
GOINFRA	220050	LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO SEM IMPERMEAB. 1:3:6 ESP= 5CM (BASE)	m2	0,1970	R\$ 33,32	R\$ 34,47
GOINFRA	52004	ACO CA-50 - 8,0 MM (5/16") - (OBRAS CIVIS)	Kg	1,8000	R\$ 11,80	R\$ 12,13
GOINFRA	51030	PREPARO COM BETONEIRA E TRANSPORTE MANUAL DE CONCRETO FCK=25 MPA	m3	0,0400	R\$ 558,21	R\$ 567,35
GOINFRA	51055	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO MANUAL DE CONCRETO - (O.C.)	m3	0,0400	R\$ 64,32	R\$ 69,81
GOINFRA	61101	FORRO EM LAJE PRE-MOLDADA INCLUSO CAPEAMENTO/ARMADURA DE DISTRIBUIÇÃO/ESCORAMENTO E FORMA/DESFORMA	m2	1,5000	R\$ 125,78	R\$ 128,05
GOINFRA	120902	IMPERMEABILIZACAO VIGAS BALDRAMES COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE PARA ARGAMASSAS E CONCRETO SIMPLES E=2,0 CM	m2	2,0488	R\$ 41,24	R\$ 43,69
GOINFRA	120107	MANTA ASFÁLTICA TIPO III - B (3 MM)	m2	1,5000	R\$ 88,11	R\$ 90,79
GOINFRA	120207	PROTECAO MECANICA (1:3) E=2 CM	m2	1,5000	R\$ 23,34	R\$ 24,47
GOINFRA	110106	CORTINA CANALETA CONCRETO 14X19X19 PARA SER CHEIA CONCRETO ARMADO (0,0568M3/M2) - EXCLUSO O CONCRETO	m2	3,9600	R\$ 143,37	R\$ 146,26
GOINFRA	200101	CHAPISCO COMUM	m2	5,0200	R\$ 6,75	R\$ 7,15
GOINFRA	200500	REBOCO PAULISTA A-7 (1 CALH,4 ARMLC)	m2	5,0200	R\$ 33,26	R\$ 35,42
GOINFRA	260601	PINTURA TEXTURIZADA ACRÍLICA COM ROLO COM SELADOR ACRILICO	m2	5,0200	R\$ 16,33	R\$ 17,15
GOINFRA	180504	PORTA DE ABRIR DE 01 FOLHA EM VENEZIANA PF-4 C/FERRAGENS	m2	0,8000	R\$ 560,52	R\$ 565,66

GOINFRA	120206	PROTECAO MECANICA C/TELA GALVANIZADA	m2	0,3600	R\$ 50,08	R\$ 52,41
GOINFRA	41002	APILOAMENTO	m2	0,8800	R\$ 7,53	R\$ 8,14
GOINFRA	220102	PISO CONCRETO DESEMPENADO ESPESSURA = 5 CM 1:2,5:3,5	m2	0,8800	R\$ 39,65	R\$ 41,10
GOINFRA	261504	PINTURA ESMALTE 1 DEMÃO ESQUADRIA METALICA S/FUNDO ANTICORROSIVO	m2	1,6000	R\$ 14,27	R\$ 15,35
SINAPI-I	20260	MANGUEIRA PARA GAS - GLP, PVC, TRANCADA, DIAMETRO DE 3/8", COMPRIMENTO DE 1M (NORMATIZADA)	UN	1,0000	R\$ 17,42	R\$ 17,42
SINAPI-I	11756	REGISTRO OU REGULADOR DE GAS COZINHA, VAZAO DE 2 KG/H, 2,8 KPA	UN	1,0000	R\$ 37,37	R\$ 37,37
SINAPI	96837	JOELHO 90 GRAUS, METÁLICO, PARA INSTALAÇÕES EM PEX ÁGUA, DN 16 MM, CONEXÃO POR ANEL DESLIZANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	UN	1,0000	R\$ 20,75	R\$ 21,55
SINAPI-I	38829	TUBO MULTICAMADA PEX GAS, DN *20* MM	M	2,0000	R\$ 15,83	R\$ 15,83

Responsável Técnico JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA/CAU 1015112099/D-GO

**JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126**

Assinado de forma digital por
JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.04.30 09:26:42 -03'00'

PARCELA DE MAIOR VALOR SIGNIFICATIVO



PROponente / Tomador

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

Obra

REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

Valor Total Obra

R\$ 276.545,61

Endereço

RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES

Município / UF

FLORES DE GOIÁS / GO

Data Base

12-2025

BDI 1

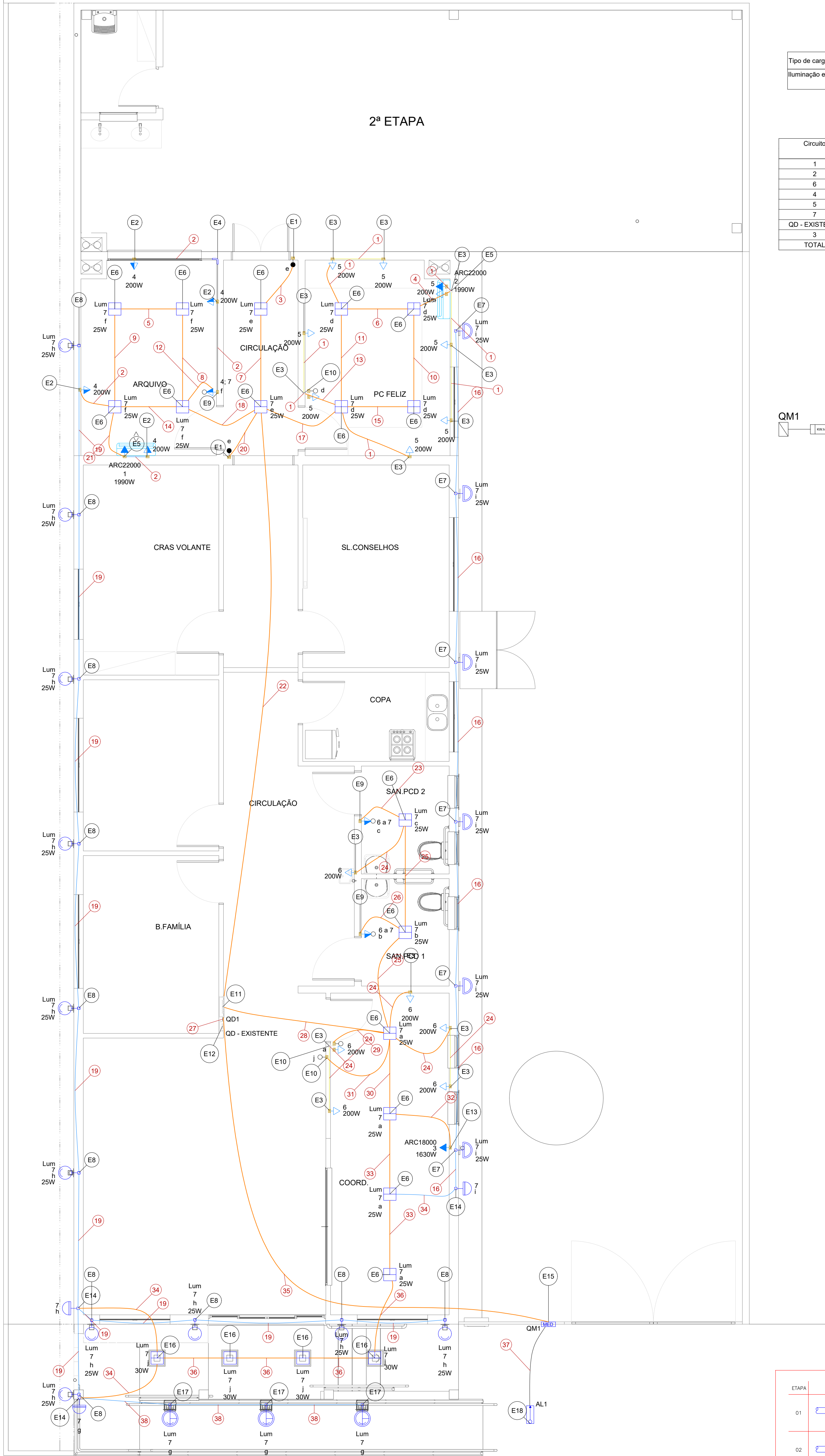
22,39%





ITEM DO ORÇAMENTO	TABELA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE TOTAL	50% QUANTIDADE TOTAL	VALOR TOTAL ITEM	% ITEM
1.13.2.1.2	SINAPI	87262	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_02/2023_PE	M2	195,78	97,89	R\$ 29.192,55	10,56%
1.9.1.1.1	GOINFRA	100201	ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 1/2 VEZ - 9 x 19 x 19 - ARG. (1CALH:4ARML+100KG DE CI/M3)	m2	255,37	127,68	R\$ 21.891,13	7,92%
1.10.3.1.1	GOINFRA	210498	FORRO DE GESSO ACARTONADO PARA ÁREAS SECAS ESPESSURA DE 12,5MM	m2	157,42	78,71	R\$ 13.113,31	4,74%

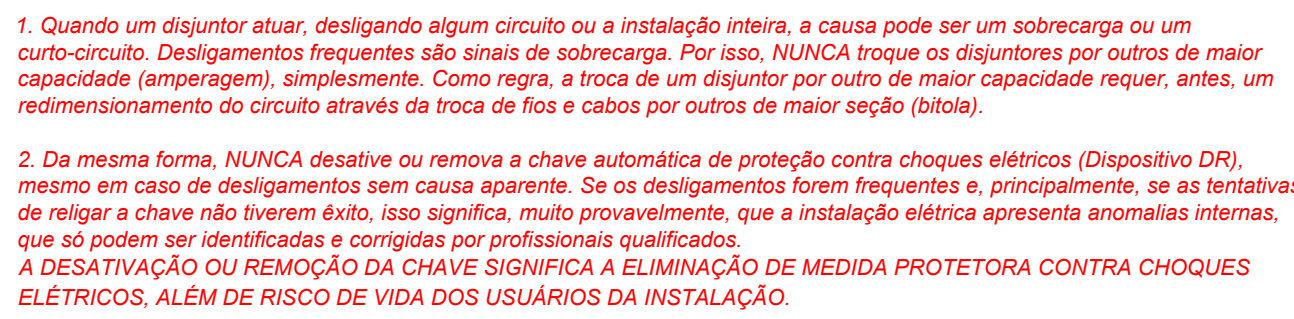
JULIANA MAYLA
DE
CARVALHO:04979
098126

Assinado de forma digital
por JULIANA MAYLA DE
CARVALHO:04979098126
Dados: 2026.04.30
09:23:53 -03'00'

Responsável Técnico JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA/CAU: 1015112099/D-GO



Elétrica	
	Direta
	Telo
	Alta
	Média
	Baixa



Lista de materiais - FERREIRO	
Acessórios p/ eletrodutos	
Armação zamak	
Bucha zamak	2,9%
1"	
Caixa PVC	
4x2"	3,3%
Caixa de aço ou alumínio	
D=4"	1,5%
Cunha 90° PVC longa rosca	
1"	4,5%
Luzas PVC rosca	
1"	4,5%
Niple	
1 1/2"	1,9%
3/4"	1,9%
Acessórios uso geral	
Parafuso fenda galvan. cab. panela	
Mix 5mm	2,5%
Cabo Unipolar (tubo)	
Isol PVC - 450/750V (ref. Pirastro: Ecoplus BWF Flexível)	
16 mm ² - Azul claro	17,13
16 mm ² - Branco	17,13
16 mm ² - Preto	17,13
16 mm ² - Verde-amarelo	14,63
16 mm ² - Vermelho	17,13
2,5 mm ² - Azul claro	232,56
2,5 mm ² - Preto	69,16
2,5 mm ² - Rosa	125,8
2,5 mm ² - Verde-amarelo	61,7
2,5 mm ² - Vermelho	110,29
4 mm ² - Azul claro	52,79
4 mm ² - Branco	30,06
4 mm ² - Preto	22,73
4 mm ² - Verde-amarelo	37,36
Dispositivos Elétrico - embudo	
Placa 2x4"	
Interruptor simples - 1 tectra	2,9%
Placa 2x4"	3,3%
Placa 2x6"	3,3%
Placa 2x1 furo	16,9%
Placa 2x1 furo	16,9%
Placa 2x2 furo	3,3%
5" placa	
Interruptor 1 tectra simples e tomada hexagonal (NBR14136)	
Tomada hexagonal (NBR 14136) 2P+1 10A	19,3%
Dispositivo de Comando	
Barril Isotermico	
220V - 1000W c/ fotocélula	3,3%
Dispositivo de Proteção	
Disjuntor Tripolar Termomagnético - norma DIN (Curva C)	
63 A - 3 KA	1,5%
Disjuntor Unipolar Termomagnético - norma DIN (Curva C)	
10 A - 3 KA	1,5%
16 A - 3 KA	3,9%
20 A - 3 KA	3,9%
Disjuntor tripolar termomagnético (380 V/220 V) - DIN (Curva C)	
63 A - 4,5 KA	2,9%
Disjuntor Unipolar de 3 fases (seucho - in 30mA) - DIN	
63 A	1,5%
Eletroduto entalhe	
Curva 90°	
3"	1,5%
Eletroduto PVC flexível	
Eletroduto leve	
1 1/2"	17,73
1"	170,73
Eletroduto pesado	
1 1/2"	14,63
1 1/4"	62,26
Eletroduto PVC rígido	
Eletroduto, vara 3,0m	
1 1/4"	1,9%
Luminária e acessórios	
Aracêda	
25 W	17,5%
Luminária LED Embutir	
Planton 25 W 30 25W	16,9%
Planton 40 W 30 25W	16,9%
Luminária LED externa	
Leduvance Floodlight baixa potência 50W	3,3%
Material p/ entubo servico	
Armador acuráciaqu aço laminado	
4 estêopes com haste	1,5%
Aço preformado	
Para cabo de alumínio diâmetro 16mm2	1,5%
Caboçote alumínio p/ eletroduto	
1"	2,9%
Cabo circular aço galvan. p/ poste	
D=130mm	
Haste de aleramento 600V	
D=16mm, comprimento 2,6m	1,9%
Isolador borneira Ap009	
Porcelana vitrosa	5,9%
Massa de colárete	
12kg	
Poste de tubo galvanizado	
D=100mm, L=6,0m	1,9%
Supporte em aço galvan. p/ quadro de medição	
300mm	1,5%
Quanto outros, chips prontos - embudo	
Barr. int. diâg. geral - DIN	
Cap. 24 diâg. unt. - hp. barr. 150A	

Legenda - TERREO

- Arandela Led 25W
- Curva 90°
- Entrada de serviço
- Interruptor simples 1 tecla - 1,20m do piso
- Interruptor simples 1 tecla - 1,20m do piso
- Interruptor simples e Tomada hexagonal a 1,20m do piso
- Luminária LED 25W
- Luminária LED 30W
- Luminária LED 50W
- Quadro de distribuição
- Quadro de medição
- Relé Fotobalístico
- Tomada alta a 2,20m do piso
- Tomada baixa a 0,30m do piso
- Tomada média a 1,20m do piso

REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÃO
01	DTR1	MOD1
02	DTR2	MOD2
03	DTR3	MOD3
04		

PREFEITURA DE
FLORES DE GOIÁS - GO
Para tudo é flores!
ADM/2021-2024

ELÉTRICO

CLIENTE	PREFEITURA DE FLORES DE GOIÁS
OBRA	REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

ENDEREÇO

RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES,
FLORES DE GOIÁS - GO

REFERENTE	<p>PLANTA BAIXA TERREO</p> <p>QUADRO DE CARGAS E QUADRO DE DEMANDA</p> <p>DIAGRAMA UNILIFAR E DIAGRAMA MULTILIFAR</p> <p>LEGENDAS E LISTA DE MATERIAIS</p>
-----------	--

ÁREA CONST. EXISTENTE: 164,98M²
 ÁREA AMPLIADA: 35,67M²
 ÁREA OCUPADA: 64,13M²

A.R.T.	Prancha N°
<p>JULIANA MAYLA DE CARVALHO:04979098 126</p>	<p>Assinado de forma digital por JULIANA MAYLA DE CARVALHO:04979098:26 Dados: 2026.04.30 12:01:24 -03'00'</p>

JULIANA MAYLA DE CARVALHO
CREA: 1015112099/D-GO

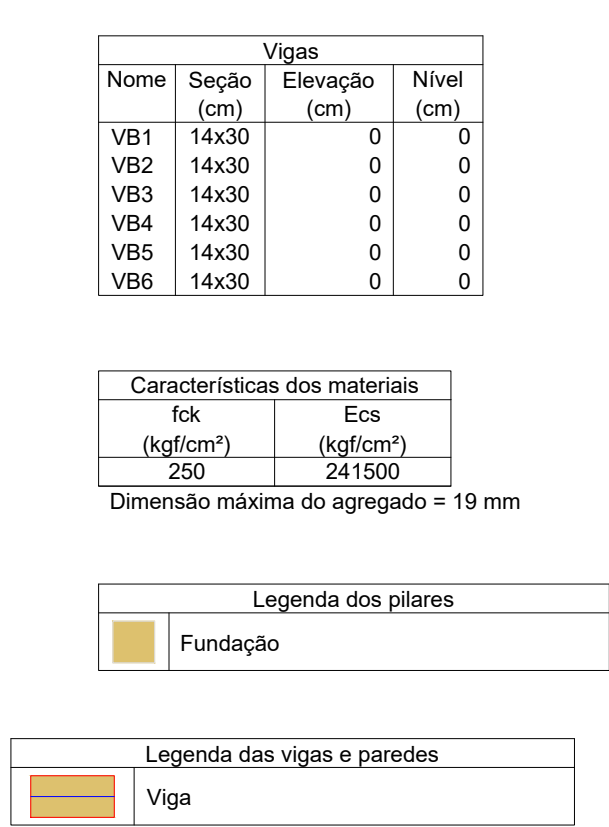
PREFEITURA DE FLORES DE GOVÁS
01.740.497/0001-47

Desenho A-E-I	Revisão revisão	Tamanho FOLIO	Escala(s) INDICADAS	Unidade(s) centímetros	Data 00/00/00	ART Nº 0
------------------	--------------------	------------------	------------------------	---------------------------	------------------	-------------

Os direitos autorais deste projeto pertencem aos engenheiros acima citados.
É proibida a sua reprodução, modificação e/ou alteração conforme Lei 5.968 ART 25



JBC ENGENHARIA E AESSORIA
jbc.engenhariaeassessoria@gmail.com




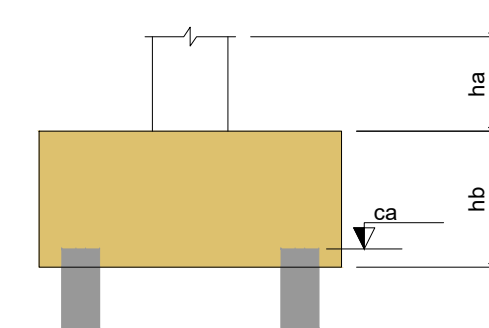
Escala 1:50



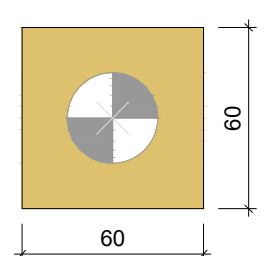
Nome		Seção		X		Y		Z		Carga Máx (kg)		Carga Min (kg)		Fz Máx (kgf)		Fz Mín (kgf)		Fy Máx (kgf)		Fy Mín (kgf)		Fz Pos (kgf)		Fz Neg (kgf)		Fy Pos (kgf)		Fy Neg (kgf)		Lado 8		Lado 9		Lado 10		Lado 11		Lado 12		Lado 13		Lado 14		Lado 15		Lado 16		Lado 17		Lado 18		Lado 19		Lado 20		Lado 21		Lado 22		Lado 23		Lado 24		Lado 25		Lado 26		Lado 27		Lado 28		Lado 29		Lado 30		Lado 31		Lado 32		Lado 33		Lado 34		Lado 35		Lado 36		Lado 37		Lado 38		Lado 39		Lado 40		Lado 41		Lado 42		Lado 43		Lado 44		Lado 45		Lado 46		Lado 47		Lado 48		Lado 49		Lado 50		Lado 51		Lado 52		Lado 53		Lado 54		Lado 55		Lado 56		Lado 57		Lado 58		Lado 59		Lado 60		Lado 61		Lado 62		Lado 63		Lado 64		Lado 65		Lado 66		Lado 67		Lado 68		Lado 69		Lado 70		Lado 71		Lado 72		Lado 73		Lado 74		Lado 75		Lado 76		Lado 77		Lado 78		Lado 79		Lado 80		Lado 81		Lado 82		Lado 83		Lado 84		Lado 85		Lado 86		Lado 87		Lado 88		Lado 89		Lado 90		Lado 91		Lado 92		Lado 93		Lado 94		Lado 95		Lado 96		Lado 97		Lado 98		Lado 99		Lado 100		Lado 101		Lado 102		Lado 103		Lado 104		Lado 105		Lado 106		Lado 107		Lado 108		Lado 109		Lado 110		Lado 111		Lado 112		Lado 113		Lado 114		Lado 115		Lado 116		Lado 117		Lado 118		Lado 119		Lado 120		Lado 121		Lado 122		Lado 123		Lado 124		Lado 125		Lado 126		Lado 127		Lado 128		Lado 129		Lado 130		Lado 131		Lado 132		Lado 133		Lado 134		Lado 135		Lado 136		Lado 137
------	--	-------	--	---	--	---	--	---	--	----------------	--	----------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------	--	--------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------

Os esforços indicados nesta tabela são os valores máximos obtidos pela envoltória de todas as combinações definidas para as fundações. Para análises complementares, deve-se consultar o relatório de esforços na fundação, que apresenta os valores calculados para cada combinação. *Os esforços indicados são referentes ao centro da fundação.

Estacas			
Simbologia	Nome	d (cm)	Quantidade
	C30	30.00	10



B1=B2=B3=B4=B5=1
B8=B9=B10 (1xC30)



Escala 1:25

Relação do aço

AÇO	N	DIAM	Q	UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA50	1	10.0	66	330	21780
CA80	2	5.0	297	80	23760

Resumo do aço

AÇO	DIAM	C.TOTAL (m)	PESO + 10 % (kg)
CA50	10.0	217.80	155.25
CA60	5.0	237.60	45.78
PESO TOTAL			
CA50	155.25		
CA60	45.75		

Vol. de concreto total (C-25) = 2.73 m³

AÇÕES:

1. Para concretagem em profundidade, é recomendável utilizar tremoinha ou funil a fim de lançar o concreto para evitar a sua segregação;
4. Limpar a ponta da estaca e do fuste;
5. Fazer o apiloamento/compactação, após o comprimento útil da estaca, do fundo da estaca com material **AREIA/GROSSA+BRITA (50cm)**, garantindo com isso, a resistência de ponta;
6. Fazer lastro de concreto de 10 centímetros, antes da concretagem da estaca;
7. De acordo com a ABNT - NBR 6122, as estacas escavadas devem ser concretadas com **fck de 25 MPa**.



REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÃO
01	DTR1	MO01
02	DTR2	MO02
03	DTR3	MO03
04		

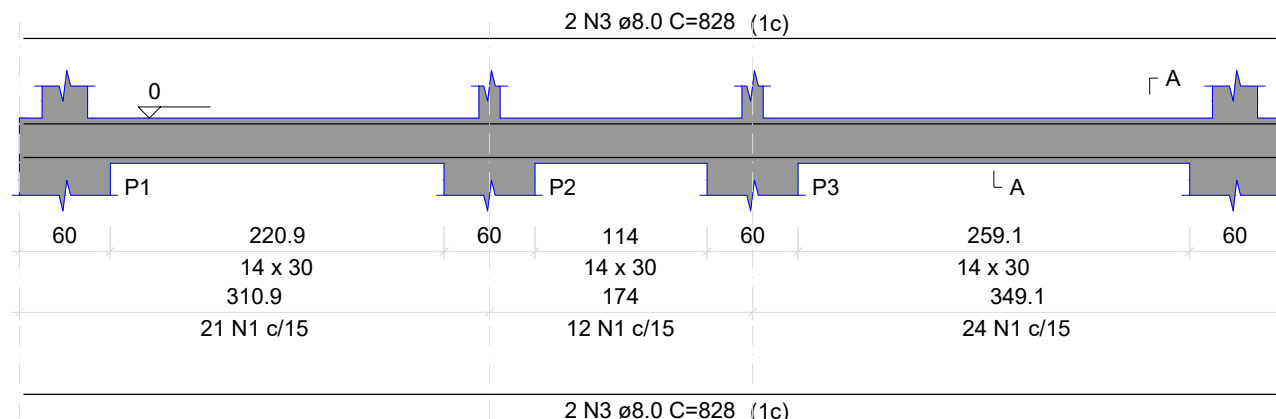


ESTRUTURAL

<p>CLIENTE</p> <p>OBRA</p> <p>REFORMA CRAS - 1ª ETAPA</p>						
<p>ENDEREÇO</p> <p>RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES, FLORES DE GOIÁS - GO</p>						
<p>REFERENTE</p> <p>PLANTA DE LOCAÇÃO PLANTA DE FORMA BALDRAME DETALHE ESTACAS</p>						
<p>ÁREAS</p> <p>ÁREA CONST. EXISTENTE: 164,98M² ÁREA AMPLIADA: 35,67M² ÁREA OCUPADA: 64,13M²</p>						
<p>A.R.T.</p> <p>JULIANA MAYLA DE CARVALHO CARRALHO049790 98126</p> <p><small>Assinatura de Juliana Mayla de Carvalho</small> CARRALHO049790 Assinatura de Juliana Mayla de Carvalho</p>						<p>Prancha Nº</p> <p>1/3</p>
<p>JULIANA MAYLA DE CARVALHO CREA: 10151120905-GO</p> <p>PREFEITURA DE FLORES DE GOIÁS 61.749.497-0001-47</p>						
Desenho	Revisão	Tamanho	Escala(s)	Unidade(s)	Data	Art. Nº

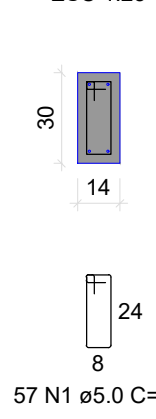
VB1

ESC 1:50



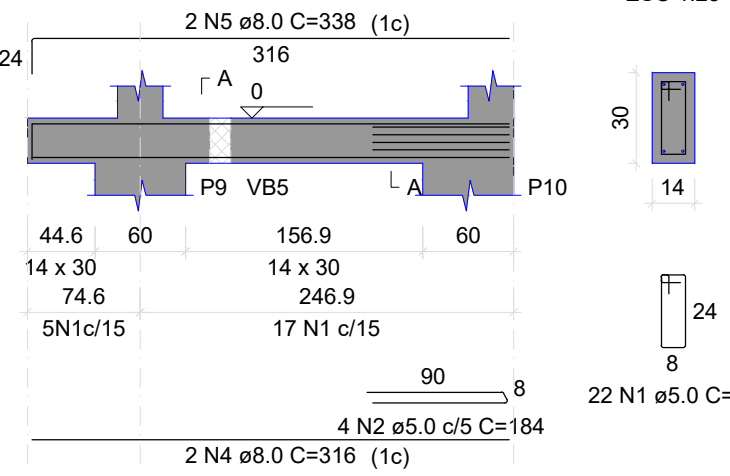
SEÇÃO A-A

ESC 1:25



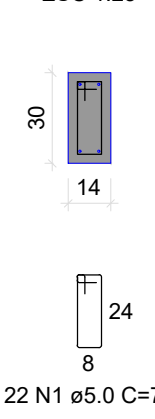
VB2

ESC 1:50



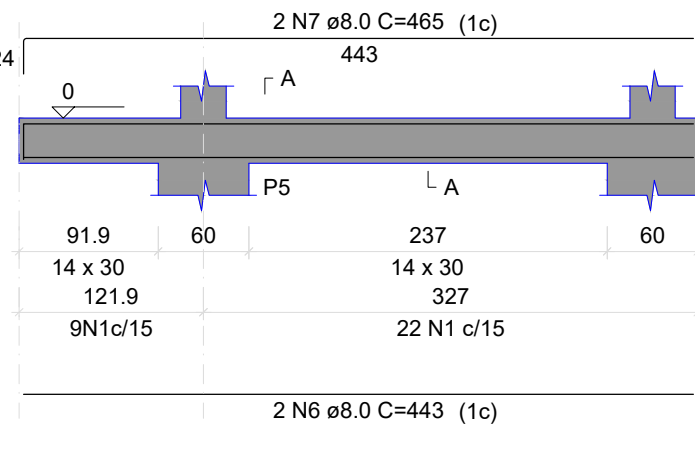
SEÇÃO A-A

ESC 1:25



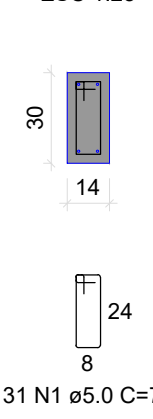
VB3

ESC 1:50



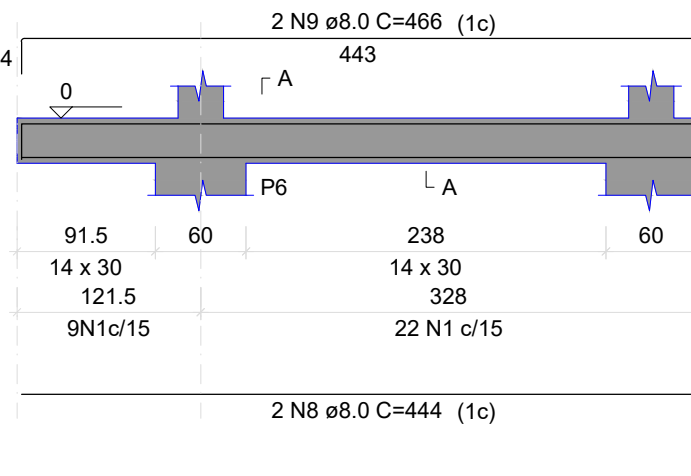
SEÇÃO A-A

ESC 1:25



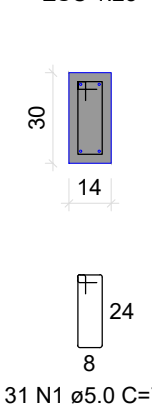
VB4

ESC 1:50



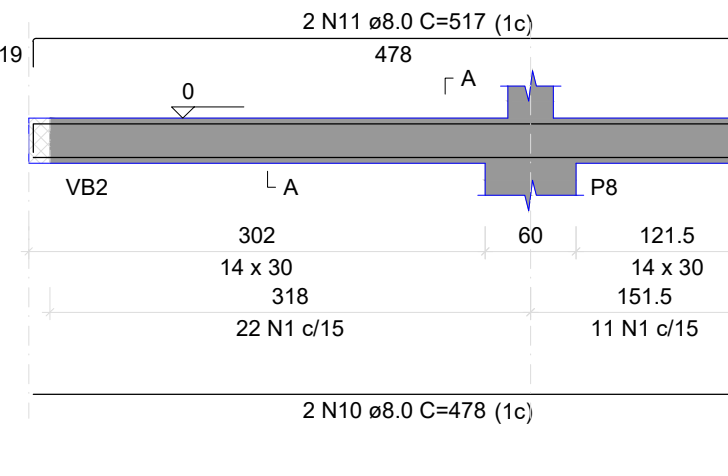
SEÇÃO A-A

ESC 1:25



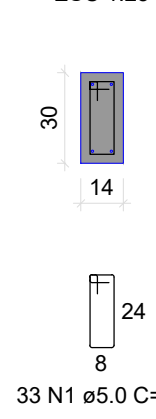
VB5

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



RELAÇÃO DO AÇO

ACO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	205	75	15375
CA60	2	5.0	8	184	1472
CA60	3	8.0	4	828	3312
CA60	4	8.0	2	316	632
CA60	5	8.0	2	338	676
CA60	6	8.0	2	443	886
CA60	7	8.0	2	465	930
CA60	8	8.0	2	444	888
CA60	9	8.0	2	466	932
CA60	10	8.0	2	478	956
CA60	11	8.0	2	517	1034
CA60	12	8.0	4	451	1804

RESUMO DO AÇO

ACO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10% (kg)
CA60	8.0	120.5	52.3
CA60	5.0	166.5	28.8
PESO TOTAL (kg)			
CA60	52.3		
CA60	28.8		

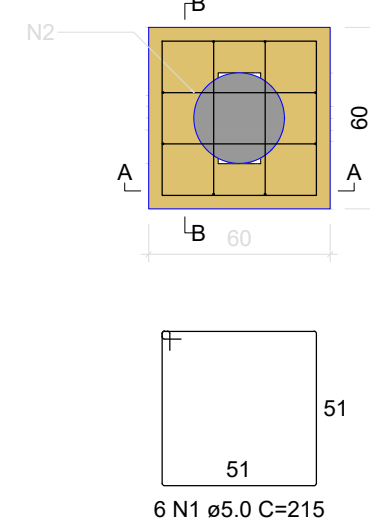
Volume de concreto (C-25) = 0.93 m³
Área de forma = 16.33 m²

B1

1xC30

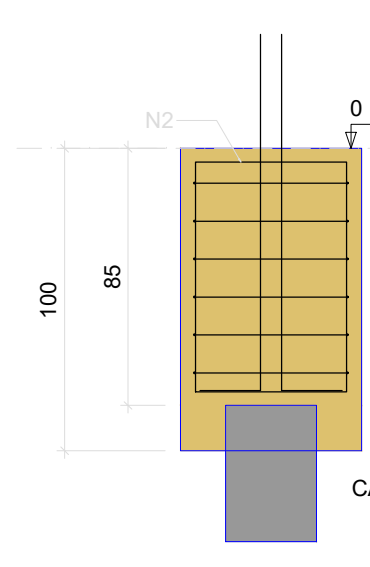
PLANTA

ESC 1:25



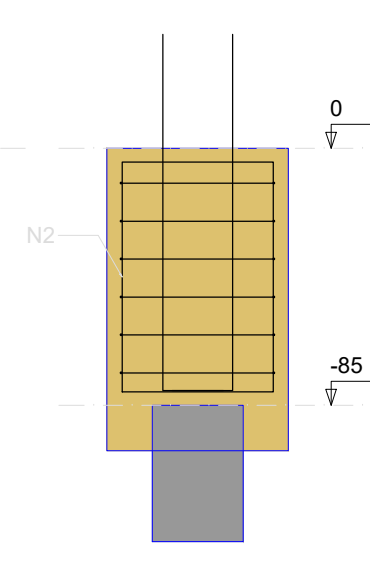
CORTE A-A

ESC 1:25



CORTE B-B

ESC 1:25



DETALHE DO PILAR

ESC 1:20

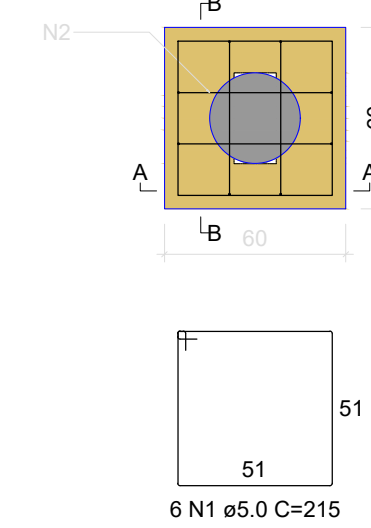


B2

1xC30

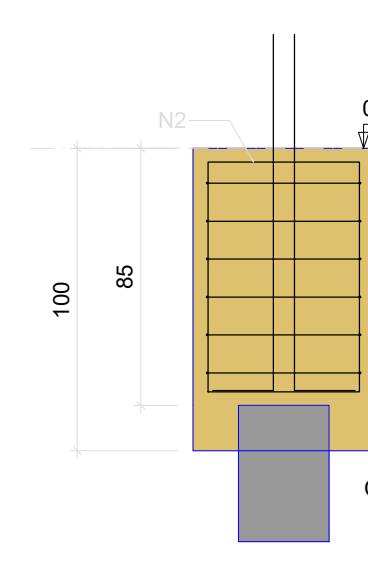
PLANTA

ESC 1:25



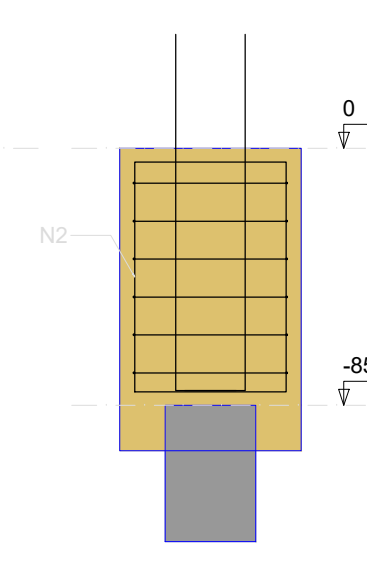
CORTE A-A

ESC 1:25



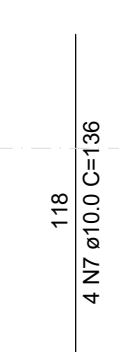
CORTE B-B

ESC 1:25



DETALHE DO PILAR

ESC 1:20

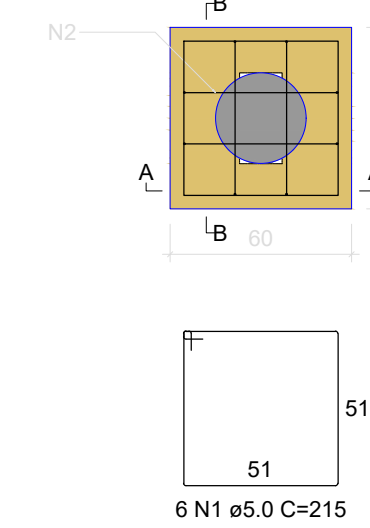


B3

1xC30

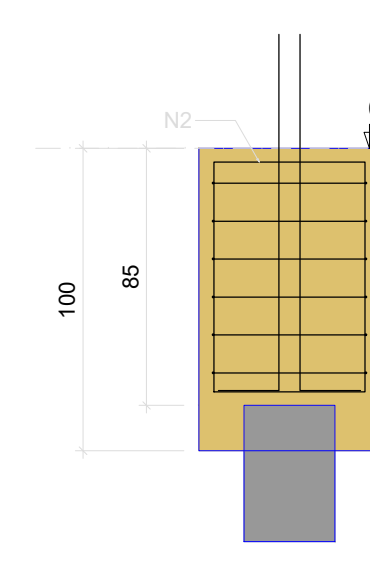
PLANTA

ESC 1:25



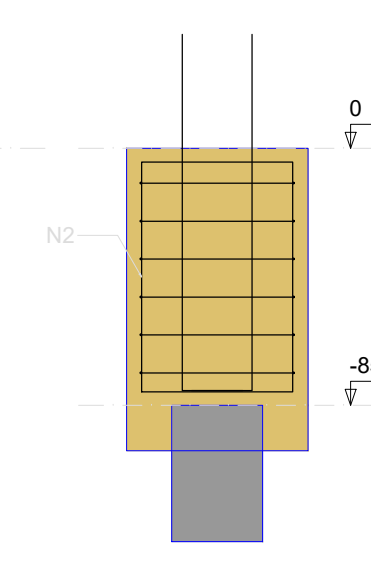
CORTE A-A

ESC 1:25



CORTE B-B

ESC 1:25



DETALHE DO PILAR

ESC 1:20



RELAÇÃO DO AÇO

ACO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	60	215	12900
CA60	2	5.0	40	263	10520
CA60	3	5.0	72	75	5400
CA60	4	5.0	24	23	562
CA60	5	5.0	8	26	208
CA60	6	5.0	8	91	648
CA60	7	10.0	48	136	6528

RESUMO DO AÇO

ACO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10% (kg)
CA60	10.0	65.3	44.3
CA60	5.0	302.3	51.3
PESO TOTAL (kg)			
CA60	44.3		
CA60	51.3		

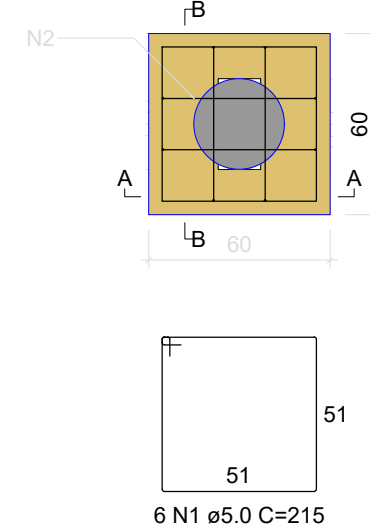
Volume de concreto (C-25) = 3.49 m³
Área de forma = 24.00 m²

B4

1xC30

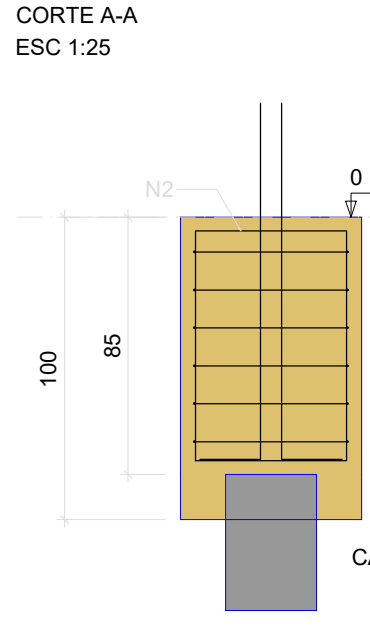
PLANTA

ESC 1:25



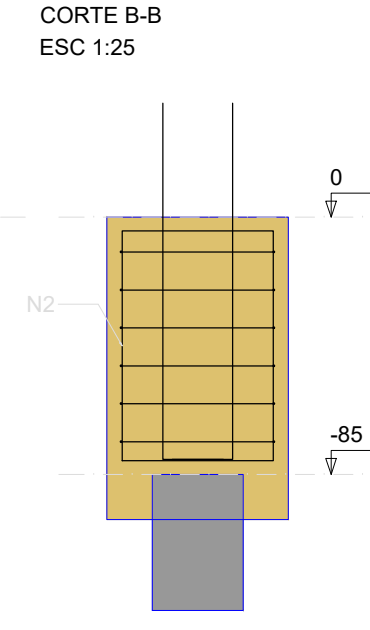
CORTE A-A

ESC 1:25



CORTE B-B

ESC 1:25



DETALHE DO PILAR

ESC 1:20

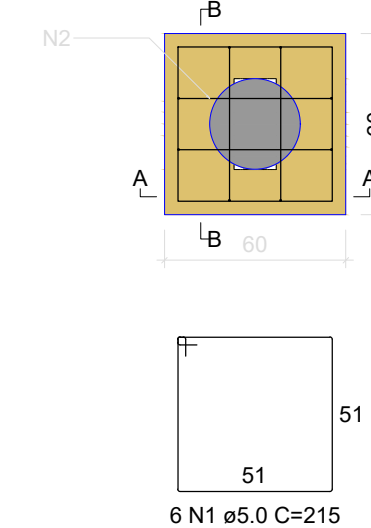


B5

1xC30

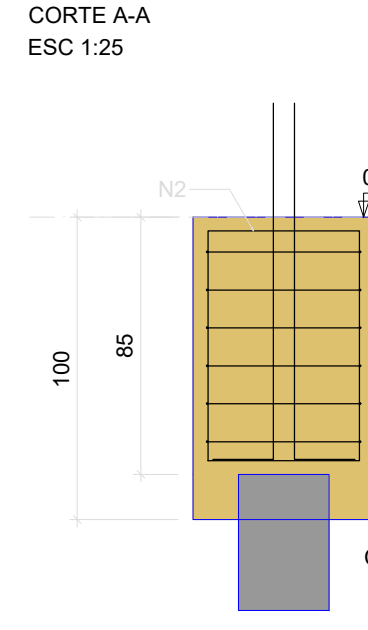
PLANTA

ESC 1:25



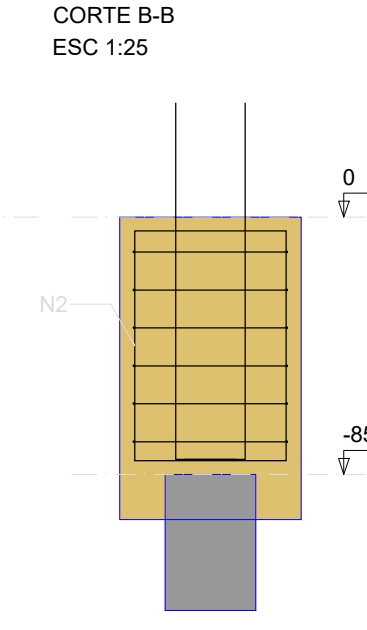
CORTE A-A

ESC 1:25



CORTE B-B

ESC 1:25



DETALHE DO PILAR

ESC 1:20

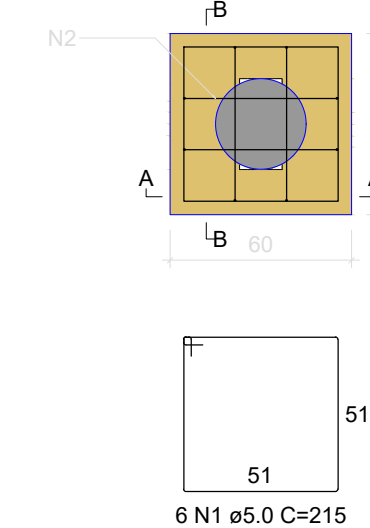


B6

1xC30

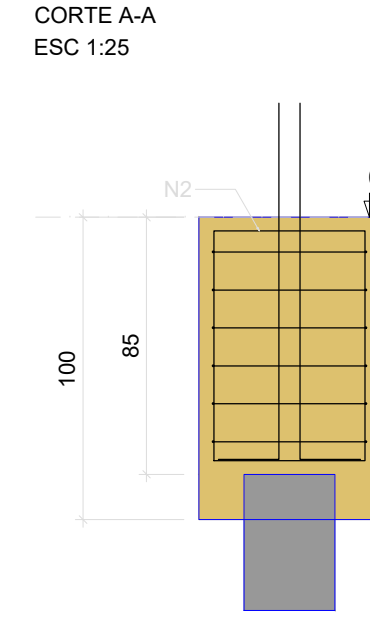
PLANTA

ESC 1:25



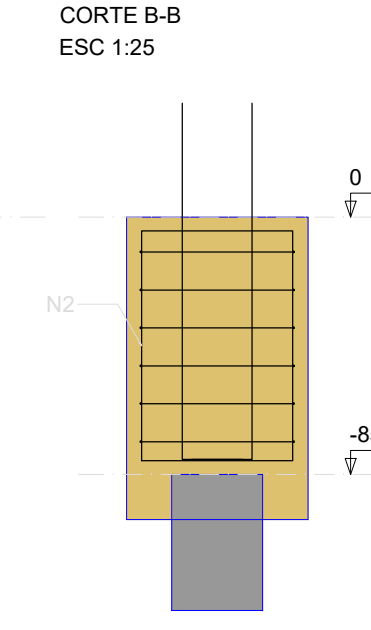
CORTE A-A

ESC 1:25



CORTE B-B

ESC 1:25



DETALHE DO PILAR

ESC 1:20

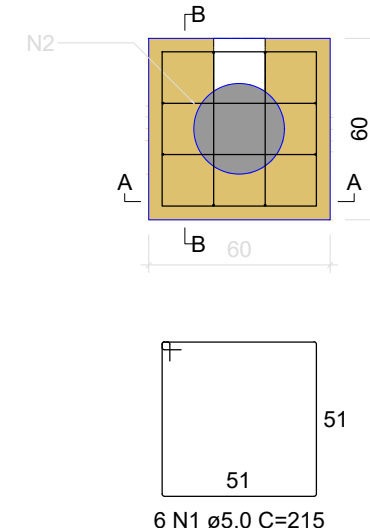


B7

1xC30

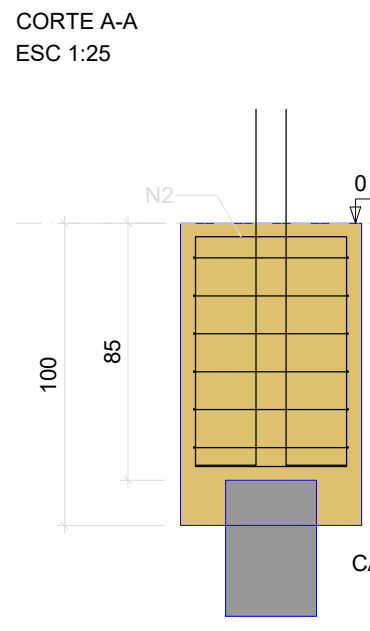
PLANTA

ESC 1:25



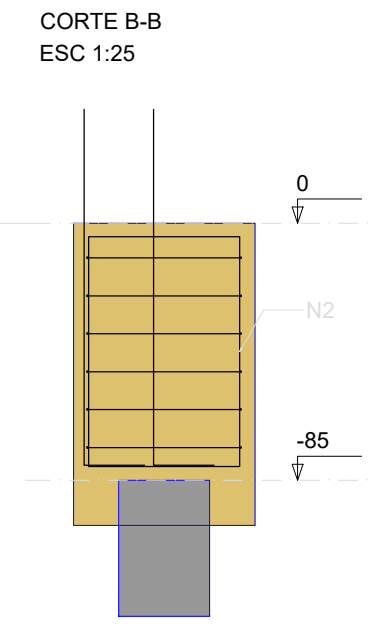
CORTE A-A

ESC 1:25



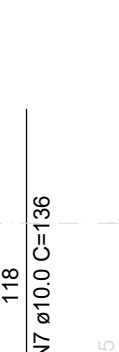
CORTE B-B

ESC 1:25



DETALHE DO PILAR

ESC 1:20

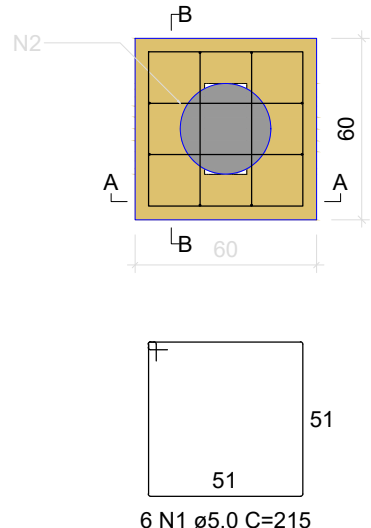


B8

1xC30

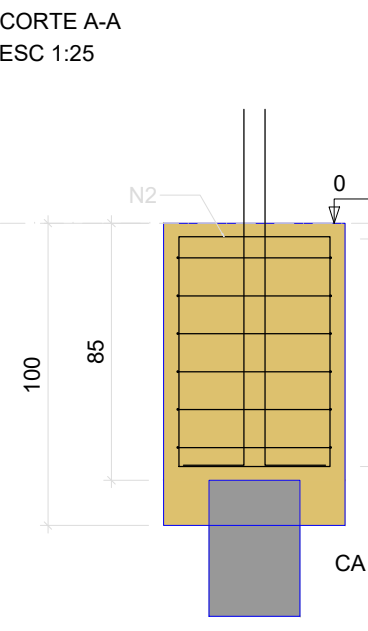
PLANTA

ESC 1:25



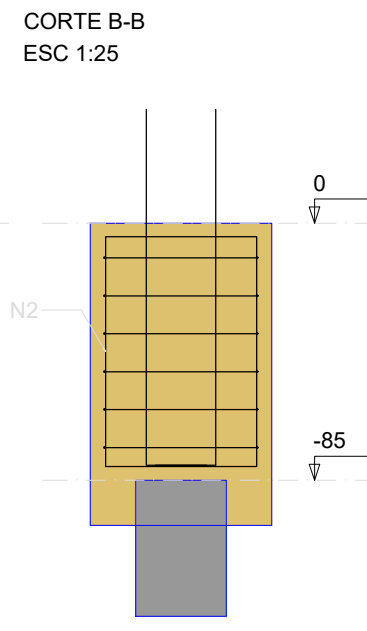
CORTE A-A

ESC 1:25



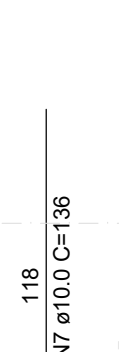
CORTE B-B

ESC 1:25



DETALHE DO PILAR

ESC 1:20

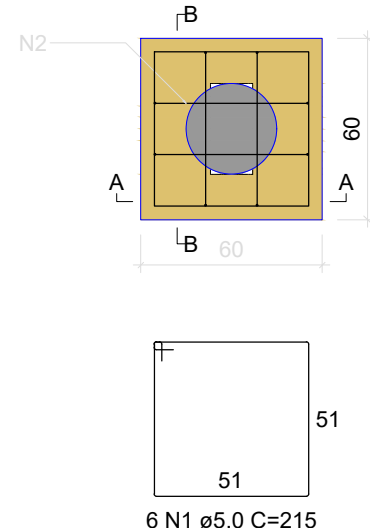


B9

1xC30

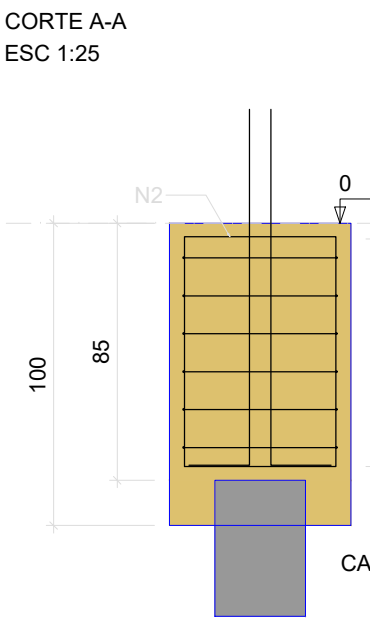
PLANTA

ESC 1:25



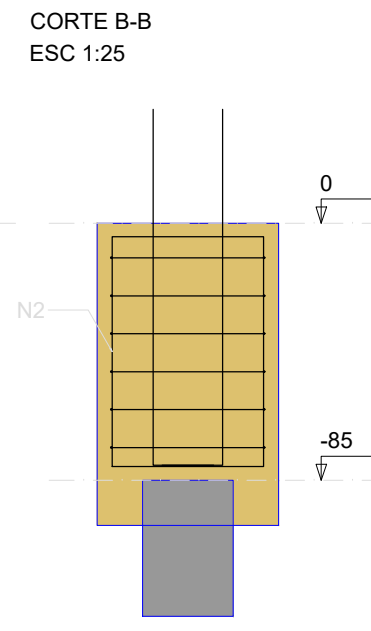
CORTE A-A

ESC 1:25



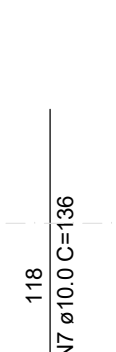
CORTE B-B

ESC 1:25



DETALHE DO PILAR

ESC 1:20

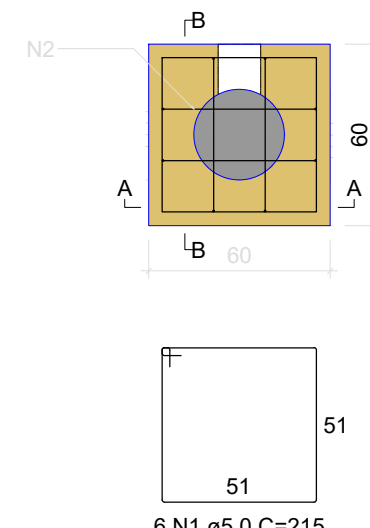


B10

1xC30

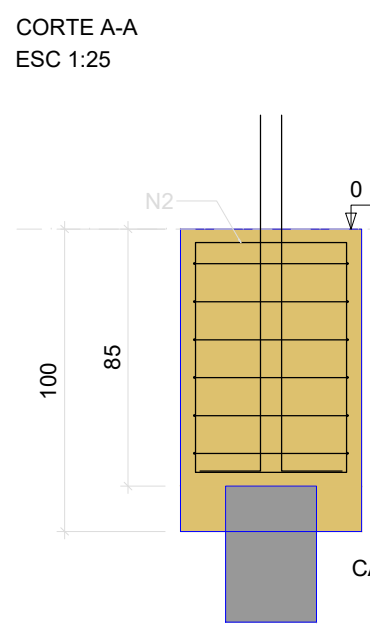
PLANTA

ESC 1:25



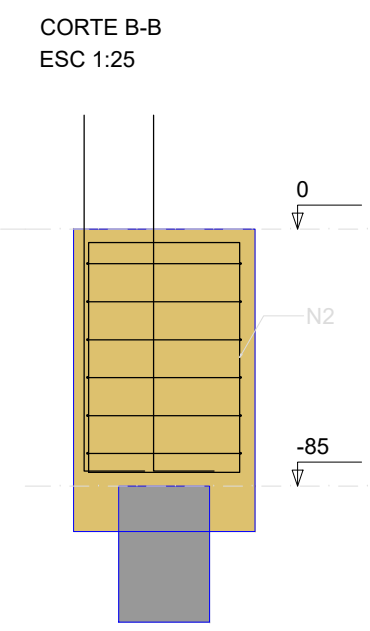
CORTE A-A

ESC 1:25



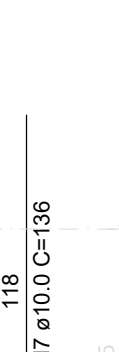
CORTE B-B

ESC 1:25



DETALHE DO PILAR

ESC 1:20



APROVAÇÃO:



REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÃO
01	01/01	MOD1
02	01/01	MOD2
03	01/01	MOD3
04		

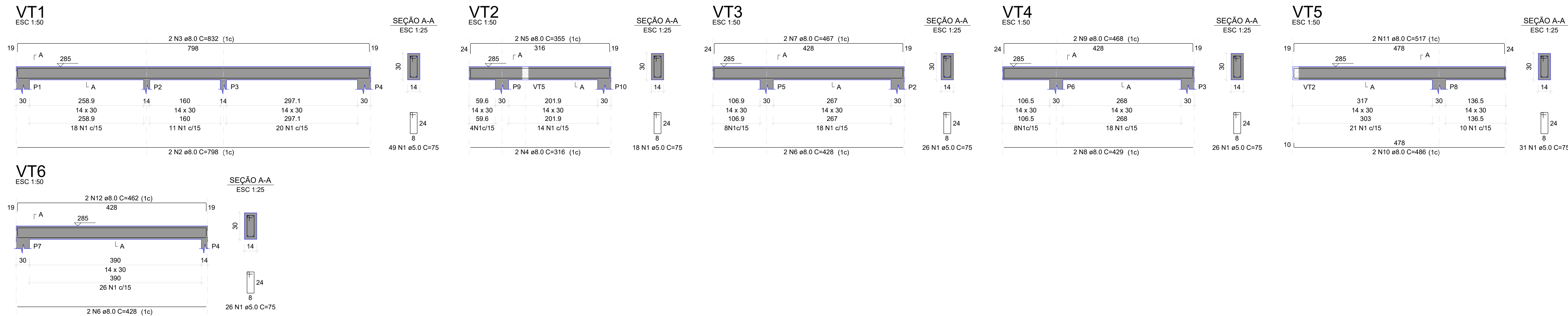


ESTRUTURAL

CLIENTE	PREFEITURA DE FLORES DE GOIÁS
OBRA	REFORMA CRAS - 1ª ETAPA
ENDEREÇO	RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES, FLORES DE GOIÁS - GO
REFERENTE	VIGAS BALDRAMES DETALHES BLOCOS
ÁREAS	ÁREA CONST. EXISTENTE: 164,98M² ÁREA AMPLIADA: 35,67M² ÁREA OCUPADA: 64,13M²

A.R.T.	JULIANA MAYLA DE CARVALHO 0495790-9	Plancha N°
Desenho	Revisão	Tamanho
A-12	1:1	1:1
Escala(s)	Unidade(s)	Data
1:1	1:1	1:1
ART N°		

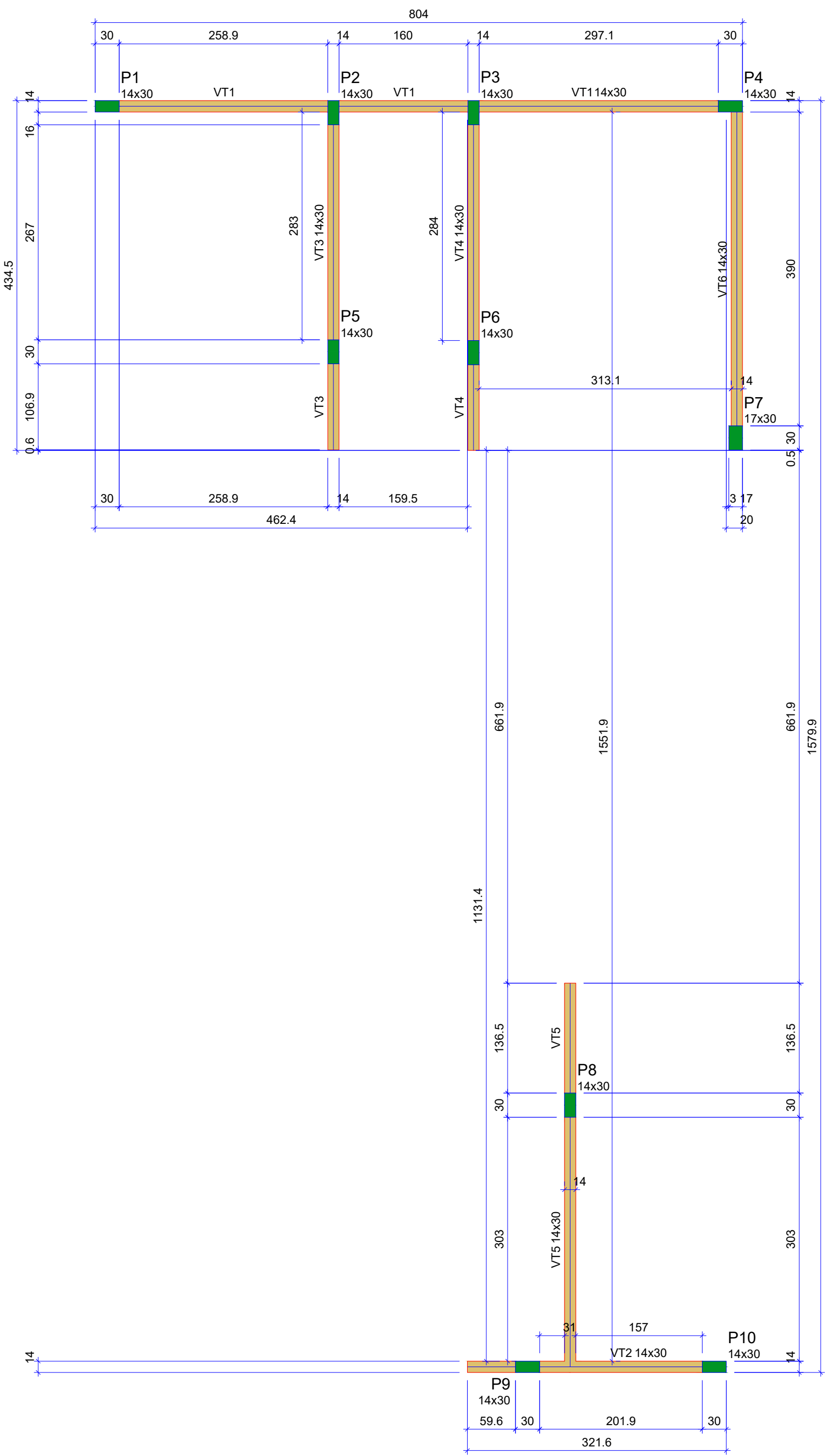
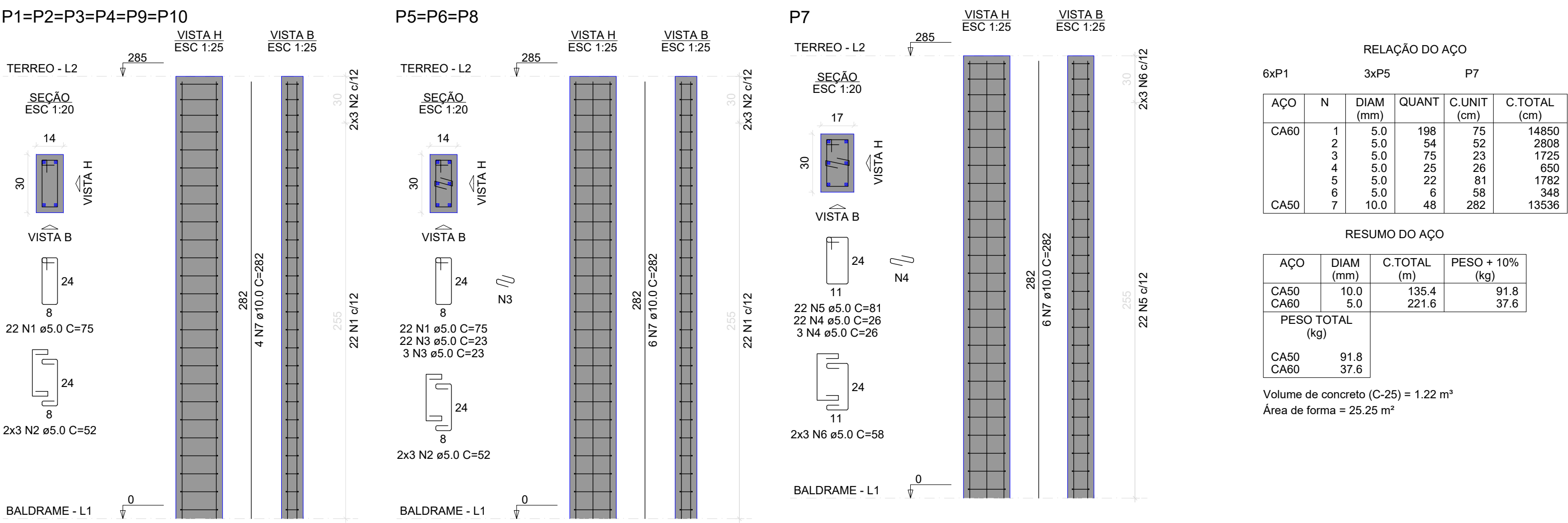
Os direitos autorais deste projeto pertencem aos engenheiros acima citados.
É proibida a sua reprodução, modificação e/ou alteração conforme LEI 5.968 ART.25



RELAÇÃO DO AÇO					
AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	176	75	13200
CA50	2	8.0	2	798	1596
	3	8.0	2	832	1664
	4	8.0	2	316	632
	5	8.0	2	335	670
	6	8.0	4	428	1712
	7	8.0	2	467	934
	8	8.0	2	429	858
	9	8.0	2	468	936
	10	8.0	2	486	972
	11	8.0	2	517	1034
	12	8.0	2	462	924

RESUMO DO AÇO			
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 10% (kg)
CA50	8.0	119.7	52
CA60	5.0	132	22.4
PESO TOTAL (kg)			
CA50	52		
CA60	22.4		

Volume de concreto (C-25) = 1.08 m³
Área de forma = 18.96 m²



Vigas			
Nome	Seção (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)
VT1	14x30	0	285
VT2	14x30	0	285
VT3	14x30	0	285
VT4	14x30	0	285
VT5	14x30	0	285

Características dos materiais			
fck	6Ecs		
(kgf/cm²)	(kgf/cm²)		
250	241000		

Dimensão máxima do agregado = 19 mm

Pilares			
Nome	Seção (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)
P1	14x30	0	285
P2	14x30	0	285
P3	14x30	0	285
P4	14x30	0	285
P5	14x30	0	285
P6	14x30	0	285
P7	17x30	0	285
P8	14x30	0	285
P9	14x30	0	285
P10	14x30	0	285

Legenda dos pilares	
	Pilar que morre

Legenda das vigas e paredes	
	Viga

APROVAÇÃO:

REVISÃO DATA MODIFICAÇÃO

01 DTR1 MOD1

02 DTR2 MOD2

03 DTR3 MOD3

04

PREFEITURA DE FLORES DE GOIÁS

Para todos e flores!

ADM/2021-2024

ESTRUTURAL

CLIENTE PREFEITURA DE FLORES DE GOIÁS

OBRA REFORMA CRAS - 1ª ETAPA

ENDEREÇO RUA 9, QD 15, LT 03, NOVA FLORES, FLORES DE GOIÁS - GO

REFERENTE FORMA TERREO PILARES TERREO VIGAS TERREO

ÁREAS ÁREA CONST. EXISTENTE: 164.98M² ÁREA AMPLIADA: 35.67M² ÁREA OCUPADA: 64.13M²

A.R.T. JULIANA MAYLA DE CARVALHO-049790 98126

Prancha N° 3/3

JULIANA MAYLA DE CARVALHO DREA: 1015120960-GO

PREFEITURA DE FLORES DE GOIÁS 01.745.4970001-47

Desenho A-12

Revisão

Tamanho

Escala(s)

Unidade(s)

Data

ART N°

Os direitos autorais deste projeto pertencem aos engenheiros acima citados. E proibida a sua reprodução, modificação e/ou alteração conforme LEI 5.968 ART.25



Lista de materiais - TERREO		
Água fria		
Aparelho		
Bebedouro		
25mm x 1/2"		1 pc
Ducha higiênica		
25mm x 1/2"		2 pcs
Torneira de lavatório		
25 mm x 1/2"		2 pcs
Vaso Sanitário c/ ox. acoplado		
25 mm x 1/2"		2 pcs
Materiais		
Registro de gaveta c/ canopla cromada		
3/4"		3 pcs
PVC Acessórios		
Engate Resilive couro cromado com canopla		
1/2 - 30cm		2 pcs
Engate Resilive plástico		
1/2 - 30cm		3 pcs
PVC Itens soldáveis		
Adapt. solda curto chibola rosca p registro		
25 mm - 3/4"		6 pcs
Curva 90 soldável		
25 mm		4 pcs
Jeolho 90° soldável		
25 mm		2 pcs
Linha soldável		
25 mm		12,91 m
Tubo		
25 mm		12,91 m
T 90 soldável		
25 mm		2 pcs
PVC soldável c/ bucha latta		
Jeolho de reduçao 90° soldável com bucha de latta		
25 mm - 1/2"		5 pcs
Jeolho de reduçao 90° soldável com bucha de latta		
25 mm - 1/2"		2 pcs
T 90 soldado c/ bucha latta B central		
25 mm - 1/2"		2 pcs



Legenda de peças - COBERTURA	
F1	PVC rígido soldável Curva 90 soldável 32 mm 1pc
F2	PVC rígido soldável Bucha de redução sold. longa 50 mm - 32 mm 1pc Tê de redução 90 soldável 50 mm - 32 mm 1pc
F3	PVC rígido soldável Tê de redução 90 soldável 50 mm - 32 mm 1pc
F4	PVC rígido soldável Curva 90 soldável 50 mm 1pc

Lista de materiais - COBERTURA	
Água fria	
Metais	
Válvula de Esfera	1 pc
1 1/2"	
PVC rígido soldável	
Adapt sold c/ flange fixo p ca. d'água	1 pc
50 mm - 1 1/2"	
Adapt sold curto cobrota-rosca p registro	2 pc
50 mm - 1 1/2"	
Bucha de redução sold. longa	1 pc
50 mm - 32 mm	
Curva 90 soldável	4 pc
32 mm	
50 mm	3 pc
Tubos	
32 mm	4,52 m
50 mm - 32 mm	10,68 m
Tê de redução 90 soldável	
50 mm - 32 mm	2 pc
Reservatório cilíndrico	
Poliéstereno	
1000 L	1 pc



Legenda de peças - COBERTURA	
F1	PVC rígido soldável
	Curva 90 soldável
	50 mm 1pc
F2	Metais
	Válvula de Esfera
	1 1/2" 1pc
	PVC rígido soldável
	Adapt sold.curto c/bolsa-roscas p registro
	50 mm - 1.1/2" 2pc

PROVAÇÃO:

